

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE DOUTORADO EM HISTÓRIA

Neandro Vieira Thesing

MAL-ESTAR NA PROVÍNCIA:
MODERNIDADE E NOSTALGIA NA LITERATURA REGIONALISTA
DE ALCIDES MAYA, J. SIMÕES LOPES NETO E ROQUE
CALLAGE

Santa Maria, RS
2024

Neandro Vieira Thesing

MAL-ESTAR NA PROVÍNCIA:
MODERNIDADE E NOSTALGIA NA LITERATURA REGIONALISTA DE
ALCIDES MAYA, J. SIMÕES LOPES NETO E ROQUE CALLAGE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Armani

Santa Maria, RS
2024

Thesing, Neandro Vieira

Mal-estar na Província: modernidade e nostalgia na literatura regionalista de Alcides Maya, J. Simões Lopes Neto e Roque Callage / Neandro Vieira Thesing. - 2024.
236 p.; 30 cm

Orientador: Carlos Henrique Armani

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2024

1. Literatura Regionalista 2. Nostalgia 3. Alcides Maya 4. João Simões Lopes Neto 5. Roque Callage I. Armani, Carlos Henrique II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a).
Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, NEANDRO VIEIRA THESING, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Tese) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Neandro Vieira Thesing

MAL-ESTAR NA PROVÍNCIA:
MODERNIDADE E NOSTALGIA NA LITERATURA REGIONALISTA DE
ALCIDES MAYA, J. SIMÕES LOPES NETO E ROQUE CALLAGE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Aprovado em 12 de abril de 2024:

Carlos Henrique Armani, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

André Tessaro Pelinser, Dr. (UFRN)

José Martinho Rodrigues Remedi, Dr. (UFSM)

Luciana Murari, Dra. (PUCRS)

Pedro Brum Santos, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2024

*Para meus antepassados:
Theobaldo Gustavo Thesing (1929-1977) e Brunilda Müller Thesing (1930 -),
mein Opa und meine Oma.
Nilo Viera (1931-2018) e Verginia Lucia Basso Viera (1932-1999),
mio nonno i mia nonna.*

AGRADECIMENTOS

Esta tese demandou muito. Fez-se uma estrada longa e larga, muito maior do que havia imaginado quando olhei no horizonte e julguei como superáveis os empecilhos então tocados pela minha visão. Naquele ano seria motivo de risada imaginar uma nova pandemia, um governo nacional de extrema-direita catalisando passados que acreditávamos enfraquecidos e a necessidade de defender o óbvio para fugir àquela realidade inimaginável ao mais criativo dos romancistas distópicos. Folei as páginas gastas do projeto de pesquisa apresentado à banca examinadora no processo seletivo e encontrei um outro mundo, literalmente.

Tomou tempo e esforço a fim de fortalecer a vontade para riscar das minhas impossibilidades o prefixo – talvez tempo demais, talvez o tempo suficiente do insuportável, talvez não precisasse tanto esforço. Custou. Aprendi a orar para o possível, para as frestas, à Santa Vergonha dos Vazios. Nalgum lugar há um altar com os pedaços que vi o tempo levar: coisas, pessoas amadas sem uma última palavra, imagens ideais, planos, uma oferenda com as marcas no meu rosto, nos cabelos, no meu corpo, secar meus dedos, em todos os anos que são necessários para dar alguma forma às questões teimosas, germo-italico teimosas, que seguiram insistindo nas margens de tantas páginas. Eu não achei que seria tão difícil, confesso.

Iniciei esta jornada sem ter clareza sobre muitas coisas. Na desorientação dos amontoados de dúvidas, perguntas, inquietações, impressões, intuições em relação ao objeto de pesquisa, ao futuro em muitos, tantos aspectos. Será que valia a pena? Não imaginei que o maior desafio seriam os meus monstros particulares. Sem certezas escolhi caminhar para tentar ordenar as coisas, para fugir de mim mesmo. Caminhei sozinho, caminhei conversando, de mãos dadas – e eles sempre espionando nas sombras projetadas no chão. Os meus limites foram um a um escancarando-se, gritando ao longo das noites sem sono: ora de tempo-espaco, ora de eu-supereu-isso, ora de forças-fraquezas, ora de leituras-que-faltam, ora tanta coisa que nenhuma oração salvou.

Até que um dia deixei fluir, depois outro e mais outro. Escrever é ato estranho, um tanto mágico. Montar quebra-cabeças com as palavras. Estamos sozinhos enquanto conversamos com alguém. Fala uma parte obscura de nós mesmos, falam as referências e os diálogos de humanos que nunca cumprimentamos. Em si, é um ato solitário, mas impossível de se fazer sozinho, ao custo da sanidade. Precisei da companhia de muitas pessoas.

Agradeço ao meu orientador, Carlos Henrique Armani, por ter retornado um e-mail nos idos de 2005, há quase vinte anos, descortinando o que era aquela tal História das Ideias que ele estudava e o que eu deveria ler para descobri-la. Obrigado por manter minha curiosidade viva sobre História quando já vacilava, por despertar meu interesse não apenas para ler, mas para pesquisá-la. A paciência, a compreensão, a autonomia, os incentivos, o suporte, o investimento e os muitos diálogos. Obrigado por acreditar em mim.

Também trabalhei nestes anos, encontrando a mim mesmo nos ofícios. Os/as colegas com os/as quais convivi profissionalmente nos últimos anos. Na UFSM: no PPGH, quem ficou em Santa Maria e quem se espalhou pelo Brasil, queridos e queridas, obrigado pelas prosas nos cafés, depois do RU, nas aulas e depois delas, as cervejas e os passeios pelo campus. Boa parte da tese nasceu assim. Também na Universidade Aberta do Brasil, os alunos/as e colegas professores, descobrindo os desafios da docência neste nosso Rio Grande profundo. Obrigado. Na FADISMA, muitos e muitas colegas, feitos amigos na convivência diária, nas angústias, incertezas e esperanças na educação, os/as alunos e alunas, cobaias de muitas hipóteses e experimentos para fazer sentido em aula. A Direção que abriu portas inesperadas e confiou em mim. Obrigado!

Difícil nominar os amigos e amigas. Sou consciente de que o esquecimento traz um risco muito dolorido. Vocês – vocês, aí! –, que fizeram videochamadas com uma cerveja na mão, que trocaram abraços de máscara PFF2 no rosto, que vibraram com a vacina, que aceitaram ir a um parque mantendo 1,5 metros de distanciamento, que respiraram aliviados/as com o resultado de uma eleição, que fizeram filhos e filhas maravilhosos, que partiram e que ficaram, que enviaram músicas, filmes, séries, livros, críticas, inspirações, incentivos, coragens, medos, diálogos, desesperos, sorrisos,

lágrimas. Vocês alimentaram, coloriram, expandiram minha vida, vocês são fundamentais:joelvinimarleteboyalepedronascentedolagojotapeevansjegilbersnelson. Muito, muito obrigado. Eu sou vocês.

Minha família de sangue e de amor. Obrigado. Vivemos longe e eu tive medo de não poder abraçar e beijar vocês de novo. Não pudemos nos encontrar e quando foi possível, ah, eu chorei. Posso não ter feito isso na frente de vocês, escondi, mas confesso agora. Tias, tios, primos, primas. Vivemos tanta coisa nesse período. Gentes de Ijuí. Fabi e André, juntos e juntando, convidando a voos, charlas y cantigas, obrigado pela renovação. Gentes de Santa Cruz, longe e tão perto de mim. Mãe e pai: sou professor como vocês. Tenho um orgulho imenso de dizer isso. Aprendi o valor da educação e herdei o propósito de lutar por um mundo menos injusto com vocês. Minha mãe, obrigado por criar um homem consciente dos papéis e divisões, pelo carinho e chamado às responsabilidades, pelo sangue nas veias, pela ternura, afeto e dedicação. Meu pai, obrigado pelo suporte, pelo apoio e incentivo insistente, pela companhia nos mates, por projetar um futuro mais bonito, pela parcimônia, pelos pendores em desbravar o mundo e olhar o mar. Meu irmão, obrigado pelas conversas e risadas, pela parceria y pelos asados, por abrir espaço a nos encontrarmos depois de eu ter saído de casa há vinte anos, por me desafiar à clareza, por sermos a mesma genética em formas diferentes. Obrigadoobrigado. Eu amo vocês. Eu sou vocês.

Desde antes do mestrado uma alma risonha tem me acompanhado, fazendo barulho, reinventando, (des)organizando, criando ecos no silêncio do mundo. Foi quem mais suportou as renúncias e os custos desta tese. Bê: obrigado por entender, por me ensinar tanta coisa, por me ouvir, respeitar, por ser o aconchego e a tranquilidade, o esteio e a esperança no meio do caos, por inventar junto comigo um amor, por apressar minhas paciências, por abrir espaço às minhas dores, pelo calor, pelas permissões, pele e apelos. Agradecido, digo: te amo.

Aos bichos que me acompanham há doze anos: Salomé Catz e Miles Davis Jr. É estúpido escrever a vocês, eu sei, mas não importa. Canto os carinhos ronronantes, a sabedoria milenar do deserto, o respeito à autonomia e os laços do coração. Obrigado por estarem comigo, minhas companhias de

todas as horas. Enganamos a solidão juntos. Eventuais erros de digitação ao longo do texto podem ser responsabilidade deles. Amo vocês.

Ao longo destes anos duvidei, me senti fraco e insuficiente. Comtudoisso ainda continuei querendo. Aprendi que desejar alguma coisa demanda muitos sacrifícios. Entendi quanto precisa levar o tempo impreciso para laçar alguma coisa.

Como disse certo poeta: escrever é andar nu pela rua. Custei a deixar as roupas sobre o sofá e abrir a porta de casa...

Há um lugar no sul

há um lugar no sul –
já não cintilam as facas
tremulam falsos payadores
milongas esquentam o polegar
não há mais cavalos no sul
os homens morrem hoje
em camas brancas de hospital
em lenços de nós frouxos
sem conhecer o ferro ao sol
mas há um lugar no sul
onde a manhã se ergue
desde sempre a mesma
avanço único do verde
até encontrar a cidade
sobrados mudos e mofados
a beleza do sul está em ruínas
amadas ruínas
verdadeiras ruínas

Pedro Gonzaga

The past is never dead. It's not even past

William Faulkner, "Requiem for a nun" (1951)

RESUMO

MAL-ESTAR NA PROVÍNCIA: MODERNIDADE E NOSTALGIA NA LITERATURA REGIONALISTA DE ALCIDES MAYA, J. SIMÕES LOPES NETO E ROQUE CALLAGE

AUTOR: NEANDRO VIEIRA THESING
ORIENTADOR: CARLOS HENRIQUE ARMANI

A presente tese aborda o conceito de regionalismo e literatos sul-rio-grandenses vinculados a essa tradição literária. Serão abordados três autores que produziram na década de 1910 e 1920, focalizando a análise nas obras vistas como suas principais produções: Alcides Maya, *Ruínas vivas* (1910); João Simões Lopes Neto, *Contos gauchescos* (1912) e *Lendas do sul* (1913); e Roque Callage, *Terra gaúcha* (1914). Os autores serão analisados levando-se em consideração a relação das obras e autores com o processo de modernização e as relações temporais contidas, utilizando para isso o conceito de nostalgia. A tese está organizada em duas partes. A primeira parte é dividida em dois capítulos, um que procura contextualizar os debates envolvendo o conceito de regionalismo na definição da nação, o segundo que aborda o conceito enquanto discussão na crítica literária. Na segunda parte serão analisados os três autores, o contexto intelectual e seu corpus a partir dos pressupostos teórico-metodológicos. Por fim, concluiu-se que as obras do regionalismo participam das disputas sobre a definição do espaço de experiência e horizonte de expectativa da sociedade sul-rio-grandense no período. As obras dos regionalismos, fenômeno plural, indicam respostas a problemas de longa duração no debate intelectual nacional, relacionando-se também a contextos determinados de aceleração no ritmo de transformações modernizadoras, podendo ser vistas como uma não sujeição ao processo de modernização e defesa de mudanças sociais reformistas, não conservadoras. Embora próximos, cada autor criou uma versão própria para o regionalismo gaúcho, com particularidades, muito pelo caráter da nostalgia reflexiva presente em suas produções, além de traços comuns, como a presença da violência e o caráter dos sujeitos históricos narrados. A pesquisa vincula-se à Linha de Pesquisa "Fronteira, Política e Sociedade" do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Palavras-chave: Regionalismo gaúcho. Modernidade. Nostalgia. Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

UNEASINESS IN THE PROVINCE: MODERNITY AND NOSTALGIA IN THE REGIONALIST LITERATURA OF ALCIDES MAYA, J. SIMÕES LOPES NETO AND ROQUE CALLAGE

AUTHOR: NEANDRO VIEIRA THESING
ADVISOR: CARLOS HENRIQUE ARMANI

This thesis addresses the concept of regionalism and writers from Rio Grande do Sul linked to this literary tradition. Three authors who produced in the 1910s and 1920s will be discussed, focusing the analysis on the works seen as their main productions: Alcides Maya, *Ruínas vivas* (1910); João Simões Lopes Neto, *Contos gauchescos* (1912) and *Lendas do sul* (1913); and Roque Callage, *Terra gaúcha* (1914). The authors will be analyzed taking into account the relationship of works and authors with the modernization process and the temporal relationships contained, using the concept of nostalgia for this. The thesis is organized into two parts. The first part is divided into two chapters, one that seeks to contextualize the debates involving the concept of regionalism in the definition of the nation, the second that addresses the concept as a discussion in literary criticism. In the second part, the three authors, the intellectual context and their corpus will be analyzed based on theoretical-methodological assumptions. Finally, it was concluded that the works of regionalism participate in the disputes over the definition of the space of experience and horizon of expectation of Rio Grande do Sul society in the period. The works of regionalisms, a plural phenomenon, indicate responses to long-term problems in the national intellectual debate, also relating to specific contexts of acceleration in the pace of modernizing transformations, and can be seen as a non-subjection to the process of modernization and defense of changes social reformists, not conservatives. Although close, each author created their own version of Gaucho regionalism, with particularities, largely due to the character of the reflective nostalgia present in their productions, in addition to common traits, such as the presence of violence and the character of the historical subjects narrated. The research is linked to the "Border, Politics and Society" Research Line of the Postgraduate Program in History at the Federal University of Santa Maria (UFSM).

Keywords: Gaucho regionalism. Modernity. Nostalgia. Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
PARTE 1. CRÍTICA LITERÁRIA, LITERATURA E REGIONALISMO	
CAPÍTULO 1 - REGIONALISMO COMO FENÔMENO INTELECTUAL	41
1.1. A República	47
1.2 A década de 1920	61
CAPÍTULO 2. REGIONALISMO COMO FENÔMENO LITERÁRIO	77
PARTE 2. MAL-ESTAR E NOSTALGIA NO BRASIL MERIDIONAL	
CAPÍTULO 3 – UMA ESTREMADURA EXPOSTA ÀS INTEMPÉRIES DA HISTÓRIA: O RIO GRANDE DO SUL NA PRIMEIRA REPÚBLICA	90
3.1 Mudanças sociais e tempo	94
CAPÍTULO 4 – ALCIDES MAYA: RUÍNAS VIVAS (1910)	115
CAPÍTULO 5 – JOÃO SIMÕES LOPES NETO: CONTOS GAUCHESCOS (1912) E LENDAS DO SUL (1913)	151
CAPÍTULO 6 – ROQUE CALLAGE: TERRA GAÚCHA (1914)	175
CONSIDERAÇÕES FINAIS	211
REFERÊNCIAS	223

INTRODUÇÃO

Em um de seus mais célebres ensaios críticos, publicado em março de 1873 na revista nova-iorquina *Novo Mundo*, Machado de Assis notava o que chamou "instinto de nacionalidade" na produção literária do Brasil, certo anseio por criar uma literatura independente. Contudo, o Bruxo do Cosme Velho advertiu: não era necessário vestir-se com as cores do país, pintar palmeiras e sabiás. O próprio sentimento íntimo do artista, habitante de seu tempo e país, criaria e/ou demonstraria certa "brasilidade interior", inevitavelmente.

Realizando um recorrido pela literatura no Rio Grande do Sul, poderíamos afirmar com segurança que há certo "instinto de regionalidade" por estas paragens, em distintos momentos, com as consequentes particularidades. Se em determinadas ocasiões as cores e as imagens são artificiais e caricatas, na maioria das vezes é praticamente inescapável certo "regionalismo interior", um fenômeno não restrito apenas à literatura. Para ilustrar prosaicamente o argumento: enquanto aprende os primeiros passos e as primeiras palavras na infância, qualquer sul-rio-grandense deve escolher entre Grêmio ou Internacional, mesmo que no futuro renegue essa fé.

Pensar a vida cultural por estas paragens, especificamente o pensamento, é costear a mitologia da região, as "configurações possíveis dentro daquele universo" (Albuquerque Jr, 2011). A qualquer trabalho que tenha como objeto este espaço, seja artístico ou acadêmico, são inescapáveis os tipos, arquétipos, estereótipos. Como sentido por Vitor Ramil ao buscar uma estética própria: emergiu "o céu claro sobre uma extensa e verde planície sulista, onde um gaúcho solitário, abrigado por um poncho de lã, tomava seu chimarrão, pensativo, os olhos postos no horizonte." (Ramil, 2004, p. 19).

O pampa ocupa um vasto espaço em nosso imaginário comum e um significativo espaço em nossa geografia.¹ O Sul não é verossímil sem os

¹ "De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Estado do Rio Grande do Sul é formado por dois grandes domínios ambientais: o do Pampa e o da Mata Atlântica [...]. O Pampa representa 63% do território do Estado e é formado predominantemente por coxilhas alongadas, por campos abertos na fronteira Oeste, por terrenos dobrados na Serra do Sudeste, cobertos por um mosaico de campos e de florestas e, por fim, por terrenos planos e arenosos no litoral, cobertos por campos úmidos e por banhados.

ondulantes horizontes verdes, o vento Minuano, o clima frio, as bergamotas. O Sul não é verossímil sem os gaúchos e os outros animais que permitem seu modo de vida. Tais imagens compõem o repertório obrigatório do olhar para se falar sobre a região e sua frequência permite a compreensão de uma história:

São regularidades discursivas que se cristalizaram como características expressivas, típicas, essenciais da região. [...] Mesmo quando as estratégias que orientam os discursos e as obras de arte são politicamente diferenciadas e até antagônicas, elas lidarão com as mesmas mitologias, apenas colocando-as em outra economia discursiva (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 217).

Se é plausível afirmar que um repertório assim existe, em grande medida foi composto por produções culturais, textos de cultura, identificadas, pelos próprios produtores ou pela crítica, como regionalistas. De inquietações e estranhamentos gerados a partir desse conceito, surgidos durante a condução das pesquisas realizadas no mestrado desenvolvido junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), formou-se um conjunto de perguntas, inquietações e desconfortos para os quais esta tese almeja encontrar algum encaminhamento.

Nas pesquisas em História ou áreas afins, o termo *regionalismo* evadiu-se desde os anos 1990, como aponta Letícia Nedel (2007). Se pensarmos essa questão com Roberto Schwarz, perceberemos o que chama de notáveis alternâncias entre vogas teóricas nos estudos literários brasileiros, mudanças muitas vezes sem necessidade interna, e por isso mesmo sem grande proveito, guiadas apenas por um "apetite pela produção recente dos países avançados". A consequência trágica é que o trabalho da geração anterior se torna desinteressante, obsoleto, e a reflexão perde força: "teses notáveis a respeito da cultura do país são decapitadas periodicamente, e problemas a muito custo identificados e assumidos ficam sem o desdobramento que lhes poderia corresponder" (1987, p. 30-31). As questões envolvendo o regionalismo gaúcho – e brasileiro – facilmente podem ser incluídas neste hall de debates fundamentais que se retraem diante de novas tendências de pesquisa, e não apenas nos estudos literários, adicione-se.

Já na metade Norte do território predominam os Campos de Cima da Serra, em meio a formações florestais robustas" (GOMES, 2019, p. 74).

É intrigante porque a quase onipresença do termo indica sua centralidade para se pensar a produção intelectual e cultural sul-riograndenses. Ainda é possível problematizar o conceito, por seu caráter estruturante, um problema sempre em aberto, quase uma marca de nascença? Aparentemente, formaram-se alguns consensos que relegaram a questão a um plano secundário.

Esta pesquisa propõe-se a retomar o regionalismo como um problema válido, atravessado de possibilidades, a partir da produção intelectual realizada no e sobre o Rio Grande do Sul. O objetivo central é voltar a olhar para este fenômeno, valendo-se de instrumentos teórico-metodológicos da história intelectual, entrecruzados com a crítica literária, relacionando um conjunto da prosa de ficção regionalista produzida no estado do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1910 e 1920, ao processo de modernização ocorrido no mesmo período histórico, considerando o conceito de nostalgia como categoria metahistórica, buscando assim novas possibilidades explicativas para o fenômeno.

O primeiro elemento a ser considerado na elaboração da tese é a filiação à História Intelectual. Algumas particularidades deste campo serão destacadas. As fontes privilegiadas são textos, logo, a análise de textos para a compreensão do passado é fundamental. Nesse sentido, todas as demais áreas de conhecimento preocupadas com a "arte interpretativa", as diferentes teorias e métodos de análise, tornam-se pontos de contato, suporte e diálogo para o historiador intelectual: análise de discurso, teoria social, hermenêutica, fenomenologia, enfim.

Outro aspecto é a definição do papel que pessoas definidas como intelectuais têm – ou podem ter – na sociedade. Esta distinção é importante pois, muitas vezes, há uma subsunção da história intelectual à sociologia dos intelectuais, ou mesmo à história social, realizando uma vinculação quase determinista entre ideias e contexto social, quando não há autonomia relativa ou história interna dos debates intelectuais.

Não se define intelectual apenas como quem produz livros, mas como quem traduz ideias, refletindo grupos e sociedades e como davam sentido à realidade naquele momento. Se toda sociedade humana cria elementos

simbólicos que explicam a própria sociedade, quem são seus membros, as relações com os outros, a cosmovisão, quem lê e traduz esses elementos é compreendido como intelectual, seja escritor, cineasta, poeta, músico, pintor, escultor ou xamã. O objeto é a leitura e oferta de uma compreensão linguística para a sociedade.

O intelectual reflecte as ideias de outras pessoas, mas também as aperfeiçoa e esclarece. Por consequência, a história das ideias propriamente dita concentra-se, sobretudo, nos intelectuais, porque eles articulam melhor as ideias e as crenças que circulam na sociedade. (BAUMER, 1977, p. 23)

Para o campo, definições metodológicas são problemas permanentemente em aberto. Utilizando a interpretação de textos como método-guia, talvez a explicitação de como as fontes serão abordadas pode ser um caminho possível em busca de clareza. Primeiramente, deve-se compreender que o estabelecimento da verdade – ou da Verdade, para os mais fiéis –, é um caminho de sucessivas interpretações, ou seja, criadas, artificiais, estabilizadas, incluindo-se os grandes conceitos utilizados pelos autores dos textos. Não se trata de dizer que não há fatos, conceito caro aos historiadores, mas que os fatos apenas são o que são em função dessas interpretações, dessas perspectivas que os fazem ser o que são.

Importante ressaltar que não são válidas todas as construções, pois necessitam fundamentar-se sobre o consenso. A verdade é principalmente uma construção linguística, em grande medida, social. A diferença em relação à verdade objetiva, à verdade-evidência material, é que essas são verdades que esqueceram que são interpretações e se pensam como verdades evidentes, autônomas e em si mesmo existentes. A pesquisa histórica consistiria, então, em demonstrar a "substância real", o real por trás da máscara, rompendo com as aparências. Por trás da máscara não há senão outras máscaras até os limites da linguagem, lá onde somos sem ser alcançados pela linguagem.

Os conceitos, assim, têm sentido a partir do uso que se faz deles, sendo parte do mundo e afetando esse mundo, não podendo ser desse modo descarnados, isolados de seu caráter antropológico: não são ideias com existência autônoma, no mundo das ideias. Quem compreende, compreende a

partir de algum lugar, um contexto situado. Dessa forma, podemos compreender as disputas de força nas diversas sociedades humanas também por meio dos debates em torno das delimitações conceituais e de interpretação, dos usos da linguagem feitos pelos contemporâneos de então, devido a seus efeitos no mundo, como sugerido por Reinhart Koselleck (2006), pois toda semântica se relaciona a conteúdos que ultrapassam a dimensão linguística. Assim, ressalta-se que a perspectiva central da pesquisa não é realizar uma história social contida além ou após o texto-documento. Segue-se aqui o caminho que acredita ser qualquer narrativa capaz de constituir mundos e, portanto, ser parte da constituição da realidade, ao mesmo tempo em que a constitui.

Nesta construção discursiva de mundos, é necessário, então, situar as fontes em seu contexto enunciativo. Esse aspecto é responsável pela existência de escolas na história intelectual, suscitando extensas discussões. Neste ponto, o suporte está nas concepções de Dominick LaCapra (1983). Se para algumas escolas o importante é a estrutura interna do texto e para outras o contexto de emergência, LaCapra sugere que não há relação hierárquica entre texto e contexto, mas sim uma interação.

A partir dessa interação nasce a proposta sobre os seis níveis nos quais os textos devem/deveriam ser colocados para análise contextual: 1) relação entre as intenções do autor e o texto; 2) relação da vida do autor e o texto; 3) relação entre a sociedade e os textos; 4) relação da cultura com os textos; 5) relação de um texto com o corpus de um escritor; 6) relação entre modos de discurso e textos. Tais níveis contextuais também serão incorporados na abordagem do objeto, como indicativos e não como uma coerção metodológica, visto que o próprio autor ressalta que não é necessário valer-se de todos os níveis propostos.

Outro elemento trazido pela metodologia de LaCapra diz respeito aos aspectos *documentário* e *ser-obra* dos textos. O documentário situa o texto em termos factuais ou literais envolvendo referências à realidade empírica e às informações advindas sobre. Os aspectos *ser-obra* suplantam a realidade empírica, adicionando ou subtraindo dela, envolvendo dimensões que não podem ser reduzidas ao aspecto documentário, principalmente no que diz

respeito ao comprometimento, interpretação e imaginação, sendo crítico e transformador, pois desconstrói e reconstrói a realidade, criando algo que não existia antes dele. Cabe destacar que o autor ressalta a necessidade de se considerar ambos os aspectos nos textos e sua inter-relação.

Também merece destaque estabelecer que *contexto*, como se supõe a partir dos seis níveis, não é reduzido a contexto social, pois a própria noção de contexto já é textualizada a partir de outros textos.

Outra discussão relevante dentro do campo respondida por LaCapra é a questão da intenção dos intelectuais, vista como um limite interpretativo válido para o historiador. Para o autor, ter como único objetivo de uma história intelectual a recuperação das intenções para, dessa forma, compreender o sentido e o significado dos textos é ignorar elementos da psicologia humana, do uso da linguagem e da recepção posterior dos textos. Muitas vezes as intenções são formuladas retrospectivamente, de forma anacrônica.

Outra vinculação capaz de indicar caminhos a serem seguidos é a ligação umbilical entre a "mãe" história das ideias e a "filha" história intelectual, advindo desta relação possíveis definições importantes, como a respeito do objeto: "[o historiador das ideias] está mais interessado em ideias que alcançam uma grande difusão, que se tornam parte do acervo de muitas mentes." (Lovejoy, 2005, p. 28). Compreende-se difusão como o caráter interdisciplinar da pesquisa/objeto ou para indivíduos, através de grupos e movimentos significativos.

Para restringir mais, ideias são

[...] a força motriz do processo cultural que dá consistência (ou resistência, ou ambas) à afirmação de indivíduos ou grupos na realidade histórica das sociedades [...] é um termo que designa um conjunto de convicções, crenças, opiniões, interesses e motivos, conjunto que, adotado pelo agente racional humano, individual ou coletivamente, determina seu agir (MARTINS, 2007, p. 7).

A dimensão da ação é fundamental para compreender a influência "palpável" das ideias, ligando o "mundo interior do pensado" ao "mundo exterior da ação". Enraizadas na forma de crenças e opiniões, ou seja, princípios de ação: roteiros, guias, diretrizes para orientar os agentes quanto aos objetivos de agir – em última instância, a política. Tal orientação carrega três aspectos

fundamentais no modo de lidar com a experiência histórica: uma forma de interpretar o passado, de modo a explicar plausivelmente o presente em que se encontra o indivíduo, projetando um futuro compatível.

A história intelectual busca produzir uma compreensão a partir desses elementos. A não restrição a um único caminho metodológico permite um frutífero diálogo com a literatura, vista como uma dessas veredas para ler-se a sociedade a partir de seus elementos simbólicos, um modo de compreender a realidade, produzindo significados, formando o imaginário individual e social.

Não há uma oposição entre literatura e história determinada pela aproximação com a verdade histórica, mas possibilidades diferentes. A historiografia precisa e está limitada pelas provas consideradas válidas para a elaboração do discurso historiográfico. Enquanto isso, a literatura procura expressar modos de apreensão de nosso estar no mundo, de nossa experiência humana, mais livres, porque reelabora os dados, emite juízos históricos, não segue modelos de explicação social. Está na história e contribui para elaborá-la: "Não é como 'reflexo' da realidade que a literatura desempenha seu papel, mas como sua constituinte. Ela faz isso de modos tão variados quanto possam ser as reações dos leitores aos livros que leem" (Almeida, 2019, p. 160). Por exemplo, questionando sobre a própria presença humana no mundo ao representar maneiras possíveis de viver, diferentes (ou não) da dos leitores, ou colocando em questão as vinculações identitárias, crenças e visões a nosso próprio respeito.

Embora escrever história e escrever literatura sejam modos de dar sentido a nosso estar no mundo, o discurso da historiografia almeja situar-se em um registro mais racional, cognitivo, opondo-se à literatura, que ultrapassaria isso. Quando se trata de compreender e representar o passado, Lowenthal nos diz que as "pérolas mais translúcidas da narrativa histórica são, com frequência, encontradas na ficção que é, há muito tempo, componente importante para a compreensão histórica." (1998, p. 126). Mergulhemos em busca das pérolas.

A presente pesquisa é um trabalho no caminho do meio entre a Literatura e a História, buscando utilizar a história para ler e iluminar o texto

literário e, inversamente, a literatura para ler a história, dando a conhecer aspectos de ambos.

No que diz respeito ao recorte temporal, entre as décadas de 1910 e 1920, justifica-se por três razões principais. A primeira é a hipótese de haver uma relação direta entre os debates dos quais os autores regionalistas participam com períodos de incerteza social, quando ocorreram acelerações no processo de modernização ou crises, resultando em intensificação na vertigem da condição moderna. O efeito é o deslocamento de sentidos antes consensuais e a mudança dos olhares para as relações entre o passado e para o futuro. As obras com traços regionalistas – que tematizam o Brasil profundo e/ou sertão – aparecem com mais vigor e alcançam recepção positiva nestes períodos, com valorização e/ou reflexão em torno do mundo rural, precisamente para tentar mensurar as mudanças e permanências, ouvir as vibrações do tempo profundo.

A segunda relaciona-se com o objetivo de perceber o regionalismo como uma espécie de resposta a problemas contínuos, de longa duração. Embora a escala concentre-se em duas décadas, o período foi decisivo para definição dos rumos tomados pelo debate intelectual ao longo de boa parte do século XX. Uma pequena vereda sobre o regionalismo – ou os regionalismos – será encontrada somente após a publicação do "enclave arcaico dentro da jovem nação brasileira" criado por João Guimarães Rosa, em 1956, interrompendo a "circulação cronológica e progressista da narrativa ficcional brasileira" (Santiago, 2019, p. 514). Conforme o *Manifesto pela História*, de Jo Guldi e David Armitage (2018), acredita-se que existem camadas de compreensão possíveis de serem vistas somente através de análises focadas em debates com longa duração. A História, como conhecimento especializado no tempo, e os profissionais da área, com suas habilidades específicas – examinar o curto prazo e a visão de conjunto de longa duração –, podem ocupar um lugar privilegiado nesse processo.

O terceiro argumento é um desdobramento do anterior. O regionalismo emergiu durante a hegemonia do romantismo nas letras e no pensamento brasileiros. Entre a maioria dos críticos predomina certa visão estática sobre o fenômeno, não histórica, ou seja, ao longo do século XX o regionalismo

mostrou-se distinto de suas origens no século XIX. Nenhum fenômeno intelectual pode manter-se idêntico: se há contextos e autores diferentes é inevitável que ocorram transformações, mesmo porque tais mudanças podem ter ocorrido justamente para responder às críticas – são "críticas à crítica". Este processo precisa ser compreendido de maneira mais qualificada. A hipótese, aqui, aponta para a emergência de novos padrões de imaginação e de compreensão, outras perspectivas sobre o mundo ou, no mínimo, sobre a nação.

As fontes utilizadas serão as obras literárias, escolhidas por tratar de temas afins, dentro de um mesmo gênero e no mesmo período, permitindo representar mudanças e permanências históricas, sociais, culturais na sociedade. Serão abordados três autores que produzem na década de 1910 e 1920, focalizando a análise nas obras vistas como suas principais produções: Alcides Maya, com *Ruínas vivas* (1910); João Simões Lopes Neto, com *Contos gauchescos* (1912) e *Lendas do sul* (1913); e Roque Callage, com *Terra gaúcha* (1914). Em paralelo, de acordo com a metodologia enunciada anteriormente, também serão analisadas as demais obras ficcionais dos autores e as demais produções intelectuais, como obras de caráter ensaístico, histórico ou sociológico, artigos em periódicos e outras fontes desta natureza.

Existem dois caminhos pelos quais ocorrerá a reaproximação com o regionalismo, a partir das hipóteses: pela trajetória na crítica literária e pela compreensão de Brasil. Espera-se demonstrar que os dois estão entrelaçados.

Embora existam debates acadêmicos envolvendo o fenômeno nas diversas literaturas de diferentes países, não são muitas as pesquisas no campo da história intelectual e/ou história das ideias abordando o regionalismo

no Rio Grande do Sul. Entre a maior parte da crítica literária, inclusive, é uma questão vista como superada. Dessa forma, o tema já foi estudado, mas não sob o enfoque teórico-metodológico proposto neste trabalho.

A busca de suporte na crítica literária é fundamental em muitos aspectos. Essencialmente, como visto, pela concentração das pesquisas nesse campo, mas também por ser responsável pela manutenção da carga semântica em torno do conceito atualmente, reduzindo obras e autores/as que, pretensamente, carregam características vistas como próprias a esta tradição – localistas, passadistas, pitorescas –, invalidando-as pela ausência de uma voz universal ou universalizável.

Ao mesmo tempo, é necessário um cuidado: não se pode criticar tal atitude idealizando seu oposto, alegando que todos os autores sob o rótulo foram injustiçados pela crítica e merecem um lugar destacado na tradição da cultura letrada nacional (Pelinsler, 2010). É central perceber que a heterogeneidade dos escritores abarcados pelo termo – e a própria polissemia em torno do regionalismo ou do que significa(va) ser regional – foi sendo comprimida ao ponto de qualquer menção atual evocar automaticamente conservadorismo e provincianismo, condenando as obras por baixa qualidade estética e os autores como reacionários antimodernidade.

Esta definição se mantém hegemônica entre a crítica, que reproduz a consideração de ser toda referência à região signo de literatura menor, e entre escritores, que recusam afiliações à tradição por verem nesta associação uma possível limitação do alcance de suas obras e o reflexo de interesses reduzidos para feitura da arte literária (Pelinsler; Alves, 2020).

Também é da crítica literária que surgiram importantes trabalhos de autores e autoras, arranhando estas linhas-mestras da história literária brasileira, ou por modificar suas próprias interpretações anteriores ou por vislumbrar novos caminhos interpretativos. Luís Augusto Fischer (2007) aponta que certa crítica "modernistocêntrica" procurou apagar os traços rurais da ficção nacional, valorando o padrão estético centrado no urbano, associado à vanguarda – à civilização. O interior (sertão), foi visto como lugar do atraso, vazio, selvagem, fronteira civilizacional, foi expurgado de determinada maneira de pensar a história e a sociedade.

Marisa Lajolo (2007) defende que a "vala comum do regionalismo" acompanha a diferenciação de determinados segmentos da produção literária brasileira – latino-americana e africana, em última análise. As posições preconceituosas estabelecidas pela história da literatura e pela crítica literária podem indicar os contornos ideológicos e até mesmo políticos: "seus protocolos de leitura são urbanos e ortodoxos". São olhos europeizados, herdados de urbes civilizadas, sem meios para significar diferentemente o impacto entre uma literatura importada e a sociedade local. A autoria sugere que muitas obras da linhagem que a partir do século XX é definida como regionalista possivelmente seria uma dissidência da matriz literária europeia formada de procedimentos literários poucos ortodoxos.

Este caminho de abordagem indica que há um conjunto de ideias emitidas a partir de determinados locais, posteriormente institucionalizadas, e que embasaram importantes interpretações sobre a sociedade brasileira e sua literatura. A hipótese é que havia – e sempre há – "forças em disputa" que tendem a reivindicar centralidades/legitimidades de pensamento, institucionais, variando as justificativas para definirem-se a si mesmas como o único lugar representativo da "civilização", em um primeiro momento, e do propriamente novo, do "moderno", em um segundo momento, mantendo como ponto em comum a defesa de caminhos únicos na inevitável marcha para o progresso e para o desenvolvimento.

O termo modernidade é de suma importância para o debate, pois a principal crítica ao regionalismo é justamente vê-lo como um fenômeno antimoderno, em ambos os caminhos de aproximação – crítica literária e ideia de nação. Neste sentido, propõe-se um diálogo com Marshall Berman (2007), cuja obra propõe a centralidade da noção de condição moderna, ou seja, como aqueles humanos do passado tentaram sentir-se em casa num mundo em constante mutação. Deve-se buscar perceber como os intelectuais captaram, traduziram, tentaram explicar nos momentos em que viveram a vertigem das transformações ocorridas no século XX.

Ser moderno é uma perpétua dialética, "viver uma vida de paradoxo e contradição" (Berman, 2007, p. 21). É uma experiência particular diante das mudanças definitivas, dos problemas reais que marcam até hoje a vida mental.

O sujeito moderno é aquele que pode conhecer, entender e agir na transformação/crescimento do mundo e de si mesmo – mas ao mesmo tempo pode ser transformado em objeto. Isso, entretanto, é feito ao preço do terror gerado pela desorientação criada com a desintegração de tudo em migalhas e fumaça. O espírito moderno é: buscar sentir-se em casa, criar algo real, verdadeiro, significativo no meio desse vendaval:

Ser moderno é, eu dizia, experimentar a existência pessoal e social como um redemoinho, ver o mundo e a si próprio em perpétua desintegração e renovação, agitação e angústia, ambiguidade e contradição: é ser parte de um universo em que tudo que é sólido desmancha no ar. Ser um modernista é sentir-se de alguma forma em casa em meio ao redemoinho, fazer seu o ritmo dele, movimentar-se entre suas correntes em busca de novas formas de realidade, beleza, liberdade, justiça, permitidas pelo seu fluxo ardoroso. (BERMAN, 2007, p. 407).

O autor aponta ainda que existe uma distinção entre modernização (economia e política) e modernismo (arte, cultura, sensibilidade, ideias), ou seja, não existe apenas um único caminho evolutivo de modernização, tampouco uma única forma de modernismo, mas sim modernismos, no plural, a depender de como o processo se desenvolve – em ambos os sentidos, modernização e modernismo – em determinado local. Esse posicionamento é central para a presente tese.

A hipótese, dialogando com Ligia Chiappini (1995), é a de que regionalismo e modernidade não são excludentes, mas complementares e indissociáveis. Os textos do regionalismo gaúcho são uma resposta às novas condições de vida, traduzindo uma sensação presente em boa parte da arte moderna: a sociedade moderna, industrializada, urbana, embora concentrando de certa forma o ápice da civilização ocidental, também excluía possibilidades de vida, relegadas à margem ou consumidas na marcha pelo progresso. O regionalismo enquanto fenômeno intelectual plural, assim, não seria totalmente antimoderno em seu conjunto, podendo também ser a reivindicação de outra modernidade ou uma modernidade alternativa e/ou crítica ou, ainda, um trabalho sobre as ruínas do processo de modernização.

A existência deste lugar à parte permitiu abrir espaço de representação a temas sensíveis e estruturantes, ignorados pelos autores vinculados à vanguarda eufórica, como a presença da violência nas relações sociais do

país, a hierarquização social, a miséria. Um outro real silenciado. De certa forma, muitos autores podem ter utilizado o passado para pensar criticamente sobre o futuro.

O outro caminho considerado na aproximação ao fenômeno tenta dar conta do reducionismo mencionado anteriormente, no que será designado como problema sociológico entre região e nação.

A partir de sua emergência durante o auge do romantismo, ainda no século XIX, o regionalismo foi visto como um "ismo", um "projeto ideológico inserido num programa literário" (Polessio, 2010, p. 132). Para boa parte dos intérpretes, esse conjunto de ideias arrastou-se idêntico ao século seguinte, reproduzindo os termos de suas origens. A hipótese é de que embora existam linhas de contato e interesses comuns – o que poderíamos chamar de uma tradição –, é pouco razoável que nenhuma modificação tenha ocorrido ou o projeto seja o mesmo, sem diferenciações internas. Se houve ou há um "projeto ideológico" preocupado com a construção da nação, uma pesquisa historiográfica deve pensá-lo em sua historicidade, portanto, sujeito a transformações e continuidades.

Esse caminho, assim, buscará qual é a ideia de nação dos autores (ou quais são), visto que a crítica vinculou o regionalismo a localismos responsáveis por um nacionalismo estreito. A hipótese é a de que os autores regionalistas do século XX carregam uma reivindicação de diferença, uma nação que não é (e nunca será) una ou homogênea, mas plural. Há uma interpretação de Brasil a partir das diferentes regiões, que não são o caminho para o fim – a nação una e integrada –, mas são elas próprias a ideia de nação. Os elementos culturais mais representativos não estariam em aberto, a serem encontrados e amalgamados no futuro, como estabeleceu o modernismo paulista, por exemplo, mas já haviam sido gestados no processo de formação da sociedade brasileira e suas culturas plurais/regionais.

A pecha de conservador atrelada ao regionalismo pode, muitas vezes, ser advinda da percepção de que a preocupação com a tradição/passado é apenas um passadismo entulhando o progresso, aceitando a história de maneira acrítica, mesclada à não adesão automática às vanguardas por parte daqueles autores. Nesta pesquisa pretende-se demonstrar que enxergar na valsa entre tradição e modernidade uma dança de bailarinos incompatíveis e mutuamente excludentes é repetir fórmulas alimentadas por um evolucionismo social difuso: ou se escolhe a vanguarda/futuro ou a tradição/passado.

A escala valorativa que prioriza um dos polos foi estabelecida justamente por aqueles que viram apenas um caminho para a modernidade, seja para a literatura, seja na compreensão da cultura e da sociedade nacional, um caminho que eliminava o passado à medida que se conduzia para o futuro, visto como um resquício indesejável para a pavimentação do inevitável moderno, algo residual, já anacrônico. Determinadas abordagens sobre a modernidade estão comprometidas com a noção de progresso e de civilização, a partir de uma determinada filosofia da história.

Da mesma forma, supõe-se que não há na dimensão político-ideológica do regionalismo do século XX uma reivindicação de fragmentação, isolacionismo ou fechamento. Se existe, é minoritária. A atribuição dessas características e posicionamentos serviu ao propósito, justamente, de valer-se da região como um outro quando se fazia necessária uma reafirmação positiva da unidade/uniformidade em torno do centro. Ao não se encontrar critérios irrefutáveis para a identidade centralizadora, realizava-se uma "autodefinição aparente por negação", nas palavras de Hayden White (2014).

A fim de melhor compreender tais configurações, podemos recorrer a Luiz Roberto Pecoits Targa (2003). O autor designa como "paradigma centro-periferia" a construção de uma centralidade da história do eixo Rio de Janeiro-São Paulo nas narrativas em torno da formação histórica do Brasil. O modelo é aceito generalizadamente pela intelectualidade nacional, coligindo uma constelação de ideias-força em seu entorno, ou seja, estabelece-se um tipo de pensamento que conduz a sociedade em um sentido ou em outro. A contrapartida dessa afirmação (ou hipótese, como sugere), é a negação da autonomia e individuação de muitas partes do país.

No que tange o objeto desta pesquisa, o autor opõe-se à afirmação de que o território que hoje abrange o Rio Grande do Sul sempre fora periférico ou acessório em relação ao centro do país. Targa considera um anacronismo ver a sociedade e a economia sul-rio-grandenses dessa forma antes da segunda metade dos anos 1960.² Seria a projeção sobre o período anterior de uma ordem de interpretação calcada no modelo "centro-periferia". "O anacronismo dá lugar a uma afirmação a-histórica que pode ser assim explicitada: se uma região é periférica hoje, então é porque sempre o foi." A historiografia (e as ciências sociais guiadas pelo paradigma modernizador) que aceita a hipótese de que a sociedade e a economia meridionais são periféricas e que "projeta para o passado do Rio Grande do Sul a relação 'centro-periferia' com São Paulo estabelece um espaço social sem história" (Targa, 2003, p. 317-319).

Além desse, o autor elabora mais três procedimentos de negação (ou anulação) das evidências para caracterização de uma identidade local, que tornam "invisíveis fenômenos fundamentais da história sul-rio-grandense, fenômenos estes que produziram um profundo impacto sobre a história nacional": ação do exclusivismo centrista; indiferenciação subordinadora; desvalorização (ou esvaziamento do sentido da diferença); e periferização. (Targa, 2003, p. 300).

A negação (ou ação) pelo exclusivismo centrista traduz-se na apresentação do que ocorre em São Paulo e no Rio de Janeiro como o próprio processo nacional. As categorias para se pensar a história brasileira reduzem-se à sociedade paulista. Como obra-síntese, *A Revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes, que poderia ser chamada de "a revolução burguesa em São Paulo". É uma forma de afirmar a hegemonia histórica da região-centro. O sentido dos fenômenos é dado se estiverem em relação com a história da região-centro. Tudo o que não possa reiterar essa relação é ignorado.

² Se aceitarmos que a sociedade sul-rio-grandense tornou-se periférica em algum momento de sua história, é necessário atentarmos para as condições que "presidiriam a integração hierarquizadora e a sua consequência: a 'periferização' da economia e da sociedade meridionais" (2003). Tais condições seriam econômicas, em primeiro lugar, e só poderiam ter ocorrido depois que existisse a possibilidade concreta (material) de que todas as mercadorias pudessem circular (por rodovias) entre os territórios que viriam a ser hierarquizados em "centro" e "periferia" e, ainda depois que existisse um Banco Central na economia.

Na negação pela indiferenciação subordinadora as categorias utilizadas para dar sentido aos fenômenos da região-centro acabam modelando e dirigindo a interpretação, por analogia, dos fenômenos das regiões não-centrais. O exemplo: Fernando Henrique Cardoso e a análise da sociedade escravista no RS (definido por Targa como 'etnocentrismo regionalista paulista'). Para FHC a sociedade meridional é uma forma inacabada ou de realização imperfeita da sociedade escravista clássica do Brasil: a das *plantations* de açúcar e de café. Toda a especificidade da sociedade escravista gaúcha foi eliminada.

A negação pela banalização dos fatos consiste no menosprezo de eventos particulares ocorridos em outras regiões além do centro, vistos como ocorrências fortuitas, não como especificidades, mas como excepcionalidades, "idiossincrasia bizarra", não deixando marcas na sociedade ou tendo raízes mais profundas. O autor analisa a Primeira República no Rio Grande do Sul, governada pela ditadura do PRR, "uma elite política jacobinamente intolerante e [que] professava uma ideologia conservadora: o positivismo. Esta última, no entanto, era mais progressista do que a ideologia liberal que era utilizada no resto do Brasil". (p. 307).

Em síntese, defende que estava em andamento uma novidade na história da relação Estado-sociedade no Brasil, a partir da experiência meridional. Com uma análise mais detalhada sobre o partido, à luz das teorias da dominação, percebe-se através de suas ações e doutrinas a criação de uma dominação racional e burguesa, e não patrimonialista como no restante do país – principalmente em São Paulo. Seria impossível para os políticos do PRR fazerem frente à oligarquia tradicional sem uma nova forma de legitimação, inclusive militarmente.³

³ Para Gunter Axt, embora o modelo político no Rio Grande do Sul apresentasse inegáveis especificidades no concerto nacional, sendo a principal delas o "quadro de institucionalização autoritária e de sistematização do discurso político-ideológico de justificação do regime", a dominação do PRR ainda estava dentro do sistema coronelista – também com particularidades: enquanto nos demais estados a regra foi a acomodação entre poder estadual e poder municipal, "a especificidade do Rio Grande do Sul em relação ao sistema coronelista nacional estava numa permanente tensão existente entre o poder estadual e poderes locais, pois a natureza dessa relação era ao mesmo tempo de cooperação e de competição [...] Ou seja, no Rio Grande do Sul, o comando político regional – também emerso de uma rede de compromissos coronelísticos – pretendia sedimentar cada vez mais o controle sobre o estado,

O quarto procedimento é a negação pela periferização. Os exemplos analisados são as obras de Sandra Pesavento (1987) e Ronaldo Herrlein Jr. e Adriana Dias (1996) sobre a burguesia e o operariado no Rio Grande do Sul. A tese desses autores é a de que as posições do operariado gaúcho atrasaram sua organização e a emergência da luta de classes, cooptados por uma burguesia que forjava a imagem de "bom patrão", comprando a docilidade da força de trabalho.

Targa contesta as conclusões fundamentando-se no contexto econômico mais amplo da economia nacional: no RS da Primeira República vivia-se o pleno emprego no setor industrial, havendo menos vantagens na migração campo-cidade para os trabalhadores rurais, se comparado à economia paulista. Esse panorama inverte a explicação, transformando docilidade em cortejo, em tentativa de atração por necessidade de mão-de-obra. Além disso, os autores ignoram que as pautas das reivindicações no Sul eram mais "avançadas", por exemplo, não se lutava por redução da jornada, mas por melhores salários (em 1919 o conjunto dos operários paulistas obteve a jornada que já havia sido conquistada em Porto Alegre doze anos antes).

A relação entre capitalistas e trabalhadores foi compreendida a partir de um "dever ser", comparando-se implicitamente a história local com a economia, a sociedade, a própria história daquilo entendido como mais avançado no Brasil do período – a paulista. Logo, todos os fenômenos que ocorrem na sociedade são necessariamente fruto do atraso, uma vez que essa era uma sociedade tida como periférica. "Esses autores não conseguiram mergulhar naquela relação particular, naquela especificidade. Impuseram uma forma, um modelo externo. Nessa passagem da análise desses autores não houve, verdadeiramente, compreensão histórica." (p. 317-18).

Na obra coletiva *Gaúchos e Paulistas* (1996), os capítulos escritos por Targa aclaram alguns aspectos importantes para a presente tese. O primeiro é a hegemonia de um projeto "nacionalizante" que visa o nacional através do apagamento das diferenças regionais. É uma história teleológica da nação criada por certo nacionalismo. O próprio passado era um pressuposto para

enquanto os poderes locais aspiravam escapar do jugo compressor e forjar chefias relativamente autônomas.' (Axt, 2007, p. 96).

tornar a nação uma realidade. A consequência é que teria sido decisivo para a construção do Brasil apenas o acontecido nos epicentros, pautando e definindo a validade e o valor de todos os fenômenos históricos de outros espaços.

Segundo: se a modernização do Estado e da relação Estado-sociedade no Brasil ensaiou seus primeiros passos no Rio Grande do Sul, dominado e dirigido pelos positivistas, fortalece-se a hipótese envolvendo a relação entre modernização e regionalismo. É plausível supor que a voga de produção e recepção de obras vistas como regionalistas no Rio Grande do Sul, nos distintos momentos de aceleração da modernização ao longo do século XX, explique-se por isso.

Além das análises do autor, pode-se considerar também como exemplo a escrita da história do/no Rio Grande do Sul. No século XIX iniciaram-se as primeiras tentativas, com a fundação do Instituto Histórico, depois Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (em 1853 e 1860). No século seguinte, fundou-se o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em 1920. Como constante, manteve-se a orientação de seguir o congêneres nacional, atrelando de diferentes formas a província ao desenvolvimento da Colônia, escrevendo uma história feita a partir da expansão civilizatória portuguesa nesta parte da América, ressaltando a ocupação militar e minorando qualquer outra presença dissonante. Os autores membros do IHGRGS que destoavam desta tese foram minoritários ou largamente contestados, dentro e fora dos limites do Instituto. Do momento inicial onde havia um território compreendido como fronteira porosa, manejando as diferenças culturais (aproximações com o Prata) por meio de barganhas políticas, a memória da parte austral do país tomou a forma de um republicanismo pioneiro e de sentinela da fronteira-limite, territorial e cultural; nos constantes testes de patriotismo, os sul-rio-grandenses do passado haviam se mostrado como os mais brasileiros entre os brasileiros.⁴

⁴ O caminho da Literatura foi distinto. Se considerarmos a "curva ascendente de aproximação [...] em direção ao Prata", as obras literárias passaram da referência aos modelos fornecidos pelo romantismo alencariano, procurando inserir o tipo gaúcho nos demais tipos regionais, à recepção literária do linguajar da fronteira a partir da cultura oral da campanha com a generalização do cânone regionalista na prosa local, no século XX (Nedel; Rodrigues, 2005, p. 177). Podemos complementar os posicionamentos das autoras: antes mesmo do século XX a

Posteriormente, a chamada historiografia crítica dos anos 1980, ao denunciar metodologicamente e ideologicamente as interpretações da historiografia tradicional sobre o estado, manteve o mesmo eixo, mas com sinal invertido. Se antes era preciso demonstrar a expansão e defesa da civilização portuguesa, agora o estado era integrado como exemplo de atraso e conservadorismo, pois não reproduzia os estágios mais avançados de sociabilidade, economia e cultura que se passavam no centro. É outro possível exemplo dos procedimentos de negação defendidos por Targa. Continuava necessário ser igual ao restante do país: qualquer que fosse o fenômeno diverso que acontecia no Sul, seria "sempre interpretado ou como fruto do atraso dessa sociedade, ou como não possuindo nenhum significado". (Targa, 2003, p. 300-301).

Neste período em específico, olhando a partir do ponto de vista institucional, a maior parte das interpretações sobre o Brasil meridional deriva ou de intelectuais do centro ou de intelectuais sul-rio-grandenses formados em escolas do centro antigo (Rio de Janeiro) ou do novo centro, na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Não é fortuito que a vanguarda do pensamento, seja em sua manifestação literária ou acadêmica, sempre é a criada por instituições e autores/as paulistas e sua obsessão pelo "novo".

As obras regionalistas, muitas delas, foram os locais de memória e valor dessas diferenças inter-regionais, que escapavam à noção de "realizar-se tal como São Paulo", hierarquizando os fenômenos da realidade histórica. O interesse pelo estudo de costumes e tradições populares contribuiu para o acolhimento da diversidade interna, a partir das heterogeneidades culturais das regiões.

Se os argumentos parecem reviver o antigo "ressentimento gaúcho", podemos buscar suporte nas obras de Jessé Souza, para quem não existe ordem social moderna sem uma legitimação científica desta mesma ordem. Em *A tolice da inteligência brasileira* (2015) e *A elite do atraso* (2017), o autor defende que as ciências sociais brasileiras estiveram (e estão) sob o domínio

produção poética em cidades da fronteira sul e em Pelotas incorporava elementos da gauchesca platina. Houve romantismos distintos no Rio Grande do Sul.

de um "culturalismo racista", surgido nos anos 1920, cujo ápice é uma teoria da modernização surgida após a 2ª Guerra Mundial, responsável por hierarquizar indivíduos, classes e países sob os critérios de estoque cultural. A prevalência do modelo capitalista norte-americano de modernização explicava-se pela herança protestante. Mas a hierarquização não era apenas econômica, sendo também moral, com seres superiores, honestos, democráticos, racionais nos centros do poder econômico mundial, enquanto o atraso dos demais territórios seria explicado pela corrupção, propensão à comportamentos violentos, prevalência do "corpo" sobre o "espírito", merecendo com isso serem modernizados via dominação, objetiva ou simbólica.

Projetando um jogo de escalas, é a mesma ideia-força que se estabeleceu para entender o Brasil moderno. Acredita-se que a emergência e aplicação do paradigma centro-periferia nas ciências sociais brasileiras apresenta vinculação direta com a teoria da modernização – e sua filosofia da história –, como vimos, tendo implicações muito fortes para a percepção da cultura letrada meridional, objeto desta pesquisa. Possivelmente a consequência mais perniciosa seja o procedimento de que ao se assinalar a percepção externa e a autopercepção de uma sociedade como periférica, estão sendo eliminados quaisquer aspectos positivos ou experiências significativas advindas daquele lugar, pois esta define-se por negação, tudo aquilo que não é o centro, este sim, o lugar da civilização, do moderno, da vanguarda. Não é coincidência que o regionalismo seja visto como um problema, um atraso, e curioso não se falar em regionalismo carioca, por exemplo, ou que o regionalismo paulista não seja um "outro" a ser superado.

É a partir dessa relação que emerge a vinculação com uma das heteronomias nacionais mais importantes, o sertão. Outro da civilização, o outro nacional por excelência, sertão é um conceito visto como aquilo que carregou – e carrega – o outro de determinado molde de nação, este identificado como o Brasil cosmopolita do litoral, ou seja, o da plantation açucareira e depois cafeicultura. Outra vez Fischer (2014) aponta um caminho instigante: no regionalismo estão as obras que tratam dos espaços que foram definidos como sertão. Ao olhar para seus lugares de origem, os escritores

perceberam um mundo que desaparecia e buscaram relatar essa morte de alguma forma.

Fischer pensa com Freud no artigo, diferenciando luto e melancolia. Procurando enriquecer a discussão, adicionamos aqui o conceito de nostalgia, adjetivo frequentemente encontrado atrelado às obras regionalistas. A referência será a obra de Svetlana Boym (1959-2015).

Comumente os historiadores não se interessam muito pelo fenômeno da nostalgia, considerando-a como uma palavra negativa. Na maior parte dos casos o termo é empregado no sentido de marcar os "conservadores". Boym define a nostalgia como uma forma de presença do passado, "um desejo por um lar que não existe mais ou nunca existiu.". É um sentimento "de perda e deslocamento, mas é também uma fascinação com a própria fantasia." (Boym, 2017, p. 153).

A autora aborda o fenômeno como uma emoção histórica. A nostalgia não é necessariamente oposta à modernidade e à responsabilidade individual, antimoderna, mas sim complementar. A condição moderna é atravessada pela dor do deslocamento e da irreversibilidade temporal, gerando um desejo de continuidade, de estabilidade, em meio a um mundo cada vez mais fragmentado. A hipótese é a de que a nostalgia, enquanto doença detectada em inícios da era moderna, ligava-se não somente ao deslocamento no espaço (em sua maioria, atacando soldados e mercenários em trânsito), mas também à mudança na concepção de tempo:

A nostalgia moderna é o luto pela impossibilidade do retorno mítico, pela perda de um "mundo encantado" com limites e valores claros. Ela pode ser uma expressão secular de um desejo espiritual pela unidade edênica do tempo e espaço antes da entrada na história. O nostálgico está em busca de um destinatário espiritual. Defrontando-se com o silêncio, ele procura por sinais memoráveis, mal interpretando-os desesperadamente. (BOYM, 2017, p. 158).

Os nostálgicos revoltam-se contra a ideia moderna de tempo, o tempo da história e do progresso. Existindo no plural, Boym estabelece dois tipos básicos de nostalgia, metahistóricos, não sendo oposições binárias absolutas: uma restauradora e outra reflexiva. "As duas produzem e atualizam formas

estéticas próprias que configuram, por sua vez, contornos éticos precisos" (Boym, 2017, p. 141).

A nostalgia reflexiva: assume a contingência e não procura deter a mudança; "temporaliza o espaço". Vê num lugar as camadas de tempo e história que se misturam e podem inspirar o novo. O passado é inspiração para um futuro aberto. O outro tipo, a nostalgia restauradora: evoca o passado grandioso das idades de ouro nacionais; "espacializa o tempo", reconstruindo transhistoricamente a terra perdida; inscreve no presente a marca de um lugar pretérito hegemônico, sempre idêntico a si mesmo. O presente é o futuro do passado, numa utopia conservadora.

Assim sendo, a nostalgia é múltipla, nem sempre retrospectiva, podendo também ser prospectiva: há uma tradição de reflexão crítica sobre a condição moderna que incorpora a nostalgia e pode ser chamada de *off-moderna*, apresentando simultaneamente uma crítica à fascinação moderna pela novidade, reinventando tradições.

Para a presente pesquisa, pode ser uma nova possibilidade de compreensão ver o regionalismo – ou os regionalismos gaúchos – pelas lentes da nostalgia reflexiva, e não da nostalgia restauradora, como foi compreendido majoritariamente até o momento. Ou seja, considerar as obras em suas reflexões sobre a história e a passagem do tempo, no sentimento de distância que inspira a narrar a relação entre passado, presente e futuro, a contar uma história: "o passado não é feito à imagem do presente ou visto como presságio de algum desastre presente; ao contrário, é uma miríade de potencialidades que o passado abre, possibilidades não teleológicas de desenvolvimento histórico." (Boym, 2017, p. 161).

Entre as próprias definições da autora a nostalgia mostra-se um sentimento ambivalente, e atrelado às experiências e expectativas dos desejos por outros tempos, novas concepções de tempo e espaço. "The twentieth century began with a futuristic utopia and ended with nostalgia", nos diz a autora. A história da nostalgia, então, pode permitir uma abertura da história moderna não apenas como busca de novidade, de rupturas e progresso tecnológico, mas de possibilidades irrealizadas, mudanças imprevisíveis e encruzilhadas. (Boym, 2001)

Nenhuma sociedade humana se estabelece e torna-se funcional sem uma percepção do passado e, como acrescenta Ankersmit (2012, p. 325), "sem uma percepção dessa percepção do passado". Precisamos dessa "percepção da percepção" para sabermos o que estamos fazendo quando encontramos os rastros do passado, como os recolhemos e os amarramos às teias de sentido. Neste aspecto será adicionado mais um elemento de interesse para análise das obras, recorrendo a Reinhart Koselleck (1923-2006).

Em *Futuro Passado*, o autor concentra-se, principalmente, na definição do tempo histórico. Embora necessitando da cronologia e do tempo natural, o tempo histórico é um tipo particular de determinação temporal. As fontes do historiador alemão são textos investigados a partir da noção de como "explícita ou implicitamente, abordam a relação entre um determinado passado e um determinado futuro" (Koselleck, 2006, p. 15). Essa é a experiência temporal, emergida com base na relação entre espaço de experiência e horizonte de expectativa, categorias meta-históricas (antropológicas).

Para o historiador, o tempo sempre é relativo, atrelado ao que as sociedades fazem com sua realidade. Na modernidade, as concepções de tempo passaram a ser múltiplas – justamente o que caracteriza o período –, tornando a experiência de tempo mais individual, através de uma busca pela liberdade pessoal que abriu espaço para experimentações, inclusive em relação à experiência temporal. Koselleck concebeu as duas categorias para compreender a dimensão humana da nova temporalidade e como internalizamos o passado e o futuro. Espaço de experiência e horizonte de expectativa são pessoais e interpessoais. A assimilação do passado no presente é trazida pelo *espaço de experiência*; o *horizonte de expectativa* revela a forma de conceber o futuro:

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamentos, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presente no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias.

Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o

ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem (KOSELECK, 2006, p. 309-310).

Ressaltam-se três aspectos. O primeiro é a indissociabilidade entre passado, presente e futuro, destacando especialmente o futuro como algo também analisado pelos historiadores, muito relevante porque as projeções desta dimensão temporal movem e guiam a sociedade em determinada direção. A segunda é a noção de experiência histórica, aquilo que buscamos ou encontramos no passado, de maneira explícita e deliberada ou implícita e inconsciente, que permite vislumbrar o futuro, a partir do presente. O terceiro: na era moderna, a diferença entre experiência e expectativa aumentou progressivamente: "só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então" (Koselleck, 2006, p. 314).

A hipótese é que os debates entre as obras do regionalismo e seus críticos também carregavam uma disputa pela definição do espaço de experiência e do horizonte de expectativa. Ao "passado e ao residual [relegasse] aquilo que supostamente não faria parte do tempo da modernidade", como a cultura dos pobres do campo (migrados para a cidade ou não), a cultura popular, a pobreza, a violência. São "manifestações anômalas e vencidas de uma sociabilidade extinta pela crescente e inevitável difusão da modernidade que decorreria do desenvolvimento econômico e da globalização" (Martins, 2012, p. 17). Havia/há divergências em torno do passado, do presente e do futuro, pela experiência histórica.

As "manifestações anômalas" do passado foram julgadas de acordo com uma ideia que defendia a melhoria em direção ao futuro infinito, não uma reflexão sobre o passado, mas uma teologia do tempo "objetivo": o progresso. O progresso é "o primeiro conceito genuinamente histórico que apreendeu, em um conceito único, a diferença temporal entre experiência e expectativa". O futuro será diferente do passado: melhor. É um novo horizonte de expectativa. E isso modifica o valor histórico do passado. A história deixa de ter funções didáticas: "sempre se tratava de superar experiências que não podiam ser

derivadas de experiências anteriores, e, portanto, de formular expectativas que antes ainda não podiam ser concebidas" (Koselleck, 2006, p. 320).

Adicionamos a Koselleck que além de tornar-se a ideologia por excelência do capitalismo de mercado, foi uma filosofia da história que varreu da mesma forma o socialismo real ao longo do século XX. "Nos últimos dois séculos, a ideia de Progresso se aplicava a tudo – do tempo ao espaço, da nação ao indivíduo." (Boym, 2001, p. 10). O progresso tornou-se uma nova narrativa global, em substituição às aspirações universais da escatologia cristã, o que levou muitos intelectuais a levantarem a questão de se o progresso poderia ser simultâneo em distintas esferas do humano. Desenvolvimento tecnológico caminha lado a lado com desenvolvimento ético, desenvolvimento intelectual? Se, de fato, houve uma melhoria nas humanidades e nas artes, e na condição material humana em geral, permaneceram questões em aberto. Ao menos até inícios do século XX, quando os grupos, países, classes sociais que olhavam do alto do pódio do desenvolvimento, da civilização, julgando-se no direito de dirigir os povos degraus abaixo, implodiram o próprio pódio e a si mesmos.

A pesquisa vincula-se à Linha de Pesquisa "Fronteira, Política e Sociedade" do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A noção de fronteira adotada diz respeito, sobretudo, às dimensões culturais, simbólicas, mais do que às noções políticas e geográficas – sem desprezar a interrelação entre todas as dimensões. Essas configurações dão a ver a realidade social, são atravessadas por disputas de poder por meio de signos e símbolos, através dos quais os humanos "percebem e qualificam a si próprios, ao corpo social, ao espaço e ao próprio tempo. Faz parte desse jogo de representações estabelecer classificações, hierarquias e limites, que guiam o olhar e a apreciação, pautando condutas. (Pesavento, 2004, p. 109).

Nesse sentido, a noção de fronteira corresponde a um marco de referência imaginária que se define pela diferença e alteridade com relação a outros, relacionando-se, assim, com aquilo que chamamos de identidades culturais – "aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nosso 'pertencimento' a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais" (Hall, 2011, p. 8).

A composição das fronteiras simbólicas é feita por ideias, fronteiras de pensamento, no que podemos designar como fabricação simbólica das sociedades. As disputas relacionam cultura e poder, pois as ideias, os mitos, mobilizam para a ação. As interpretações e significados legítimos estão sempre em disputa, pois não existe poder sem cultura e também não há cultura sem poder. "Ideias" designa um conjunto de convicções, crenças, opiniões, interesses e motivos, conjunto que, adotado pelas pessoas, individual ou coletivamente, determina sua ação. Crenças e opiniões firmadas como princípios ou motrizes de ação: roteiros, guias. O agir humano é atualizado e reatualizado por ideias: o "conjunto dessas ideias forma uma cultura, que fornece um quadro de referências no qual indivíduos e comunidades se encontram, ou se reencontram, e estipulam objetivos, metas, fins" (Martins, 2007, p. 2-3).

A questão do poder é central para qualquer sociedade humana. A compreensão do passado e o esclarecimento do presente integram essas fabricações imaginárias da realidade. A crítica às noções arraigadas sobre o regionalismo é, de certo modo, uma crítica a um paradigma dominante, tanto sobre a produção cultural quanto sobre a hierarquia das ideias no Rio Grande do Sul e no Brasil. Na alegoria do senhor e do escravo, as fronteiras longínquas da civilização são o lugar dos escravos, não-homens, espaços onde a expressão de qualquer valor positivo (moderno) seria impossível. Algo que se enfraquece à medida em que se afasta do centro. O desejo do centro, que não sai do centro e se contenta com o centro.⁵ São ondas – o olhar que vê apenas de alto-mar não enxerga nada lá onde as vagas quebram nas franjas de areia.

⁵ O trecho é uma paráfrase de célebre frase presente em artigo de Mário de Andrade, intitulado "Regionalismo", publicado no jornal Diário Nacional (São Paulo, 14 fev. 1928).

Os intelectuais e suas produções analisados na pesquisa são vistos a partir de debates de longa duração para a intelectualidade regional que envolvem a noção de fronteira como elemento constituinte da identidade regional e da própria identidade dos intelectuais, os "provincianos". As narrativas construídas são um dos elementos centrais nas sociedades modernas, visto que intelectuais, suas ideias e as instituições que as reproduzem legitimidades e hierarquias sociais, tanto pelas identidades legítimas quanto a legitimidade dos próprios intelectuais. Conceitos que atravessam a pesquisa, como o próprio regionalismo e o nacionalismo, por exemplo, são centrais nesses processos ao longo do século XX.

Acredita-se que os debates e posições intelectuais em torno de projetos identitários, em inícios do século XX, disputavam a elaboração de determinada maneira legítima de ver o mundo, estabelecendo a cultura regional em seus traços e temporalidade, composta por instituições culturais e por símbolos, ideias, valores e representações. A literatura teve um papel central na definição das origens do Rio Grande do Sul e dos traços identitários mais apropriados aos habitantes daquela (desta) região, colaborando para o estabelecimento das imagens mais apropriadas em torno do mundo social, influenciando ações e, sobretudo, as autorrepresentações de nós mesmos e dos outros, pois toda criação de identidade implica uma configuração de si e uma configuração do outro ou outros constitutivos.

A tese está organizada em duas partes, subdividida em capítulos. A Parte 1, designada "Crítica literária, literatura e regionalismo", é dividida em dois capítulos. O primeiro, "Regionalismo como fenômeno intelectual", procura contextualizar os debates envolvendo o conceito de regionalismo entre a intelectualidade brasileira até inícios do século XX. O segundo capítulo, "Regionalismo como fenômeno literário", aborda o conceito enquanto objeto de discussão na crítica literária. Esta primeira parte tenta viabilizar uma (re)discussão sobre um conceito tão caudaloso como o de regionalismo,

propondo uma articulação entre alguns elementos. Primeiramente, de maneira mais ampla, devemos perceber que esta categoria se insere no processo de construção dos imaginários das sociedades humanas sobre elas mesmas. Especificamente, devemos relacioná-la ao processo de construção do Estado-nação, com o estabelecimento das fronteiras internas, não apenas geopolíticas, mas também imaginárias, com seus critérios de valor consequentes. Outro importante elemento sugerido é a estreita vinculação entre as disputas simbólicas para a definição de como uma interpretação sobre fenômenos culturais torna-se hegemônica – no caso, como ver-se a literatura produzida no Brasil de acordo com critérios legítimos ou ilegítimos, e qual a leitura temporal para isso: passado, presente e futuro.

Na Parte 2, intitulada "Mal-estar e nostalgia no Brasil Meridional" são analisados os três autores, o contexto intelectual e seu corpus. No capítulo 3, "Uma estremadura exposta às intempéries da história: O Rio Grande do Sul na Primeira República", o estado será contextualizado em início do século XX, buscando interligar a história intelectual à história política. Os capítulos seguintes abordam as versões para o regionalismo de Alcides Maya (Capítulo 4), João Simões Lopes Neto (capítulo 5) e Roque Callage (Capítulo 6). Desta forma, sendo uma pesquisa em História, busca-se talhar uma abordagem sobre a historicidade da sociedade em que vivemos. O pesquisador não está fora dela.

. CAPÍTULO 1 .

REGIONALISMO COMO FENÔMENO INTELECTUAL

Quando dizemos *regionalismo* estamos falando de um fenômeno complexo e de longa duração, concomitante ao processo de construção dos Estados nacionais. Historicamente, algumas interpretações datam o Estado-nação a partir da Revolução Francesa, de 1789 (Carvalho, 2015). O nacionalismo, enquanto ideologia moderna é fruto da industrialização da Europa ocidental (E. Gellner), do Estado francês moderno, fruto da Ilustração e da própria Revolução Francesa (E. Kedourie), ou da Era das Revoluções, a partir de 1830 (E. Hobsbawm).

Ao longo dos séculos, a ideia de nação esteve ligada a um centro de poder (capital) e a uma identidade comum, tanto materiais quanto simbólicos. A região seria tudo aquilo que não seja/esteja (n)esse poder central. Falar de região, então, pode auxiliar na compreensão sobre as construções simbólicas destes caminhos internos.

No Brasil, o Estado nasceu antes da nação. Antes daquele, a dominação colonial de um espaço. Ao almejar uma nação una, a região tornava-se um espaço de ameaça, evocando estranheza, "estranheza que vem do fato de a palavra estar investida de uma carga semântica que, no mais das vezes, remete a nacionalismos baratos e tacanhos." (Araújo, 2006, p. 113). Para certo nacionalismo, a identidade regional é dada enquanto alteridade da nação. Então, para configurar nações, elaboram-se tanto as fronteiras externas quanto as fronteiras intranacionais e seus significados.

Emergindo após 1822, sob as luzes do Romantismo, mas seguindo e ganhando novos elementos ao longo do século seguinte, o regionalismo acompanha e é marcado pelas transformações estéticas e críticas registradas na produção intelectual brasileira. Possivelmente, a noção de que o Brasil era fragmentado por pluralidades culturais, ambientais e socioeconômicas inquietou e ocupou intelectuais mais do que a comparação com outras nações (Vidal e Souza, 2011, p. 299). O regionalismo vai criando as regiões, antes

vividas, que passam a ser enunciadas. Como se percebeu a região nesses distintos momentos?

Toda interpretação de Brasil assenta-se em uma significação sobre o passado, uma interpretação do presente e futuros possíveis. Nas compreensões/histórias sobre o Brasil, desde a Independência, predominou um "ponto de vista geral", vinculado à noção de "história universal". As narrativas herdaram do olhar europeu um modo de escrita centrado na expansão da civilização europeia, responsável por descobrir e salvar os demais povos do mundo à barbárie. Ações práticas sustentadas por ideias, pois haveria uma humanidade esclarecida que precisava salvar a humanidade obscurecida, justificada "pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história" (Krenak, 2019, p. 11).

Este modelo de História contém um sentido e um centro, étnico, civilizacional e racial, ao qual precisaríamos ser também articulados (Reis, 2017). No século XIX, este centro homogeneizador foi o Rio de Janeiro, criando um enredo geral sobre o Brasil, composto por protagonistas, eventos legítimos e datas verdadeiras. Este momento pode ser tomado como o início da invenção das tradições nacionais.

As preocupações tanto da geração da Independência – exemplificada por José Bonifácio – quanto da que organiza o Estado imperial a partir de 1830 circulavam em torno de conceitos como "civilização", "nação" e "história". Há uma grande preocupação com esta última, não apenas com a necessidade de seu registro – um "levantamento de todos os fatos físicos e morais pertencentes ao novo país" – mas também com a compreensão de seu sentido e direção. A nação passa a ser uma individualidade, uma totalidade em movimento: "o destino da nação, sua identidade e legitimidade, a vida política, o lugar individual, todas essas questões pareciam exigir respostas históricas". (Araújo, 2008, p. 130).

A realidade se torna histórica naquele século. O esforço de descrição escrita e a busca por um sentido da história explica vocabulários comuns para pensar a realidade, o Brasil. Pode-se dizer que existem compreensões e

conceitos centrais que entrelaçam a história, a literatura, as artes, o debate político-intelectual como um todo.

A partir da Corte – e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) – foram impedidas as possibilidades de interpretações distintas da experiência brasileira. Iniciou-se a generalização do olhar de um grupo e de uma região, uma parte que se tomava como centro do todo:

Essa história geral expressava um projeto político de conquista e colonização de uma região, que se considerava superior às outras. Desde a Independência, a Corte fluminense se representava como o núcleo branco, cristão e ocidental do Brasil, que tinha a missão heroica de "salvar o país", levando ao interior bárbaro, com violência, se fosse necessário, os valores da civilização ocidental (REIS, 2017, p. 8).

Esta construção da unidade passou a ser sinônimo de uniformidade no processo de configuração da comunidade política. Os frutos desta produção intelectual geraram uma determinada "ordem do tempo" brasileiro, com o predomínio de uma determinada consciência histórica. O "todo nacional" era definido por uma de suas partes. Gesta-se uma ideia de nação com longa duração: o avanço civilizador sobre espaços vazios.

Esta dimensão espacial é importante por distinguir a formação do Estado-nação na Europa e na América. Ao contrário das nações criadas no Velho Mundo para as quais o passado histórico remoto era enunciado como a raiz, a partir da consolidação de uma memória coletiva comum, tanto a formação da sociedade quanto a do Estado no Novo Mundo tiveram no domínio do espaço seu processo básico: "a consciência do espaço, da territorialidade [...] forneceu as bases da integração necessária à formulação de um projeto de nação" (Oliveira, 1998, p. 2). Percebendo que as versões sobre a conquista da terra são centrais, podemos afirmar que o embate entre a barbárie e a civilização foi um ato fundador do Brasil, como sociedade do Novo Mundo.

Nesse sentido, conforme se estabelecia a colonização e, posteriormente, a ex-colônia se fazia nação, criou-se também um outro espacial, uma alteridade. Outro geográfico, social, humano, cultural e temporal. Este Outro foi consubstanciado por duas noções: sertão e região – ou sertões e regiões.

Sertão é um lugar espacial/geográfico e social, parte do Nordeste, árido e pobre, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O vocábulo acompanha a colonização, tendo origens em Portugal no século XIV, utilizado para se referir às áreas distantes de Lisboa e grafado 'certão'. Com a expansão marítima, viajantes, cronistas e autoridades lusas nas colônias utilizavam-no para designar grandes espaços interiores, pouco ou nada conhecidos. Também pode ter sido uma corruptela de 'desertão', indicativo de terras despovoadas do interior (Nascentes, 1955)

Interessante é notar que o uso do vocábulo carrega uma dimensão de lugar simbólico construído pelos europeus e utilizado concomitantemente à conquista e consolidação da colônia. 'Sertões' eram os espaços não integrados aos núcleos de colonização e de seu sentido, qual seja, a integração ao espaço europeu: o 'despovoamento' aludia aos bárbaros, hereges, infiéis e gentios; denominava no uso feito pelos agentes lusos os lugares dominados pela natureza não humanizada, perigosos, onde as benesses da civilização ainda não haviam se estabelecido. Eram os espaços coloniais não europeus.

O referente de sentido que possibilita(va) a existência do sertão era o litoral: espacialmente a faixa de terra próxima à costa, e simbolicamente um espaço em processo de colonização ou já efetivamente colonizado, portanto, conhecido, delimitado pelos olhos e braços europeus ou luso-brasileiros: a região colonial dominada pelos brancos, logo, cristão e civilizado.

Por conta disso, desde o início do Brasil e de sua história "sertão configurou uma perspectiva dual, contendo, em seu interior, uma virtualidade: a da inversão. Inferno ou paraíso, tudo dependeria do lugar de quem falava" (Amado, 1995, p. 150). Se para os agentes colonizadores significava um misto de perigo, riquezas e glória a conquistar, para os subalternos daquela sociedade colonial significava liberdade em relação à opressão e esperança, possibilidade de fuga da ordem que se impunha.

Representando uma experiência histórica, "sertão" consubstancia uma categoria de entendimento do Brasil, inicialmente na condição de colônia portuguesa e, a partir da Independência, conforme os agora brasileiros absorviam todos os significados construídos pelos portugueses, acrescentavam-lhes outros "transformando 'sertão' numa categoria essencial

para o entendimento de 'nação'. (Amado, 1995, p. 150). Dessa forma, tornou-se também uma categoria do pensamento social, recorrente na historiografia e na sociologia.

Janaína Amado (1995) defende que entre 1870 e 1940, "sertão" era uma categoria absolutamente essencial (mesmo quando rejeitada) em todas as narrativas cujo tema era a nação brasileira, aparecendo em Varnhagen, Capistrano de Abreu, Oliveira Viana, Euclides da Cunha, Nelson Werneck Sodré, Sérgio Buarque de Holanda, Cassiano Ricardo e outros, sendo elemento central na construção simbólica da brasilidade. A partir dos anos 1950, o tema perdeu importância na historiografia, mas manteve-se na análise de sociólogos.

Visto como local onde predominavam tradições e costumes antigos, duas abordagens podem ser identificadas no trato com o sertão: a perspectiva romântica e a perspectiva realista. Para os românticos, o humano que habita este espaço é símbolo positivo da nacionalidade, caracterizado pela destreza, simplicidade e modo de vida adaptado à natureza, opondo-se à vida corrompida do litoral e/ou cidades. Para os realistas, o sertão é a antítese da nação almejada, um problema social, opondo-se à civilidade do litoral. (Oliveira, 1998, p. 197).

Candice Vidal e Souza (1998) aponta que a produção historiográfica e de sociologia política contém um uso cognitivo e um uso moral da noção de *sertão*. Cognitivo pelo uso de sertão a fim de comunicar eventos históricos e características sociopolíticas da sociedade brasileira. E prescrição moral sobre um *dever ser*.

Estas duas dimensões são percebidas nas "inflexões retóricas" romântica e realista⁶, principalmente no que tange a atribuição de valor. Para os românticos, o autêntico "modo de ser brasileiro" dignifica o habitante do interior, sendo um outro desejável, exemplar de "verdadeiro brasileiro". Para a perspectiva realista, o sertão é um problema, um obstáculo, um outro

⁶ Embora sejam categorias utilizadas pela autora como diametralmente opostas, convém destacar que perspectivas "puras", nesse sentido, dificilmente serão encontradas nos autores a partir de sua internalização: há contradições. Euclides da Cunha, Coelho Neto e Afonso Arinos veem o mundo que se perde de maneira realista (registrar costumes, tradições das populações, linguagem), vendo esses mesmos traços culturais como bases da nacionalidade – o que pode ser visto como um traço romântico.

indesejável, vergonhoso e negativo. Esta perspectiva predomina seguindo as explicações biológico-raciais, atribuindo a inferioridade do interior à determinismos de sangue e cor (maior miscigenação, maior degeneração), impossíveis de modificação. "Na condição de alteridade ambígua – parte destoante, mas que não pode ser de todo negada – o sertão atinge o seu ápice como antítese da nação desejada" (Souza, 1998, p. 58).

Para Nísia Trindade Lima (2013, p. 19), as imagens espaciais e simbólicas associadas ao par sertão/litoral possuem relações com a ideia de dois tipos de ordem social: "tais categorias especificam modos distintos de compreensão da vida social e, sobretudo, dos processos de mudança." Mais do que sublinhar a importância do espaço em nossa formação histórica ou na elaboração da nação carente de eventos históricos significativos, refere-se fundamentalmente à justaposição de épocas históricas, ou seja, "a temporalidades distintas e coetâneas".

Sertão tem seu sentido atravessado por uma dupla rede de significado. Para além de indicar apenas o domínio do desconhecido, o espaço vazio, a formação de um espaço interno, a perspectiva do interior, mundo em desaparecimento, acaba por traduzir uma realidade política: "a condição do desterro, a ausência de leis, a precariedade dos direitos, a inexistência da ordem." (Starling, 2008, p. 134).⁷

Jorge Caldeira (2017) traz uma interessante contribuição ao debate partindo da esfera econômica, alcançando a política e a sociedade. Exercício fundamental para compreender a formação e a dinâmica social do país é realizar uma crítica à noção de sertão como sinônimo para economia de subsistência. Adotada pelos clássicos da interpretação histórico-social no país, esta noção gerou uma interpretação que enfatizava o comércio internacional (litoral) como única fonte de dinamismo econômico – a grande lavoura agroexportadora. Em contrapartida, o sertão era o espaço da inércia e da persistência dos mesmos grupos de poder:

Uma secular elaboração imagética mostra a realidade brasileira como decorrente de uma dupla formação: o governo central como parte

⁷ Antecipando a discussão dos próximos capítulos, aqui podemos enxergar neste aspecto a pampa de Domingo Sarmiento em seu *Facundo*. O paralelo é interessante porque o estigma da barbárie pampiana acaba sendo uma das questões aos regionalismos no Rio Grande do Sul.

ativa (centro do dinamismo econômico, da política civilizada e da esfera letrada) e o sertão (imobilizado na economia de subsistência, bárbaro em política e analfabeto, portanto incapaz de articular formalmente o seu lugar no mundo).

Em termos simbólicos, essa imagem de Brasil é herança direta da visão de mundo corporativista portuguesa, que mostrava o governo central como cabeça pensante e o restante da sociedade como corpo obediente com funções especializadas. (CALDEIRA, 2017, p. 516-17)

A visão da "economia de subsistência" impede uma compreensão mais apurada sobre a dinâmica socioeconômica efetiva do sertão. Em relação ao governo, todas as leis e instituições que regiam o sistema governamental e as instituições reiteraram a distância e a hierarquia, agindo para reforçá-la.

1.1 A República

Entre o fim do século XIX e início do XX, as mudanças sociais e políticas impactaram as ideias sobre o Brasil, a sociedade, a cultura, o Estado. A alteração da ordem política impacta também as maneiras de se pensar o Brasil: províncias que se tornam estados, regiões que deixam de existir e outras que emergem, correspondência ou não entre regiões e estados. As discussões em torno da nação e da nacionalidade retornam ao centro do debate. Se tudo estava em (re)definição, assim estavam também os regionalismos.

A organização do novo Estado como uma Federação consagrou o desejo de parte significativa das elites político-econômicas do país, permitindo "que as diversas oligarquias locais ascendessem ao poder, no seu âmbito regional, assumindo o controle da máquina administrativa, em particular da fiscalidade. As novas bases institucionais tiveram impactos distintos em cada estado. No Rio Grande do Sul, a complexidade econômica, a existência de uma opinião pública e a presença de partidos políticos farão a mediação entre clãs familiares e o Estado – o que não ocorre em outros estados, como Ceará, Alagoas e Mato Grosso, por exemplo (Monteiro, 2016).

Iniciada em 1893, a Revolução Federalista foi o resultado das disputas no âmbito estadual, contrapondo o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), dos positivistas gaúchos liderados por Júlio de Castilhos, ao Partido

Federalista, "defensor da Constituição de 1891, da autonomia municipal e do governo federal com poder centralizado." (Schwarcz; Starling, 2015, p. 321)

O reequilíbrio de poder local-federal foi alcançado a partir de um sistema circular, devido ao "próprio grupo governante no nível federal [ser] produto de uma combinação das frações dominantes dessas mesmas oligarquias" estaduais e municipais suportados por intervenções federais, quando necessário, para manter o próprio poder central" (Monteiro, 2016, p. 452-453).

Garantiu-se a estabilidade política fundamentalmente por três procedimentos, principalmente após o governo de Campos Sales e sua Política dos Governadores (ou dos Estados, como ele dizia): a) comprometimento dos governos estaduais em manter os conflitos restritos a seus próprios territórios; b) reconhecimento da soberania dos estados em suas políticas internas, por parte do governo federal; c) manutenção de um processo eleitoral dominado por fraudes em todos os níveis, do coronel no município à Comissão de Verificação na União (Schwarcz; Starling, 2015).

As disputas tinham um motivo de ser: a transformação das províncias em governos formalmente soberanos, com maior autonomia e controle fiscal. O "governo" foram "governos": "Todas as funções modernas de Estado presentes no período vieram dos governos locais. Foram estes os únicos a criar redes de prestação de serviços para os cidadãos: escolas, segurança pública, saneamento, saúde", ou seja, "os governos estaduais passaram a funcionar como processadores dos interesses internos e como prestadores de serviços com pretensão universal" (Caldeira, 2017, p. 520).

Outra política que causou grande impacto na configuração social e cultural do país foi a chegada de imigrantes: "Entre 1877 e 1903, cerca de 71 mil imigrantes entraram por ano no Brasil, sendo 58,5% provenientes da Itália. Entre 1904 e 1930, o número chegou a 79 mil, com os portugueses alcançando 37% das entradas." (Schwarcz; Starling, 2015, p. 323). Ao total, mais de 3,6 milhões de italianos, espanhóis, portugueses, franceses, árabes, alemães, japoneses chegaram no Brasil. Muitos foram destinados ao campo, principalmente no Sul, mas a grande maioria acabou deslocando-se às cidades, que durante o período viram sua população crescer, indicando crescente urbanização.

As principais cidades passaram por processos "modernizadores" e "civilizatórios", principalmente o Distrito Federal, tendo em comum projetos de reformulação dos espaços centrais, seja pelo objetivo sanitário, seja pela expulsão de tudo o que fosse considerado rude, atrasado ou indesejado pelo progresso e pela técnica – inclusive as pessoas.

Economicamente, o país mudou o modelo, acelerando o desenvolvimento com empresas, sociedades anônimas, leis, crédito. Modernização capitalista. Segundo Jorge Caldeira, o padrão de crescimento da economia brasileira mudou com a República.

Contra a historiografia tradicional – principalmente no que tange a noção de "economia de subsistência" –, o autor defende que houve duas tendências dinâmicas para geração de riqueza no período: o comércio internacional (demonstrado pelo desempenho positivo do café), mas também o crescimento do mercado interno, em ritmo mais forte, sobretudo na indústria, transportes e serviços. Ambas as tendências não são excludentes, e sim dinâmicas: "as oportunidades oferecidas pelo crescimento do comércio internacional foram aproveitadas e desencadearam um surto de crescimento do mercado interno" (Caldeira, 2017, p. 515). Ou seja, os grupos dominantes do período intervinham política e militarmente nos estados para manter a hegemonia da grande lavoura agroexportadora e entrelaçar acordos, como demonstra o Convênio de Taubaté (1906), mas o quadro interno (sertão) cresceu muito mais.

Os setores que cresceram o dobro da lavoura cafeeira queriam mercado, principalmente as indústrias. Neste novo contexto, o "sertanejo" desempenhou um duplo papel: produtor independente e consumidor. Não à toa, Caldeira usa trechos de Monteiro Lobato descrevendo o Jeca Tatu, milhares de brasileiros que antes trocavam produtos nas vendas (bolichos, por que não?) e na República vendiam produtos no mercado público (mercado formal), acumulando algum lucro em dinheiro, não apenas nas trocas pelas quais aprenderam a sobreviver e conduzir suas vidas no desenho institucional anterior àquele momento (mercado informal).

Tendo sido uma das economias que mais cresceram no mundo durante o período, os direitos políticos e sociais não refletiram tal "modernização",

regredindo e mantendo o perfil oligárquico da nação. Se em muitos países ocidentais com governos iluministas-liberais ampliou-se o sufrágio e o acesso à educação formal, o mesmo não ocorreu nos governos republicanos brasileiros. Se os industriais, grandes comerciantes, banqueiros, agroexportadores ganhavam com a nova formalidade e as novas leis, "o Jeca Tatu dependia ainda da 'astúcia nativa', daquilo que aprendera no costume, da palavra falada. A igualdade real só era possível com algo que apenas quem estava fora do sertão podia fornecer: letras e direitos" (Caldeira, 2017, p. 519). Assim, os sertanejos continuavam encontrando degraus elevados para alcançar direitos na nova república – além de outros grupos sociais minoritários, por certo.

Afora dos conflitos entre as oligarquias regionais, de inquietações nas cidades, com manifestações contra muitos tipos de precariedade e reivindicações (revoltas militares, Revolta da Vacina, greves), também ocorreram episódios significativos de rebeldia no interior, congregando a população pobre, combinando "a questão agrária e a luta pela posse da terra com traços fortemente religiosos" (Schwarcz; Starling, 2015, p. 332), estranhos frutos de uma República laica. Logo na primeira década republicana, as margens tomaram as manchetes dos principais jornais e invadiram a imaginação do país na emblemática Guerra de Canudos, em 1897 na Bahia; na primeira década do século XX, a Guerra do Contestado, em 1915 no Paraná, além de Juazeiro, Caldeirão e Pau-Colher, além da manutenção até meados do século dos movimentos em torno do Cangaço, iniciados ainda no século XIX.

À mistura de revolta e religiosidade pode-se adicionar outra, resultando da combinação entre alguma resistência ao processo de modernização e a desatenção de grande contingente populacional por parte de uma República fundamentada em oligarquias rurais. Aqueles brasileiros e brasileiras dos vários sertões sublinhavam que a igualdade jurídica e o modelo de cidadania eram apenas formais e havia um abismo entre as regiões da nação. As transformações da sociedade republicana mantinham práticas de violência e arbítrio em seus distintos espaços, reservando os benefícios das transformações a alguns. Canudos, especialmente, "era um nova maneira de viver no sertão, à parte do sistema de poder constituído [...] uma experiência

social e política distinta daquela do governo central republicano" (Schwarcz; Starling, 2015, p. 333).

Entre o final do Império e os primeiros anos da República, os intelectuais (críticos literários e escritores) que pensaram "a identidade e os destinos" do Brasil, desenvolveram um pensamento social pessimista em relação ao próprio país (Napolitano, 2016, p. 44). O brasileiro era apático, triste, indolente e a vida intelectual "destituída de filosofia e ciência e eivada de um lirismo subjetivista e mórbido" (Oliveira, 2006, p. 40). A mestiçagem era um grande mal, responsável por uma "degeneração hereditária", pois às raças corresponderiam comportamentos e etapas de desenvolvimento, sendo a humanidade hierarquizada a partir destas distinções. Há uma visão de "males do Brasil", social e política.

Nas primeiras décadas republicanas, as compreensões sobre os remédios aos males eram conformadas, majoritariamente, pelos modelos de civilização e cultura europeias. As teorias manejadas para elaboração dessas compreensões também. A ciência fundamentada em sistemas de pensamento totalizantes – positivismo, higienismo, evolucionismo, darwinismo social – era lida e apropriada por intelectuais e cientistas desejosos de um futuro liberto do passado: "degeneração racial" produzida pela miscigenação étnica; estruturas políticas e econômicas arcaicas, resquícios dos tempos coloniais; classes populares com modos de vida e hábitos condenáveis, sem saúde, disciplina para o trabalho moderno, capacidade intelectual. A elite (principalmente a agroexportadora) também não era vista com muito bons olhos: iletrada, tacanha e sem contato com "boas maneiras" (Napolitano, 2016). Faltava higiene, alimentação, ciência, sobrava vida sexual e degeneração.

Os modelos eram político-culturais:

[...] independentemente de suas simpatias teóricas, os intelectuais republicanos simplesmente não viam alternativas fora dos modelos. Com a visão assim conformada (e deformada), não conseguiam enxergar os germes de nada parecido com uma civilização na sociedade brasileira tal como ela era: pobre, mestiça, iletrada. (NAPOLITANO, 2016, p. 43-44).

Tão exaltada pelo Romantismo, a natureza virou problema. O otimismo com a nação era roubado de Silvio Romero pela mistura do português, do

negro e do índio no meio tropical, tendendo para imitação da cultura europeia. Esses "males de origem" marcavam a formação do povo brasileiro. O atraso nacional seria vencido apenas por meio das ações de uma elite cientificamente formada. No futuro, o Brasil seria o nascedouro de uma raça única, original, onde acabariam sobressaindo os elementos culturais e raciais brancos – porque mais civilizados.

Um dos grandes exemplos do racismo científico e determinismo geográfico do período, Raymundo Nina Rodrigues, ao mesmo tempo em que foi um dos primeiros intelectuais a estudar as populações negras e suas culturas no Brasil com "viva simpatia", o fez por perceber que a demasiada influência da "Raça Negra" era nociva aos progressos e à cultura do "nosso povo", pois fora incapaz de criar uma grande civilização: "Para a ciência não é esta inferioridade mais do que um fenômeno de ordem puramente natural, produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões ou seções". Os africanos não são melhores nem piores, apenas pertencem a uma outra fase de desenvolvimento intelectual e moral, atrasada em relação à europeia. A grande presença da mestiçagem ocorrida na formação do país acabou rebaixando a cultura geral. (Rodrigues, 2021 [1932]).

Os meios pelos quais aconteciam os debates eram os livros e a imprensa (jornais e revistas), principalmente na capital. As instituições de sociabilidades eram as (poucas) faculdades, os museus, o Instituto Histórico e Geográfico (brasileiro e estaduais) e a Academia Brasileira de Letras, todas prestigiosas, embora restritas e restritivas socialmente. Eventualmente, havia a contribuição com as autoridades governamentais.

Nesse contexto, a obra de Euclides da Cunha mostra a crise fundamental da formação da nacionalidade, o choque entre dois Brasis gêmeos que ora se detestam, ora se amam. Introduzindo na imaginação literária e político-social brasileira as ambiguidades de nossa formação, a publicação de *Os sertões*, em 1902, marca um ponto de inflexão importante, modificando a percepção sobre fatalismos climáticos e raciais. O autor acabou transformando-se no que podemos chamar de 'paradigma Euclides', uma chave de leitura para o pensamento sobre o país. A repercussão e a influência são tão grandes que

ele foi eleito no ano seguinte para a Academia Brasileira de Letras (ABL) e para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a primeira edição da obra esgotou-se em três meses.

O principal argumento da obra afasta a oposição entre litoral e sertão das coordenadas geográficas ou determinismos biológicos/naturais, aproximando-se às coordenadas históricas, pelo tempo. Embora utilize termos sintomáticos como "sub-raças sertanejas do Brasil", mantendo o pano de fundo evolucionista, o habitante do sertão euclidiano abre-se para a história, não mais degenerados atemporais, partes de uma terra congelada no tempo. Hércules-Quasimodos, ridículos adoráveis, eram destinados à, talvez, "formar o princípio de uma grande raça", mas foram abandonados pelo poder público, engolidos pela marcha da civilização que acaba por soterrar os retrógrados.

Etnicamente, a nação brasileira vislumbrava possibilidades de ser unificada através de medidas civilizatórias, integrando a totalidade pela apropriação de todos os espaços atrasados e incultos: "A variável importante é a civilização, como esforço de sincronização dos tempos sociais entre o sertão [...] e o litoral" (Souza, 1998, p. 59). Engenheiro missionário do progresso, a integração ocorreria, primeiramente, diagnosticando a desordem climática das regiões (desertos, terras desoladas e estéreis), modificando a paisagem: açudes para reduzir a seca no Norte, estrada de ferro, recuperação de rios e frentes de colonização na Amazônia. Em parte, a tragédia que testemunhou já estava inscrita na natureza do lugar.

Para Lucia Lippi Oliveira (1998), o alcance da obra de Euclides deve-se a pôr em questão a existência de um Brasil unitário, ou melhor, modificar os critérios para os esforços no sentido de transformar um espaço territorial em espaço nacional. Ele duvidou das possibilidades políticas de um poder público disposto a eliminar seus próprios cidadãos. A maior denúncia do livro encontra-se na acusação do artificialismo, o "litoralismo político em seu sentido trágico".

O estranhamento com a parte esquecida do país ("aquela campanha lembrava um refluxo para o passado") e as dúvidas sobre o Brasil homogêneo o inspiraram a ver e fazer enxergar, "quem sabe, pela primeira vez, a instituição trágica da nossa história". A história do crime cometido em Canudos, que para muitos – inclusive para o autor – havia se iniciado como uma batalha entre

civilização contra bárbaros fanáticos, em nome dos homens da República que sonhavam com a modernidade e desenhavam projetos de modernização, gerou um choque na intelectualidade: a modernização afirmava-se eliminando aqueles outros, diversos, mas também cidadãos brasileiros. A "euforia do iluminismo civilizatório, do progresso técnico" e os horrores criados por estas vontades. As crueldades cometidas pela campanha de Canudos desequilibraram a equação litoral = civilização / sertão = barbárie, revelando "alguma coisa sobre os riscos da barbárie emergindo, nos pontos extremos do país, em nome da República e da fixação de seus marcos de poder" (Starling, 2008, p. 135-136).

Um dos efeitos da narrativa também foi revelar aos círculos letrados a existência de grandes contingentes de brasileiros de segunda classe, "expatriados dentro da própria terra", isolados e dispensáveis: "o sertão é apreendido como solidão, isolamento e perda, a força primitiva de uma região ainda em trânsito entre natureza e cultura, dominada pela resistência ao moderno e imersa na tradição." (Starling, 2008, p. 137). O olhar de Euclides intui, um tanto titubeante, que não existe cidadania, igualdade na nação republicana para os párias. Fazia sentido para as populações sertanejas a modernidade? Ou a tradição (passado) oferecia pertencimento mais palpável?

Tais percepções desequilibraram as certezas do autor, suscitando estranhamentos. O episódio perturbou os proprietários de terra, os chefes políticos – e ele próprio. As teorias e explicações científicas do oficial-engenheiro racionalista pareceram insuficientes para apreender aquela experiência. Ao partir para a Bahia, o autor acreditava fervorosamente que a República iria impor ordem àquele fanático "cancro monarquista" caótico e miserável. O atraso sendo varrido pela moderna civilização. Contudo, a longa e incruenta guerra, a comunidade organizada cotidianamente por milhares de pessoas dispostas a defendê-la como à terra prometida, a percepção de um refúgio à miséria circundante acabaram operando algo que impossibilitou a existência de certezas. O intuito do livro, inclusive, é denunciar o fratricídio, responsabilizando a Igreja, o governo estadual, o governo federal e o Exército. Tragicamente, ainda não existia uma linha científica para separar "as loucuras e os crimes das nacionalidades". A "perspectiva maior" deixou-o em vertigem,

"vacilante e sem brilho". Se a raça e a terra apontavam a originalidade brasileira, o momento era de exclusão

Esta é outra leitura possível a partir das muitas imagens ambíguas que estão presentes nos esforços descritivos e compreensivos da obra. Há o desconforto de um intelectual periférico envolvido na *nation-building* em uma sociedade pós-colonial, refletido em tensões irresolvidas. As teorias evolucionistas determinavam a necessária desaparecimento das populações subalternas em áreas periféricas, mas, ao mesmo tempo, buscando as fontes para uma verdadeira nação, os bravos sertanejos foram vistos como "rochas da nacionalidade", metáforas para um Brasil mais "autêntico". O arraial de Canudos edificou-se sobre valores republicanos – uma sociedade igualitária que dava voz aos mais pobres –, ao mesmo tempo em que a "marcha da História" tornava-o uma impossibilidade – um não-lugar nas teorias que o guiavam. (Maia, 2010). A ambivalência do autor em relação aos sertanejos pendulava entre a empatia e a negação daquela diferença como empecilho à nação moderna.

João Maia (2010) defende que em obra inacabada dedicada à região Amazônica, fruto da expedição de reconhecimento ao Alto Purus ocorrida nos anos anteriores e publicada postumamente, sob o título de *À margem da história* (1909), estariam presentes outros elementos. Se em *Os sertões* há uma tensão perene entre a natureza particular daquela região e o discurso científico utilizado para analisá-la, na Amazônia Euclides percebeu que a natureza escapava aos conceitos dos livros. Sentiu como se estivesse olhando para um território ainda não definido, uma natureza sem palavras que a alcançassem, espaço em eterna mudança, imprevisível.

Ao contrário do sertão, onde assim como em outros espaços coloniais os europeus haviam recriado suas normas e regras nos trópicos, a ocupação do Acre era um novo capítulo na civilização, uma zona de fronteira criadora de um novo tipo de ordem social e hábitos. Esse espaço instituiu-se pela expansão do capitalismo global, buscando na selva um produto necessário à expansão da mais moderna indústria. Os protagonistas desse processo foram pioneiros/aventureiros fortes o bastante para sobreviver – de acordo com as

teorias neodarwinistas – fixando-se e vinculando-se àquela terra inefável, sobrepujando o "inferno verde" (Maia, 2010).

Euclides considera, se não pela primeira vez, mas com o mais longo alcance, aqueles espaços periféricos não mais como um outro-vazio, mas como outro-potência – parte do Brasil. Dessa forma, seus textos contribuíram seja como fontes, seja como construções discursivas para o diagnóstico de grandes dilemas da sociedade brasileira: como compreender o processo de modernização em um país periférico, como a diversidade/heterogeneidade pode e/ou deve ser incorporada à ideia de nação, como articular os contrastes e antagonismos sociais e culturais.

Os estranhamentos euclidianos também podem ser percebidos e entendidos por outros caminhos. Para qualificar o entendimento da narrativa euclidiana, Francisco Foot Hardman (1996) sustenta que o ver unicamente enquanto um missionário do progresso é reduzir os matizes da narrativa euclidiana. Euclides é um realista-romântico, de matriz francesa (Victor Hugo), provocando "em sua prosa e poesia uma interessante combinação entre estética do sublime, dramatização da natureza e da história e discurso socialmente empenhado" (Hardman, 1996, p. 294).

Para demonstrar a hipótese, o autor cita indícios em alguns textos menores, como crônicas e alguma poesia. Por exemplo, em uma crônica juvenil, de 1884, o avanço de uma linha de trem sobre a floresta é visto como degradação física e moral, mácula na beleza. A partir dessa revolta quase ingênua, imiscuiu-se em toda sua obra certo traço romântico, contraponto pesado a "qualquer iluminismo civilizatório linear ou euforia quanto ao progresso técnico". Se nesta crônica o agente destruidor são os instrumentos materiais e ideológicos da modernidade, posteriormente Euclides incluiria dentre eles também o "próprio Estado e a instituição militar –, mas, de forma combinada, as forças brutas desencadeadas dos movimentos cósmicos e da evolução natural" (Hardman, 1996, p. 299).

Deste interesse precoce e de meditações expressas em forma lírica nasceu uma fixação com o tema das ruínas, porque são as "principais testemunhas do confronto natureza *versus* cultura e dos choques culturais humanos." (p. 304). Depreende-se dessa noção sua ideia de história, uma

"história nada *progressiva* ou edificante, mas, antes, anfiteatro inacabado e trágico, narrativa de corrosões arcaicas e atuais" (Hardman, 1996, p. 294). Em seus textos, a história:

constitui essencialmente uma construção de ruínas; a obra civilizatória, dado o eterno drama do choque de temporalidades culturais, significa, também, um processo irrefreável de fabricação de desertos. A história desenha-se, afinal, nesse suceder de ruínas precoces, como narrativa materialmente dramática de brutalidades, o homem ainda não tendo se separado de todo dos intempestivos movimentos de certa *desordem natural*, do movimento caótico e formidável dos elementos primitivos. (HARDMAN, 1996, p. 294).

A estética das ruínas também demonstra uma visão trágica da história, interessada naquilo que é consumido, nos restos do progresso. Suas palavras sobre os sertanejos procuram demonstrar a tragédia daquelas potências que foram desperdiçadas, consumidas antes de formar-se plenamente do ponto de vista étnico-cultural.

Percebe-se que o passado presente em Euclides não são exemplos a serem repetidos, matrizes que guiam a vida. Do contrário, é o cenário para catástrofes, anúncios de tormentas no presente. A narrativa – e seu caminho intelectual – tenta traduzir tais brutalidades, humanas e naturais, denunciar a ilusão de um mundo ordenado, ordenável e cognoscível unicamente pela razão.

Na perspectiva de Nísia Trindade Lima (2013), existe uma tensão constitutiva da atividade intelectual em um país de tradição colonial e americano, cuja obra de Euclides da Cunha é fundante, ele mesmo cindido entre sertão e litoral, América e Europa. A tensão apresenta-se com duas faces: "uma, referida à identidade do intelectual no país, e outra, à sua forma de perceber os caminhos da modernidade na sociedade brasileira." (p. 279).

A primeira trata das possibilidades de se fazer ciência – poderíamos ampliar: dedicar-se às atividades intelectuais – em condições sociais refratárias ao saber erudito, em um país com posição periférica na divisão internacional do trabalho intelectual. A segunda face parte de uma ressalva à primeira: não reduzir os problemas tratados pelos intelectuais ao longo do século XX à "meros efeitos do processo de socialização profissional". Ou seja, as perguntas (e respostas) de muitos intelectuais circulavam em torno de saber de que forma

se colocar diante do progresso ou da modernização da sociedade brasileira, tantos eram seus impasses, tantas as contradições e desconhecimento sobre esse outro que aparecia em suas reflexões, pesquisas e viagens como um retardatário, um anemiado, um participante da cultura *folk* ou de cultura rústica. (TRINDADE, 2013, p. 280).

Esta última face explica o retorno constante à obra de Euclides e a referência a um "espírito euclidiano" na intelectualidade brasileira. É o perene conflito entre tradição e modernidade, mas com um sentido. Euclides buscava empreender um esforço de integração territorial e social, base para que se transformasse a nação de ficção em realidade, desferindo agressivas críticas à uma sociedade provinciana que "historicamente veio retendo o pior da tradição e o pior da modernidade" (Trindade, 2013, p. 280).

Deste modo, a oposição litoral-sertão também é uma autorreflexão de longa duração feita pelos intelectuais em solo brasileiro a respeito das perspectivas de abordagem à sociedade brasileira a partir de conceitos transplantados, de um lado, ou, de outro, o resgate das especificidades de uma país ainda enigmático, por ser dito em outras palavras, talvez próprias e novas, talvez com um sotaque particular – um saber que pensasse o Brasil a partir do Brasil.

Nas décadas seguintes, a primeira geração republicana redescobriu o Brasil no sertão. Nascida na passagem do século XIX para o XX, a maior parte dos estudos demonstra que a partir dos anos 1910 muitos escreveram e atuaram em torno da ideia de incorporação do interior. Sanitaristas, musicólogos, indianistas, ensaístas, sociólogos, historiadores, políticos profissionais, militares foram partícipes de movimentos diversos com um ponto em comum: a percepção de que aqueles outros brasileiros eram fonte para um perene processo de reencontro do país. Contudo, eram definidos pelas carências, por faltas, um Brasil "isolado, abandonado, doente, nômade, atrasado, resistente a mudanças, despossuído" (Starling, 2008, p. 137), homens e mulheres subalternos que "careciam de habilidades culturais exigidas pela modernidade" (Maia, 2010, p. 30).

Caberia ao Estado conduzir a mudança, através da educação técnica e de políticas públicas, integrando as regiões rurais aos valores da civilização

urbana (branca europeia). Nas cidades e no campo estas ideias traduziram-se em reformas higienistas, urbanistas e sanitaristas, impostas às populações pobres. Para superar a ignorância, havia uma utopia educacional que vinculava República ao avanço intelectual, à qual o próprio Euclides da Cunha estava embebido: "luzes" que 'iriam iluminar as 'trevas intelectuais' onde viviam os brasileiros, secularmente dominados pelo colonialismo, pelo servilismo, pelo analfabetismo e pela religiosidade vista como 'rústica'." (p. 56). O conflito entre defensores de uma educação pública laica, científica, disseminadora de valores cívico-patrióticos, como queriam os positivistas, chocava-se com a grande força da Igreja Católica na educação formal – e informal (Napolitano, 2016).

Se pensarmos em Euclides da Cunha como uma encruzilhada, este foi o caminho seguido por aqueles que viram em sua obra o reforço para o discurso civilizador – desdobrado posteriormente como modernizador e desenvolvimentista.

De certa forma, este Brasil atrasado (negro, indígena, mestiço) acabaria no futuro sendo curado, civilizado. Por enquanto, os costumes degenerados grassavam entre os setores subalternos do campo e da cidade, e o atraso era repetido pelas oligarquias, que, ao menos, tinham o poder, mas formavam seus filhos na Europa. As elites intelectuais tinham uma missão civilizadora. Em 1911, o representante do Brasil no 1º Congresso Internacional das Raças, João Batista de Lacerda, pressupôs que era "lógica" a extinção destas raças ou sub-raças na trajetória do país, fundamentando-se em argumentos biológicos e sociais. Ter-se-ia uma civilização pacífica, ordenada, progressivamente branqueada. "Porém, a tese do cientista seria recebida de maneira pessimista no país, mas não pelos motivos que podemos imaginar. Ao contrário, julgava-se que um século era tempo demais para que o Brasil se tornasse definitivamente branco" (Schwarcz; Starling, 2015, p. 343).

Mas há outra trilha possível nessa confluência de caminhos. Mantendo a postura euclidiana de que a busca da nacionalidade não poderia ser provida pelo Brasil europeizado e urbano, o reencontro com o Brasil profundo vai pensar nas ruínas construídas pelas expansões da República e da nacionalidade, definindo a *hinterland* e seus habitantes não pela falta, mas pelas potencialidades que carregavam: "destinavam-se talvez à formação dos

princípios imediatos de uma grande raça" (Cunha, 2010 [1902], p. 5). Esta é uma tradição, em parte, antagônica, que dialoga com o outro, fora do centro de decisão, fora do centro de poder. A percepção das regiões remete a este conjunto de sentidos, são a diversidade naquilo que se quer uno.

O período que compreende a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) acirrou os nacionalismos no mundo e encontrou o Brasil enfrentando crises no setor econômico agroexportador, enquanto ampliava o (pequeno) comércio e a (pequena) indústria – atividades que abriam espaço a profissões e/ou ocupações desvinculadas do setor primário. As capitais dos estados cresceram, muitas alimentadas pela migração e pela imigração.

O problema da nação ganha, assim, novas reformulações, especialmente pelo contexto de devastação produzido ao final da guerra. Na Europa, ao menos, o vazio moral e espiritual deixado nos indivíduos foi preenchido pelas ideologias políticas que ofereciam uma redenção terrena – em especial o nacionalismo. Velhas perguntas foram refeitas: quais os critérios para definir os indivíduos e uma nação? Entender a nova realidade demandava novos parâmetros para fazê-lo, ou a reafirmação de parâmetros do passado. Novos conceitos, novos temas, novos objetos que permitissem ver, organizar e falar com outra linguagem.

No Brasil, a geração de intelectuais nascida ao longo da Primeira República seguiu redescobrimo o país dos sertões:

Musicólogos como Mário de Andrade e Villa-Lobos, indianistas como Cândido Rondon, ensaístas, sociólogos e historiadores como Sérgio Buarque de Holanda, sanitaristas como Carlos Chagas e Belisário Pena, militares como os tenentes da Coluna Prestes, são os responsáveis por um movimento quase sempre *on the road* de questionamento e transformação das atitudes, concepções e sistemas políticos de conduta, movimento construído em torno da ideia de "incorporação dos sertões" e conseqüente encontro com o outro representado pelo homem brasileiro – um personagem invariavelmente visto como isolado, abandonado, doente, nômade, atrasado, resistente a mudanças, despossuído, mas em torno do qual ocorre um processo de redescobrimo do Brasil (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 350)

Pensar o regionalismo passou a ser pensar também a nação, como uma forma de se apreender um país de dimensões continentais. Qual o modelo de

nação? A criada a partir de um centro irradiador-homogeneizador ou a composta por regiões, mas ainda uma nação?

A fim de considerar um país de dimensões continentais em sua complexidade, emerge um discurso que busca nas partes a compreensão do todo, vendo a nação como um conjunto composto pela diversidade, cujas partes deveriam ser individualizadas e identificadas: "A busca da nação leva à descoberta da região com um novo perfil. Diferentes saberes, seja no campo da arte ou da ciência, são mobilizados, no sentido de compreender a nação." (Albuquerque Jr, 2011, p. 53).

Aos poucos, outros debates emergiam em torno do regionalismo: herdando questões semelhantes do século XIX e inícios do XX, pensava-a de maneiras distintas. Politicamente separatista, intelectualmente tributário do naturalismo, considerando as diferenças entre os espaços do país como um reflexo imediato da natureza, do meio, da raça. Os diferentes costumes, hábitos, práticas sociais e políticas, a psicologia dos tipos regionais, eram explicados pela variação de aspectos ambientais (climas, vegetação) e pela composição racial da população. Tudo o que caracterizava e compunha o Brasil era, aos olhos do evolucionismo social, problemático (calor, umidade, miscigenação racial, abatimento físico e mental) para a sensibilidade da *belle époque*.

Pensava-se em francês, alemão, inglês e, aos poucos, algumas vezes balbuciavam novas ideias em português. O resultado foi a manutenção do hegemônico sentimento subalterno, fatalista e condescendente em relação ao próprio país e seu povo os trópicos não eram adequados para o desenvolvimento de uma civilização e, muito menos, a maioria de mestiços e negros seria capaz de realizá-la. O Brasil era apenas uma coleção de paisagens sem síntese. (Ventura, 1991, p. 17-18).

1.2 Década de 1920

Devido à aceleração do processo de modernização, os anos 1920 são um ponto de inflexão importante. A feliz expressão de Napolitano (2016) ilustra

com clareza: modernidade sem modernização. O devir se apresentava aos brasileiros com força progressivamente maior, desnudado pelas intensas transformações sociais e políticas e nas formas de interpretação da nação – e das regiões

Há uma grande insatisfação com a República herdada desde a proclamação. No Brasil e no mundo – os anos 1920 são o início do século XX, de acordo com Eric Hobsbawm (1995). São também, por conta disso, uma década em que muitas manifestações de descontentamento com o estado de coisas produzem outros "ismos" – o tenentismo e suas revoltas, o sindicalismo e movimentos sociais organizados, as oligarquias estaduais descontentes que buscam espaço. Culturalmente, os vários movimentos disseminados pelo país arranham os princípios estéticos vigentes naquele momento e colocam em xeque autoimagens que a sociedade havia produzido a respeito de si mesma – os modernismos, o mais conhecido sendo o paulista de 1922.

Do ponto de vista político, a ordem republicana consolidada até aquele momento estava enfrentando os limites do "Grande Clube Oligárquico" (Mendonça, 2016, p. 317). A União estava submetida pelo predomínio de elites estaduais, sob hegemonia dos grupos de interesse paulistas e mineiros. Executivo e Legislativo estavam atrelados, sendo impossível distinguir atuações de um ou outro poder. Em termos de direitos políticos, manteve-se a ampliação da participação política formal, mas excluiu-se da cidadania real a imensa maioria da população.

O panorama geral demonstra que a população do país havia crescido 113% entre 1890 e 1920, de 14,3 milhões de pessoas para 30,5 milhões de pessoas, permanecendo predominantemente rural, mas havendo considerável aumento da população das grandes cidades. Houve crescimento do número de indústrias e, conseqüentemente, de operários. A exportação de café continuou crescendo, mas em menor ritmo que a indústria e os transportes. (Caldeira, 2017, p. 513-14).

O caráter de população rural e majoritariamente analfabeta, portanto, manteve-se. Os índices de alfabetização – de 17,4% da população, em 1890, para 28,8% em 1920 – são importantes para perceber em quais estratos sociais as produções literárias eram difundidas. Na prática, não houve grande

reforma ou ampliação do acesso ao ensino ou uma efetiva política educacional, pública ou privada. O reflexo político imediato foi o impedimento do acesso aos direitos políticos, condicionados à alfabetização – dos homens. A exceção talvez tenha sido o Rio Grande do Sul, único estado "a desenvolver uma política de alfabetização de massas mais eficaz para os padrões brasileiros" (Napolitano, 2016, p. 56).

A década aprofundou turbulências e debates que borbulhavam já desde o final do século XIX, em distintos setores sociais, e a resposta para as decepções acabaram tomando a forma de imaginar-se um país moderno, finalmente. Os anos 1920 marcaram profundamente os rumos que a intelectualidade seguiria posteriormente, questionando "concepções mais tradicionais na área da cultura, assim como enfrentaria as instituições republicanas, elevando o tom da ruptura. Aí estavam novos atores que passaram a lutar por direitos e participação" (Schwarcz; Starling, 2015, p. 338).

O ano de 1922 é marcado por eventos sintomáticos, como a primeira revolta tenentista, a fundação do Partido Comunista e, em especial, no sentido de repensar-se modernamente a nação: o centenário da Independência e a Semana de Arte Moderna – não por acaso, cada um destes tendo seu epicentro no Rio de Janeiro e em São Paulo, respectivamente.

Ao contrário do estabelecido pelos procedimentos hegemônicos de compreensão a respeito da historiografia literária brasileira, geradores da centralidade existente até hoje no panorama literário e intelectual brasileiro do século XX, os artistas reunidos no Theatro Municipal foram uma entre as distintas propostas e expressões de um movimento plural que procurava novas linguagens, novas visões e tentava dar forma a anseios sobre o Brasil. A noção de que São Paulo e a Semana foram a gênese do moderno no país nasceu nas décadas seguintes, "à medida que os participantes do evento e os seguidores das diversas vertentes modernistas foram ganhando postos e prestígio nas burocracias culturais do Estado" (Napolitano, 2016, p. 65).

Criticada na repercussão imediata ao evento, a Semana acabou, posteriormente, tornando-se o marco zero da vanguarda intelectual do país. Contudo, o alvo principal das críticas não era algo novo, pois já haviam sido sentidas e expressadas desde a geração de 1870 nas obras de seus diversos

representantes, principalmente a contestação a importações acríticas de modelos, estilos e teorias estrangeiras, favorecendo a redescoberta do "Brasil brasileiro".⁸

É importante destacar que aclarar aspectos desta natureza não invalidam os juízos e posicionamentos dos artistas envolvidos, como as bem-vindas críticas ao academicismo, ao bacharelismo e ao beletismo hegemônicos no período. Significa sim negar a política de "terra arrasada" feita a respeito de todas as outras manifestações artístico-intelectuais anteriores no Brasil, como se apenas os paulistas, e ninguém mais, soubessem o endereço e o número de telefone das vanguardas europeias a fim de "atualizar" a arte e a cultura nacionais.

Se a primeira fase do modernismo paulista foi marcada por questionamentos estéticos (1922-24), a segunda fase definiu-se pela relação entre nacionalismo e modernismo, dividindo-se em tendências estético-ideológicas bastante distintas (1924-28). Ilustrativo disso foram os caminhos tomados pelo "Grupo dos Cinco": Menotti Del Picchia, Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, Mário de Andrade e Oswald de Andrade, abrindo distintas trincheiras ideológicas, cada qual com sua versão sobre a cultura brasileira e valores simbólicos a partir desta noção (Napolitano, 2016).

No Rio de Janeiro do mesmo período, enquanto ocorria a exposição sobre o centenário da Independência, grupos interessados em arte opuseram-se "ao bom-mocismo da Academia [Brasileira de Letras] e ao perfil mais intelectual paulistano", formados por profissionais liberais boêmios com amplas relações sociais que desenvolveram uma literatura satírica e bem-humorada, também com objetivos de chocar a alta sociedade envolvida na produção artística e "cuja sociabilidade incluía o relacionamento com outros grupos, como, por exemplo, aqueles que se reuniram em casa da tia Ciata", onde encontravam-se compositores, malandros, artistas, jornalistas, candomblecistas e intelectuais. (Schwarcz; Starling, 2015, p. 340).

⁸ José Veríssimo denominou Tobias Barreto, Sílvio Romero, Graça Aranha, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha como "modernistas". "Para a geração de 1870, 'ser moderno' significava, sobretudo, buscar uma compreensão do significado de ser brasileiro, compreensão essa que deveria ser mediada pelo instrumental cientificista disponibilizado neste momento" (Velloso, 2018, p. 281)

No panorama geral do período, em cada estado artistas e intelectuais buscavam elementos que destacassem uma modernidade particular, percebendo-se um impulso na busca de novas percepções e entendimentos sobre a diversidade cultural brasileira:

Ao longo da década de 1920 surgiram manifestos, jornais e revistas em várias cidades brasileiras. Caso, por exemplo, das publicações mineiras como *A Revista* (Belo Horizonte) e *Verde* (Cataguases), em que se destacou Carlos Drummond de Andrade. Em João Pessoa temos *Era Nova*, em Salvador, *Arco e Flexa*. No Recife, ocorre em 1926 o Congresso Regionalista do Nordeste, articulado por Gilberto Freyre. (VELLOSO, 2018, p. 282 do ebook).

Defendendo ideias distintas, todos os modernismos expressavam uma mesma inquietação em torno de como articular os valores simbólicos de brasilidade que defendiam aos novos ventos da modernidade, pretendendo refundar, dar novas bases de legitimidade, primeiramente, ao cultural (nação), posteriormente, ao político (Estado).⁹ Ou seja, o "moderno", se entendido como historicamente plural, carrega ritmos, concepções, particularidades, enfim, ideias de cultura distintas. Por exemplo, se no modernismo paulista, carioca e mineiro o centro da nação moderna era eminentemente urbano, no modernismo além-Sudeste era a sociedade colonial, fotografada do passado, que dava forma à nacionalidade moderna almejada.

Tais posições demandam comentários sobre alguns aspectos. As distintas correntes modernistas traziam pontos em comum, não foram raios em um céu sem nuvens, mas respostas ao chamado da missão político-intelectual

⁹ Por isso, é importante entender as ideias de Brasil que defendiam, principalmente porque influentes tradições sociológicas e historiográficas (não apenas literárias) vincularam-se àquele espaço e àquelas ideias: "[No] cânone da USP [há] uma rejeição do pensamento político, ou aquilo que era tido como pensamento político brasileiro, identificado com o autoritarismo entre os autores do Rio. [...] O departamento de Sociologia da USP não é o lugar para estudar pensamento social, e sim para produzir teoria social, ou pesquisas de cunho científico. Não à toa que, na USP, a história do pensamento social começou a ser estudada na literatura. Roberto Schwartz não surge do nada. A porta havia sido fechada no departamento de Sociologia. O marco teórico dos estudos sociais no departamento de Letras foi Antonio Candido, com 'Formação da literatura brasileira'. Para quem o nosso pensamento não passa de um ramo da árvore portuguesa, que por sua vez já é subalterna no concerto das nações." Antonio Candido será o responsável por estabelecer a "santíssima Trindade" do pensamento social brasileiro, cada qual representando um tempo: o passado (Gilberto Freyre), o presente (Sergio Buarque de Holanda) e o futuro (Caio Prado Júnior). (Lynch, 2011, p. 36). Vanguarda estética encontrava-se com vanguarda intelectual. Não à toa, é nesse mesmo período que os bandeirantes são redescobertos pela historiografia, elevados instantaneamente à monumentos do empreendedorismo civilizador e responsáveis pela integração nacional. Sem os paulistas do passado não haveria Brasil.

comum: abraçar a "realidade social", negando o isolamento desinteressado e trazendo novas soluções ativas para a política, a sociedade e cultura brasileiras. De acordo com Pécaut (1990), esta missão deu-se como parte do processo de conversão dos intelectuais em agentes políticos que inundou a cultura brasileira de nacionalismo, a partir de 1915: nacionalismo conservador, reacionário, progressista, patriótico, esclarecido. Os diversos nacionalismos tornaram-se inescapáveis.

Esta onda nacionalista, conforme Napolitano (2016), substituiu uma convivência anterior sem grandes conflitos entre sentimento ufanista e "valores regionalistas predominantes", paralelo na vida cultural da forma política do Estado. No período, os estados construíram uma história oficial própria, enaltecendo tipos humanos característicos, o folclore e a natureza. "Foi durante essa época que muitos tipos e valores surgidos no regionalismo literário que marcara o final do Império ganharam status de Histórias oficiais locais e folclores regionais" (p. 57). Reafirmaram-se tipos heroicos como o gaúcho e o bandeirante, e tipos ambíguos, como o sertanejo e o caipira.

As duas décadas iniciais do século 20 viram surgir movimentos como o Propaganda Nativista e o Ação Social Nacionalista, amalgamando nacionalismo, ufanismo e civismo, iniciando um projeto nacionalista autoritário que ganharia corpo nas décadas seguintes. Ou seja, o nacionalismo integrador não despertou na Primeira República com o modernismo paulista, mas confundiu-se com o antiliberalismo. Parte da elite já desejava unir e reinventar o país, dando-lhe nova imagem, e a brasilidade também existia antes, com seus símbolos, valores, projetos e práticas de pensar a nação.

Nesse sentido, dois autores demonstram abordagens distintas. Afonso Celso, em *Porque me ufano do meu país*, publicado ainda em 1908, enaltece a grandeza da natureza (clima ameno, riquezas naturais) e do território brasileiros. Opondo-se aos cientificistas que viam nestes elementos a explicação para o atraso e a degeneração das raças, o autor acreditava que inevitavelmente o Brasil será grande, com seu povo pacifista formado por três raças valorosas.

Outro célebre ufanista do período foi o poeta Olavo Bilac. Viajando pelo país desde os anos 1910 com a Campanha Civilista, proferiu conferências que

adquiriram prestígio e amplas audiências até sua morte, em 1918. No entanto, sua abordagem defendia que o Brasil seria grande somente a partir de um amor à pátria construído voluntariamente pelo ativismo cívico, pedagógico e político. Objetivando criar o sentimento nas crianças, escreveu com Manoel Bonfim a obra *Através do Brasil*, publicada em 1910.

Esta reconfiguração dos temas privilegiados, do lugar dos países subalternos no concerto das nações e da função social dos intelectuais em torno do nacionalismo – em suas distintas interpretações e modelos – envolve outro aspecto importante, a relação entre elites e cultura popular com o fito de repensar a cultura brasileira. Napolitano (2016) nos diz que a exclusão das camadas populares da política parece ter gerado na historiografia sobre o período uma compreensão equivalente, a de que as elites políticas e intelectuais rejeitavam a incorporação das manifestações culturais populares "como base para uma identidade nacional compartilhada e legitimada." (p. 60), impondo a todos um conjunto de ideias e valores 'civilizados' importados, assentado em preconceitos sociais e raciais.

Embora esta noção se aplique a boa parte dos intelectuais do período, desde meados do século XIX muitos artistas e pensadores procuravam desvendar o "homem brasileiro", compilando poemas, música, lendas, narrativas orais típicas das regiões, a partir do contato com os trabalhadores rurais, mestiços, valorizando suas práticas culturais em diversos formatos, como livros, quadros e músicas.¹⁰ Se havia o pessimismo cientificista, havia também o encantamento folclorista:

Em resumo, no período que vai desde o início da República até 1920, cresceu entre os intelectuais a valorização do folclore rural juntamente com a busca (um tanto esquemática) por identificar os 'tipos populares brasileiros autênticos'. Além disso, nessa época, as próprias manifestações populares ganharam novos contornos, sobretudo as urbanas. A música popular e o carnaval eram seus principais polos de expressão, especialmente no Rio de Janeiro, a capital federal. Embora as classes populares urbanas e suas formas de expressão cultural não fossem tão valorizadas pelo olhar folclorista quanto as matrizes culturais rurais, elas já fascinavam muitos cronistas e escritores. (NAPOLITANO, 2016, p. 61)

¹⁰ O interesse sobre a cultura popular/folclore não foi exclusividade dos intelectuais brasileiros, difundindo-se também em boa parte do ocidente, a partir da Europa e dos Estados Unidos no mesmo período.

Lembremos que o Brasil ainda era majoritariamente um país rural. As cidades ouviam os ecos do campo, visto que seus habitantes eram filhos ou netos de migrantes do êxodo rural. O que se definiu como a "cultura popular" na Primeira República "pode ser vista como um momento de transição entre a cultura comunitária, de tradição oral e anônima, e a cultura de massa, autoral e cada vez mais industrializada" (Napolitano, 2016, p. 64).

A ampliação do interesse pela nação nos países de tradição colonial, após a Primeira Guerra Mundial, deve-se também à crise intelectual subsequente ao conflito, responsável por dissipar as certezas científicas/raciológicas e morais da superioridade europeia. Os não-europeus, progressivamente, reivindicaram outro lugar além do exotismo, inferioridade e atraso.

Segundo Ruben Oliven, naqueles anos 1920, no debate região-nação a tônica dos autores foi "a preocupação de o Brasil se fragmentar, devido à falta de integração econômica, política, dos meios de comunicação e principalmente cultural" (Oliven, 2006, p. 44). Oliven usa como caso paradigmático os posicionamentos de Monteiro Lobato em relação ao tema, para quem havia desconhecimento e competição entre os "vários núcleos de gentes semeados pelos portugueses". Ele e outros intelectuais demonstravam preocupação sobre como a ordem política do período estava a fragilizar a união nacional.

Contudo, na segunda década do século 20, o separatismo era uma preocupação apenas para os que defendiam um Estado centralizado, contrários ao federalismo do período. Mesmo com as revoltas ocorridas, todas foram debeladas e silenciadas em quaisquer desejos autonomistas. A maior parte dos intelectuais argumentava em favor da unidade linguística, jurídico-política e histórica do país. Sendo assim, não parece razoável generalizar a posição de Lobato para toda a intelectualidade do período, convém ponderar qual modelo de Estado defendia-se. Como exemplo podemos citar o próprio Alcides Maya, ainda em 1898, combatendo o separatismo no Rio Grande do Sul, colocando o caudilhismo de líderes ávidos por poder como explicação para o separatismo (Maya, 1898).

Neste contexto, o novo discurso regionalista foi uma das tentativas de se acercar daquela realidade modernamente humanizada e móvel. A região

passou a ser recriada pelo saber emergente. Pensada como um problema social, histórico e, principalmente, cultural, os intelectuais envolvidos na elaboração das regiões e seus regionalismos trariam à luz traços mais característicos, suas essências. Este caminho para definição dos caracteres nacionais, ou seja, das tradições da cultura popular nacional, seria a integração das diversas regiões do país em uma identidade para o Brasil e para os brasileiros que mantivesse as diferenças na originalidade nacional.

Um nome relevante que capitaliza vozes dissonantes no período é o de Gilberto Freyre que em 1926, no Recife, organiza o I Congresso Brasileiro de Regionalismo. O sentido e as aspirações do evento são sintetizados no *Manifesto Regionalista*.¹¹ Nesta publicação, Freyre aponta que havia um grupo interessado na discussão e "desenvolve basicamente dois temas interligados: a defesa da região enquanto unidade de organização nacional e a conservação dos valores regionais e tradicionais do Brasil, em geral, e do Nordeste, em particular." (Oliveira, 1992, p. 44).

O texto-manifesto sustenta que as "regiões" formam um sistema, mais importantes que os estados, completando-se e integrando-se de forma ativa e criadora numa organização nacional: o "conjunto de regiões é que forma verdadeiramente o Brasil. Somos um conjunto de regiões antes de sermos uma coleção arbitrária de 'Estados', uns grandes, outros pequenos, a se guerrearem economicamente" (Freyre, 1976, p. 56). Sociologicamente, é de regiões que se forma o Brasil, desde os seus primeiros dias: regiões naturais a que se sobrepujaram regiões sociais.

Essas unidades são uma substância mais histórica e social do que geográfica e política. As formas regionais de expressão, no Brasil, configuram-se em "modos de ser", que precisam ser estudados em interrelação, ampliando o que é pernambucano, piauiense etc. ao articular as regiões em conjunto "com o que é geral e difusamente brasileiro ou vagamente americano" (p. 55). Então não se deve confundir regionalismo com separatismo ou bairrismo, "anti-internacionalismo, anti-universalismo ou anti-nacionalismo". A proposta, ao

¹¹ Existe um debate em torno do ano da redação e publicação do *Manifesto Regionalista*. Freyre defende que a publicação em primeira edição, de 1952, lançado pela Editora Região, é o mesmo texto lido por ele no Congresso. Joaquim Inojosa sustenta que a redação e a publicação ocorreram apenas em 1952.

contrário, tem como objetivo superar o "estadualismo" separatista desenvolvido pela República, lembrando os estadistas e legisladores que regiões interdependentes formam a realidade nacional. Dessa forma, a cultura brasileira precisa ser estudada regionalmente, sem contraposição à sua unidade, "do mesmo modo que a natureza; o homem da mesma forma que a paisagem. Regionalmente devem ser considerados os problemas de economia nacional e os de trabalho." (p. 56)

A esta concepção adere-se uma crítica ao contexto político-institucional. Para Freyre os estadistas e legisladores precisam pensar inter-regionalmente, lembrando-se "sempre de que governam regiões e de que legislam para regiões interdependentes, cuja realidade não deve ser esquecida nunca pelas ficções necessárias, dentro dos seus limites, de 'União' e de 'Estado'" (p. 56). Buscava-se uma forma política condizente com a defesa dos "valores e tradições" do perigo de serem abandonados devido ao "furor neófilo" dos dirigentes, que eram vistos como adiantados e "progressistas" simplesmente por imitarem as novidades estrangeiras, ou o que era consagrado como "moderno" ou "elegante" no Rio ou São Paulo.

Entre as regiões o Nordeste destacava-se por, talvez, ter contribuído como nenhuma outra região do Brasil em riqueza de "tradições ilustres e em nitidez de caráter". Vários dos valores regionais tornaram-se nacionais menos por imposição econômica (açúcar) do que pela "sedução moral e fascinação estética" (p. 57). A região nordestina forneceu "à cultura ou à civilização brasileira autenticidade e originalidade e não apenas doçura e tempero" (p. 58). Aspecto importante a destacar é que a crítica ao presente não se fundamentava na idealização do passado ou da própria região, mas na perda de uma importante tradição, a de criar e recriar valores:

Apenas nos últimos decênios é que o Nordeste vem perdendo a tradição de criador ou recriador de valores para tornar-se uma população quase parasitária ou uma terra apenas de relíquias: o paraíso brasileiro de antiquários e de arqueólogos. Ou o refúgio daqueles patriotas meio necrófilos cujo patriotismo se contenta em poder evocar, nos dias de festas nacionais, glórias remotas e antecipações gloriosas, exagerando-as, nos discursos, dourando-as nos elogios históricos com brilhos falsos (FREYRE, 1976, p. 58).

O posicionamento contrário à importação acrítica de modelos mentais e o desejo por uma explicação do país centrada em práticas sociais e culturais que constituíram o Brasil chama atenção pela consonância às aspirações do modernismo paulista – principalmente em seu segundo momento –, demonstrando que havia uma preocupação comum, um contexto de debate.¹² A imitação é vista por ambos como uma forma de sujeição prejudicial à compreensão do próprio país e de elevado servilismo cultural. Para ambos os movimentos, desde a Independência, modelos estrangeiros foram impostos desconsiderando as particularidades da diversidade física, cultural e social brasileira. Há uma tentativa de romper com a importação de uma cultura e/ou modelos de civilização junto aos bens materiais, ou seja, a discussão dos efeitos do processo de modernização, da aceleração da modernidade no país.

Contudo, as soluções para compor o 'genuinamente brasileiro' são diferentes nas distintas vertentes – e trazem uma relação com a temporalidade privilegiada. Para a maior parte dos intelectuais ligados ao projeto do modernismo paulista a síntese do 'genuinamente brasileiro' estava ainda a ser feita. Se ouvirmos Mário de Andrade como exemplo, no "prefácio inédito" de *Macunaíma*, o autor esclarece o subtítulo da obra: é o reflexo da falta de caráter do brasileiro, "no duplo sentido de indivíduo sem caráter moral e sem característico"; "não tem caráter porque não possui nem civilização própria nem consciência tradicional", como os franceses, os iorubas ou os mexicanos. A palavra 'caráter' entendida não apenas no sentido moral, mas enquanto "entidade psíquica permanente, se manifestando por tudo, nos costumes na ação exterior no sentimento na língua na História". O brasileiro é um rapaz de vinte anos. Há apenas tendências gerais. (Andrade, 2017, p. 211).

A fumaça que subia do caldeirão que amalgamou Macunaíma desenhava no ar a palavra 'desregionalizar', aceitando de tal maneira a

¹² No prefácio de *Região e Tradição* (1968), escrito em 1941, José Lins do Rego aponta que Freyre criticou o movimento modernista de São Paulo. A Semana de Arte Moderna lhe parecia mais uma comédia cheia de gritas. O Brasil precisava "era de se olhar, de se apalpar, de ir às suas fontes de vida, às profundidades de sua consciência." A literatura brasileira carecia de nomes que soubessem tirar de dentro de si o que havia de mais original, como Machado, Nabuco, Pompéia. "Havia terra, havia gente, havia todo um Brasil característico, no Nordeste, no Rio Grande do Sul, em São Paulo, em Minas Gerais. E por que arrancar raízes que estavam tão bem pregadas à terra e desprezar os nossos sentimento e valores nativos?" (Freyre, 1968, p. 24).

entidade nacional que o cenário-Brasil aparece o cenário do país aparece "desgeograficado" no clima, na fauna, nos homens, nas lendas, na tradição histórica. Sem localizá-lo, "desregionalizava o mais possível a criação ao mesmo tempo que conseguia o mérito de conceber literariamente o Brasil como entidade homogênea – um conceito étnico nacional e geográfico" (Andrade, 2017, p. 215).¹³

Para a audiência do Congresso Regionalista no Recife a tradição seria a síntese já acontecida – uma tradição que sofreria também uma atualização cultural. O passado colonial não era parte de uma herança que emperrava o motor da história, mas sim necessário componente atual, presente. O presente carrega um passado que não é entrave, sinônimo de velho, estorvo, retrógrado, mas esteio de valores – não unicamente no sentido moral, mas tudo aquilo que permitisse ver os contornos de uma cultura particular acontecida em determinado espaço, a região.

Afastando-se do romantismo ingênuo, não deveria haver idealizações – "não julgamos estas terras, em grande parte áridas e heroicamente pobres, devastadas pelo cangaço, pela malária e até pela fome as Terras Santas ou a Cocagne do Brasil" (Freyre, 1976, p. 56). Nas palavras de Freyre: não "louvar os atrasos", mas glorificar os progressos. A proposta é a busca de novas formas a tradições culturais, independentemente de raças. No texto do *Manifesto* as críticas são diretas aos "burgueses mais cheios de requififes e de dinheiro" que definiam Civilização, Progresso, Bom Senso, Bom Gosto e Bons Costumes – grafadas assim mesmo, ironicamente em maiúsculas – o mais longe possível da arte popular, dos assuntos populares, plebeus, rasteiros. A base da estrutura da cultura regional, assim definida, mostra-se em expressões

¹³ Em uma Comunicação ao Conselho Federal de Cultura, em 4 de maio de 1976, intitulada "O Movimento Regionalista, Tradicionalista e, a seu modo, Modernista do Recife", Gilberto Freyre diferencia as propostas dos membros da Semana de Arte de São Paulo, do modernismo do Rio de Janeiro liderado por Graça Aranha, e do movimento do Recife. Os paulistas e cariocas esmeravam-se em renovações "aliás admiráveis, em setores eruditos da cultura", traçando novas normas para a modernização da literatura brasileira e da língua portuguesa. Os recifenses, sem serem "dirigistas", buscavam valorizar "coisas cotidianas, espontâneas, rústicas desprezadas pelos em arte ou em cultura sensíveis somente ao requintado e ao erudito. Coisas tidas como desprezivelmente arcaicas em artes úteis, ao mesmo tempo que decorativas [...] como a do móvel e a da arquitetura doméstica [...] da arte da renda, da do bordado, da da talha e – escândalo, repita-se, para a época em que surgiu o movimento – da da cozinha, da do bolo, da do doce, da da bebida com sucos de frutas nacionais e regionais, a das batidas" (Freyre, 1976, p. 28-29).

de comportamento e cultura comumente desprezados, feitos por homens, mulheres, pretos, pardos, brancos na vida íntima adaptada àquela porção tropical, de acordo com o clima e a paisagem. As "raízes e fontes de vida, de cultura, de arte regionais" aproximam-se do povo. "Quem se achega ao povo está entre mestres e se torna aprendiz". A força das principais personalidades artístico-literárias do Nordeste deve-se ao contato com a cultura popular, na infância ou na idade adulta, "com as tradições populares, com a plebe regional e não apenas com as águas, as árvores, os animais da região" (Freyre, 1976, p. 76).

Percebe-se que há a exposição de uma concepção de cultura, um questionamento estético-literário atrelado ao social. Social porque desejoso de ver a população de um lugar orgulhosa de suas criações, e os interessados em interpretá-la ou representá-la na arte sensíveis aos toques e sabores caseiros. Há um claro questionamento sobre o significado de ser 'progressista' naquela sociedade aberta pelo devir, demandando uma linguagem e/ou expressão linguística também renovadora. A linguagem de Freyre e seu posicionamento como intérprete é afetiva, atravessada de subjetividade ao questionar se "modernismo" era sinônimo de assemelhar os "velhos burgos de fundação portuguesa" às modernas cidades norte-americanas ou francesas.

Há uma crítica clara aos hábitos mentais e às práticas predominantes das elites brasileiras. É "significativo que, ao fazer a defesa intransigente dos valores do Nordeste e da necessidade de preservá-los, Freyre escolha itens do que é considerado atraso e/ou símbolo de pobreza", como os mucambos, as ruas estreitas das cidades e, principalmente, a culinária (Oliven, 1992, p. 47). Longas páginas são destinadas às artes de mesa e fogão, vistas como centros daquela cultura regional.

Ao mesmo tempo, é inegável o caráter conservador presente em muitos aspectos do *Manifesto Regionalista* – sobre o lugar social da mulher, por exemplo. Contudo, isto não esgota o seu sentido, como bem percebe Ruben Oliven, que aponta duas leituras possíveis e complementares. A primeira concentra-se na posição socio-intelectual de Freyre, como um representante da aristocracia rural decadente, resistindo às mudanças que enfraquecem suas bases de poder. Esta linha apontaria para uma defesa da região como

estratégia para unir as oligarquias regionais (principalmente as nordestinas), opondo-se ao poder central. Assim, a defesa "intransigente das tradições e valores populares" é uma posição "saudosista que procura erigir uma cultura popular cristalizada em símbolo de nacionalidade a ser contraposto a uma modernidade definida como estrangeira" (Oliveira, 1992, p. 50). A segunda ressalta que "por trás da orientação conservadora" estão discussões em torno da organização do Estado, da identidade nacional e consequente definição do que é este propriamente "nacional (e, portanto, autêntico para uns, mas atrasado para outros) e o que é estrangeiro (e, portanto, espúrio para uns, mas moderno para outros)" (Oliveira, 1992, p. 50).

Tomamos a liberdade de discordar ligeiramente da leitura de Oliveira a partir de sua fórmula popular/regional = tradicional (bom) vs. cosmopolitismo = moderno (ruim). A modernidade, sim, é vista como estrangeira, homogeneização do imperialismo inevitável. Contudo, a visão apresentada no *Manifesto* não parece ser saudosista em torno de "cultura popular cristalizada" ou antimoderna, sim uma proposta de renovação dos valores regionais a partir da nova condição e experiência modernas. A decadência contemporânea do Nordeste é explicada também por isso. Não se nega os "boulevards" em oposição às ruas estreitas, as bebidas engarrafadas aos sucos de frutas típicas, as lapinhas ao Papai Noel, os enlatados às comidas caseiras. Nega-se a adoção de um estilo de vida "moderno" que não tenha relação com o ambiente daquela região, seja natural ou humano, simplesmente porque este é o ritmo do progresso, descartando práticas e soluções típicas plenamente de acordo com o ambiente/sociedade. No passado (rural) houve uma amálgama sociocultural que resultou nas tradições brasileiras.

É plausível afirmar que a questão nacional é perene em países de tradição colonial, mais delicadas ainda em um país de dimensões continentais como o Brasil. É importante destacar também que um debate no cenário intelectual é, na maioria das vezes, luta por espaços, posições sociais e poder simbólico, de dizer mais apropriadamente a realidade.

O regionalismo como um fenômeno intelectual é muito mais complexo, dinâmico e diverso do que a chave de leitura hegemônica interpretou, visto como reacionário tanto do ponto de vista estético como ideológico.

Antimoderno. Temos sim regionalismos antimodernos e reacionários. Entretanto, muitos regionalistas estão propondo um contraponto a um único modelo de modernização, uma modernização perpassada pela (re)invenção da *tradição*, redescoberta das diferenças. O que parece mostrar-se aqui é um questionamento em torno de qual o tipo de modernização (e desenvolvimento, e progresso, e atualização) que queremos enquanto país, porque a modernidade brasileira é diversa da europeia, levando-se em conta os elementos culturais, políticos, sociais e a posição periférica no sistema-mundo. Houve uma experiência social plasmada nas tradições.

O debate em torno do propriamente nacional, enquanto algo distinto ou algo derivado da tradição europeia, inicia ainda no império, sob as bases do romantismo do século XIX. Esta questão é, possivelmente, perene. Importa analisar qual o desdobramento deste mesmo debate com as reestruturações sociais ocorridas nos diferentes contextos.

Quais as bases da construção de uma "sociedade nacional", o que é o comum, a identidade? É uma cultural comum? A República trouxe avanços ou retrocessos nesse sentido? O regionalismo é também uma resposta à discussão sobre o que funda a identidade nacional, a como as representações culturais podem articular-se de maneira mais verossímil às características peculiares do país, à realidade local. À medida em que se aceita ser a sociedade também criada simbolicamente, a tensão permanente neste diálogo relaciona-se àquela entre uma compreensão que se pretende propriamente autóctone, original, nascida com e a partir das particularidades do Brasil, e às explicações exógenas, muito próximas ao discurso colonizado/do colonizador em torno do país. O resultado final desta operação, na maioria das vezes, é positivo no primeiro e negativo no segundo.

Uma preocupação desta magnitude mobiliza todos aqueles vistos como intérpretes do Brasil. Os intérpretes são aqueles preocupados em articular passado, presente e futuro para recompor as forças políticas no presente. Assim, a questão "nação" e sua correlata "identidade nacional" sempre ressurgem, em contextos distintos.

Os intelectuais terminaram os anos 1920 com uma grande interrogação em torno de qual brasilidade seria a mais apurada – ou brasilidades. Via-se

com clareza o diagnóstico de que havia uma especificidade do Brasil no concerto das nações, restava saber como articulá-la e qual valor teria, se positivo ou negativo, com todas as implicações decorrentes para o modelo de identidade nacional. A mestiçagem era algum consenso, até aquele momento uma realidade da carne, biológica, paulatinamente passando a ser entendida como uma realidade do espírito, cultural.

O país que mudava, respirando cada vez mais os ares simultaneamente inebriantes e conspurcados da modernidade, viu a soma de insatisfações desestabilizar o equilíbrio de forças transformando-se em golpe de Estado. O arranjo não suportou a tensão e se desfez entre governo federal e as elites estaduais na divisão do poder. Um amplo arco político, abrigando quase todas as frentes dissidentes, colocou fim ao primeiro período republicano no país exatamente ao somar a terceira dezena.

Aos intelectuais, o grande saldo da experiência ocorrida na Primeira República foi um novo impulso sobre realidades nacionais: não era mais possível manter-se indiferente, ou tentar emular modelos de civilização e cultura ao norte do Equador, ou, ainda, buscar o remédio para os males de origem no racismo ou cientificismo. Desejava-se uma afirmação do caráter nacional como diferença, não como inferioridade. Os discursos buscavam conduzir a nação ao encontro de si mesma, dobrar o Brasil sobre si mesmo. As disputas eram justamente em torno do que cada elemento desta equação significava e qual seu produto na temporalidade da nação.

. CAPÍTULO 2 .

REGIONALISMO COMO FENÔMENO LITERÁRIO

Quando surgiram como possibilidade literária ainda no século XIX, as obras que viriam a ser entendidas como regionalistas nasciam como uma possibilidade de representação literária do brasileiro ou dos brasileiros, enquanto prosa. Embora o romance já existisse desde o século XVII-XVIII – uma forma que foi "a revolução literária do Terceiro Estado", representando os costumes burgueses, a ficção histórica, o romance egótico-passional, ou seja, "um excelente índice dos interesses da sociedade culta e semiculta do Ocidente (Bosi, 2006, p. 97) – até a metade do século XIX a narrativa literária no país não existia neste formato, predominando versos líricos ou épicos.

O romance demora a chegar no Brasil e não se inicia com Joaquim Manuel de Macedo ou José de Alencar na narrativa urbana. O romance começa no Brasil como regional e de costumes, na Corte, não nas regiões. Os primeiros romancistas regionalistas, publicando em folhetins nas décadas de 1830-40, eram estudantes inovando ao escrever narrativas sobre suas regiões de origem, pitorescamente, ambiente desconhecido da sociedade de corte letrada:

Carente do binômio urbano indústria-operário durante quase todo o século XIX, a sociedade brasileira contou, para a formação de sua inteligência, com os filhos das famílias abastadas do campo, que iam receber instrução jurídica (raramente, médica) em São Paulo, Recife e Rio (Macedo, Alencar, Álvares de Azevedo, Fagundes Varela, Bernardo Guimarães, Franklin Távora, Pedro Luís), ou com filhos de comerciantes luso-brasileiros e de profissionais liberais, que definiam, grosso modo, a alta classe média do país (Pereira da Silva, Gonçalves Dias, Joaquim Norberto, Casimiro de Abreu, Castro Alves, Sílvio Romero). Raros os casos de extração humilde na fase romântica, como Teixeira e Sousa e Manuel Antônio de Almeida, o primeiro narrador de folhetim, o segundo, picaresco; ou do trovador semipopular Laurindo Rabelo. (BOSI, 2006, p. 92)

Nesse panorama, as principais inteligências literárias do país eram incorporadas pelos padrões culturais europeus da Corte e das capitais de província. Como consequência, os homens de letras do período formaram "configurações mentais paralelas" às respostas semelhantes que a "inteligência europeia dava a seus conflitos ideológicos" (Bosi, 2006).

Quando José de Alencar, principal nome do romantismo-regionalismo daquele momento inicia suas publicações, o sucesso estabelecido são os romances de salão que entronizam o personagem urbano. A pretensão de realizar uma "narrativa nacional" começa com uma epopeia para representar um passado mítico à nobreza recente do país. Seguido o projeto, Alencar passa a representar a coragem do homem-tipo das províncias frente à vileza do cidadão, enaltecendo a moral dos homens antigos à grosseria dos novos-ricos.

Em 1870, com a publicação de *O gaúcho*, seguido de *O tronco do ipê* (1871), *Til* (1872) e *O sertanejo* (1875), o autor não inova na temática rural ou na abordagem, portanto. Lembremos que a década de 1870 abre as portas das mudanças socioculturais que darão fim ao Império no Brasil, acelerando o ritmo de transformações. O principal efeito das obras foi despertar a crítica de Franklin Távora, reivindicando um lugar de fala *avant la lettre* com a "literatura do Norte". E cria-se uma polêmica, alimento para o campo intelectual como raros outros. A partir dessa polêmica é que emerge o regionalismo, "uma consciência orgulhosa dos valores locais e um desejo de vê-los afirmados, reconhecidos, no plano nacional" (Almeida, 1999, p. 54). Logo, após a publicação de romances rurais e sertanistas, na Corte, com cor local.

Existiria, então, regionalismo literário na fase romântica? Para Almeida (1999), sim e não. Ao analisar-se o caso de Alencar e a ficção romântica como um todo, preocupada com a afirmação do brasileiro em oposição ao europeu, o nacional estaria sempre em primeiro plano. Entretanto, determinadas obras românticas que afirmam o universal (brasileiro) através de "tipos regionalmente configurados" podem ser consideradas regionalistas, ou seja, regiões culturais suficientemente diferenciadas "para fornecer à ficção valores ou tipos humanos peculiares".

O regionalismo, assim, advém de sugestões de José de Alencar, principalmente em *O gaúcho* e *O sertanejo*, explorado por outros romancistas como Bernardo Guimarães, Alfredo D'Escagnolle Taunay e o próprio Franklin Távora, mantendo o tom de exaltação mítica-heroica, saudosa e escapista: "uma forma de escape do presente para o passado, um passado idealizado pelo sentimento e artificializado pela transposição de um desejo de

compensação e representação por assim dizer onírica." Esse tipo de regionalismo acaba por ser paradoxal realizando uma dupla operação: de um lado, supervalorizando a cor local, seus tipos humanos e aspectos pitorescos, de outro, encobrindo estes mesmos aspectos ao atribuir que dizem respeito mais à cultura daqueles que o representam (qualidades, sentimentos, valores) do que ao próprio objeto. "Já se assinalou que o índio de Alencar era um europeu de tanga e tacape" (Coutinho, 2004, p. 234)

A partir de então agremiações provinciais/regionais começam a surgir, quase coincidentemente: a Escola do Recife, o Parthenon Literário e outros. É o início de projetos para compor subsistemas de literaturas dentro do sistema centralizado da Corte. Dessa maneira, os projetos subsequentes nascem um tanto paradoxalmente de Alencar, a partir das sugestões estéticas e colocam-se como oposição à Corte representada pelo mesmo Alencar, iniciando a composição dos tipos-síntese regionais que até então praticamente não existiam. A forma de compreensão das "partes" do Brasil, naquele momento, eram duas seções: Norte e Sul. Esta é a divisão proposta por Franklin Távora no prefácio de *O cabeleira*, em 1876.

A partir de então estabelece-se uma linhagem literária surgida do "laboratório regional". Em todo o país surgem escritores procurando captar em prosa, "com a máxima veracidade, os temas, os costumes, os tipos, a linguagem, das várias regiões de que, geograficamente, se compõe o país". Elaborar-se também uma espécie de herói particular, o herói regional, "super-homem, em luta contra um destino fatal, traçado pelas forças superiores do ambiente" (Coutinho, 2004, p. 237).

No século XIX, a crítica literária abordou estas obras com caráter rural a partir da noção de sertanismo. Nascido em Sergipe, Sílvio Romero (1851-1914), em *História da Literatura Brasileira* (publicado pela primeira vez em 1880, revisado em 1902), dá ênfase à perspectiva histórica e propõe um conceito amplo de literatura, como sinônimo de cultura. O critério nacionalista para se determinar a "literatura brasileira" ainda está presente, mas perde força para elementos extratextuais, história, aqui, é a visão taineana de fatores como meio, raça (indígena, negro e português) e momento. Sua perspectiva sobre o sertanismo é crítica, embora louve determinados aspectos e inclua também

contos e lendas de tradição oral no critério do que seja literatura. Os poetas populares do Norte são chamados de "realismo campesino", mas também tecendo críticas ao "poetar sertanejista". Inclui ainda Alencar, Távora, Guimarães e Taunay, com destaques e críticas, principalmente às posições políticas dos autores (Fischer, 2021, p. 74).

No século XX, a interpretação predominante sobre o fenômeno é, em grande parte, vinculada às formulações levadas a cabo pelos intelectuais envolvidos com o movimento modernista de São Paulo, que acabaram por redefinir o passado da literatura, a visão de conjunto e o tipo de nacionalismo válido, tornando-se o centro gravitacional do que passou a ser visto como uma cultura propriamente moderna para o país. A partir dos anos 1930, as propostas modernistas para o Brasil se enraizaram e tocam – principalmente – a crítica literária de boa parte do país, a partir de instituições centrais na produção do conhecimento acadêmico, concentradas, em sua maioria, na região Sudeste.¹⁴

A mineira Lúcia Miguel-Pereira não define o regionalismo simplesmente como a tradução de peculiaridades locais, pois seria um critério amplo demais, abrangendo toda a ficção brasileira. Para a autora, regionalistas são todas as obras cuja finalidade não era uma síntese artística, mas a documentação e fixação de tipos, costumes e linguagens locais, "cujo conteúdo perderia a significação sem esses elementos exteriores, e que se passem em ambientes onde os hábitos e estilos de vida se diferenciem dos que imprime a civilização niveladora". (1973, p. 179). 'Civilização' aparece como sinônimo de 'nacional'. Regionalismo está limitado ao 'ruralismo' e ao 'provincianismo', com principal característica a 'cor local' e o atributo pitoresco.

¹⁴ Institucionalmente, no mesmo período há a consolidação e ascensão da Universidade de São Paulo que desde o alvorecer da República reflete o centro econômico e político, buscando torná-lo o centro intelectual. Sintomática da mudança do eixo são as disputas entre a intelectualidade carioca e paulista, ao longo de boa parte do século XX. Fundada oficialmente em 1934, a USP posicionou-se como centro irradiador de conhecimento acadêmico legítimo (científico) e interpretações sobre o Brasil que se tornaram hegemônicas. A UNICAMP também teve importante papel neste sentido, principalmente para as ciências humanas. A metrópole industrial conduziu, no campo das ideias, o mesmo processo de integração e "atualização da cultura". Se no Império havia a expansão da "civilização", agora ocorreria a expansão do "progresso" e da "modernidade científica", valendo-se do poder de legitimação estética e epistemológica dos centros, conduzindo a modernização intelectual e da sociedade.

A autora divide o regionalismo brasileiro em momentos, entre 1870 e 1920. O primeiro (1870-1880), põe em evidência as características exóticas e pitorescas dos locais, predominando a região sobre o homem e tendo como forma privilegiada o conto. O segundo momento surge após a abolição da escravidão, em fins do XIX. Aqui, os autores desejavam explorar os distintos modos de vida dos brasileiros, livres de influências externas. O terceiro momento é menos rígido e permeável a concepções mais gerais do homem, tendo Simões Lopes Neto como forma definitiva. O quarto momento é definido pela influência de *Os sertões*, dando nascimento a obras mais interpretativas e menos objetivas. O quinto momento surge em 1917 com tônica mais na denúncia do que no descritivismo exótico e pitoresco, encerrando o ciclo com Monteiro Lobato.

Grosso modo, no pensamento de Lúcia Miguel-Pereira, a literatura regionalista evoluiu sempre que investiu em concepções mais universais do homem. Desse modo, para ela, a literatura regionalista cresceu quando abriu mão do localismo em busca do cosmopolitismo. [...] o regionalismo nunca foi a literatura que investiu na descrição de costumes de uma região, mas foi um nome que serviu para abrigar toda produção que não estava em sintonia com a da 'civilização niveladora', o Rio de Janeiro, e, no limite, a Europa e os Estados Unidos. (ARAÚJO, 2006, p. 116)

Para Antonio Candido, nosso sistema literário se desenvolveu sob uma contradição de berço: a convivência do metropolitano com o rural, do primitivo com o desenvolvido, pois a literatura aqui nasceu transplantada através da colonização, com formas importadas usadas para olhar temas brasileiros. O regionalismo não foge a essa regra: as obras com esse caráter anteriores ao modernismo são um gênero "artificial e pretensioso" elaborando um "sentimento subalterno e fácil" de condescendência em relação ao próprio Brasil, "a pretexto de amor à terra, ilustra bem a posição dessa fase que procurava [...] um meio de encarar com olhos europeus as nossas realidades mais típicas." (Candido, 1980, p. 121).

O regionalismo serviu para designar literaturas produzidas fora do Rio de Janeiro (não há regionalismo carioca), percebendo-se três fases distintas. Um primeiro momento circunscrito ao romantismo e seu desejo de construir uma cultura brasileira, localizada no interior, em oposição ao deslumbramento pela

Europa do litoral – por isso também chamado de "sertanismo". Num segundo momento, em fins do século XIX e início do XX, há uma valorização do pitoresco, alienando o homem apenas como parte da paisagem exótica, descrita em traços deterministas e cientificistas. A terceira fase corresponde ao romance social dos anos 1930-40, produção marcada pela consciência do subdesenvolvimento, passando a revelar uma realidade dura, miserável e inculta, que antes o encanto pelo pitoresco e exótico escondia. Após a Semana de Arte de 1922, a persistência da temática regionalista ocorre devido à manutenção do subdesenvolvimento econômico no país, ao passo que em países mais urbanizados tal temática já seria anacrônica – o que também explicaria a ocorrência do fenômeno em toda América Latina.

Alfredo Bosi em *História concisa da literatura brasileira*, considera o regionalismo como um dos tipos de ficção romântica, uma literatura menor que resiste apenas pelas exigências escolares ou por interesse nas informações brutas que registra entre a sociedade, uma fase superada da nossa literatura.

As distintas formas de sertanismo (romântica, naturalista, acadêmica, modernista) que existem nas letras nacionais desde o século XIX nasceram do contato entre "uma cultura citadina e letrada com a matéria bruta do Brasil rural, provinciano e arcaico", o choque entre padrões psíquicos e respostas urbanas letradas e uma comunidade rústica onde a distância entre natural e cultura é menor. O autor culto projeta seus próprios interesses e frustrações naquele cenário: "do enxerto resulta quase sempre uma resposta híbrida onde não alcançam o ponto de fusão artístico o espelhamento da vida agreste e os modelos ideológicos e estéticos do prosador" (Bosi, 2006, p. 141)

Esta armadilha pode ser desfeita por duas estratégias. A primeira é o "puro registro da fala regional (neofolclore)", de um ingênuo realismo – válido como visão mimética da arte –, de quem são exemplos o Taunay de Inocência e pós-românticos do século XX como Valdomiro Silveira e João Simões Lopes Neto. A segunda seria a "pesquisa dos princípios formais que regem a expressão da vida rústica, para com eles elaborar códigos novos de comunicação com o leitor culto", caracterizado por uma rigorosa poética da forma – experimentalismo moderno e em alto grau exigente de abstração do leitor –, solução de Guimarães Rosa, que universalizou mensagens e formas

de pensar do sertanejo sondando o âmago de seus significados. (Bosi, 2006, p. 141).

Criando romances inverossímeis e recheados de peripécias pouco atraentes para o leitor médio urbano, as criações não superam um descritivismo fruto do choque entre o escritor culto com a cultura rústica que narra. Os "regionalistas típicos" esquivaram-se dos problemas universais: o projeto dos regionalistas era ser fiel ao meio a descrever, incorporando ambientes rurais ainda não tematizados pela ficção brasileira – o que é um mérito. Ao afastar as modas estéticas estrangeiras, adotadas pelas elites urbanas, pesquisaram o folclore e a linguagem do interior.

Quando tratamos sobre os novos olhares, Luís Augusto Fischer é um ponto de referência. Assim como outros críticos, Fischer defende que a tradição que em geral chamamos com esse nome seria mais adequadamente chamado de "ruralismo", ou seja, uma literatura feita sobre as experiências não-urbanas – o que, historicamente, até meados do século XX no Brasil, abrange a maior parte do país e a grande maioria das obras.

Os autores compreendidos dessa maneira

vão lidar com três tensões fortes – aquela entre a cultura letrada e a cultura popular, ou não-letrada, ou oral, aquela entre a cidade e o campo e aquela entre o presente e o passado. A cidade será vista quase sempre como um lugar de exílio, de desconforto, em contraste com o mundo rural, no qual se respira verdade, autenticidade (FISCHER, 2004, p. 58).

Por extensão, a cidade (presente), a cultura urbana, estará marcada por um sentimento de degradação, em oposição ao passado, a cultura rural, que será visto como guardião das coisas genuínas, humanas. Essa valoração ocorre paralelamente ao processo que aqui podemos chamar de modernização – cabe destacar que o interesse por preservar práticas e referências do passado se torna uma marca do período, em todo mundo ocidental, não apenas no Brasil.

A explicação para o "demérito de origem" que é ser regionalista sintetiza-se pela fórmula "cidade grande + modernização + vanguarda = arte verdadeira" (Fischer, 2007, p. 134). O "mérito de origem" (vanguarda) assenta-se numa "fantasia desenvolvimentista" que varreu e que ainda varre as leituras da nossa cultura. Assim, em nossa crítica, a centralidade dada ao Modernismo paulista não é reflexo apenas de valores estéticos, mas das tensões e disputas de força (sociais, ideológicas, estéticas, etc.) da vida social, expressas ali. Como consequência, temos em cada um dos momentos elementos vencedores e perdedores em relação à possibilidade de estabelecer hegemonias interpretativas, em função das mudanças que se operam:

do lado vencedor, que é o lado da cidade moderna, do capital, da concentração de poder, do Estado, da tecnologia, está a arte eufórica, tantas vezes expressa como vanguarda, por sinal; do lado perdedor, do lado que requer o luto, está a arte disfórica, a arte melancólica, tantas vezes expressa como, desculpe insistir tanto assim, 'regionalismo'. (FISCHER, 2007, p. 138).

O que ficou conhecido como regionalismo, então, precisa ser visto historicamente "como o processamento da perda que a modernização acarretou, processamento que não se opõe a, mas que se complementa dialeticamente com, aquele que a arte urbana ou metropolitana produz" (p. 138).

Em recente publicação, Fischer retoma e coaduna posições esboçadas em artigos anteriores, avançando no sentido de propor parâmetros a uma nova história literária brasileira, criticando o que chama "o modelo Formação" e "o modelo ideias fora do lugar", de Antonio Candido e Roberto Schwarz, respectivamente. Não há uma ruptura, mas uma tentativa de avanço em relação às proposições de ambos, de quem Fischer se coloca como tributário.

O autor mobiliza uma série de novas referências ao empreendimento para evitar, principalmente, o centralismo socio-intelectual. A proposta, então, sugere a existência de duas "grandes formações históricas, duas longas durações no trajeto brasileiro até aqui. Elas se chamam sertão e plantation" (Fischer, 2021, p. 334). Os dois Brasis não se excluíram, do contrário, se complementaram, especialmente a partir do século XVIII, convivendo tensamente, convergindo eventualmente. Em termos de literatura, Machado de

Assis e Guimarães Rosa são os pontos de chegada dos processos de elaboração literária: "o complexo plantation/'ideias fora do lugar' tem Machado de Assis, em certo sentido inultrapassável como representação da experiência a que se refere, assim como o complexo sertão/'perspectivismo ameríndio' tem Guimarães Rosa." (Fischer, 2021, p. 345)

A tradição do sertão, que mais interessa à presente tese, foi marcada pela presença indígena e por formações sociais distintas em relação à plantation do litoral. Por exemplo, uma economia não monetarizada, várias modalidades de propriedade ou posse da terra, forte mobilidade social, lealdades tradicionais, sem presença do Estado, com tradição oral dominante e escassa presença de registro escrito. Todos esses elementos plasmaram uma experiência particular, distinta e diversa, registrada pela literatura majoritariamente denominada regionalista:

[...] trata-se de perceber que a formação da literatura, no Brasil e também na América Latina (e no Novo Mundo), nasceu e se desenvolveu na direção de entender e dar a entender a terra nova, de enunciar as estranhas formas de convívio social e de imaginação engendradas pela história, de dar corpo literário ao que era desconhecido, desde o litoral e aqueles incompreensíveis índios romantizados até as brenhas do sertão profundo (FISCHER, 2021, p. 346).

Ligia Chiappini Moraes Leite (2013), em seus trabalhos mais recentes sobre o tema ressalta o "fôlego de gato" do fenômeno, não apenas na literatura latino-americana como um todo, mas também na europeia, contemporizando a noção de a permanência do fenômeno seria decorrência unicamente do subdesenvolvimento, como pensa Candido, logo, irrelevante em países do chamado Primeiro Mundo.¹⁵

¹⁵ É da mesma autora a principal interpretação sobre o regionalismo no Rio Grande do Sul, particularmente, de acordo com Lígia Chiappini Moraes Leite, em *Regionalismo e modernismo* (1978), houve no mínimo quatro regionalismos: um romântico, que idealizou o herói-gaúcho e o passado guerreiro; um tradicional, de cunho real/naturalista, que fixou as transformações da sociedade campeira e o desaparecimento do antigo gaúcho, preocupado em anotar a linguagem e o folclore dos campeiros; um terceiro que se propôs a transformar a tradição sob o influxo do modernismo – em seu interesse pelos temas locais e raízes culturais brasileiras – com base no modelo de Simões Lopes Neto e, ainda, um regionalismo que se pode designar crítico ou social, na medida em que denunciou a desestruturação da sociedade campeira e a proletarização do gaúcho. Aqui, o Modernismo não aderiu majoritariamente pois as letras locais têm um caráter esteticamente conservador. Algumas das conclusões do livro foram revistas pela autora posteriormente.

As interpretações da autora questionam o cerne de uma grande chave de leitura utilizada para o fenômeno, concebendo-se o regionalismo como oposto à modernidade. Assim, tanto na América Latina quanto na Europa regionalismo e modernidade não se opõem, pelo contrário, são complementares: a partir da metade do século XIX, o regionalismo é gerado pela modernização e pela racionalização crescente da agricultura, um fenômeno da modernidade. Na literatura:

não apenas como um conceito temático (vinculado às regiões não hegemônicas do país, e, sobretudo, às áreas rurais), mas a um modo de formar, híbrido, como utilizador de formas da literatura urbana e dirigido a um público da cidade. E, ao mesmo tempo, tematizando e querendo exprimir, não apenas os aspectos exteriores do homem rural, mas sua forma de pensar, de sentir, de falar e de narrar. O regionalismo como modo de formar, diferente da literatura canônica, mas diferente também da literatura trivial, um modo de formar que, basicamente, tenta trazer para a ficção os temas, tipos e linguagens tradicionalmente alijados das Letras e restritos à determinada região, mas sem renunciar de antemão a uma aceitação suprarregional. (LEITE, 2013, p. 25)

Assim, a autora amplia e reabilita a categoria:

O Regionalismo não precisa necessariamente ser exotismo, nostalgia ou xenofobia. Mas pode ser também uma forma de conhecimento. Não precisa tampouco ser antimoderno ou antiglobalização, porém pode ser visto na especificidade da sua dimensão moderna e na potencialidade de sua inter e transculturalidade. (LEITE, 2013, p. 28).

A questão da linguagem, especificamente da incorporação estética da oralidade como elemento estruturante na linguagem escrita, ou, sob outros termos, a questão da presença da cultura popular na linguagem culta – o que, para muitos, são inovações do modernismo – levou Alfredo Bosi, em *Literatura e resistência* (2002), a rever suas posições sobre o regionalismo a partir de outros critérios – ou valores. Relacionando escrita aos excluídos dos processos históricos ("o homem sem letras"), defende que há pelo menos duas maneiras de considerar essa relação: o excluído social ou o marginalizado enquanto objeto da escrita (temas, personagens, situações narrativas) ou o "excluído enquanto sujeito do processo simbólico.". Ao afastar as modas estéticas estrangeiras, adotadas pelas elites urbanas, os autores regionalistas pesquisaram o folclore e a linguagem do interior, de uma possível poética da oralidade.

Bosi sustenta que o interesse pela "cultura dos vencidos e das minorias" não surgiu nos anos 1970, mas é muito anterior, do início do século XIX, com raízes nos movimentos europeus de emancipação do Antigo Regime, preocupados com a nação e o despertar dos povos. Os eruditos, primeiramente alemães, desentranharam as riquezas da memória e da linguagem arcaico-popular, o rústico e o ingênuo – *folklore* significa, literalmente, "sabedoria popular".

Como os europeus, os estudiosos latino-americanos perseguiram todas as "manifestações simbólicas capazes de traduzir uma identidade étnica ou nacional: um caráter que fosse diverso da forma culta veiculada pelos estratos oficiais, 'altos', do poder colonizador". (Bosi, 2002, p. 259). A paixão pela cultura popular alimentou o romantismo, indianismo e nativismo atravessando o século XIX e persistindo até o seguinte.

No Brasil, todos os estudiosos colheram a relação entre

os agentes da cultura não letrada, quase sempre anônimos, e a palavra oral, pois o imaginário popular se exprimiu, durante séculos, abaixo do limiar da escrita. No conjunto, o que aconteceu foi uma verdadeira operação de passagem, pela qual o letrado brasileiro foi incorporando ao repertório do leitor culto os signos e as imagens de um estilo de vida interiorano, rústico e pobre. Valorizando estética e culturalmente as tradições populares, carreava-se água para o moinho das identidades regionais e, no limite, da identidade nacional (BOSI, 2002, p. 260)

O uso ideológico desse material depende dos valores carregados pelo pesquisador, se progressistas ou conservadores. Sobre este aspecto, especificamente, cabe ressaltar que procurar novos olhares sobre as categorias do debate não deve retomar oposições como cultura autêntica nacional versus cópias externas, como à primeira vista pode parecer, mesmo porque, como argumenta Roberto Schwarz, a oposição entre nacional e estrangeiro, original e imitado é irreal, mas não falsa, "desde que tratada pragmaticamente, de um ponto de vista estético e político, e liberta da mitológica exigência da criação a partir do nada" (Schwarz, 1987, p. 48).

Muitos críticos contemporâneos buscam dialogar com autores de tradição germânica. João Claudio Arendt (2011), pensando as contribuições dos recentes estudos alemães – Sigurd Paul Scheichl, Jochen Grywatsch, Jens

Stüben – sobre as literaturas regionais, sugere interessantes apontamentos, partindo da ideia de Grywatsch para a categoria de região não apenas como uma realidade natural em um espaço específico, mas "um modelo de referência com potencial de identificação, construído dentro de um processo cultural" (Arendt, 2011, p. 233).

Arendt conclui que: 1) editoras e periódicos cumprem um papel determinante na circunscrição ou transbordo da literatura regional, como no caso brasileiro, em que muitos autores encontraram suporte, inicialmente, apenas em jornais e editoras de circulação limitada (Simões Lopes Neto, por exemplo); 2) o público, normalmente, é guiado por um sentimento de pertencimento às coisas locais, defendendo e prestigiando "seus" escritores, muitas vezes, buscando ver sua região crescer em importância, atribuindo aos escritores, desse modo, o papel de "porta-vozes de seus valores"; 3) o registro literário das particularidades regionais contribui para a manutenção não da diferenciação, mas da diversidade cultural, expressando idiosincrasias que, do contrário, estão condenadas ao silêncio; 4) deve-se priorizar os aspectos históricos e sociais, desviando da tradicional polarização regional-universal, ou seja, é o contexto de produção e recepção que precisa ser investigado, estabelecendo-se as paisagens literárias (ambiente cultural e intelectual de escritores e leitores), reduzindo a importância da "qualidade literária" como única explicação para o transbordo dos "autores regionais"; 5) dialogar com as teorias pós-modernas sobre o espaço, a Geografia Cultural, que vê nas relações entre o homem com o meio ambiente uma dimensão psicológica e sociopsicológica: o espaço é indissociável das ideias sobre ele; 6) a utilização da categoria *universal* para mensurar a qualidade da literatura regional brasileira é resultado de um processo que equiparava a cultura brasileira com a europeia, no século XIX, posteriormente aparecendo nas lutas simbólicas entre as diversas regiões, tendo o meio acadêmico como espaço privilegiado; cabe buscar as razões para seu uso.

Percebemos que o fenômeno do regionalismo, seja no campo histórico-sociológico, seja no campo literário, é atravessado por disputas de grande relevância para a compreensão das ideias em torno do Brasil, a nação, a cultura brasileira, a literatura legítima e válida. Questões fundamentais e fundantes. Curioso é notar que o debate em torno do termo se esvaziou já há algumas décadas, seguindo o mesmo ritmo das ondas de publicação das obras que também se alternam. Os ecos da recente publicação de *Duas formações, uma história: das ideias fora do lugar ao perspectivismo ameríndio* (2021), de Luís Augusto Fischer, ainda estão para ser mensurados. No âmbito da produção literária, o sucesso da obra *Torto Arado* (Todavia, 2019), de Itamar Vieira Junior, é um indicativo de que talvez deva-se retomar alguns debates. Claro, não se trata de continuidade pela continuidade, mas da constituição de um campo de problemas reais, particulares, com inserção e duração histórica próprias, que recolha as ideias-força ainda pulsantes e dê um passo adiante. É inevitável perceber o regionalismo dessa maneira, um rótulo que abriga versões propositadamente esquecidas ou minoradas sobre a cultura brasileira – como cabe a todo debate de ideias, que tem como resultado aos "vencedores" o privilégio de dizer seus objetos de maneira hegemônica. A princípio, parece claro que compreendê-lo em suas dimensões históricas e estéticas significa embrenhar-se – talvez no cerne – do amplo debate envolvendo as perguntas fundamentais e definidoras de toda sociedade: quem somos nós, afinal? Qual nosso passado, nosso presente e nosso futuro?

A crítica "modernista-cêntrica", como diz Fischer, procurou apagar os traços rurais da ficção nacional, fortalecendo o padrão estético centrado no urbano e valorizando os empreendimentos literários vanguardistas da Plantation. O interior, sinônimo de país atrasado em relação ao resto do mundo, foi expurgado de determinada maneira de pensar a história e a sociedade. Provinciano era o alvo a ser atacado. Sem idealizar no sentido oposto, afirmando que todos autores foram injustiçados pela crítica, a questão é que diante da insustentabilidade dos critérios utilizados – ou em linguagem mais historiográfica: a progressiva redução de verossimilhança dos argumentos – arriscamos afirmar que o lugar destinado ao regionalismo em nossa história literária/cultural/intelectual está novamente em aberto.

O interesse de um historiador sobre o tema deve-se ao fato de que a produção cultural letrada do Rio Grande do Sul é vista como majoritariamente regionalista, tanto no campo da literatura quanto da historiografia. Para pensar os intelectuais sul-rio-grandenses, o debate em torno do conceito, assim, parece um passo inicial. Poderíamos questionar: se mesmo em seus distintos momentos, da emergência no século XIX às diversas fases no século XX, o 'regionalista' é aquele focado tematicamente no passado, qual é a cultura histórica de fundo presente naquela região? Qual deseja impor-se como hegemônica à cultura letrada do país?

. CAPÍTULO 3 .

UMA ESTREMADURA EXPOSTA ÀS INTEMPÉRIES DA HISTÓRIA: O RIO GRANDE DO SUL NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Esta segunda seção analisará as obras elencadas para pesquisa, levando-se em consideração algumas questões, principalmente a relação temporal contida nas obras. Serão buscados quais elementos do passado são escolhidos para urdidura dos enredos, qual aproximação ocorre (mito, história, memória) e qual atitude (crítica, elogio). Esta arquitetura de conceitos e critérios almeja verificar se as construções narrativas preservam a imagem conservadora atrelada aos autores vinculados ao regionalismo. Para tanto, os conceitos de nostalgia reflexiva e nostalgia restauradora serão utilizados como guias para compreensão da mobilização temporal realizada pelas obras.

Os objetos estão no século XX. Devido à aceleração das mudanças sociais trazidas pela modernidade, também será buscada a relação dos autores com o problema da transformação social e as diferentes orientações temporais contidas nas obras. Especificamente, se a imagem de Rio Grande do Sul almejada é buscada no passado, no presente ou no futuro, bem como a orientação destas mudanças, especialmente se há rejeição ou aceitação da modernidade que chega nos (sub)trópicos. O que cada autor tenta convencer o leitor com sua obra, em relação ao passado?

Nessa articulação entre passado, presente e futuro a metodologia empregada por Franklin Baumer em *O pensamento europeu moderno* é uma inspiração. Buscando uma interpretação para a moderna história intelectual do continente, entre os séculos XVII e XX, o autor defende que ocorreu uma transformação de interesse e de compreensão, um direcionamento do ser ao devir, ou como o devir vai sobrepujando o ser enquanto categoria mais importante, conduzindo o interesse para o mutável, o movimento, o relativo, em oposição ao fixo, ao permanente, não apenas mudando, mas "evoluindo sempre para algo de novo e diferente". "Este sentido do devir está no núcleo daquilo que entendemos por modernismo ou 'espírito moderno'." (Baumer, 1977a, p. 38).

Define-se que se o ser é o universo das coisas estáticas e absolutas, o devir é a instabilidade e a incerteza dos assuntos humanos, isto é, ao movimento na Natureza e às transformações na vida ética, política e histórica" (Mattos, 2011, p. 42). O que permanece e o que se transforma na condição moderna, e o que deve permanecer e se transformar na condição moderna.

Buscando as ideias comuns partilhadas em torno da compreensão do humano sobre si mesmo e sobre o universo, Baumer estabelece as questões fundamentais ou perenes: Deus, Natureza, Homem, Sociedade, História. Esta espécie de 'história do pensamento através de seus problemas' guiará a busca pelas representações criadas pelos autores sul-rio-grandenses e também a compreensão de que traziam respostas a perguntas feitas e refeitas a cada período, em torno de problemas comuns e contínuos.

Serão estabelecidos cinco eixos de análise privilegiados nas narrativas: 1) representações de tempo: entre o ser e o devir, mudanças históricas destacadas, relações entre passado (qual passado?), presente e futuro; 2) representações de espaço geográfico; 3) sociedade: papéis sociais dos personagens, divisões, hierarquias, definição de comunidade, organização e estrutura social; 4) natureza: descrições, interações e determinações; 5) humano: origens do humano neste lugar, cultura ou culturas significativas representadas.

Os personagens serão vistos não sob o ponto de vista do "realismo", se mais ou menos "verossímeis historicamente", mas como uma construção simbólica que projeta inquietações, angústias, desejos de uma determinada sociedade, captados pelos autores em seus constructos literários – elemento fundamental para moldar essa mesma realidade. O que a experiência dos personagens naquele espaço criado pela narrativa denota? Qual o conflito central? O que este "contexto textualizado" traz?

Sobre os autores, mesmo não sendo o foco principal, serão feitos alguns apontamentos biográficos – motivação, na terminologia dos contextos de LaCapra –, a fim de situar a obra escolhida no conjunto da produção bibliográfica do escritor, bem como a fim de considerar a dimensão da experiência social e intelectual dos mesmos representadas na obra. Também

serão elencadas informações extra-textuais sobre a trajetória dos próprios livros (edições, ano de publicação, etc).

Outra inspiração para metodologia de análise será buscada em *Meta-história*, de Hayden White. Considerando as histórias produzidas como estruturas verbais e formais, o autor estabelece cinco níveis de conceptualização de uma obra histórica: 1) crônica; 2) estória; 3) modo de elaboração de um enredo; 4) modo de argumentação; 5) modo de implicação ideológica. A crônica é o primeiro nível, organizando um relato histórico a partir da seleção e arranjo em ordem temporal dos registros históricos não processados. Depois, a crônica pode ser organizada em estória, a partir da disposição dos eventos como componentes de uma sequência de acontecimentos, "que conduzem dos inícios aos términos (provisórios) de processos sociais e culturais" (White, 2019, p. 22).

Para dar a forma aos eventos ao pô-los em enredo de um modo particular, é necessário "inventar" o enredo em uma "estória seguível". Com a estória concluída, é realizado um balanço entre o conjunto inteiro de eventos e as outras estórias que "poderiam ser 'achadas' na crônica", a fim de criar uma resposta a questões como "que significa tudo isso?". As maneiras de explicação criadas podem ser por elaboração de enredo, por argumentação e por implicação ideológica.

White considera que para alcançar essa "impressão explicativa em suas narrativas" (White, 2019, p. 43) o historiador se vale de táticas narrativas. Por isso, seguindo um método formalista, realiza uma tipologia que explique como as "estórias históricas" estabelecem essa explicação.

A explicação por elaboração de enredo é o elemento estético, a parte do relato narrativo "do que aconteceu". Criar um enredo significa dar o "sentido" "de uma estória através da identificação da modalidade de estórias que foi contada" (White, 2019, p. 23). Existem ao menos quatro modos de elaboração de enredo (ou estruturas arquetípicas): a estória romanesca, a tragédia, a comédia e a sátira.

A explicação por argumentação formal é o elemento cognitivo, a teoria da verdade e da argumentação quando se almeja expor "o que significa tudo

isso". O historiador explica o enredo que elaborou através "da construção de um argumento nomológico-dedutivo", que pode ser analisado à maneira de um silogismo: "a premissa maior consiste em alguma lei putativamente universal das relações causais, a premissa menor, nas condições do limite dentro do qual a lei é aplicada, e uma conclusão na qual os eventos realmente ocorridos são deduzidos das premissas por necessidade lógica" (White, 2019, p. 26). Existem quatro paradigmas da forma como pode assumir a explicação histórica: formista, organicista, mecanicista e contextualista.

A explicação por implicação ideológica é a que traduz o elemento ético, pois envolve a "assunção pelo historiador de uma postura pessoal sobre a questão da natureza do conhecimento histórico e as implicações que podem ser inferidas dos acontecimentos passados para o entendimento dos atuais" (White, 2019, p. 36). Inspirado em *Ideologia e Utopia* de Karl Mannheim, White propõe quatro posições ideológicas básicas: anarquista, radical, conservador e liberal – que não devem ser compreendidas como emblemas de partidos políticos específicos. Da combinação particular entre enredo, argumentação e implicação ideológica, cada obra histórica gera o que White chama de *estilo*. Contudo, não se pode combiná-los de maneira indiscriminada.

Como um dos objetivos é compreender a relação temporal contida nas obras para, desse modo, verificar a atitude/orientação em relação ao passado, se conservadoras ou não, esta tipologia elaborada por White, especialmente a implicação ideológica, inspira o método de análise utilizado na presente tese. É importante destacar-se que embora seu objeto seja a historiografia e a filosofia da história consideradas exclusivamente como estruturas formais e verbais, a inspiração inicial para estabelecimento do método formalista de análise é, em sua maior parte, estruturada a partir das teorias de críticos literários – já que a grande pergunta de sua pesquisa é: quais são os elementos "artísticos" de uma historiografia "realista"? –, Northrop Frye em *Anatomia da Crítica*, Stephen Pepper em *World Hypotheses* e Kenneth Burke em *A Grammar of Motives*. Por isso, defende-se ser viável utilizar os aspectos das maneiras de explicação por argumentação e por implicação ideológica para análise das obras ficcionais elencadas no corpus da pesquisa. Contudo, a análise por elaboração de

enredo será excluída pois sua tipologia entra em choque com as teorias dos gêneros literários, prejudicando a análise.

Esta seção está organizada em capítulos distintos. O primeiro corresponde às considerações sobre mudanças históricas no espaço da região – Rio Grande do Sul. Os demais capítulos correspondem aos autores e suas obras: Alcides Maya (1878-1944), João Simões Lopes Neto (1865-1916) e Roque Callage (1886-1931).

3.1 Mudanças sociais e tempo

Em *Tudo que é sólido desmancha no ar*, as definições a respeito do que é ser moderno trazidas por Marshall Berman são instigantes. Para ele, ser moderno é uma perpétua dialética, "viver uma vida de paradoxo e contradição" (Berman, 2007, p. 21).

Buscando compreender o que é o chamado "espírito moderno" e como as experiências da modernidade são sentidas e/ou representadas por obras literárias e/ou obras de cultura, o especificamente moderno significa ser movido pelo desejo de mudança, em si mesmo e no mundo. O sujeito moderno é aquele que pode conhecer, entender e agir na transformação/crescimento do mundo e de si mesmo – mas ao mesmo tempo pode ser transformado em objeto. Isso, entretanto, é feito ao preço do terror gerado pela desorientação criada com a desintegração, pois tudo vira partículas e fumaça. O espírito moderno é: buscar sentir-se em casa, criar algo real, verdadeiro, significativo no meio desse vendaval:

Ser moderno é [...] experimentar a existência pessoal e social como um redemoinho, ver o mundo e a si próprio em perpétua desintegração e renovação, agitação e angústia, ambiguidade e contradição: é ser parte de um universo em que tudo que é sólido desmancha no ar. Ser um modernista é sentir-se de alguma forma em casa em meio ao redemoinho, fazer seu o ritmo dele, movimentar-se entre suas correntes em busca de novas formas de realidade, beleza, liberdade, justiça, permitidas pelo seu fluxo ardoroso. (BERMAN, 2007, p. 407).

O objetivo é reconectar nossas experiências como sujeitos que tentam articular, de alguma forma, a mudança, o desejo de um interminável crescimento com o mal-estar pela instabilidade que esse mesmo movimento gera.

Os autores analisados por Berman na obra também indicam que a vida moderna implica uma condição, um todo coerente, uma interdependência entre modernização (economia e política) e modernismo (arte, cultura, sensibilidade, ideias).

Para marcar historicamente a emergência dessa condição moderna definida por Berman, no plano intelectual, a grande expressão foi o surgimento e gradual afirmação da ciência moderna, do indivíduo e, na expressão de Baumer (1977), uma progressiva sobreposição do devir (mudança) em relação ao ser.

Conjugando estas duas definições, uma das hipóteses centrais desta pesquisa é a de que a literatura regionalista não é em sua totalidade uma resistência à modernidade, mas enquanto um produto da modernização (Chiappini, 2013; Fischer, 2007), é uma expressão da condição moderna, uma tentativa de encontrar sentido no fluxo de mudanças históricas. Propõe-se verificar qual a elaboração desta experiência moderna entre os autores regionalistas – modernos antes do modernismo, na feliz expressão de Francisco Foot Hardman –, em busca de uma (re)ligação particular com o passado. Quais caminhos de análise podem se abrir? O regionalismo, tanto em sua literatura como em sua forma crítica, são produtos da modernidade.

Dessa forma, a literatura é vista não como fonte histórica primária, como simples representação de determinado contexto histórico, mas como documento criador de efeitos de realidades, sensibilidades, experiências de historicidade, textos construtores de mundo e de uma relação com o mundo. Uma tensão entre o caráter documentário e o caráter ser-obra.

O objetivo é tentar demonstrar que textos não são apenas reflexo de seu contexto, mas também produzem sentidos. Para tanto, almeja-se identificar, paralelamente, as circunstâncias específicas (contexto) e os problemas

particulares que os autores buscavam resolver ao criar suas narrativas ficcionais, desenvolvidos ao longo do texto.

A modernização está no coração do regionalismo. O paradoxo final do Fausto de Goethe é encantador e diz muito sobre as possibilidades de interpretação: "Goethe nos mostra que a categoria de pessoas obsoletas, tão importantes para a modernidade, acaba por tragar aquele que lhe deu vida e poder" (Berman, 2007, p. 89). As experiências captadas naquele momento pelos autores no início do século XX, em um contexto situado no vértice de definições que geraram, posteriormente, a desigualdade regional atual podem ser um olhar para este mundo tornado obsoleto e seus símbolos. Talvez, como ambos fizeram, se olharmos com atenção possamos enxergar a beleza destruída pelo caminho, reabrindo futuros possíveis impedidos no passado, mas que naquele momento não o eram.

Essa hipótese fundamenta-se nas revisões promovidas já há algumas décadas sobre a suposta centralidade do movimento paulista nas letras nacionais. A Semana de Arte, vista como evento fundador e marco da modernidade intelectual no país passou a ser vista como fruto do "paradigma de 1922", uma construção dos intelectuais e artistas paulistas, atualizada ao longo das décadas de 1930 e 1950 (Velloso, 2010). E adiciona-se: essas concepções também se ramificaram para todas as visões sobre a cultura nacional, incluindo-se as interpretações sobre o Brasil, da História e da Sociologia.

O vazio cultural que assolava o país criou um bloco indiferenciado de correntes de pensamento e sensibilidades estéticas (parnasianos, decadentistas, simbolistas, regionalistas), designado como "antecedentes do modernismo", ou "pré-modernistas" – possivelmente o maior sinal deste paradigma. Perderam-se as "especificidades de cada grupo e as articulações que pudessem vir a estabelecer com o moderno" (Velloso, 2010, p. 23).

Este deslocamento abriu espaço para novas análises, como a do modernismo carioca feito por Ângela de Castro Gomes. Contudo, de acordo com Cássia Silveira, ainda assim manteve-se alguma centralidade, pois os indivíduos designados como "intelectuais cariocas" eram um grupo com origens regionais diversas, convergindo para a capital da República. Esses intelectuais

traziam consigo amizades, tradições, estilos dos quais não abriam mão totalmente, compondo múltiplas "tradições culturais que convergiam para o Rio de Janeiro, configurando uma estética necessariamente variada também em suas raízes" (Silveira, 2020, p. 456).

Assim, esta pesquisa pretende analisar o conjunto de obras escolhido também a partir dessa multiplicidade contida no processo de modernização, com desdobramentos no tempo e no espaço, expresso em múltiplas tradições culturais. A tradição literária do regionalismo parece especialmente interessante para este fim devido a alguns elementos específicos. Assim sendo, os contornos temporais tratam do regionalismo no século XX, que, como já mencionado anteriormente, acredita-se, sejam distintos do século XIX.

Primeiro, a relação temporal. Pretende-se investigar nos textos as relações, implícitas ou explícitas, entre passado (experiência) e futuro (expectativas, esperanças, prognósticos), a relação entre tempo do narrar e tempo narrado. Retomando Koselleck (2006): é no processo de distinção entre passado e futuro, experiência e expectativa, que se constitui algo que podemos chamar de "tempo histórico". O tempo histórico não existe objetivamente nas fontes pesquisadas, é, ao mesmo tempo, um tempo intelectual e uma representação cultural.

Para que a hipótese seja válida, devemos entender que toda sociedade e cada época se orientam por uma representação cultural da temporalidade. Segundo Maurice Gourevitch (1971 apud REIS, 2011), o modo de percepção do tempo revela as tendências fundamentais das sociedades, de seus grupos, classes, indivíduos, pois "as representações do tempo são componentes essenciais da consciência social"; o tempo é uma "categoria central no modelo do mundo de uma cultura e a representação cultural do tempo domina a experiência vivida e todas as suas expressões".

Ainda segundo Koselleck, a principal transformação da modernidade ocorre nas estruturas e horizontes temporais da sociedade, uma nova relação com o tempo. À medida que este novo tempo era experienciado, tornava o futuro mais desafiador, por seu ineditismo, com alterações cada vez mais rápidas: "porque um mundo técnico e industrialmente formatado concede ao homem períodos de tempo cada vez mais breves para que ele possa assimilar

novas experiências, adaptando-se" (Koselleck, 2006, p. 16). Na experiência subjetiva dos sujeitos contemporâneos àquela nova sociedade, o cômputo dos tempos resultava em um futuro pesado.

O regionalismo, em sua tensão com a modernidade, parece elucidar de maneira exemplar os conflitos entre experiência e expectativa no século XX, pelo lugar relegado às obras vistas como regionalistas na tradição literária brasileira, tendo seu valor julgado de acordo com a proximidade com a ponta do processo de modernização: cidade, novidade, vanguarda. Qualquer permanência (passado) rebaixaria o valor artístico (Fischer, 2007, p. 134), além de denotar a visão sobre o tempo histórico que acabou por predominar na sociedade e na cultura. Os modernistas compartilhavam um conjunto de valores vistos como única modernidade possível. A relação temporal é importante pela centralidade dada ao futuro, construído como uma ruptura e/ou síntese a ser feita – pelos próprios modernistas. A noção temporal implícita aqui parece ser a de progresso, uma marcha inelutável em direção ao futuro/modernidade.¹⁶

Esta é justamente uma das definições que pretende ser problematizada, como *uma* das acepções temporais possíveis na modernidade, um processo multifacetado e dinâmico. O passado se transforma, não apenas na relação presente-passado do historiador, mas também nas percepções de passado dos humanos do passado.

Falar em passado na história é falar em esquecimento, identidade e pertencimento. É o passado que serve como parâmetro para definir a sociedade do presente. Destaca-se novamente: interessa aqui perceber como o passado da região foi definido por estas obras literárias. Será que todos os autores e seus textos, ou a maioria deles, são passadistas? Se sim, isso implica em posições políticas e estéticas conservadoras ou retrógradas.?

¹⁶ O pensamento de Mário de Andrade, por sua centralidade no modernismo paulista, é sintomático neste sentido. Mário foi durante boa parte de sua atuação intelectual um profundo opositor do regionalismo, eliminado em benefício de "uma síntese nacional". Em *Ensaio sobre a música brasileira* (1928), explicita que seu objetivo é o de consolidar um "espírito da raça" nacional, dividido em três fases da arte brasileira, que culminariam, teleologicamente, em um futuro "naturalmente nacional". Ver: COLI, Jorge. Fabricação e promoção da brasilidade: arte e questões nacionais. **Perspective** [Online], v.2, 2013. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/perspective/5541>>.

A historiografia não existe sem uma diferença temporal. Quando fazemos uma análise histórica, partimos de uma questão do presente. Essa questão também engloba uma diferença de concepções temporais (ou semânticas de tempos históricos distintas). Assim, é um anacronismo imaginar que todos os seres humanos do passado possuíam a mesma concepção sobre o tempo.

O segundo aspecto diz respeito ao conjunto de significados em torno de temas muito presentes nas obras regionalistas, ou a "função cultural geral dos conceitos". Hayden White (2014) desenvolve uma busca por formas arquetípicas envolvendo homens selvagens, bárbaros e selvageria na literatura e no pensamento ocidental. Segundo o autor, estas ideias fazem parte de um conjunto de "instrumentos culturalmente autolegitimadores", termos utilizados não apenas para designar uma condição ou estado de ser específicos, mas para confirmar o valor de suas antíteses dialéticas: civilização-barbárie, loucura-sanidade, heresia-ortodoxia. Dessa forma, dizem respeito menos a "uma coisa, lugar ou condição específicos", observável empiricamente, e mais a "comandar uma relação entre uma realidade vivida e alguma área problemática da existência que não pode ser conciliada facilmente com as concepções convencionais do normal ou familiar." São espécies de exemplos negativos contra os quais se quer ditar uma atitude ou ressaltar uma diferença. Um dos exemplos citados é o de Santo Agostinho em *A Cidade de Deus* (1483), que julgou necessário concentrar-se no pecado para delinear a virtude, como forma de ressaltar, como contra-exemplos ou antítipos, a obra divina. A condição não-desejável é proveitosa à condição desejável. (White, 2014, p. 170).

White sustenta que em épocas de tensão sociocultural, quando se torna necessária uma autodefinição positiva, mas não se encontra nenhum critério irrefutável de autoidentificação, é frequente que a polêmica cultural se valha muito desta "autodefinição aparente por negação". Nos termos que mais nos interessam aqui, poderíamos dizer: se não sabemos o que é a civilização, é possível estabelecer o que ela *não é*. Muitos intelectuais, reivindicando o status de elite cultural, desejam dignificar seu modo de vida comparando-o com os de outros humanos diferentes deles mesmos – sejam reais ou imaginários.

No texto, o autor faz a arqueologia da noção de "estado selvagem", ou selvageria, concentrando-se na noção de Homem Selvagem no pensamento e na literatura ocidentais, desde o período pré-moderno até desdobramentos no século XX. Embora diferenciando-se em alguns aspectos, a selvageria e a barbárie estão incluídas neste campo. White sugere que a diacronia das noções é uma projeção cultural que vai do mito, para a ficção e de volta para o mito (remitificação). Em parte, a desmitologização gradativa da "selvageria" ou da "barbárie" ocorreu em paralelo à diminuição das "regiões selvagens" (desertos, florestas, selvas, montanhas), onde habitavam os homens selvagens e bárbaros, na qual a imaginação civilizada poderia projetar suas fantasias e ansiedades. Conforme estas regiões foram sendo dominadas, houve uma desespacialização das noções e uma "interiorização psíquica": "E a consequência foi que a moderna antropologia cultural conceituou a ideia de estado selvagem como o conteúdo reprimido *tanto* da humanidade civilizada *quanto* da primitiva." Isso desestabilizou o relativo conforto de que os bárbaros e homens selvagens poderiam ser mantidos fora por alguma ação física, "admite-se hoje [...] que o Homem Selvagem está oculto no interior de cada homem, clama por sua libertação dentro de todos nós e só será negado ao preço da própria vida". (White, 2014, p. 173)

Ao longo desta trajetória, as atuais concepções encontram antecedentes em duas tendências surgidas no final da Idade Média e inícios da modernidade, o *primitivismo* e o *arcaísmo*, ambas representando um desejo de escapar às obrigações sociais impostas e relacionando-se a um mundo perdido.¹⁷

No primitivismo, há uma idealização de *algum grupo* ainda não maculado pela civilização. É uma crítica social radical. Para esta tradição, os

¹⁷ Augusto Meyer não leu o texto de Hayden White, mas traz apontamentos semelhantes com um sabor conhecido: "A atração que o civilizado sente pelo bárbaro, vaga aspiração de retorno ao extremo oposto que há em todo extremo, quando consciente dos seus limites, só aparece como tema literário a datar do pré-romantismo; confunde-se a princípio com uma tendência ética: a revalorização da vida simples, que assenta no preconceito da bondade natural. Mais tarde, sob a influência da literatura exótica e das 'bibliotecas de viagem', complica-se de amor ao exotismo e se mistura a preocupações etnográficas". Meyer sugere que documentos de viagem franceses ajudam a mostrar que a idealização do tipo gaúcho não partiu somente de poetas e romancistas em busca de um belo tema literário, mas talvez sejam "fruto das sugestões que despertava o seu modo selvático de viver, pois era o dono de todos os rumos, carregando a cama no lombo do cavalo, e além da facilidade de ajustar trabalhos nas estâncias, tinha ao alcance de um tiro de laço o alimento, a fartura e por conseguinte a altives ou insolência que o ócio lhe proporcionava" (Meyer, 2002, p. 120-21).

humanos são atemporais, os mesmos através do tempo e do espaço, tornando-se maus em certas épocas e lugares devido à imposição de limites sociais. Existe o homem natural, idealizado, não-corrompido, e o homem civilizado, que é seu oposto. Aqui, as mudanças sociais não visam a reconstrução de uma perfeição original perdida, mas uma libertação, abolindo as restrições da civilização, indo em direção ao que é natural.

O arcaísmo tende à idealização de *ancestrais remotos* reais ou lendários, selvagens ou civilizados. Parece ser o mais constante, pode reivindicar uma melhor consolidação social, servindo a forças sociais conservadoras, mas também uma disrupção, a forças radicais. As mudanças sociais reivindicadas são um *renascimento* ou uma *reforma* (não uma inovação). Existiu uma idade de ouro no passado, quando os humanos eram inerentemente superiores aos do presente. Isso pode servir para enfrentar as privações do presente ou inspirar revoltas em vistas a um futuro melhor:

Se alguém considerasse a natureza um mundo horrível de lutas, uma natureza *animal*, e a sociedade uma condição que, apesar das suas imperfeições, ainda era preferível ao estado natural, então continuaria a ver no Homem Selvagem o antítipo da *humanidade desejável*, uma advertência do estado em que cairiam os homens se rejeitassem definitivamente a sociedade e as suas normas. Se, por outro lado, a sua visão de natureza fosse a da zona rural cultivada, do que se poderia chamar natureza *herbática*, e se visse na sociedade, com toda a sua luta, uma degradação a perfeição natural, então ele poderia estar inclinado a povoar esta natureza com homens selvagens cuja função era servir de antítipos da existência *social*. A primeira atitude predomina numa tradição de pensamento que se estende de Maquiavel, passando por Hobbes e Vico, a Freud e Jean-Paul Sartre. A segunda atitude é representada por Locke e Spencer, Montesquieu e Rousseau, e tem defensores recentes em Albert Camus e Claude Lévi-Strauss (WHITE, 2014, p. 195).

Essas distinções não serão utilizadas para buscar uma classificação dos autores do *corpus* como primitivistas ou arcaístas, mas sim para entendermos que a diferenciação se dá através das relações entre noções (natureza, sociedade, humano) e dimensões temporais: como passado, presente e futuro do humano são vistos, entre si. Estes serão elementos analisados nas obras.

Entre os eventos ocorridos no final do século XIX no Brasil, possivelmente os de maior impacto sejam a abolição da escravidão, o crescente fluxo de imigrantes e a Proclamação da República.

No caso do Rio Grande do Sul, socialmente, a busca de soluções para a crise do escravismo trouxe reflexos diretos e de grande impacto para o estado, gerando uma nova e volumosa onda de imigração não ibérica, responsável por grandes contingentes de imigrantes da atual Itália, a partir de 1870. Anteriormente, haviam sido estabelecidas as colônias germânicas na década de 1820 – sendo a principal a de São Leopoldo (1824). Com isso, foram ocupadas – não sem conflitos – outras áreas do território sul-rio-grandense, criando uma forma de ocupação da terra e produção distintas, em pequena propriedade com agricultura diversificada gerando excedentes comercializáveis no mercado interno (do próprio estado e do país).

Com produção econômica voltada para o mercado interno e menor eleitorado, se comparado a São Paulo e Minas Gerais, aos olhos do governo federal os gaúchos pareciam condenados a se manter afastados da esfera do poder presidencial. (Schwarcz; Starling, 2015, p. 354). Embora essa afirmação seja em grande medida verdade, ao longo das duas primeiras décadas do século XX, políticos sul-rio-grandenses exerceram grande influência em outras esferas além da Presidência, principalmente no Congresso, encontrando livre trânsito dentro do próprio Executivo em cargos ministeriais, a partir das negociações no jogo parlamentar. Citemos José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915) como grande exemplo.

Politicamente, o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) construía sua hegemonia progressivamente. Surgido como uma dissidência do Partido Liberal no Império, o PRR foi fundado em 1883, propagando sua doutrina através do principal órgão de comunicação, o jornal *A Federação*. Colocando-se como partido moderno e progressista, defendia um regime presidencialista autoritário, autonomia estadual, laicidade do Estado; como princípios econômico-administrativos, a responsabilidade fiscal do governo e a diversificação da matriz produtiva gaúcha, afastando-se da dependência em relação ao setor pecuário. (Abreu, 2018, p. 112).

Dentro do regime federalista, criaram-se constituições estaduais, uma inovação para composição da ordem política republicana. No Rio Grande do Sul, a Constituição Estadual de 1891 foi pautada pelo principal líder do PRR, Júlio de Castilhos (1860-1903), estabelecendo: Poder Legislativo limitado, transformando a Assembleia dos Representantes em "orçamentária", com funções reduzidas à fiscalizando e aprovando dos gastos públicos; Poder Executivo que governava por decretos-lei; possibilidade de reeleição para o presidente estadual (Kuhn, 2011, p. 103), entre outros elementos. Castilhos ascendeu rapidamente no poder e perseguiu todos os antigos liberais do Império desde os primeiros cargos que ocupou no aparelho de estado, ainda no governo provisório do Visconde de Pelotas, organizando uma força policial e aumentando a influência do partido com nomeações de membros do PRR para posições estratégicas.

O texto constitucional era uma leitura criada pelo líder republicano do positivismo de Augusto Comte, o castilhismo, com particularidades e divergências, principalmente na grande centralização do poder de Estado em torno do Executivo, inclusive em suas funções legislativas, subordinando também o Judiciário (direta e indiretamente) e esvaziando as instâncias de representação da sociedade. Esta ditadura republicana deveria ser conduzida por uma elite intelectual, que a cada eleição passaria pelo escrutínio das urnas: se houvesse a ratificação de que $\frac{3}{4}$ da população, por verem no governante atuação balizada no progresso e interesse coletivo, era possível continuidade administrativa ilimitada. Outra interpretação pragmática do princípio positivista do "viver às claras" – defesa das liberdades civis, opinião e expressão, desde que não houvesse anonimato – traduziu-se em repressão policial e exclusão de cargos e funções públicas dos críticos ao regime. (Abreu, 2018, p. 117-119).

Embora mantendo-se no poder por 40 anos, a dominação dos políticos vinculados ao PRR não foi absoluta. Podemos considerar os partidos políticos e as revoltas como indicativos das dificuldades e disputas. Os mais significativos foram o Partido Federalista (PF), fundado em 1892, liderado por Gaspar Silveira Martins, e o Partido Republicano Democrático (PRD), fundado em 1907. Os políticos mais destacados tanto nas esferas estadual e federal alternaram-se nestas legendas e em outras menores e de curta duração.

A Revolução Federalista (1893-95) e a Revolução de 1923 são dois capítulos da mesma história. Ambas podem ser índices privilegiados para se compreender as contradições e conflitos de interesse desencadeados a partir da dinâmica de mudanças sociais e políticas trazidas pela República.

Desde a aprovação da Constituição, em julho de 1891, as tensões cresciam. Poucos meses depois, Castilhos apoiou Deodoro da Fonseca no golpe contra Congresso e foi derrubado do poder pela oposição, instalando-se uma Junta Governativa, liderada por Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938). Em meados do ano seguinte, o PRR voltou ao poder através de uma eleição indireta que alçou seu líder ao poder. Em reação, iniciou-se a Revolução Federalista, que convulsionou o Rio Grande do Sul por dois anos opondo maragatos e chimangos em uma sangrenta e dramática guerra civil. Ao fim, o castilhismo impôs-se militarmente com apoio federal, atrelados a uma nova configuração da base social de apoio ao governo, em "novos setores da oligarquia rural, estabelecidos na região litorânea e na serra, e nos profissionais liberais, comerciantes e funcionários públicos das zonas urbanas." (Kuhn, 2011, p. 105).

O decisivo apoio federal conquistado pelo PRR deve ser entendido pela importância que a Revolução Federalista teve no contexto. Nela, o futuro da República no Brasil foi decidido. Ao conectar-se com a Revolta da Armada, chegou a conflamar três estados de uma federação que não completara ainda cinco anos. Foi uma avalanche de insubordinação que bateu às portas da capital federal: "levou ao cerco naval e um bombardeio à capital federal, implantou por breve período a duplicidade de governo nacional, mobilizou o Exército brasileiro, combalou as finanças nacionais e repercutiu sobre os países vizinhos." (Reckziegel; Axt, 2007, p. 9).

Nos aspectos econômicos, o regime defendeu uma modernização autoritária, a partir de incentivos públicos à maior diversificação da produção, com o objetivo de ampliar a autossuficiência produtiva do estado (interesse coletivo), mas sem desrespeitar o equilíbrio orçamentário. Ordem e equilíbrio. Esses princípios eram justificados "com argumentos de ordem moral, dizendo que o governo deveria ser sempre um órgão acima das classes sociais e

voltado a atender o bem comum e garantir a harmonia de todos os setores da sociedade" (Abreu, 2011, p. 118).

O sucessor político foi Borges de Medeiros, que assumiu a presidência do estado entre 1898 e 1908 e entre 1913 e 1928, mantendo-se no poder por quase um quarto de século, portanto. A partir de uma liderança centralizadora, interveio nos municípios constantemente, criando uma estrutura de apoio local ao governo estadual. Com a morte de Castilhos, em 1903, assumiu a presidência do PRR e impôs uma rígida disciplina aos membros do partido. Foi o período de plenitude no projeto perrepista. Os civis encontraram também no Exército outra instituição com lideranças afinadas ideologicamente à ditadura republicana local. (Abreu, 2018, p. 122).

O ano de 1907 foi marcado pela dissidência interna no partido em vistas à eleição no ano seguinte. O hiato borgista abriu espaços de poder. Por um lado, culminou na criação do já citado Partido Republicano Democrático (PRD), a partir da ruptura liderada por Fernando Abbott e Assis Brasil. De outro, ascendeu uma nova geração perrepista da qual faziam parte Getúlio Vargas, Góes Monteiro, João Neves da Fontoura e Eurico Gaspar Dutra.

A oposição formou uma frente ampla em torno do médico Fernando Abbott (1857-1924), unindo federalistas e perrepistas dissidentes. Ao final do processo eleitoral, Carlos Barbosa (PRR) foi eleito governador. Borges de Medeiros continuou como presidente do PRR. Seu retorno como presidente do estado em 1913 marcou a implementação de importantes políticas e a reorganização da oposição no estado, pautados em três questões: "a decretação de uma nova lei eleitoral em 1913, a posição do governo diante da greve de 1917 e a nova política de transportes executada em 1919 e 1920". A nova lei eleitoral permitiu representação da minoria na Assembleia Estadual e na Câmara dos Deputados. Foi uma tentativa de conciliação, abrindo um espaço controlado para a representação parlamentar da oposição. A postura em relação à Greve Geral de 1917 foi de reconhecimento do direito de greve e atendimento às reivindicações do movimento; em 1919, contudo, a postura seria diferente. A política de transportes consistiu na nacionalização do porto de Rio Grande e da Viação férrea, em 1919 e 1920, respectivamente. (Kuhn, 2011, p. 107-108).

É importante destacar que os governos dos dois líderes perrepistas, Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, foram marcados por duas estratégias paralelas de atuação. Enquanto reprimiam opositores com uso das forças de segurança, mormente a Brigada Militar, agiam em busca de consensos a partir de alianças com setores até então excluídos do jogo político, fortalecidos com a modernização produtiva, diversificação da economia, crescimento populacional e a urbanização (comerciantes, industriais camadas médias urbanas, zonas de imigração etc.), e da cooptação dos coronéis municipais, filiando-os ao PRR de modo a garantir o controle do poder local.

Para Gunter Axt (2007), a agência política dos republicanos não negou o sistema coronelista do período, do contrário, costuraram-se compromissos conservadores junto aos coronéis municipais. O coronelismo, visto como sistema de poder, forjou-se numa série de acordos entre elites locais – que ou perdiam sua força política ou desejavam mantê-la – e o governo – que não possuía presença institucional suficiente. Coronelismo não significava isolamento, do contrário, era a base de um grande acordo nacional, as bases da pirâmide de poder.

O projeto de modernização autoritária do PRR se traduziu em um rumo de crescimento econômico sustentado até o início da década de 1920. Para Luiz Roberto Pecoits Targa (2003), a trajetória do estado na Primeira República foi distinta do centro do país, principalmente de São Paulo. Para o autor, o modelo de desenvolvimento levado a cabo pelo PRR acabou estabelecendo uma escola que explica a particularidade da política getulista após a Revolução de 1930. Até os anos 1960, quando ocorre a criação do Banco Central, a sociedade e a economia brasileiras foram acêntricas. A condição centro-periferia (ou sudeste-províncias) não foi predominante ao longo da história do Brasil.

Ao longo deste período, a sociedade tornou-se mais matizada, com crescimento urbano e sistemas sociais distintos:

o sistema pecuário-charqueador, com uma estrutura social já conhecida (o estancieiro e o peão assalariado, o charqueador-empresário e os operários); a lavoura capitalista do arroz, produzindo em larga escala; o sistema econômico das colônias, tendendo para a agroindústria, numa estrutura social moderna (pequenos proprietários rurais e mão de obra familiar, comerciantes, industriais, operários

urbanos); nas cidades, indústrias de variado porte, com uma estrutura social urbana moderna (empresários, gerentes, operários); também na cidade, toda uma rede de serviços, bancos, comércio, comércio de variado tipo, ferrovia, hidrovía, com uma estrutura moderna) empresários, operários, setores médios assalariados, funcionários públicos, profissionais liberais). (FISCHER, 2004, p. 50-51).

Os anos da Primeira Guerra Mundial foram favoráveis às regiões produtoras de alimentos, como o Rio Grande do Sul, sendo marcados por um crescimento econômico e pela modernização produtiva, incluindo-se a instalação dos primeiros frigoríficos, com capitais locais e estrangeiros. Os anos 1920, contudo, foram o revés, com a reorganização produtiva e protecionismo europeus, trazendo uma crise de demanda à produção do estado, ao mesmo tempo em que os Estados Unidos afirmavam-se como nova potência mundial e procuravam abrir os mercados latino-americanos às suas empresas, capitais e produtos.

O poder público e os produtores viram-se endividados: "em 1921, o frigorífico Rio-grandense, único construído com capitais gaúchos, não resistiu à retração do mercado e acabou vendido para uma companhia inglesa" (Kuhn, 2011, p. 114-15). No mesmo ano o preço do arroz, novo produto agrícola de destaque, caiu 40%. O Banco Pelotense restringiu créditos e ordenou o pagamento imediato de dívidas, o que levou muitos produtores à falência. Com o aumento do custo de vida, as pressões para que o governo agisse no sentido de minimizar a grave crise econômica aumentaram. Borges de Medeiros resistiu e o descontentamento aumentou ainda mais.

Na capital federal, a revolta dos 18 do Forte de Copacabana iniciou publicamente os questionamentos à ordem oligárquica. Em uma manobra decisiva, Borges apoiou o candidato oposicionista ao café com leite, mas com a confirmação da vitória de Artur Bernardes reconheceu prontamente a derrota, reforçando o tradicional acordo de não intervenção e apoio mútuo entre o PRR e os oligarcas do café com leite.

Para as eleições de 1923 no estado, o nome de Borges foi confirmado para disputar o quinto mandato, mesmo sem unanimidade no partido. Toda a oposição articulou-se em torno da Aliança Libertadora. Assis Brasil seria o candidato, reunindo federalistas, democratas e dissidentes republicanos.

Nem mesmo o uso da força militar garantiu os $\frac{3}{4}$ necessários para reeleição, como indicava a Constituição. A máquina de fraudes foi colocada em marcha: a comissão eleitoral da Assembleia dos Representantes, chefiada por um jovem deputado, Getúlio Vargas, recontou os votos e atestou a vitória de Borges de Medeiros. O impasse acabou gerando outra guerra civil quando tropas oposicionistas invadiram Passo Fundo e iniciaram a Revolução de 1923. Inicialmente restrito ao noroeste, os conflitos espalharam-se por todo o estado. O Pacto de Pedras Altas, assinado quase um ano depois, além de um tratado de paz marcou simbolicamente o fim do modelo castilhistaborgista de poder. Embora tendo sua vitória reconhecida, Borges não poderia mais concorrer à reeleição e a Constituição seria revista, abrindo espaço de representação e fortalecendo a oposição no parlamento. Ao mesmo tempo, o próprio PRR seria oxigenado com uma nova geração ascendendo a espaços importantes, local e nacionalmente (Abreu, 2018, p. 125-29).

O consenso em torno do nome de Getúlio Vargas foi tão grande que sua eleição, em 1928, não teve candidato de oposição do Partido Libertador, fundando no mesmo ano. Estava ocorrendo uma mudança completa na política estadual. Contribuiu muito para isso o tom conciliador e as promessas de reformas em um estado ainda vivenciando a crise econômica.

Na prática, o governo Vargas interveio em municípios para dirimir conflitos e convocou um congresso de prefeitos, na capital. Perseguição, intolerância e violência política pareciam ter ficado no passado. Economicamente, atendeu a oposição e criou o Banco do Rio Grande do Sul, fornecendo crédito aos produtores rurais. Em 1929, PL e PRR uniram-se para formar a Frente Única Gaúcha, embrião da futura Aliança Liberal, com Getúlio Dornelles Vargas na posição de candidato à presidência para as eleições do ano seguinte. Menos de um ano depois, cavalos seriam amarrados no obelisco da Avenida Rio Branco, centro da capital da República.

Na esfera intelectual, alguns aspectos são relevantes para os propósitos da pesquisa. Porto Alegre, aos poucos, substituía Pelotas como principal centro urbano do estado. Como meios de divulgação intelectual, vários periódicos foram iniciados na capital, contando com colaboração de cronistas regulares. Também foram editados regularmente os anuários (houve dois importantes, o

Anuário da província do Rio Grande do Sul, e o Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul) e os folhetins, que crescem muito nas últimas décadas do século XX. Algumas "estruturas objetivas" começavam a ser vistas, como uma imprensa diversa e atuante, consolidação de instituições de ensino básico e superior, elevando os níveis de instrução primária e secundária, "propagação de difusores do saber e da literatura (livrarias e gráficas), mercado consumidor (limitado) [...], criação de instituições públicas da cultura e a urbanização" (Martins, 2015, p. 29)

Outro aspecto significativo foram as iniciativas para compilar a cultura oral local (lendas, relatos tradicionais, dialetos etc), de intelectuais polígrafos atuando como folcloristas (o *folklore* surgia nos países europeus do período, principalmente os de língua germânica), selecionando histórias orais e práticas, registrando-as em publicações escritas. O alemão Carlos von Koseritz (1830-1890) recolhia histórias e publicava nos jornais de grande circulação do período. Os grandes nomes nas décadas finais do século XIX foram: Apolinário Porto Alegre (1844-1904), com o *Popularium sul-rio-grandense*, publicando trechos ainda em vida e por completo apenas em 1935, postumamente; e João Cezimbra Jacques (1849-1922), com *Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul*, de 1883. No século XX, a obra que definiria os novos rumos de um autor pelotense que também se esforçava em compilar literatura oral popular, salvando-a da marcha: *Cancioneiro Guasca*, de João Simões Lopes Neto, publicada em 1910.

O desejo preservacionista em relação ao passado não foi uma iniciativa individual de intelectuais polígrafos. No mesmo período e com semelhante objetivo, surgem, entre os últimos anos do século XIX e a primeira década do XX, muitas agremiações, em várias cidades do estado. Em Porto Alegre, fundado pelo militar e historiador santa-mariense João Cezimbra Jacques (1848-1922), o Grêmio Gaúcho, em 1898. Um ano depois, a União Gaúcha, em Pelotas (onde haveria mais dois clubes desta natureza) e em Bagé, seguida de São Lourenço (1900), Rio Grande e Santa Maria (1901). O passado, aqui, era evocado como objeto de culto, devendo ser 'honradas' as tradições sul-rio-grandenses: "ligação que ao longo do tempo passaria a ser um eixo ideológico e cultural da vida mental do sul." (Fischer, 2004, p. 57).

No âmbito da prosa literária, as duas primeiras décadas do século veem o despertar de interesse pela publicação de várias obras com temática regionalista/rural. Em 1905, em Pelotas, *Recordações gaúchas*, de Luís de Araújo Filho (1845-1918), qualificado como "prosa regionalista", é publicado em uma segunda edição, atingindo maior alcance – a original em 1898, no Alegrete. Roque Callage (1888-1931) publica *Escombros* (1910) e *Terra gaúcha* (1914). Alcides Maya publica *Ruínas Vivas, romance gaúcho* (1910), *Tapera* (1911) e *Alma bárbara* (1922). João Simões Lopes Neto (1865-1916), publica *Cancioneiro Guasca* (1910), *Contos gauchescos* (1912) e *Lendas do Sul* (1913). Em 1915, Amaro Juvenal/Ramiro Barcelos (1852-1916) publica *Antônio Chimango*.

No contexto destas publicações, o sentido da palavra gaúcho volta a ser disputado socialmente. Para Zalla (2018), paralelamente à ampliação das bases sociais através da cooptação de grupos ascendentes pelo PRR e à sofisticação dos trabalhos de vigilância simbólica interna, ocorrem mudanças nos padrões de controle do imaginário, perceptíveis no tratamento da questão gauchesca, que culminarão na invenção da tradição cultural e política 'gaúcha/gauchesca' para o RS.

Essa disputa se deu justamente pela conotação negativa da palavra/conceito "gaúcho", sendo associada, enquanto um tipo histórico, à selvageria e ao barbarismo, escravizado pela relação com a natureza, volúvel, inconstante, caótico, incapaz de vida sedentária, autodisciplina e trabalho sistemático.

Desde o fim da Revolução Federalista (1893-95), a coerção implementada pelo castilhismo valendo-se do Exército e Brigada Militar também possuía expressões no plano simbólico, cerceando a atuação e censurando os letrados dissidentes. Ao mesmo tempo, a oposição federalista era marcada como herdeira das nefastas influências do caudilhismo platino (Zalla, 2018). Até a primeira década do século XX, a estratégia do discurso oficial é a da negação da memória e do patrimônio cultural gaúchos, relaxando o cerco aos escritores dissidentes. O "problema gaúcho" resumia-se a: tipo social do passado não é o peão das estâncias modernas.

A disputa pode ser percebida no debate entre José Veríssimo e os editores de *A Federação* ocorrido em 1912. Em uma série de artigos retratando viagem feita entre o Rio e Montevideú, publicados no *Jornal do Comércio* sob o título de "Impressões do Sul", Veríssimo reforçou críticas que fazia ao regime castilhistas e à própria geografia e história da ocupação do RS. Para ele, o limite do Brasil português era a capital federal; o estado era um "corpo estranho à Federação Brasileira", com um modelo de produção pecuária atrasada. (Zalla, 2018, p. 242-43)

Os editores de *A Federação* discordaram, apontando o "equivoco" do crítico literário ao empregar como sinônimos gaúcho enquanto homem do campo que trata do gado nas estâncias, e o gaúcho histórico – este já inexistente devido à "civilização" ter penetrado no pampa, transformando os costumes. Destes restariam lendas, conservadas com amor e respeito.

Arthur Toscano, em artigo publicado no *Almanak do Rio Grande do Sul para 1912*, colocou-se no mesmo campo que os editores republicanos, oferecendo resistência ao uso como sinônimo dos peões contemporâneos, e ao fato de ser utilizado como tipo representativo da região. Os gaúchos, misto de malandros, bandidos e homens de guerra, estavam extintos:

Por que cargas d'água chamam ao nosso Estado terra gaúcha, e aos rio-grandenses, gaúchos? Gaúcho, no sentido étnico, histórico, ou peculiar da palavra, é um tipo extinto. Os rio-grandenses do sul não são, nunca foram, gaúchos, não descendem de gaúchos, não têm hábitos dos antigos gaúchos, salvo se se pode chamar gaúcho um indivíduo só porque enverga poncho, bombachas, botas, chilenas, chapéu de aba larga e lenço ao pescoço [...] Mas nesse caso é gaúcho também o mineiro, o paulista, o cearense, que em trabalhos de idêntica natureza envergam por comodidade os mesmos trajos (TOSCANO, 1912, p. 204).

No mesmo ano, *Assuntos do Rio Grande do Sul*, de Cezimbra Jacques, foi publicado, argumentando que haveria "sobrada razão" para chamar o Rio Grande do Sul de "terra gaúcha".

Nos anos 1920, o conflito da Revolução de 1923 e seus desdobramentos modificam novamente o panorama intelectual do estado e o "problema do gaúcho". A versão oficial do PRR perde credibilidade no embate, com destacamentos de combatentes compostos pelos gaúchos, liderados por caudilhos opositores vindos do pampa.

Com a ascensão da nova geração perrepista e conciliação promovida por Getúlio Vargas, há o retorno do gaúcho heroico. Primeiro, levando em consideração a identidade gauchesca da elite fronteiriça; segundo, justificando no plano nacional a brasilidade sulina (defesa da fronteira lusitana, eliminando definitivamente o separatismo) e enaltecendo suas peculiaridades (moralização da república). Resultado: literatura cantando o gaúcho heroico, relativizando a influência platina e presença indígena na formação étnico-cultural, tendência dos primeiros anos republicanos; e uma historiografia que construía a memória da democracia social e racial sulina das estâncias. (Zalla, 2018, p. 247).

Importante destacar também que da mesma crise de hegemonia nos anos 1920, após tentativas anteriores frustradas (1855, 1860-63 e 1917), instala-se o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. O IHGRGS congregou parte da elite intelectual do estado, surgindo como um empreendimento de atualização/modernização da esfera cultural e intelectual da região, institucionalizando o saber histórico e impondo critérios de "saber legítimo":

[...] naquele momento os intelectuais passaram a atuar em conjunto pela realização de um projeto intelectual e político de fortalecimento do grupo e construção de uma identidade social, tendo o IHGRGS e outras instituições da cultura ligadas ao estado como trincheira. Paralelamente a esse processo, ocorria a definição intrínseca à própria comunidade dos intelectuais. Decorrendo daí o desenvolvimento de formas próprias de autorreconhecimento e, também, das formas de intervenção e dos critérios da validação dessa intervenção nos debates públicos e na relação com o espaço de poder. (MARTINS, 2015. p. 31-32).

Paulatinamente, os intelectuais colocavam-se como agentes importantes na esfera política, reivindicando uma identidade e um poder particular frente às instâncias "consagradas" de poder, principalmente a política institucional.

É possível pensar em um paralelo com a trajetória do gaúcho mitológico, que deixa de existir fora e passa a fazer parte de todos os sul-rio-grandenses, sendo a designação gentílica a parte mais visível de um conjunto de elementos dos quais a atuação do MTG é parte central, mas por si só não explica a identificação com este mito. A trajetória do selvagem e do bárbaro narrada por White – do mito romântico (século XIX), para a ficcionalização (fins XIX, meados XX), interiorização (século XX) – pode, então, abrir caminhos frutíferos

de compreensão, não do "gaúcho histórico", tampouco na procura de uma manifestação local das tendências gerais do pensamento ocidental, mas como uma possibilidade de explicação para o sucesso/recepção desta figura que é constantemente apropriada, refazendo-se mais uma vez quando mobilizada nas canções e palavras do nativismo dos anos 1970/80. Parte da historiografia e da crítica literária almejava justamente expurgar o mito, mas algo ou alguma coisa impediu que isso acontecesse, resta tecer uma explicação para isso.

. CAPÍTULO 4.

ALCIDES MAYA: RUÍNAS VIVAS (1910)

Alcides Castilho Maya nasceu em 1878, na cidade de São Gabriel (RS). Faleceu no Rio de Janeiro, a 2 de setembro de 1944. Viveu 66 anos.

Maya foi ensaísta, romancista contista e conferencista importante, reconhecido local e nacionalmente, eleito para a Academia Brasileira de Letras com o ensaio *Machado de Assis – algumas notas sobre o humour*, de 1912 (Casa Editoria Jacinto Silva, Rio de Janeiro; 2ª edição Editora Bedeschi, 1942). Também foi membro da Academia Rio-grandense de Letras (1902) e do IHGRGS.

Suas obras de ficção são: *Ruínas Vivas*: romance gaúcho, em 1910, com edição na cidade do Porto (Lello Irmãos; 2ª edição: Porto Alegre, Movimento/Editora da UFSM, 2002); *Tapera*, cenários gauchescos, publicado no Rio de Janeiro em 1911 (Livraria Garnier; 2ª edição em 1962, idem; 3ª edição publicada em parceria pelas editoras Movimento e editora da Universidade Federal de Santa Maria (EDUFSM), em 2003.); e *Alma bárbara*, editado em 1922 (Rio de Janeiro, Pimenta de Melo; 2ª edição: Porto Alegre, Movimento, 1991).

Publicou ainda conjuntos de ensaios e crônicas jornalísticas: *Pelo futuro*, em 1897 (Porto Alegre, Franco e Irmãos); *O Rio Grande Independente*, em 1898 (Porto Alegre, Franco e Irmãos; 1909, Otaviano Borba); *Através da imprensa*, em 1900; *Crônicas e Ensaios*, 1918 (Porto Alegre, Editora Globo); e *Romantismo e naturalismo*, seu discurso de posse na ABL, em 1926 (Porto Alegre, Globo).

Filho de Henrique Maya de Castilho, funcionário público e de origem cidadina. Sua mãe, Carlinda de Castilho Leal, era filha de Manoel Coelho Leal, dono de campos em Lavras do Sul (estância do Jaguari) e em São Gabriel. O casal teve dez filhos. (Reverbel, 1991, p. 11).

Em termos de educação formal, iniciou os estudos primários em sua terra natal, concluindo-os em Porto Alegre. Aos 18 anos transfere-se para São

Paulo, a fim de estudar no Curso de Ciências Jurídicas, além de investir na atividade jornalística e literária. Foi aluno na Academia do Largo São Francisco por um ano. Segundo Almeida (1994, p. 28), Maya foi expulso por contestar um professor durante exame. Há uma tentativa de prosseguir com os estudos na Faculdade Livre de Direito da Capital Federal, mas acaba retornando ao Rio Grande do Sul por motivos de saúde (febre amarela). Carlos Reverbel (1991, p. 13) indica outros motivos para o retorno, relacionados à saúde mental de Maya, o que à época foi visto como "esgotamento mental".

Sua principal atuação profissional, por quase 50 anos, foi o jornalismo. Iniciando muito jovem na profissão, colaborou com ensaios e artigos em jornais e revistas locais e do centro do país, atuando em muitos órgãos, voltando-se para a crônica do cotidiano e, principalmente, a crítica e difusão cultural e política. Entre 1896 e 1899 desenvolveu intensa atividade na imprensa sul-riograndense, atuando em periódicos como *A Reforma* (órgão federalista) e *Correio do Povo* (posteriormente reunidos em *Pelo futuro* e *Através da imprensa*). A partir de 1897 integrou a redação de *A República*, jornal criado por membros das primeiras dissidências do PRR, chegando a ocupar função de diretor, alcançando renome local pelo estilo e discussão de ideias filosóficas, políticas e literárias do período. Na capital federal atuou em órgãos como *País*, *Imparcial* e *Correio da Manhã*, todos jornais importantes (Reverbel, 1991). O principal capital simbólico de Maya, responsável por abrir portas e estreitar laços intelectuais e políticos ao longo de sua vida, originou-se da atuação no periodismo, mais do que a partir de seus livros.

Não há consenso sobre a orientação política de sua família e suas próprias posições iniciais em relação à questão. De acordo com Almeida (1994, p. 29), seu pai e avô materno eram *castilhistas*. O avô teve posição política de destaque em Lavras do Sul. Em represália aos artigos críticos ao regime perrepista, entre 1896 e 1898, seu pai fora transferido da alfândega na Capital do estado para Rio Grande, onde permaneceu até a morte em 1900. Após a morte de Henrique, a família retorna a Porto Alegre. Carlos Reverbel (1991) sustenta que "ele era de tradição gasparista, pelos laços familiares". Neste período, criou um ponto de encontro intelectual em sua casa, o Sobrado 306 na Cidade Baixa, onde reuniam-se poetas, escritores, jornalistas, contando com a

presença constante de Apolinário Porto Alegre (1844-1904) em seus últimos anos de vida – e a quem Maya referia-se como "mestre". A convivência entre ambos era bastante próxima, seja no Sobrado, seja na Casa Branca. Apolinário prefacia *O Rio Grande independente*, em 1898, onde fornece mais indícios sobre as posições políticas do autor: "Alcides Maya destaca-se na plêiade que não cantou loas, nem fez genuflexões a Júlio de Castilhos e a Floriano Peixoto" (Maya, 1898, p. 8).

Sua trajetória pendulou entre a capital federal e a capital do estado. Transfere-se para o Rio de Janeiro em 1903, lá vivendo até 1907, quando retorna ao Rio Grande do Sul – período em que funda o *Jornal da Manhã*. Dois anos depois retorna para o Rio, fixando-se por quinze anos (Almeida, 1994, p. 100). Neste segundo período passa a frequentar com mais intensidade os círculos intelectuais metropolitanos. O Rio de Janeiro congregava e atraía a intelectualidade nacional, possibilitando projeção e desenvolvimento de uma carreira intelectual difícil em outras cidades – percepção expressa por Maya em muitos momentos. Além da sociabilidade, a mediação da crítica era fundamental. Em sua fase inicial de afirmação como ficcionista, visava o público e a crítica deste espaço, ligando sua prosa à de autores renomados do período, de pendores parnasianos, como Raul Pompéia, Coelho Neto e Euclides da Cunha, bastante preocupados com a forma, vocábulos raros e verbalismo. Queria e precisava demonstrar que os sul-rio-grandenses, "mesmo tematizando a 'barbárie', sabiam usar a pena com maestria e sem provincianismo, revelando sua familiaridade com a cultura universal" (Almeida, 1994, p. 134). A república na rua das Laranjeiras onde morava iniciou a amizade com Coelho Neto e Olavo Bilac e, um dia, recebeu a visita de Machado de Assis.

Os anos entre 1910 e 1925 foram os grandes momentos de sua vida literária. Publica o primeiro e único romance, *Ruínas Vivas*, os contos de *Tapera*, e o ensaio *Machado de Assis (algumas notas sobre o "humour")*, sendo o primeiro sul-rio-grandense eleito para a Academia Brasileira de Letras, em 1913. Neste período ocupou várias posições em cargos públicos, como diretor e bibliotecário do *Pedagogium*.

O retorno a Porto Alegre deu-se em 1925, quando dirigiu o Museu Júlio de Castilhos até sua aposentadoria em 1938. No ano seguinte retorna ao Rio de Janeiro, já com a saúde física e mental abaladas, falecendo cinco anos depois, após um período de internação hospitalar. Em 1949, seus restos mortais foram trasladados para o Panteão Rio-grandense, em Porto Alegre, com grande cerimônia pública.

Politicamente, Maya representou o Rio Grande do Sul na Câmara Federal (1918-1921), eleito pelo Partido Republicano Riograndense (PRR), partido que reconheceu a modernidade possível para o estado. Ao contrário de grandes mudanças ideológicas pessoais, Reverbel (1991) aponta que a indicação fora feita pessoalmente por Pinheiro Machado a Borges de Medeiros. No período Maya estava muito próximo do senador, e, num dos encontros no lendário solar no Morro da Graça, ouviu dele que havia ordenado o cancelamento da sua nomeação ao posto de cônsul em Gênova, medrando a solicitação feita a Olavo Bilac e atendida pelo barão do Rio Branco. Tempos depois, foi convocado por Borges de Medeiros, contra quem fizera cáustica oposição na imprensa, ouvindo do presidente do estado que o último pedido do senador havia sido sua nomeação na próxima nominata de deputados federais. Eleito, no Congresso suas pautas envolveram educação e cultura, enquanto colaborava com o jornal *A Federação*. Anos depois, envolveu-se com a Revolução de 1930, sendo um dos cavaleiros que ataram a montaria no obelisco da avenida Rio Branco, participando de uma sessão da ABL trajado à gaúcha, cena que causou grande alvoroço.

O primeiro romance, *Ruínas Vivas*, teve repercussão imediata, muito devido à reputação como jornalista e aos ensaios já publicados. A recepção inicial foi pesquisada por Marlene Almeida em fontes jornalísticas. Houve uma divulgação tímida, mas boa recepção da crítica – o que também é fruto das redes estabelecidas com críticos e literatos. O próprio autor enviou a alguns acadêmicos e intelectuais de prestígio a obra, recebendo respostas positivas, de João Ribeiro, Coelho Neto, Inglês de Souza e outros. No Jornal do Comércio, Corinto Fonseca destacava a "temática inusitada, o *pampa*", postulando que o texto "era o Sul". Mas a crítica específica do livro limitou-se a

um curto espaço de tempo, já que *Tapera* e o ensaio sobre Machado de Assis seriam lançadas cinco meses depois.

Das muitas críticas veiculadas através da imprensa durante a recepção inicial de *Ruínas Vivas*, há elementos comuns, principalmente o fato inovador no tratamento de um tema menor na literatura brasileira, o "romance regional", entendido como "literatura de costumes provincianos". Maya é destacado como tendo um "conhecimento interno" da "gauchesca", uma "prosa elaborada, culta e de profunda preocupação estética". Também são mencionados o paisagismo impressionista, o realismo do detalhamento psicológico dos personagens, o tom nostálgico e melancólico e a percepção do protagonista como um sujeito preso ao passado belicoso, sem espaço para viver em uma sociedade pacífica (Almeida, 1994, p. 159).

As recepções negativas abordaram aspectos que seriam retomados pelas críticas nas décadas posteriores, quais sejam, as diferenças e relações entre a narração e a descrição, o tom melancólico (atribuído ora à personalidade do autor, ora ao momento conjuntural do RS) e a prosa preciosista. Uma destas críticas interessa especialmente: a do importante crítico José Veríssimo (1857-1916). Não foi possível ter acesso ao texto original, apenas à replica de Maya, publicada na revista *A Época*, na edição de 13 outubro de 1912. No artigo, aclara suas intenções e concepções, defendendo que as críticas de Veríssimo se baseavam, principalmente, em sua preferência pela fórmula clássica do romance (o título do artigo é "O senhor José Veríssimo-clássico").

Maya inicia a autodefesa historiando o romance a partir do romance romântico, argumentando que suas modificações posteriores acompanharam a marcha das ideias, as mudanças históricas. Dentro do próprio romantismo, foram introduzidas pelas escolas de Stendhal e Balzac. Naquele momento, Flaubert dera a feição definitiva do romance enquanto expressão das "gerações modernas e, com isso, a corrente psicológica oriunda da nova concepção do mundo e da vida"; nele há a "humanidade de sua época".

Ao apontar as características da técnica de Flaubert, admitindo-o como modelo de inspiração, o autor parece tentar explicar o que fez literariamente em *Ruínas Vivas*, principalmente a busca por um "conhecimento da psicologia

popular", as lutas "no Estado, entre indivíduos, classes, famílias", idealizações da natureza em sonhos românticos da paisagem, "o anseio analítico do eu". O romance moderno, ao qual se filia, é um romance social, de psicologia, romance para incentivar o pensamento e não apenas para divertir, tendo a "compreensão divinatória das questões sociais que interessam ao nosso tempo e que envolvem a sorte das gerações futuras". Ao contrário de sua forma anterior, cumpre um papel, renunciando às idealizações fora da "realidade flagrante":

Diante delas, nos seus romances e nos seus alexandrinos o romantismo declamava; mas o romance de hoje, o romance que não é clássico, nitidamente as denuncia na sua realidade flagrante, na miséria das classes pobres, na degenerescência dos indivíduos tarados por um longo e odioso regime de opressão e de exploração dos fracos e no surto da consciência humana para outra época, de paz e de solidariedade, de benevolência e de amor". (MAYA, 1912, p. 5).

Nestas passagens percebemos claramente as intenções do autor de controlar a leitura do seu texto, ao expor divergências críticas.

Posteriormente, após o influxo modernista no estado, seu regionalismo será oposto ao de Simões Lopes Neto, como exemplos contemporâneos de boa e má literatura. Em grande parte, esta divisão deve-se à rotulação de Maya como um autor nostálgico, logo conservador. Flávio Loureiro Chaves adverte que, embora tenha visto com lucidez as contradições de sua época, realizando uma denúncia social, o saldo de sua obra é "profundamente reacionária" (Chaves, 2001, p. 55).

No mesmo sentido crítico, para Sergius Gonzaga (1980, p. 120) o autor pertence ao grupo de "letrados oriundos das estâncias", sendo o tempo da Primeira República de "pessimismo como substância dos porta-vozes dos grandes proprietários rurais". Um modelo econômico em decadência gerou a nostalgia de seu próprio passado opulento.

Mas há outras posições. Para Léa Masina (2004), a cartografia do pampa, com seu espaço e seus tipos humanos característicos, foi estabelecida neste período por Maya e J. Simões Lopes Neto. Tabajara Ruas, Sergio Faraco e Cyro Martins filiam-se ao autor. Seu estilo mescla uma "ancestralidade a

propagar-se do espaço às personagens" que, nem por isso, tornam-se estáticas ou menores em relação à paisagem, pelo contrário: "Maya captou a psicologia do gaúcho antigo, articulando detalhes, hábitos, circunstâncias num estilo caudaloso e fecundo", linguagem narrativa de "expressão barroca modulada pela linguagem regional, com fortes laivos dialetais, típicos do linguajar da fronteira gaúcha".

Para Cyro Martins, a moderna literatura no RS nasceu com *Ruínas Vivas* e *Contos gauchescos e Lendas do Sul*. Mais do que qualquer outro escritor regionalista, do Rio Grande do Sul ou do Prata, Maya alcançou uma riqueza descritiva minuciosa, detalhada, sobre os costumes, as paisagens e os gaúchos que povoavam a vida sul-rio-grandense. Os acertos não eximem os erros, perceptíveis nas passagens onde o uso de recursos estilísticos embriaga o autor, tornando a leitura "espessa e pesada", excedendo o que seus temas simples demandavam. Tropeços de forma de um escritor grandiloquente, com pendores à epopeia. (Martins, 2002, p. 15).

Augusto Meyer (2002), ao referir-se aos gaúchos de Alcides Maya, diz que o autor retraça a "psicologia do gaúcho pobre, "sem as mentiras sentimentais do costume", explorado pela politicagem caudilhesca.

Para Luciana Murari a pecha de conservador não é condizente com a "intervenção social de cunho modernizador" do autor, que defendia ideais progressistas/liberais, incentivando o desenvolvimento das instituições e das forças produtivas. Modernizador, para a autora, são "novas sensibilidades, a libertação do indivíduo do peso de 'obrigações de casta', a possibilidade de converter em história e em arte a memória da guerra ainda viva naquelas 'almas bárbaras'." (2008, p. 166).

Murari identifica três temas recorrentes na ficção alcidiana: a exclusão daqueles que resistem às mudanças sociais; a tradição como um estorvo para a modernidade; e a condenação dos traços belicistas da cultura rio-grandense. Para a autora, os temas articulam-se como empecilhos para o progresso social. O programa literário de Maya condiz, então, com sua atuação política. Seu pessimismo e obsessão com a decadência na representação ficcional do RS têm como objetivo exorcizar os valores tradicionais, tidos como prejudiciais ao progresso. As heranças, a tradição, eram um peso funesto e autodestrutivo. A

nostalgia era fruto da percepção de que o passado "heroico na lenda, mas inglório na contemporaneidade, não havia sido de fato superado". (2008, p. 159). O passado era uma etapa a ser superada, precisaria passar, para ocorrer a modernização do estado.

A nostalgia de Maya, em Sergius Gonzaga, também é negativa, eivada de "conotações reacionárias e derrotistas" diante das imposições do presente, e "sedimenta-se como uma tática dos dominadores: sua adoção pelos dominados pressupunha o expurgo de toda e qualquer violência" (1980, p. 120). Há o culto ao passado, como uma tentativa de dissimular as contradições sociais, sublimando a condição de marginalidade do trabalhador pastoril.

Ruínas Vivas é o único romance do autor.¹⁸ O roteiro é dividido em três partes (três livros), mantendo como linha de união os eventos e ações em torno do protagonista, Miguelito. Especialmente, os indicadores descritivos mostram no texto que a trama tem como cenário a metade sul do Rio Grande do Sul, mais precisamente a cidade de São Gabriel, apontados pela menção à Serra (ou Cerro) do Batovi, também ao jornal Eco do Sul, sediado em Rio Grande.

No sentido de indicadores temporais descritivos, muitos indícios apontam para as décadas finais do século XIX, ainda no Império: o pai do protagonista, Artur, era um partidário e propagandista do republicanismo democrático e também se menciona o pertencimento de alguns personagens ao Partido Liberal. Dois importantes eventos bélicos são mencionados no passado: a Farroupilha, referida como "guerra civil de 1835", e a Guerra do Paraguai. Há menções à existência de pessoas escravizadas, ou escravos de nascimento e agora libertos, em trechos: "quando no campo mourejavam os escravos" (p. 84); sobre personagens: Juvêncio, um dos integrantes da

¹⁸ É importante destacar que a partir do seu falecimento, as três obras de ficção do autor enfrentaram problemas de direitos autorais, dificultando sua circulação. A segunda edição de *Ruínas Vivas*, foi publicada apenas em 2002 (ed. Movimento/UFSM); *Tapera* teve mais duas edições, em 1962, por ação direta de Augusto Meyer (Briguiet) e em 2004 (Movimento/UFSM); *Alma bárbara*, quase setenta anos depois, em 1991 (Movimento). Os destinos dos direitos autorais e da própria editoração de Alcides Maya – ou falta dela – renderiam um romance.

comitiva que transporta o caixão de Chico Santos era "escravo de nascimento, crescido nas senzalas" (p. 68).

Tendo como subtítulo "romance gaúcho", o objetivo da obra é recriar literariamente e/ou traduzir o modo de vida peculiar dos homens e mulheres que habitam o pampa sul-rio-grandense, as circunstâncias particulares nas quais desenvolveram uma sociedade, sua organização e hierarquização, descrevendo a vida rural e o "gênio da raça, filha abarbarada dos acampamentos, das mangueiras, das canchas tumultuosas" (p. 79).¹⁹ Seguindo os moldes regionalistas, aparecem como pano de fundo os muitos elementos que compõem essa paisagem humana: os ofícios e ocupações, a linguagem (fala popular), a cultura comum desenvolvida, plasmando crenças e lendas, danças e festas, estilos musicais, jogos e divertimentos, os padrões de alimentação, a medicina popular através de suas práticas e praticantes, mas também – e principalmente – os valores, ideias, modos de pensar e atuar na realidade, sentidos e expressos em todos os personagens, por discurso direto destes, ou nas palavras do narrador.

Atento aos preceitos do regionalismo, o autor procura reelaborar e interpretar uma forma singular e característica de cultura de determinado espaço geográfico, a Pampa, comum a três países do Cone Sul (parte do Brasil e da Argentina, praticamente todo Uruguai). O universo pampeano constituiu o mundo do gaúcho, um tipo de sociedade: "pastoril, patriarcal e autoritária, com traços culturais diferenciados e bem definidos, baseada em uma economia arcaica, vinculada geralmente à exploração do latifúndio e baseada particularmente na criação extensiva de gado." (Schlee, 2019, p. XXII).

Maya chama esse universo de Rio Grande antigo, "terra de amor e da hospitalidade, berço das tiranas e das chimarritas, onde, a par das ricas

¹⁹ O uso do termo "raça" aparece em diferentes momentos do livro. A expressão, segundo Léa Masina (1998) era de uso corrente na época e, em sua utilização literária era inspirada em autores como Taine e Hennequin, entre outros, aproximando-se de ideias como "gênio do povo" ou "espírito de uma nação". Luciana Murari (2008) considera que é possível compreender o termo como correlato, simultaneamente, às ideias de *etnia* e de *cultura*.

estâncias caudilheiras, gemia, demitida a lança, no silêncio das noites consteladas, a viola harmoniosa dos gaúchos" (p. 37).²⁰

Contudo, embora os perfumes do patriotismo enfeitem a passagem acima, os gaúchos de Maya não são nobres cavaleiros, são paradoxais, são heróis covardes, fora-da-lei honrados, fascinantes e repulsivos. Vivem próximos à natureza, brutalizados pelas próprias condições de 'vida primitiva' e por uma sociedade que de acordo com suas leis os marginaliza, a homens e mulheres. Jango Souza, visto pelo protagonista como uma "ressureição dos velhos tempos", é forte, frio, caracteristicamente indiferente a tudo e a todos, um "vagabundo dos campos, de reputação suspeita" (p. 127).

Ao longo do romance a palavra "gaúcho" é utilizada como sinônimo de cavaleiro, com mais frequência como sinônimo de campeiro, também sendo utilizados os termos "vaqueano" e "guasca": monta-se "à gaúcha" (p. 115), o coletivo é uma "gauchada" (p. 117), contam-se proezas "de gauchismo" (p. 71) quando jovem. Etnicamente, o tipo é uma mistura, circulam indígenas, crioulos, pardos, mulatos pelas páginas.

Os gaúchos protagonistas são pessoas inadaptadas e marginalizadas. A perspectiva social desses personagens, sentida na elaboração do protagonista Miguelito, orientado pela sua interpretação da cultura gaúcha, denota certa validade na representação dessas vozes. Se desde Scott e Dumas o romance histórico superou os textos historiográficos ao transmitir o passado de maneira memorável, e a ficção é um elemento central na compreensão do passado, como nos diz Lowenthal (2015, p. 367), sendo os sujeitos históricos do romance gaúchos pobres, no contexto histórico e literário de 1910, não é algo de menor relevância.

Os dois gaúchos arquetípicos da trama são Chico Santos e Miguelito, avô e neto, respectivamente. O primeiro é o gaúcho-do-passado; o segundo, um gaúcho-no-presente.

Chico Santos é um campeiro pobre que encontrou ocupação em tempos de guerra como soldado raso nos muitos conflitos armados da região, e em

²⁰ Para evitar a repetição constante das mesmas referências, optou-se por indicar apenas a página onde estão referidas as citações, onde estiver implícito que a menção se dá à obra em questão.

tempos de paz nas lides campeiras (tropeiro, carreteiro, peão livre). Foi um sobrevivente, sem grandes pendores ideológicos, uma "grande alma simples de guerrilheiro, dedicado aos chefes" (p. 45).

No final da vida (presente) fixou-se como posteiro da Estância Nova. Enquanto homem velho tornou-se transmissor da cultura oral comum, na forma de músicas e poesias, e de experiências comuns, em suas recordações militares. É um personagem-memória: "alma saudosa de guerreador e de nômade" (p. 28). Convém destacar que se nos causos havia rompantes de bravura heroica, nas memórias febris do velho gaúcho que compõem o quadro inicial do romance – trecho que, para Augusto Meyer, é uma "verdadeira operação de magia literária" (2002, p. 117) –, ele sente pânico, medo e vacila, em várias ações.

Assistimos, neste personagem, o desaparecimento físico dos gaúchos antigos, de práticas dos tempos em que a campanha era indivisa, "uma imensa estância sem alambrados, percorrida à vontade, em todas as direções, livremente trabalhada, a todo tempo, pela gauchada" (p. 36). Todo o primeiro livro é dedicado ao seu ocaso, às consequências de uma enfermidade, à sua morte e ao transporte do caixão para ser enterrado no cemitério mais próximo.

O gaúcho-no-presente é Miguelito, protagonista do romance. No presente da narrativa é um adolescente, criado pelo avô. Assim como os outros gaúchos da trama é um mestiço, órfão embrutecido de pai e mãe. Desses elementos, o traço fundamental para definir a psicologia do personagem/tipo é justamente a interação entre sua "natureza anárquica de mestiço" e aquele meio, pois criado na solidão dos campos cresceu sem afeto, sem coerções morais, violento, respeitando apenas demonstrações de força, desenvolvendo uma "altivez arisca":

Criara-se 'guacho', 'haragano', pelas bibocas; invalescera [robustecera] dia a dia no seio agro dos escampados, à lei da natureza anárquica de mestiço, sem a menor coerção moral, com a alma rebelde emoldada à antiga, impressionado apenas pela Força. Ignorava a poesia das carícias; nunca se lhe embebera o coração de religiosidade; não tivera mãe que o ameigasse." (MAYA, 2002 [1910], p. 35)

A única lei que agiu sobre sua formação teria sido a da natureza, suscitando uma "instintiva besta forte de prazer, de coragem e de destruição" (p. 97) que exibia muitas vezes. A associação entre prazer, coragem e destruição é sentida, por exemplo, na cena em que desfere o golpe final na novilha carneada durante a carreira: "luzia-lhe cerrada, por entre os lábios entreabertos, a dentadura forte, muito alva; e saíra-lhe à cara o gozo íntimo, inconscientemente feroz, algo de sensualidade profunda, ancestral e sinistra." (Maya, 2002 [1910], p. 129).

Mestiço, então, dava-se tanto no sentido biológico, com o "tronco índio por parte de mãe", quanto "civilizacional", entre as forças primais da natureza informe e o sujeito em sociedade. Além dessas dimensões de mestiçagem, outros elementos são agregados ao protagonista, particularizando-o em relação ao meio: a capacidade de criar fantasias, de fabular, o "elemento pessoal romanesco" indefinível (p. 97). Decorrem dois traços importantes para o enredo, a partir desse aspecto. O primeiro é despertar em si mesmo a capacidade de sonhar, característica interligada à revelação eventual de afetos positivos, exprimindo sentimentos como generosidade, empatia, amabilidade. Este é o "ideal generoso, embora rude" que reprimia os aspectos da "instintiva besta".

O segundo traço importante é a idealização de uma vida pampeana a partir dos causos sobre o passado narrados por outros, principalmente por seu avô materno, protagonizados por seus heróis, os líderes militares de outrora. A guerra como atividade viril, forte e honrada, o desejo de percorrer o mundo, independente e livre em aventuras perpétuas, de alistar-se e participar de batalhas, espécie de ideal da Cavalaria. Fora educado nas narrativas orais dos gaúchos contadores de causos e passou a olhar, entender e agir no mundo a partir desse aprendizado, definindo quem era e quem queria ser.

O entrelaçamento entre os dois traços de personalidade reforça a psicologia ambivalente, manifestando-se quando não consegue entender inquietações subjetivas, paixões, desejos, orgulhos, rancores, traduzindo-se em explosões de cólera, expressas fisicamente num esgar mostrando os dentes, como um animal intencionando morder. Percebemos essa individualidade de ambivalência pela primeira vez quando é invadido por um

estranhamento de afetos trazidos com a morte do avô, mistura de emoções que turva e angustia sua consciência particular:

Tudo isso e mais: fazia-o sofrer principalmente o indefinido daquele estado, o que nele havia de obscuro, de repentino, de alheio a si mesmo, de brutalmente estranho, - um ódio cego, uma ânsia sem causa e sem objeto, uma angústia confusa, ora dor física, ora desespero. Na sua consciência, a contrariedade que aos outros apenas irritava, em leve despeito, chegava a ser, frequentemente, ameaça, opressão, iracúndia, estertor." (MAYA, 2002, p. 57).

Miguelito é definido por outro personagem como um "consumado gaúcho, rebelde, indisciplinado". Sempre que em contato com autoridades disciplinadoras (o capataz, superiores hierárquicos quando alista-se nas forças militares e outros), sentia cólera, pela sujeição e pela impotência. Não gostava de "ser mandado, como se fora qualquer negro cativo" (p. 165). A partir desse traço de personalidade – moldado pelo sonho, pelo idílio alimentado –, tem ódio por qualquer atividade profissional onde enxerga servidão, como o trabalho na lavoura e as demais possibilidades profissionais ao seu alcance na campanha, em sua grande maioria, aviltantes. Contudo, por sua condição social de pobre, eram estas as atividades ao seu alcance – exceto ser capataz e contrabandista.

Em termos de descrição sobre a sociedade ficcionalizada, o lugar da narrativa não é uma sociedade igualitária, livre e idílica, um paraíso perdido (ou perdendo-se). Sentimentos como igualdade e irmandade estão presentes apenas entre os peões, no galpão. É um mundo amargo, não há heróis altivos. Se há verdade e autenticidade naquela vida é por sua crueza e ambivalência, expressas no próprio título da obra. Tanto o Rio Grande do Sul do passado, quanto o do presente são convulsionados, tensos, sentidos em diversas passagens. A cena em que Miguelito e o Coronel se enfrentam é sintomática da inexistência de igualitarismo primitivo entre galpão e Casa Grande, tanto na cultura como na sociedade daquele espaço criado pela narrativa:

Mas o fazendeiro [...] Propunha-se a evitar futuros incômodos e dois ou três princípios morais imutáveis que esposava sobre "gente de semelhante laia" impediam no momento quaisquer vacilações. O Coronel não compreendia afetos fora da família: nem amor, nem dever: um filho natural era, no seu juízo, um ente perigoso, que cumpria afastar por decoro doméstico. Além disso, convencera-se sinceramente da perversidade do neto espúrio, não só pelos informes apaixonados de João Amâncio, e pelas próprias observações, mas

também por um preconceito egoístico de casta, esperando da condição humilde e solta do rapaz uma fatalidade de crimes... (MAYA, 2002, p. 85-86)

O avô escolhe expulsar o neto por seu "atrevido e ousadia", mesmo ao custo de eliminar sua estirpe na única descendência possível do próprio sangue, porque Miguelito era "aquela gente" naturalmente propensa a comportamentos execráveis e crimes, devendo ser disciplinada – civilizada – para resignar-se a seu lugar social subalterno. Não o considerava da família por "preconceito egoístico de casta" (p. 86). Esta cena, em particular, pode ser vista como muito elucidativa sobre a forma com Maya entende (e critica) a sociedade da campanha, atravessada por uma hierarquia social inelutável. O narrador diz que o desentendimento com o capataz era um pretexto, o real motivo seria a irrupção entre os dois de um "desacordo latente, mas inveterado, de duas classes, de dois destinos, de duas forças sociais adversas. Detestavam-se de velha data; ameaçavam-se, no coração" (p. 86). É um duelo social. Em toda a trama, o Coronel é a única autoridade contra a qual Miguelito sente-se paralisado, retraindo seu ímpeto insubmisso.

A hierarquia social e as "obrigações de casta", condicionantes superiores à força individual dos homens, submetem o protagonista de uma maneira tão opressiva que sua revolta não tem outro caminho exceto a marginalização, tornando-se um criminoso ao matar o assecla do coronel-avô para, em seus motivos, defender uma mulher por quem nutria sentimentos amorosos. Ao defender uma causa virtuosa, uma vítima de abusos, tornou-se assassino. Naquele meio estavam colocadas forças sociais que restringiam o protagonista e a todos os/as personagens, limitando as aspirações e o que se pode legitimamente almejar, sonhar, criar. As forças sociais também aparecem no desfecho do livro. Mesmo em meio a todas as epifanias do protagonista, no último olhar do protagonista para a Casa Grande despertava ódio, pois, para ele, era uma força eterna.

O terceiro livro narra o retorno de Miguelito ao pago e a apresentação de novos personagens muito importantes para compor o retrato social que Maya deseja realizar, focando os diversos papéis sociais naquele lugar. Após ser expulso, Miguelito alista-se em um alistamento no quartel de São Gabriel – onde

permanece por menos de um ano, desertando após brigar com um superior. Posteriormente sabemos que neste momento o personagem Aires, um comerciante de prestígio social e político, conta a verdade a Miguelito sobre quem eram seus pais biológicos.

É na carreira e no fandango descritos no terceiro livro que dois desdobramentos importantes para o destino do protagonista acontecem, também retratos sociais. O primeiro é o encontro com um antigo desafeto, Anilho, cabo eleitoral do coronel. Arrogante e fanfarrão, é o antagonista por excelência, vivendo uma "vida parasitária". Era um "decaído, um fraco, um fim-de-raça, condenado às traições do pensamento e às habilidades do verbo para resistir na dura competência dos fortes que o cercavam" preferia à "indisciplina dos fogões a convivência protetora dos superiores" (p. 80). Para Meyer (2002, p. 124-25), este personagem caracteriza um tipo social comum no universo social da campanha, presente na literatura do Prata, representando o parasitismo político da campanha. Capacho de estimação: "onde o culto da coragem predomina, a velhacaria encontra um bom terreno de ação, tirando das próprias dificuldades desse meio uma razão vital de defesa [...] dentro e fora do romance regionalista, é homem de carreira feita". Do conflito entre os personagens nasce a afronta que encaminhará o desfecho trágico, quando Miguelito questiona a veracidade e a coragem de Anilho, justamente uma afronta fundamentada nos valores do código cavalheiresco da cultura pampeana sul-rio-grandense.

O segundo acontecimento é o envolvimento com Ritoca, uma 'china' de dezesseis anos, mulher prostituída que amplia o escopo do panorama social, incorporando figuras femininas "desonradas" – as únicas que são desenvolvidas no romance. O narrador retoma o passado da personagem: órfã de pai e mãe, criada por parentes lavradores (outra figura da camada média), foi estuprada e agredida por um homem que vivia na chácara: "Não houve idílio, palavra delicada para filhos de brancos, de ricos, de casados... A solidão, o temperamento sensual e grosseiro do soldado, a liberdade ilimitada, a convivência diária, todas as sugestões da luxuriosa vida campesina: era fatal a queda" (MAYA, 2002, p. 143). A partir daquele momento, sua vida tornou-se um "drama comovente", conduzida à prostituição nas choupanas de Brígida,

cafetina envelhecida da região. Esta personagem encarna a mulher-feiticeira: sabia fazer benzeduras, prendia amantes, explicava sonhos, fazia partos e conhecia ervas medicinais para qualquer doença – mesmo não acreditando em sua eficácia, mas apreciando sua posição de feiticeira: "[sentia-se] grande e satânica, órgão necessário dos humildes, sacerdotisa de todos os vícios, conselheira, por sugestão da plebe analfabeta, ser de mistério e de maldade, a resumir em si mesma, com uma vileza empolgante, séculos de credence miserável..." (Maya, 2002, p. 147).

Embora brutalidade e violência marquem as relações entre homens e mulheres, surgindo em várias cenas, nas três choupanas do lugar vivem outras mulheres, entre elas o interesse amoroso do protagonista, Carmen, também órfã, filha de castelhanos empobrecidos. Bastante doente, a tuberculose avançada é agravada quando o antagonista, Anilho, agride-a enquanto liderava um destacamento vindo de São Gabriel para prendê-lo.

No último subcapítulo, Miguelito mata Anilho em uma emboscada. O ato funciona como uma epifania, evanescendo definitivamente todos os seus desejos idealizados de rebeldia, de bravura: tornara-se um assassino, um bandido. Matou um homem na forma de um crime, sem nenhuma glória, não como um soldado mata. Estas cenas demarcam a destruição das últimas esperanças de outrora, a crença em um destino glorioso. Pode-se afirmar que a jornada de Miguelito, iniciada com o mal-estar difuso sentido pela morte do avô, culmina na descoberta de seu lugar social, com todas as possíveis decorrências. Todos os sonhos vão, aos poucos, sendo arrasados diante da realidade que se apresenta, esfacelando idealizações elaboradas por ele a partir dos modelos que recebeu nos causos da cultura oral, única socialização intelectual, repetindo-os no dever ser de um gaúcho – imagens criadas mobilizando o passado, ressalta-se.

É uma percepção das determinações que a miséria acarreta, "de uma classe inteira espoliada" (p. 158). Afetado pela presença junto às meninas da Brígida e pelo que ouviu delas nas choupanas humildes, quer apreender tamanha opressão além de seus interesses pessoais, questionando-se sobre a "indigência viciosa" e a "miséria alheia inenarrável". Buscando entender, lembra-se de uma "história gaúcha", "romance popular fronteiroço" contado por

Chico Santos, no qual o herói, seguindo um caudilho célebre, deixa seu rancho, a mulher e os filhos para, ao retornar, encontrar tudo apropriado pelo dono da estância onde vivia como agregado, vingando-se da deslealdade de forma cruel.²¹ Lembra-se também do "Campara", espécie de herói fora-da-lei da fronteira, justiceiro inimigo dos ricos. Miguelito consulta, rememora a tradição e vê também histórias sobre elementos desagradáveis, ódio, revolta de miseráveis obrigados ao silêncio impotente, resignada pela fome e pela dependência dos que mais possuem e perseguida caso se revolte. Mais importante: compreende-se como parte dessa classe.

Suas vertigens de pensamento, contudo, são circulares, chega à mesma conclusão: a sociedade esmagava-o. Todas as circunstâncias naquele meio pareciam condená-lo em direção a veredas escusas, únicos caminhos possíveis. Decaíra, desorientara-se, abandonava-o a confiança no seu valor. Sentia-se acuado. Paradoxalmente, ao matar Anilho, corresponde ao olhar de desconfiança e desprezo do Coronel sobre "aquela gente" – sua gente –, dada a crimes de toda natureza. Não escapou à sorte.

Naquele universo, as violências, traições e deslealdades de uma classe não são punidas. Ele é o próprio resultado disso: saber que corria em suas veias "o sangue dos autoritários" aumentava o orgulho, a revolta e o desgosto, pois se sua mãe fosse filha de um covarde e mau, mas rico, não uma "filha de índia", seu avô paterno não o teriam rejeitado. A injustiça o perseguia desde o berço. Fora expulso da estância que deveria lhe pertencer um dia.

²¹ "O herói, entusiasta de um caudilho célebre, deixara para servi-lo numa das suas campanhas, o lar modesto, a china amante, os filhinhos estremecidos. Quando, terminada a guerra, reviu os pagos, soube que o dono da estância, onde residia como agregado, se lhe apoderara da companheira, disseminando-lhe a prole, apropriando-se-lhe dos bens. Eram correligionários; defendiam a mesma causa; e a violência, considerou-a o gaúcho uma dupla traição, vingando-se cruelmente do potentado desleal, que prendeu de surpresa alta noite, e conduziu ao sítio onde jaziam esboroadas as paredes do seu rancho, e degolou, fero e justiceiro...

Desfechava atrocíssima a legenda. Suspenso a uma árvore da tapera, de cabeça para baixo, como um cordeiro sangrado pendente de um varal, o cadáver lá esteve muito tempo, em exposição macabra, informe, retalhado, de intestinos à mostra, gotejando fezes, soltos e bicadas de corvos, enquanto a cabeça arrancada rolava no solo, sem olhos, sem lábios, sem nariz, e as últimas febras do coração desapareciam podres nas ervas, sob o revoejar, em enxame, das varejeiras cúpidas. As vértebras desprenderam-se, depois; limpas de carne, muito brancas, de uma em uma, foram caindo as costelas; os ossos caíram todos e um capão formou-se no sítio, povoado de sombras e gemidos." (Maya, 2002, p. 157-58).

O desejo de ser um herói de guerra também é destruído, primeiramente pela própria experiência de participação e inadequação às forças militares, depois a partir dessa epifania social: os mesmos indivíduos que se irmanavam durante a batalha, após o conflito, poderiam vir a ser senhor e agregado, proprietário e escravo. Relembrando a trajetória do avô, entende que uma vida de lutas levou à uma velhice na miséria, vivendo em uma tapera, com um enterro indigente e abandonado, velado somente por ele mesmo e por um antigo companheiro de armas, tão miserável quanto.

Belo fim, sem dúvida, fim de todos os gaúchos pobres, cujos filhos tinham como única herança o trabalho forçado, cujas filhas estavam sempre sob a ameaça da impune devassidão dos opulentos. Fora o destino de sua mãe, que ignorava se vivia, se morreria e que talvez houvesse também acabado num rancho imundo de chinas, como o da Brígida... (MAYA, 2002, p. 160).

Miguelito morre simbolicamente, sendo então tomado por uma lucidez que dissipa todas as fantasias e incertezas, o mundo intangível das formas de sua adolescência. Era, para os outros e para si mesmo, um assassino. Para defender-se, fatalmente viveria em um mundo de revoltas e delitos, teria de matar novamente. A compreensão restituiu nele mesmo sua força, seu valor, a partir da percepção de luta. Um último sonho resistiu, quixotesco: poderia ser um bandido, mas lutaria com honra, lutando de peito aberto à luz do sol:

Mas, se o espaço remoto, não o povoava no presente, como dantes, nenhuma figura de legenda cavalheiresca, se a fantasmagoria épica e formosa da meninice desvanecera-a a Vida, irreparavelmente; a ideia de luta retemperou-o, restituindo a si próprio, certa da sua força, cômico do seu valor. E um último sonho adejou sobre a fatalidade de revolta e delito que o envileceria aos poucos, que de todo, lentamente, o macularia de sangue: à picada traiçoeira preferiria sempre a estrada real e às esperas noturnas a 'pechada' de frente, em pleno dia... (MAYA, 2002, p. 173).

Com efeito, entende-se que Maya elabora uma explicação mecanicista. Suas leituras spencerianas pressupunham a existência de leis causais que regem o humano e as sociedades humanas, aplicadas em determinadas situações. Na medida em que tais situações são configuradas como existentes em determinado tempo e lugar, sua explicação provém de "leis causais que determinam os resultados dos processos". Da mesma forma como interpretam-

se as leis naturais que governam as relações entre os eventos na natureza, presume-se que, no campo histórico, as configurações específicas dos objetos, relacionam-se parte a parte, por "configurações específicas" determinadas "pelas leis que se presume governem as interações". (White, 2019, p. 27, 32).

O principal elemento que permite perceber uma explicação mecanicista em *Ruínas Vivas* possivelmente seja a presença e manifestação da natureza no romance. A "lei da natureza" submetia o protagonista, não socializado e moldado moralmente, dividindo sua personalidade em duas, vivendo nele "algo de alheio, de anterior a ele, de sobrevivente nele" (Maya, 1910, p. 172). Ao mesmo tempo, a sociedade daquela cultura gauchesca – o meio – determinava a existência primal, atávica, atrelada ao gozo imediato e à competição, próxima da natureza em seu sentido belo e trágico. No desenlace do romance, ocorre ao protagonista uma epifania por descobrir as leis sociais da hierarquização e do poder, simbolizada na Casa Grande, aparentemente imutável, testemunhando impassível a "fatalidade da revolta e do delito" a que estava relegado por sua condição de mestiço: "ser moralmente híbrido, rolando no sangue inimigas almas de mortos" (p. 93).

Para Meyer (2002, p. 127), embora seja um realista-naturalista, o desfecho do enredo não é consequência de um mecanicismo primário. Nenhum dos "fatores predisponentes", isoladamente, é suficiente para explicar o final. Do contrário, o romance é um "estudo psicológico de feição realista, todo o livro é um complexo de incidências e causas, condicionadas e entecidas com sutileza". Não há outro autor nesta escola estética que respeite a relatividade de maneira mais consciente. Ou seja, não há um único elemento determinístico, seja ele o aspecto racial, seja o aspecto social, seja o tempo histórico.

A inspiração naturalista pode ser sentida em uma das cenas narradas mais pungentes: a carneação de uma novilha, como uma batalha entre dois desejos primais: o instinto de sobrevivência do animal, e o dos homens em busca de alimento. Todo um subcapítulo é dedicado ao "coro funerário dos irmãos do pampa à vítima do homem" (p. 139), cena onde os animais cumprem uma espécie de rito funerário, em lamento contra o "destino implacável": "O sétimo capítulo do Terceiro Livro – o choro de uma ponta de gado – é uma das

mais belas interpretações da vida animal que há na literatura de qualquer povo." (Meyer, 2002, p. 137).

Outras tintas nesse sentido são percebidas ao descrever as nuances daquele modo de vida, através de um dos eventos de maior importância para aquela cultura: a realização de uma carreira. A "grande festa predileta dos gaúchos" (p. 105) é pintada como espaço de expressão daquela vida primal:

Era a vida primitiva em todo o seu rude egoísmo natural e cínico. Irritada sexualmente de sombra e de álcool, a besta pinchava assanhadiça; um cheiro estimulante de suor, de estrebaria, de carne sangrenta recrestada juntava-se, para alucinação voluptuosa, ao rinchar das cavalhadas e ao anélito febril da multidão. Sentiam-se todos despeados, livres para o gozo e para a luta, numa irresponsabilidade promíscua de homens e de animais, em contato direto com a terra e com as folhagens, sob o céu escuro. (MAYA, 2002, p. 133).

Sobre a construção temporal em *Ruínas Vivas*. Primeiramente, o que há de heroísmo romântico no passado-presente chega ao leitor através de Chico Santos, nas suas crônicas de valentia e músicas de monarquia sobre as guerras do passado – a cultura oral. Há implicações estruturantes para a trama a partir disso. Os ouvintes dos causos desdenham do velho narrador, riam sarcásticos dos causos hiperbólicos – não há respaldo social. Faziam sentido e foram incorporadas apenas pelo neto, moldando sua personalidade. Miguelito, o gaúcho-presente, "vivia no passado" (p. 97). Os causos eram as batalhas que o próprio avô havia participado, mas também as "outras lutas, os ataques do vice-reinado espanhol, a conquista das Missões, as proezas de Pinto Bandeira, as invasões da Cisplatina" (p. 37), a formação bélica do Rio Grande do Sul como um todo. Esta era sua única versão do passado: "possuía só [...] as noções que lhe dera Chico Santos" (p. 158). Este passado idealizado não traz as respostas para suas perguntas e inquietações no presente (injustiças), ao contrário, é destruído conforme o personagem avança na trama, desmentido pela realidade e pelas interações com os outros do entorno. Mesmo essa fantasia/mito é ambivalente: ao mesmo tempo em que é o motivo de sua tragédia na narrativa, é o que o particulariza enquanto indivíduo, diferenciando-se dos outros gaúchos broncos pela capacidade de sonhar e sentir empatia, compaixão:

Existia nele, contudo, um elemento qualquer de ideação, latente, ínsito, profundo, que faltava aos demais da sua idade e igualha: era diferente dos que o cercavam e, embora não tivesse a noção dessa dessemelhança, destacava-se de todos no pago por motivos dela. Arrebatado, violento, encruelecido na solidão nativa pela inclemência pastoril, desenvolvera em si mesmo, naturalmente, faculdades de sonho, revelando por vezes delicadezas de sentimentos, mostrando-se generoso, capaz de pequenos sacrifícios, amorável de trato. O próprio Chico Santo recebera constantes provas disso: era-lhe o neto sinceramente afeiçoado, apesar da grosseria fatal dos modos. Estabelecera-se entre ambos, não obstante os seus antagonismos, uma perfeita comunidade de sentir; ligavam-nos estranhas afinidades de alma" (MAYA, 2002 [1910], p. 35).

Poderíamos com isso concluir que a nostalgia presente na cultura pampeana, transmitida de avô para neto, é reacionária e conservadora, avessa ao presente, idealizando um culto regressista a um idílico paraíso perdido. Todavia, aqui é possível visualizar outro paradoxo de *Ruínas Vivas*: por ser a educação/cultura simbólica que recebeu, é no mesmo horizonte de sentido, na mesma interpretação dos causos populares responsáveis pela inadequação passado-presente que o protagonista tem uma epifania, após o contato com a indigência social nas cenas com as mulheres prostituídas. Assim, a cultura oral também contém elementos que dão sentido às suas inquietações, significam sua percepção, emoldurando a tomada de consciência histórica e social. Esta outra dimensão é descoberta quando recorda dois episódios (ou causos): o do gaúcho traído que assassina o estancieiro com requintes de crueldade e na lenda do Campara.

O arco narrativo do romance, composto pelos três livros, contém três perdas para o protagonista. Tanto a Casa Grande como Chico Santos (re)presentam o passado, pelos olhos de Miguelito, cultuando-os, formando um "todo homogêneo", estranho ao presente, "diferente e mais belo, no espaço e no tempo", dando-lhe a aspiração de outro existir (p. 46). No primeiro livro, perde o primeiro elemento do passado: o avô materno Chico Santos. No segundo livro, é expulso da Casa Grande pelo avô paterno. No terceiro livro perde as fantasias e as aspirações.

Assim, a Casa Grande – chamada no presente de Estância Nova – também pode ser vista como um personagem-memória importante do enredo. Sede da estância construída no período colonial e eixo em torno do qual

organiza-se a narrativa, o casarão preservava ares de construção gloriosa, "opulenta, quase feudal", impondo-se sobre os ranchos no entorno, subjugando-os, "envolta na sombra de todas as tradições gauchescas" (p. 98). Testemunha das disputas em torno dos limites territoriais contra castelhanos, estava destinada "à vigilância das fronteiras imensas" (p. 43).

A genealogia do protagonista confunde-se com a da própria casa – principalmente a explicação para sua orfandade: ele é a síntese entre um pai herdeiro da elite caudilhesca e uma mãe do "meio gaúcho". Chico Santos estabeleceu-se no local após ser convidado pelo antigo proprietário, companheiro de armas, para ser capataz da fazenda, trazendo consigo a filha, Elisa. Com a morte do proprietário, quem mantém a estância é Chico Santos. Nesse período, retorna da cidade o filho do coronel Paulino Gomes, comandante da Guarda Nacional, chefe político de poderosa família. No tempo que permaneceu na campanha, Artur Gomes Saraiva conquista a amizade de Chico. Partindo para São Paulo a fim de matricular-se na faculdade de Direito, abandona Elisa grávida. Ela desaparece e, passados alguns anos, Miguelito é trazido pelo avô, sem explicações sobre sua origem. Passado algum tempo, a estância é vendida para Paulino Gomes, que substitui o capataz. Chico Santos, desiludido, adoece. Pouco tempo depois, Artur é assassinado em São Paulo quando saía de um teatro.²² A dor do comandante da guarda nacional, chefe político e último representante de poderosa família consola Chico.

Desse modo, existe ainda outro passado no presente da narrativa: as trajetórias individuais dos personagens. Estas histórias aparecem pela voz do narrador e, ao contrário, explicam o presente. O passado de muitos personagens é explicado e, em sua maioria, resgata violências manifestas de diferentes formas, tragédias, opressões. Ritoca, Carmen, Chico Santos, o próprio Miguelito, foram traídos, abandonados, excluídos. Se o presente é injustiça formidável, há uma razão para isso, uma consequência da história.

²² "O golpe ferira profundo, no imo, o pai extremoso, que no amor ao filho revelava o instinto doméstico de predomínio, força de seu grupo étnico. Compreendera o espírito do tempo: a bica substituíra a espada; aos campanhistas audazes tinham sucedido os *doutores*; e ele queria ver a raça culminando num rebento espiritual do antigo tronco rude" (MAYA, 2002, p. 83).

Dessa forma o passado não é uma era de ouro perdida em relação ao presente. Também não se reproduz sempre idêntico a si mesmo ou orienta o presente na narrativa, pois o presente não o permite, já é outro. Ele é ambivalente. Essa tensão é que gera a temporalização da obra. É a história que explica as injustiças, as violências, mas também abre possibilidades de ação e luta.

Maya tornou explícito o que Miguelito representa, temporalmente: "duas épocas encontrando-se no drama social que Miguelito, símbolo de uma raça, resume e representa" (1912, p. 5). Algumas leituras da obra, talvez predominantes, viram esse ponto como o centro da questão ideológica no autor – conservadorismo, reacionarismo, melancolia paralisante –, a partir da trajetória do personagem. Embora tenha aberto possibilidades, encaminhando a negação do monarca das coxilhas, ele não foi suficientemente lúcido para conduzir sua destruição, ainda alienado pois preso ao passado de "glórias fictícias", incapaz de transformar "sua experiência em uma prática revolucionária" (Almeida, 1994, p. 251). A perda da fantasia não lhe proporcionou "a opção de um trabalho produtivo não alienado e a equivalente integração social". Este encaminhamento é relacionado ao próprio Maya, diluindo a "questão social" no "processo de degenerescência" inspirado pelo determinismo cientificista de inícios do século XX, além de vislumbrar "traços do caráter do *monarca das coxilhas* na alma do povo rio-grandense" (Almeida, 1994, p. 135-36). O *gaúcho-herói* é preservado no *gaúcho-quixote* (Leite, 1978, p. 204).

Na presente pesquisa defende-se que, primeiramente, o passado não é um todo a ser descartado ou revivido em Maya: se existem passados múltiplos na obra eles apontam distintas atitudes no presente-futuro. A primeira deriva da empatia expressa pelos desvalidos habitantes do pampa, os de baixo naquela sociedade, e pela cultura gauchesca enquanto cultura popular da sociedade que se formou neste espaço. Podemos chamar de passado do mito e da memória. Daí as "qualidades peculiares da raça" que deveriam ser reelaboradas e mantidas. A segunda derivava do passado caudilhesco, das hierarquias e opressões de poder, da Casa Grande, de conflitos e guerras, os "atavismos deletérios" que geraram obstáculos ao desenvolvimento. Este é o

passado que precisa passar para abrir as portas para a modernização. Ou seja, não há uma única relação em direção/com o passado.

Esses elementos determinam, de acordo com a tipologia proposta por Hayden White (2019, p. 38-43), que a explicação ideológica explícita na obra de Maya, sua orientação para o passado, não é conservadora – o que é de especial importância devido ao lugar relegado costumeiramente ao regionalismo na tradição literária nacional. A implicação ideológica conservadora pressupõe fundamentalmente a defesa do *status quo*, ao mostrá-lo como uma unidade integrada, orgânica. Não consiste na defesa de um passado idealizado, mas do regime social vigente, dispondo que se habita o melhor dos mundos históricos possíveis.

O passado que aparece idealizado, do mito e da memória, tampouco denota uma comunidade plenamente integrada, orgânica ou é um louvor. Há vários traços que não permitem vê-lo dessa forma, principalmente os conflitos. A cena da expulsão de Miguelito da Estância Nova, ao final do segundo livro, comunica o "desacordo latente, mas inveterado, de duas classes, de dois destinos, de duas forças sociais adversas." (Maya, 1910, p. 86). É um romance social assentado no conflito advindo de hierarquizações sociais, crítica percebida após a epifania de Miguelito, vendo-se como "condenado de nascença à vilania das posições inferiores e insatisfeito nelas" (p. 93). Parece claro que a nostalgia aqui existente não realiza completamente a reconciliação, seja social, seja do presente com o passado. Se não há essa reconciliação, é possível afirmar que já temos uma disposição ideológica que não é conservadora, nos termos de White.

O saldo final entre a argumentação formal e implicação ideológica demonstra a resignação de Miguelito às forças sociais e naturais que não podia, individualmente, sobrepujar e modificar. Contudo, a atitude quixotesca ao final do romance denota uma abertura para o futuro, dentro do universo possível. Assim, não há uma negação da mudança ou uma utopia conservadora no futuro, que religaria passado-futuro. A implicação ideológica é liberal. Assim como as outras ideologias, os liberais aceitam a inevitabilidade da mudança histórica. Para a tendência, já que alguma mudança é inevitável, o ritmo das transformações desejável, eficiente, altera determinadas partes da

totalidade social, ao contrário de alterarem-se as relações estruturais (como querem radicais e anarquistas). Este é o "ritmo social ideal" de mudanças, sem grandes rupturas institucionais, confiando no aprimoramento gerado pelo processo educacional, respeitando as leis e seus constrangimentos para pautar as disputas políticas.

Da mesma forma, o que boa parte da crítica em torno de sua obra apontava é que o mito deveria ser eliminado para emancipar politicamente o homem, no caminho da razão libertadora. Propõe-se que a leitura de Maya, intencionalmente e ao gosto de certo nacionalismo, não elimina o mito como parte de seu projeto intelectual, mas não porque o passado mítico seja superior, não há este juízo de valor. O mito é a compreensão possível contida na versão da cultura gauchesca que chegou através de Chico Santos (gaúcho-do-passado) para animar Miguelito (gaúcho-do-presente), uma imaginação criadora, coletiva. Embora exista influência naturalista importante nas concepções intelectuais do autor, podemos sentir a presença romântica neste aspecto – inescapável no regionalismo enquanto fenômeno intelectual –, na predominância dada aos elementos inconscientes, irracionais, míticos da humanidade que o racionalismo iluminista e o cientificismo ou desfavoreciam ou negavam como elementos indesejáveis, ou inferiores, do humano.

Em *Ruínas Vivas*, a crítica direciona-se não ao fato de o protagonista apreender o passado enquanto mito ou na existência do mito propriamente dita, mas por este estar alheio à realidade social atual, algo alienado. O horizonte de expectativa é destruído não porque o mito deva ser eliminado para, assim, libertar o sujeito, mas porque aquela versão do mito já não confere sentido aos humanos do presente. No (des)equilíbrio entre o ser e o devir, eliminar o mito significava correr o risco de silenciar e dissolver elementos responsáveis pela identidade que o autor objetivava construir e reforçar:

[...] havia nos seus relatos [de Chico Santos] folgas de prazer, larguezas de coração, espontaneidades picantes de viver primitivo; e, a despeito da memória enfraquecida esbater e confundir os aspectos, alterando um pouco os personagens, ressurgia nos seus contos a alma cavalheiresca do antigo Rio Grande heroico e legendar, terra também do amor e da hospitalidade, berço das tiranas e das chimarritas, onde, a par das ricas estâncias caudilheiras, gemia, demitida a lança, no silêncio das noites consteladas, a viola harmoniosa dos gaúchos (MAYA, 2002 [1910], p. 37).

Contrariamente a ver uma oposição entre a consciência mítica e a consciência atual, há um desejo de continuidade. Este é o receio em relação ao modelo de modernização sentido. Por isso o Miguelito-quixote transformado abre espaço para um novo ciclo. O fim não é um problema em si, não é irreversível.

O presente não tem uma conotação negativa por conta da perda das tradições legítimas (Bernardi, 1975). O presente é onde Miguelito estará vagando após decair da autoalienação e entender seu lugar social, sem abrigo ou parada, um deserdado em meio a outros e outras desejando um modo de vida cada vez menos possível, ao mesmo tempo em que percebia as opressões e impossibilidades existentes naquela sociedade, fracassado em suas tentativas, rejeitando todas as ocupações possíveis à sua condição de gaúcho pobre, sendo um inadaptado por propensão individual, rejeitando todas as possibilidades em uma recusa permanente à qualquer tipo de autoridade.

Os personagens também não são resistentes às transformações históricas, o que pode ser exemplificado por Chico Santos. Ele não está preso ao passado por resistir à mudança, mas porque o mundo em que cresceu e onde viveu simplesmente não existe mais e o relegou a um lugar social de miséria. Os miguelitos e chicossantos são sujeitos que tiveram vidas destruídas para que determinada ordem de mundo tivesse passagem e preponderância. Para entender a natureza, ou os fundamentos desta ordem social que se impõe, as experiências plasmadas nessa narrativa expõem partes significativas desse processo, operando um questionamento em torno do sentido e direção do que se vivia, no presente. É possível perceber uma crítica que objetiva minar, por contraste, inspirando reconsiderações, as convenções irrefletidamente reverenciadas pelos contemporâneos.

Há uma série de ambivalências na narrativa de Maya, cujo centro explicativo pode ser a temporalidade. Se as obras vinculadas e/ou classificadas como regionais são a expressão de um luto, de algo que está desaparecendo, elas são, ao mesmo tempo, expressões de consciência histórica. Toda história contada é habitada por uma noção de tempo que, enquanto reflete um tempo vivido (presente), organiza-o. A aceleração do tempo e a "consciência da

singularidade dos eventos" têm como consequência a percepção da finitude, seja individual, geracional ou coletiva. "A obsessão pelas ruínas e pelos monumentos do passado são efeitos dessa consciência da finitude". (Araújo, 2008).

Acredita-se que juntamente com a utilização das imagens românticas da ruína, também se expressa no protagonista um sujeito romântico, fruto de uma natureza ansiosa e perturbada e de "forças ocultas do homem que o podiam destroçar e ao mundo". Se o humano da ciência, do Iluminismo, da Razão era solar, o dos românticos era noturno, trágico, "as perturbações íntimas da sua alma provocadas pela presença de qualidades tanto divinas como sanguinárias" (baumer, 1977, p. 41-44). Maya estabelece uma ficção que tem como tema privilegiado a violência, a morte, a decadência, a inadaptação, a opressão – o lado noturno dos gaúchos. Não há o elogio da razão iluminista. Há identificação com o que era visto como retrógrado e pessimista na cultura rio-grandense. Então as "almas bárbaras" não são um empecilho para o progresso, o livro não é uma denúncia desses traços, mas a percepção de que são inerentes à formação da chamada cultura pampeana/gaúcha, a vida primitiva com seus atavismos a ser transcendida, não eliminada. Como nos diz Léa Masina (2004), o autor não estava "apenas relatando ficcionalmente episódios reais: ele estava escavando a consciência do homem degolador, estaqueador, violador, saqueador, tirano e cruel que existe em cada um de nós."

A tensão no conflito em torno da ressignificação do termo gaúcho naquele período em que o livro foi publicado denota as disputas entre o "paradoxo implícito na concepção de uma humanidade que é também selvagem" (White, 2014, p. 207). O gaúcho poderia ser visto como um estigma, exemplo dos barbarismos que se queria esquecer, uma cultura atrasada e anacrônica. Propõe-se que para alguns dos autores regionalistas o modelo de narrar sobre 'barbarismos' não é, necessariamente, para denunciá-los, mas uma ressignificação positiva. Maya demonstra esse ponto ao comentar sobre como o estilo revelava a personalidade do escritor: gostaria que *Ruínas vivas* fosse "americano, bárbaro, gaúcho e indique sempre nas obras de ficção

reveladoras do nosso sentimento de natureza e de humanidade um sangue bem rubro, bem salgado e estuante nas veias..." (Maya, 1922, p. 5).

Para Hayden White, o estado selvagem e a barbárie passam a ser encarados, durante o final do XIX e ao longo do XX como "potencialidades ocultas no coração de toda pessoa, primitiva ou civilizada, como a sua possível incapacidade de conciliar-se com o mundo que lhe é socialmente oferecido." (2014, p. 201). Podemos supor que o desfecho de Miguelito inspiraria H. White a descrever a internalização mitológica, cavalgando ameaçadoramente de punhos crispados odiando a Casa Grande, para ele eterna em sua força. Contudo, aqui age o narrador: "sem saber que lá, como em tudo ao redor, como nele próprio, só havia restos, - de velhas crenças, de velhas construções, de velhas raças" (Maya, p. 78). O fim que Alcides Maya narra pode ser o fim do mito externo e o nascimento do mito interno, o gaúcho remitificado, não a transição da "barbárie" para a "civilização", como um dualismo exclusivista. Estamos falando de uma nostalgia reflexiva: poder-se-ia abrir um novo ciclo.

Há a mesma tensão presente em Euclides da Cunha: se o pensamento cosmopolita, conforme avançava em direção ao sertão eivado de evolucionismo cientificista, via somente populações primitivas e atrasadas, há a percepção e identificação de valor naquela cultura, há conhecimento atávico, vindo da intuição e da observação, há um "pensamento em estado selvagem". A ciência do período menosprezava o que não era possível explicar em seus termos, o que a escapava. Também eram presenças de um modo de vida responsável por formar o mundo social de onde emergem os escritores e suas obras.

Sendo um "romance para fazer pensar", o uso ficcional do selvagem/gaúcho pode ser lido enquanto oposição conceitual necessária para focalizar criticamente as condições da existência civilizada, ensejando uma atenção mais rigorosa às percepções naturalizadas – e este é o aspecto da nostalgia reflexiva trazida pelo autor. O gaúcho-presente sente e sofre os efeitos das mudanças cada vez mais velozes da modernidade, do tempo moderno. Aqueles homens e mulheres da cultura gaúcha representados foram marginalizados pela modernização ou são exemplos de um modo de vida que sempre fora desta maneira, mas agora estava marginalizado? Chico

Santos deu vazão à sua vocação guerreira inata, ou foi conduzido pelo meio, por ser pobre e não ter escolha? É um excelente exemplo de nostalgia reflexiva, que ousa sustentar uma crítica aos caminhos que o "progresso" tomava, com ares irrefreáveis, inescapáveis, um destino que acossa os gaúchos com a miséria.

O livro *Tapera: cenários gaúchos*, é publicado no ano seguinte a *Ruínas vivas*, em 1911. O conjunto de contos mantém-se nos temas fundamentais da ficção alcidiana: a nostalgia da vida primitiva e a simpatia "pelos inadaptados e infelizes". O primeiro aspecto é comum, de acordo com Augusto Meyer, a todo regionalismo gaúcho, registrado pela cultura escrita ou na cultura oral:

[...] decorre de uma atração da fantasia pela vida aventurosa de outros tempos, quando a guerra, o pastoreio patriarcal e o nomadismo imperavam nos campos do Sul. Ninguém poderá negar que foi essa uma tendência generalizada, não só na literatura de caráter regionalista, do Rio Grande ou do Prata, como na própria tradição popular manifestada em documentos folclóricos (MEYER, 2002, p. 121).

Além da temática comum, o estilo de escrita bacharelesco e com ares parnasianos também se mantém nos contos – em alguns mais, outros menos. As expressões regionais, coloquialismos ou espanholismos são grafadas entre aspas quando é o narrador quem fala, mas sem destaque quando são os personagens, grafado em itálico em alguns trechos: "Lembre-se amigo, do que *le* contei de quando *peguemos* aquele bombero de Chico Pedro. O homem tinha vindo pela calada *inté* à nossa guarda avançada" (Maya, 2003, p. 128)

Os protagonistas são os mesmos gaúchos, de distintas idades e aventuras. Há jovens, como o personagem Pedruca do conto Guri, sobre quem a sombra de Miguelito parece projetar-se, cheio de curiosidade e atrevimento. Arrastado pelo pai para uma guerra que poderia trazer possibilidades de ascensão social, não contém a ansiedade de fazer-se homem iniciando na guerra e acaba morto por uma bala perdida, "como um passarito ferido" (p. 74).

No mesmo conto, a vida em meio às peleias também tragava mulheres: adaptaram-se à vida nas carretas militares, adquirindo hábitos, trejeitos e orgulho dos soldados, "bailando após as batalhas e parindo entre dois fogos de acampamento", esperando uma vitória da revolução que traria vantagens materiais, vingança contra desafetos.

Os painéis envolvem as misérias da sociedade que se desenvolvia naquele espaço, cada personagem adaptando-se conforme as circunstâncias que lhes escapavam: "acabara a guerra dos políticos, ia principiar a guerra dos ladrões..." (p. 131). No conto "Estaqueado", as pequenas misérias transformam-se em brutalidades de guerra, descrevendo o horror inesperado dos conflitos aos olhos de quem buscava encontrar, como de costume, a carcaça de uma rês roubada pelas tropas, mas é surpreendido pela tragédia de um prisioneiro inimigo que dá título ao conto. De certa forma, a cena dialoga com a figura do tio Martim em "Por vingança", sintetizando ao olhar o bando de caturritas destruindo o milharal: "Hoje é delas... Que se embarriguem... O que hay é carniça de todos e tira mais quem pode mais..." (p. 57).

Em "Inimigos", assim como na grande maioria dos contos, como em "Por vingança", os protagonistas são os gaúchos pobres, explorados e tragados pela política naquele meio, disputando pequeno espaço em distintas relações de poder, desenvolvendo fidelidades sinceras ou interesseiras por líderes e partidos:

Em seguida começaram a discutir a revolução iminente, um com frieza de cálculo, com indiferença o outro. [...] – Revolução? – confessou-se, meditativo. – Boa change havia 'dar... Que a ele, lhe não passavam ansin mulita com essas e outras! Guerra servia pra se tirar vingança, se ficar com o alheio e se trazer na garupa o chinaredo-flor. Que o patrão se envolvesse, 'tava certo. Alguém havia de ficar mandando ali... (MAYA, 2002, p. 139).

No mesmo conto, os dois irmãos Pereira, herdeiros da estância, podem ser lidos como dois caminhos distintos para o Rio Grande do Sul naquele momento: João Carlos, formado na cidade, tentando trazer a modernidade para o lugar: novas raças para transformar a pecuária, uma escola, estradas; Andrezito desprezava livros e jornais, ridicularizava os "doutores", relacionava-se apenas com os camponeses, defendia que os animais soltos no pasto era o

melhor criadouro. Os irmãos se encontram na luta fratricida no campo de batalha: o primeiro governista, o segundo da oposição.

Seu segundo livro de contos, *Alma bárbara*, é publicado com mais de dez anos de diferença em relação à compilação de contos anterior. Neste, os preceitos da escola regionalista mantêm-se presentes, com a temática localista, a pesquisa folclórica e dos modos de vida, embora o estilo da narrativa tenha sido modificado em relação às obras anteriores: os vocábulos raros reduziram-se e a composição, na totalidade dos contos, é mais fluida, menos ornamentada.

O título reforça os objetos e a abordagem de sua ficção: "Do ponto de vista da fantasia criadora, o que importava era surpreender os vestígios de um estilo de vida já em recuo para o passado, evanescente e apenas sobrevivendo em crise" (Meyer, 2002, p. 120).

As sugestões produzidas pelo uso das duas palavras no título são bastante sintomáticas: o bárbaro está na força vital, no princípio e no âmago. A alma pode ser o centro dos afetos, " tudo o que dá vigor, força, expressão, não só no físico, mas também no moral" (Michaelis, 2015). Este ponto condiz com o tipo de olhar nostálgico para o passado que percebemos em sua obra. Do passado flui a força vital, a cultura da região, com seus anjos e demônios.

No conjunto de contos, os de maior destaque são os que prosseguem na investigação da psicologia social dos habitantes da Campanha, de como aquele modo de vida moldava as pessoas, os "preconceitos do seu ambiente rústico". Em "Monarcas", tal investigação compõe os protagonistas Manduca Estrada, um entre tantos outros, vivendo à margem da sociedade organizada, da "civilização": "Moro debaixo do meu chapéu, dentro da minha camisa" (Maya, 1991, p. 62), arrogante, insolente, em atitudes de desafio permanente, com rosto de pedra, taciturno. E Neco Alves, que embora aparentando ser índio duro e frio, "dispunha de um coração sensível. Era este o traço essencial de seu carácter" (p. 56), além de individualistas e competitivos com todo e qualquer forasteiro. O desfecho do conto é um vislumbre das consequências que a moral da região impunha aos homens: o jovem, perdendo o desafio de adagas, tentando saldar uma dívida de honra do próprio pai no passado, acaba cometendo suicídio: "Cria ruim, cria ruim...".

A visão piedosa sobre os desvalidos também aparece em contos como "Chica Balaio", "Caturrita" e "Ceguinho da estrada". Chica Balaio, velha mulher que vivia às margens do Guaíba, vista como "velha do saco [...] bruxa: assa as criancinhas" (Maya, 1991, p. 71), que mesmo salvando Pedrinho, uma criança da elite, é açoitada por aproximar-se dele. Malvina, a Caturrita, que, em ato de amor, assume a autoria de um crime para libertar o amado e morre na cadeia, inocente. E João-Cego que, deslocado em uma estância e vivendo o desamor ao ser preterido pela jovem herdeira, decide correr o mundo para tocar viola e cantar.

O regionalismo e seus autores carregam potencialidades explicativas sobre a sociedade brasileira. Uma delas é a visibilização e interpretação das diferenças internas, uma herança de sua ascendência do projeto romântico. Ao contrário de exprimir uma tendência à parte da literatura brasileira, as literaturas regionais aprofundariam a representação da nação: quanto mais local, mais próxima e palpável estaria a nação. As partes não se diluem para compor o todo, elas o formam. Na alegoria de Maya: "afluiu o arroio gaúcho para a grande caudal brasileira" (Maya, 2004, p. 187).

Encontramos tentativas de conceituação sobre regionalismo em alguns momentos na obra do autor, principalmente na réplica a José Veríssimo – para quem o Rio Grande do Sul era como um corpo estranho no Brasil – e em suas colunas publicadas no jornal *Correio do Povo*, em 1935 e 1936. Respondendo a Veríssimo, ao dizer que o gênero do romance moderno nasceu "proto-romântico", um "primeiro manifesto, ainda vago, de nacionalismo ou *regionalismo* (se nos permite...) em arte." O romance, mais do que a poesia, foi um inimigo dos deuses e heróis celebrados pelos clássicos, "e, seguindo a nova intuição, procurou o povo e o homem, as lendas pátrias, os costumes." (Maya, 1912, p. 5).

Em 1935, na crítica ao livro *Farrapo (Memórias de um cavalo)*, de Piá-do-Sul (pseudônimo de Félix Contreiras Rodrigues), e em 1936, nas "Cartas

abertas a Dante de Laytano", Maya volta a reafirmar as mesmas posições²³. Primeiramente, afasta os pares opostos regionalismo/universalismo e regionalismo/nacionalismo. No seu entendimento, o *local* tão próprio do Regionalismo significa o conjunto de características socio-histórico-culturais particulares do Rio Grande do Sul – ou de cada região do país –, captadas via observação e recriadas pelo gênio artístico.

A escola regionalista seria uma tentativa de estudar as "idiossincrasias de nosso povo e de nossa estrutura social" (Maya, 1897, p. 20). O regionalismo, então, seria uma aproximação às questões das pessoas naquele território, incluindo "a psicologia da pátria sulina, na complexidade de suas notas, no arrojo e nas ardentias de seu sentir, na vibratidade de seu espírito e na bela documentação de sua poesia popular" (Maya, 2002, p. 164).

Da mesma forma, os regionalistas do Sul nunca deixaram de buscar inspirações nas fontes que emanam da "civilização de longe". Um autor regionalista cria uma linguagem literária a partir de composições enquanto "intérprete nacionalista de sua terra": conhece a paisagem, os tipos campeiros, acima de tudo, no uso da linguagem/vocabulário e expressões/locuções (léxico português particular). Simões Lopes Neto e Darcy Azambuja foram os que mais souberam definir, esteticamente, o "gênio coletivo da nossa gente, em nossa terra". (Maya, 2002, p. 169-171).

Em sua visão, as críticas dirigidas ao regionalismo fundamentavam-se explicitamente no erro de limitar os motivos da escola à descrição exterior e, implicitamente, à antipatia por determinados tipos, usos e costumes rudes, dispensáveis para a representação artística. A postulação de oposto ao universalismo devia-se a certo bovarismo diante de escritores em voga, principalmente estrangeiros, um hábito arraigado entre a intelectualidade sul-rio-grandense desde Ponche Verde, quando o RS teve de adaptar-se a centros

²³ Os quatro artigos publicados ao longo de outubro de 1936 no Correio do Povo dirigiram respostas a um inquérito lançado por Dante de Laytano a intelectuais e escritores do RS sobre o regionalismo gaúcho, cujas respostas foram publicadas no jornal *Jornal da Manhã* naquele mesmo ano, intituladas "Panorama de uma geração". Para a maior parte dos entrevistados o regionalismo era um "documento do passado", censurando o tom localista dominante, defendendo a substituição do local pelo universal, como uma forma de compatibilizar a literatura do estado com a do país, refletindo o as ideias nacionalistas dos anos 1930 e o ambiente intelectual derivado (ALMEIDA, 1994, p. 239). Naquele contexto de nacionalismo homogeneizador, intelectual e politicamente, Maya reafirmou suas posições anteriores sobre o tema. Os artigos foram compilados em: Maya, 2002.

intelectuais do Império (coimbrões) e estéticos, do Rio, de São Paulo, do Recife, de Minas Gerais. Desafiadoramente, defende que mesmo tendo uma tradição histórica de rebeldia, não criamos uma expressão estética própria. (Maya, 2002, p. 166-68).

A relação entre Regionalismo e Romantismo explica a aproximação entre regionalismo e nacionalismo. A fórmula é: Regionalismo = Romantismo = Nacionalismo. Em suas palavras: "Nacionalismo sinônimo é, como termo lítero-sociológico, entre nós, de regionalismo." (Maya, 2002, p. 166). A oposição região-nação é desfeita: a nação é composta por regiões, permitindo a percepção dos tipos regionais como o nacional por excelência, e não sua negação como foi exposto pelos demais intelectuais nas respostas ao inquérito de Dante de Laytano.

Do Romantismo também é indicada a inspiração sobre o que é considerado como obra de arte, por buscarem além dos grandes artistas a produção anônima, coletiva, reveladora da vida humana e que nasce espontaneamente: "o homem assim como formava, independente dos gramáticos e dos teólogos, os sistemas de linguagem e os mitos [também] sabia dar forma aos sentimentos que pela tradição se tornavam o meio de unificação das nacionalidades" (Maya, 1897, p. 16).

As tradições e o lendário nacional tornaram-se fonte documental para os apreciadores do folclore – antes desprezado pelos positivistas. Interessante que Maya coloca ao lado da poesia lírica e dos cantos guerreiros do Rio Grande do Sul compilados e estudados por Carlos von Koseritz, Cezimbra Jacques e Apolinário Porto Alegre as "muitas lendas africanas, mal afeiçoadas à língua portuguesa, e fragmentos de tradições indígenas". (Maya, 1897, p. 19), ainda carentes de estudos.

Desse modo, embora o "gênio brasileiro" ainda estava sem forma na "rasa multiplicidade de suas manifestações" (Maya, 2004, p. 165), a circularidade da interpretação sobre o regionalismo defendido pelo autor aloca na valorização da cultura popular a orientação temporal da nação, não sendo o futuro, quando a síntese nacional seria feita, mas o passado, quando as particularidades foram estabelecidas. O ser da nação estava nas origens, consubstanciava-se em elementos socioculturais que emergiram da amálgama

ocorrida neste território. Era necessário dar forma ao ser mestiço e particular da América.

Conforme nos aponta Almeida (1994, p. 248), esse olhar ao passado, a nostalgia de Maya

[...] não assimila o voltar-se ao passado como um saudosismo impregnado de sentido amargo, pessimista e depressivo, ou como expressão da descrença nas potencialidades presentes e futuras da formação social rio-grandense. Este fato já ficou patente na correlação efetuada entre textos contemporâneos de ficção, ensaísmo e jornalismo político, onde sua ótica, nestes últimos, é declaradamente afirmativa no sentido prospectivo, embora se mostre quase sempre crítica na dimensão contemporânea (ALMEIDA, 1994, p. 248)

Em outros termos: a nostalgia que emerge do cotejamento entre as distintas produções intelectuais do autor aproxima-se muito mais do que temos definido como *nostalgia reflexiva*. Na ficção de Maya lemos "páginas de saudade, guardadas numa pasta", como confessou certa vez a Augusto Meyer: "o que me parece digno de ressalte na sua obra é a visão desabusada e realista, a objetividade escrupulosa, a preocupação de apresentar as personagens com toda a sua complexidade" (Meyer, 2002, p. 123).

A ambivalência passado-presente dos gaúchos pobres, como Jango Sousa, Manduca Estrada, Miguelito, Neco Alves, Chico Santos e tantos outros, são as principais e mais interessantes personagens de Maya, espoliados pela elite política e social, vivendo a vida possível diante da exploração inevitável, mas tirando o proveito de acordo com as condições postas: revolta, adequação, parasitismo, patifaria...

O regionalista Maya, desde 1912, defendeu na resposta a José Veríssimo que seu método buscava na observação direta do meio gauchesco o registro de seus tipos espoliados e ameaçados injustamente de um destino social trágico pelo desacordo com a civilização atual, seja pela falta de cultura, pela carência de recursos ou por uma série de circunstâncias morais atávicas.

Nesse elemento vemos outra potencialidade de explicação sobre a sociedade e a cultura do Brasil que foram diminuídos. Mas, como o reprimido, em momentos de tensão social acabam emergindo do lugar onde foram alijadas para serem ignoradas. A principal, muito presente em sua ficção

é a presença da violência como elemento estruturante das relações sociais, entre os homens e no meio, na elaboração das subjetividades, nas formas de ritualização elaboradas, nos encaminhamentos da luta e da competição. Em versões que acabaram tornando-se hegemônicas sobre o país e seus tipos, traços da nacionalidade e dos brasileiros, tentou-se encontrar o caminho para a redenção do mal, do atraso, em um brasileiro bom, cordial, alegre, tendo como único defeito a malandragem – que possivelmente nem possa ser vista como um defeito.²⁴

Violência presente e brutalidades parecem reconhecer que há forças em ação sobre os indivíduos, sobre o espaço, moldadas através das relações sociais e estão além do nosso controle. A violência está na sociedade e nos indivíduos, no passado e no presente, institucionalizada. Isso fomos nós e isso somos nós – ao menos uma parte de nós. Transformada em autoritarismo e brutalidade social e política. Este traço é tão estruturante que contos como "Estaqueado", de *Tapera*, ou "Inimigos" e "Por vingança" de *Alma bárbara* destacam-se pelas minúcias condenação dos traços belicistas da cultura sul-rio-grandense, não devido a traços essenciais, mas por determinações histórico-sociais (meio).

A ficção alcidiana abriu possibilidades, seja pelo romance social moderno, seja por encaminhar uma versão para o passado e a consciência histórica para o sul, escolhendo o que lembrar e repetir, e o que esquecer e refazer. Afinal, as ruínas estão – ainda – vivas.

²⁴ Se não foi possível averiguar ter sido Maya um leitor de Sigmund Freud, com certeza o foi de Fiódor Dostoiévski. As ideias dialogam neste aspecto: "A parcela de realidade por trás disso tudo, que se prefere recusar, consiste no fato de que o ser humano não é uma criatura afável e carente de amor que, no máximo, é capaz de se defender quando atacada, mas que ele pode contar com uma cota considerável de tendência agressiva no seu dote de impulsos. Por esse motivo, o próximo não é apenas um possível ajudante e um possível objeto sexual, mas também uma tentação para se satisfazer nele a agressão, explorar sua força de trabalho sem recompensá-lo, usá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apropriar-se de seus bens, humilhá-lo, causar-lhe dor, torturá-lo e mata-lo. Homo homini lupus; quem, a partir de todas as experiências da vida e da história, terá coragem de contestar essa máxima? Em regra, essa agressão cruel espera por uma provocação ou se coloca a serviço de outro propósito cuja meta também poderia ser alcançada por meios mais brandos. Em circunstâncias favoráveis, quando foram suprimidas as forças psíquicas contrárias que usualmente inibem tal agressão, ela também se expressa de modo espontâneo e revela o homem como uma besta selvagem à qual é alheia a consideração pela própria espécie." (Freud, 2017, p. 124-25).

. CAPÍTULO 5 .

JOÃO SIMÕES LOPES NETO: CONTOS GAUCHESCOS (1912) E LENDAS DO SUL (1913)

João Simões Lopes Neto nasceu em fevereiro de 1865, na cidade de Pelotas (RS). Faleceu no dia 14 de junho de 1916, na mesma Pelotas. Viveu 51 anos. Foi sócio-fundador da Academia de Letras do Rio Grande do Sul, 1ª fase (1910).

Membro de uma importante família de grandes proprietários rurais, criadores de gado e charqueadores, com forte influência política, era neto do Visconde da Graça (João Simões Lopes Filho), filho de Catão Bonifácio Simões Lopes e Teresa de Freitas Lopes. Ao longo da vida, orbitou em torno de várias atividades profissionais em sua cidade natal. Teve funções públicas vinculadas ao comércio na cidade (funcionário da alfândega, secretário do conselho municipal e outros). Foi empresário, envolvendo-se iniciativas de múltiplas naturezas: fábrica de vidros, destilaria, fábrica de fumos e cigarros, torra e moagem de café, unguentos à base de tabaco. Foi professor. E recebeu o título de capitão da Guarda Nacional.

A imprensa foi seu primeiro trabalho intelectual, escrevendo para os jornais *A Pátria*, *Diário Popular* (redator) e *Opinião Pública* (também redator). Entre 1912 e 1915, ocupou a função de diretor do Correio Mercantil. Todos os órgãos de imprensa na cidade de Pelotas. Ainda na imprensa escrita, foi organizador e editor da Revista do 1º Centenário de Pelotas.

Em termos de educação formal, foi alfabetizado pela mãe enquanto passava a primeira década de vida na Estância da Graça, uma das charqueadas mais prósperas de Pelotas, estudando as primeiras letras em colégio de Pelotas. Muito jovem transferiu-se ao Rio de Janeiro, para estudar no Colégio Abílio, entre 1878-79. Tinha treze anos. Em seguida, matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, entre 1880-82. Contudo, investigações recentes não encontraram registros de sua presença em ambas as instituições de ensino. Após o retorno a Pelotas, permaneceu na cidade até sua morte.

Politicamente, não teve grande envolvimento com a política partidária e, conseqüentemente, o setor público, exceto algumas funções municipais menores ligadas ao comércio, um cartório e um escritório de despachante, sem nenhum longo envolvimento. Teve vinculação ao PRR, mantendo-se fiel aos legalistas durante a Revolução Federalista. Sua atuação intelectual inicial foi voltada ao teatro, sendo, paulatinamente, reconduzida de modo a envolver dimensões políticas em torno do patriotismo que tomou as letras nacionais no início do século XX, proferindo conferências, envolvendo-se nas comemorações do centenário de Pelotas e buscando viabilizar projetos editoriais voltados aos livros escolares em torno de um projeto de memória histórica (Zalla, 2018).

Na bibliografia simoniana constam muitas operetas editadas sob o pseudônimo de Serafim Bemol. Em 1910, publica *Cancioneiro Guasca*, coletânea de poesias populares (Livraria Universal; edições subsequentes: 1917, 1928, 1954, todas pela Globo). Dois anos depois, *Contos gauchescos: folklore regional*, Pelotas, Livraria Universal, 1912. Em 1913, *Lendas do Sul – populário*, editada pela Livraria Universal. Todos os três publicados em sua cidade natal. As duas últimas obras foram reunidas em um só volume pela editora Globo, em 1926 (depois 1948, 1950, 1951, 1954, 1957, 1965) e pela L&PM, em 2013. As edições póstumas são de *Casos do Romualdo (histórias de um mentiroso)*, pela Globo, em 1952 e 1958 (anteriormente publicados em várias edições do Correio Mercantil, em 1914), *Terra Gaúcha*, editada em Porto Alegre pela editora Sulina, em 1955 (2ª edição, 1998); *Terra Gaúcha: histórias de infância*, editada em Caxias do Sul pela editora Belas-Letras no ano de 2013, e *Artinha de leitura*, *idem*, ambas organizadas por Luís Augusto Fischer.

Segundo Zalla (2018), somente Alcides Maya e Roque Callage conseguiram superar a recepção positiva de JSLN nas primeiras décadas do século XX no Rio Grande do Sul. A recepção de *Cancioneiro Guasca* foi positiva, com um bom número de vendas e elogios. *Contos Gauchescos* foi bem recebido pela crítica jornalística da capital federal e *Lendas do Sul* foi elogiado por jornais e revista sem São Paulo e no Rio de Janeiro.

Segundo Alfredo Bosi (2006), João Simões Lopes Neto é "o patriarca das letras gaúchas", o "exemplo mais feliz de prosa regionalista no Brasil antes

do Modernismo". O pelotense é visto como um autor que transcende os demais regionalistas antimodernistas, onde a crítica literária localizou-o. O uso da língua em caráter semidialetal não impede a "verdade social e psicológica dos entrecchos e personagens". Seus contos, além dos efeitos dramáticos impressionantes, crescem integrando harmonicamente "a paisagem e os caracteres no entreccho. Essa arte, que faz de cada inflexão de estilo um modo necessário de exprimir o homem e as coisas, é uma arte viril alheia às tendências da prosa ornamental de seu tempo" (p. 212-13).

Dentre os autores analisados na pesquisa, é o mais amplamente estudado. Seus primeiros biógrafos estabeleceram a imagem de um sujeito fracassado, tanto intelectualmente, como escritor, quanto como homem de negócios: um escritor municipal, para Carlos Reverbel, ou tendo dificuldades para alcançar algum reconhecimento público de sua obra durante a vida, segundo Ligia Chiappini. O primeiro elemento derivaria da pequena circulação de seu corpus em vida, em contraste com a consagração nacional póstuma a partir da reedição de *Contos Gauchescos e Lendas do Sul*, em 1949; a segunda condição deriva de seus muitos empreendimentos fracassados e dificuldades financeiras, mesmo sendo herdeiro de uma família abastada. De acordo com Zalla (2018), enquanto falhava enquanto empresário, "consagrava[-se] socialmente como produtor cultural não especializado, com a vantagem, frente a muitos concorrentes nessa esfera, de ter a mesma origem social e étnica de seu público-alvo" (p. 54). As trajetórias foram inversamente proporcionais: quanto mais empobrecia financeiramente, mais prestígio intelectual obtinha.

Segundo Augusto Meyer (2004), a consagração póstuma do autor fez jus à devida posição como um dos maiores "regionalistas do Brasil e um dos maiores *conteurs* americanos". A obra é um "manancial de poesia e verdade". No conjunto do regionalismo sul-rio-grandense, ele foi "uma confluência e um equilíbrio das suas melhores qualidades, desde a arte ainda ingênua de Apolinário Porto Alegre até a requintada estilização de Alcides Maya" (Meyer, 2002, p. 140).

Da atuação inicial no teatro, JSLN converteu-se, na primeira década no século XX, para outros empreendimentos intelectuais. Interessante é notar que

a temática desta fase de sua produção intelectual é distinta, "não regionalista", se pudermos assim definir. Converte-se praticamente em "conferencista oficial" de Pelotas, realizando muitas falas públicas na cidade e no estado, assumindo a presidência da União Gaúcha, em 1905, quando aproxima-se com maior interesse da temática regionalista. A partir desse envolvimento – e a da falência dos últimos empreendimentos industriais – sua produção intelectual muda de perfil, avançando ao passado: redação de um ensaio histórico, de livros escolares, de palestras nacionalistas em várias cidades do estado e da curadoria de uma série de cartões postais (Zalla, 2018). Ao longo dos anos 1910 passa a atuar como periodista profissional na imprensa escrita, atuando em temas e atividades bastante típicas aos intelectuais do período.

Assim, o autor também se envolveu com certa militância cultural, fazendo parte de uma das entidades pioneiras do "gauchismo cívico" das elites locais, a União Gaúcha (1899), em Pelotas, alguns anos após sua fundação. A entidade teve uma congênere em Porto Alegre, inaugurada um ano antes, em 1898. Segundo Zalla (2018), a entidade foi uma apropriação clara do crioulismo uruguaio (Sociedad Criolla), e ambos os movimentos eram fruto de uma idealização sobre o passado gauchesco da região do Pampa. No estado, as iniciativas foram apoiadas pelo PRR, condizentes com o projeto de modernização conservadora do partido.

Este interesse atravessou diretamente seus três livros publicados, mais diretamente o *Cancioneiro guasca* e as *Lendas do Sul*. No primeiro, transcreveu danças, quadras, poemets, trovas, poesias, desafios da "cultura guasca". O trabalho de folclorista não foi realizado unicamente por pesquisa direta, mas compilando o que já se publicava desde 1880 nos jornais e anuários, por intelectuais interessados, como Carlos von Koseritz, Graciano de Azambuja, J. Romaguera Correia (*Vocabulário sul-rio-grandense*) e o próprio Apolinário Porto Alegre, que escreveu um *Popularium sul-rio-grandense* na década de 1880, publicado postumamente. A publicação – aliada à atuação na imprensa e como conferencista – lhe rendeu o ingresso na Academia de Letras do Rio Grande do Sul, ainda em 1910. No segundo livro – que já havia sido em boa parte publicado junto ao primeiro, em 1910 – desenvolve literariamente três lendas (A Mboitatá, A Salamanca do Jarau e O negrinho do pastoreio) e

registrou quinze outros argumentos, divididos entre lendas missioneiras e do Centro e Norte do Brasil.

Publicado em 1912, *Contos gauchescos* também carrega o desejo de registrar e fixar a cultura do pampa, seus usos, costumes, práticas e tipos característicos. Os perigos e as violências da lida campeira, por exemplo, estão em contos como "Correr Eguada" e "Juca Guerra": no primeiro, a matança de animais para controle populacional desperta as lágrimas do narrador mais pelo mundo perdido do que pelas brutalidades cometidas.

Em termos de composição da obra, o grande salto está na solução encontrada para a questão do estilo no regionalismo, a distância entre narradores citadinos e letrados e personagens da campanha rio-grandense, encontrada ao nomear um porta-voz para falar, velho contador de causos da campanha, no narrador/personagem/herói Blau Nunes, o vaqueano. Uma estilização do falar campeiro. O narrador da maioria dos contos, aos oitenta e oito anos, cruzou a província no tempo em que as estâncias não possuíam cercas e os animais migravam soltos nos campos. Ponto importante é notar que na apresentação da obra há um outro narrador que apresenta Blau, o guia, e solicita ao leitor (o patrício, aquele que nasceu na mesma pátria): escuta-o.

O conjunto dos contos é feito principalmente de "histórias da vida bárbara dos gaúchos, por vezes de uma violência brutal, mas respeitando sempre a lógica das paixões desencadeadas" (Meyer, 2002, p. 147). A maior parte dos conflitos é retratado em tonalidades trágicas, são contos de paixões e sangue. "No manantial", "Negro Bonifácio" e "Contrabandista" são exemplares: a morte de uma jovem perseguida por um homem apaixonado e violento; um estudo delicado sobre as ambivalências despertadas pela paixão, pelo ciúme, ao mesmo tempo em que se pinta o cenário sobre uma carreira em cancha reta, importantíssimo evento para o universo da Campanha; um pai que viaja em busca de um vestido de noiva para a filha, que o recebe junto ao corpo

morto do pai, encharcado de sangue. Assim, os elementos típicos do modo de vida gaúcho são atravessados por dramas e tragédias humanas.

Nos *Contos gauchescos* não aparecem críticas sociais nítidas. Nas narrativas simonianas não há interpretações ou representações sobre posições sociais, conflitos de interesse ou mesmo papéis sociais. Em termos de hierarquias sociais há a presença de uma certa lealdade entre aqueles das classes mais baixas às lideranças – quando estas questões aparecem, o que é colateral. Aparece certa ordem inevitável na voz do narrador. Podemos citar "Duelo de Farrapos", quando Blau explica seu conhecimento parcial sobre detalhes da história devido à sua posição social inferior: "A gente como eu é bicho bruto e os gaúdos não dão confiança de explicar as cousas, por isso é que eu não sei muitas delas: tenência não me faltava; mas como é que eu ia saber as de adentro dos segredos?..." (Lopes Neto, 2013, p. 194). De modo geral, estas não parecem ser preocupações da ficção de Simões Lopes Neto, possivelmente pela própria forma escolhida pelo autor para plasmar suas narrativas, em contos de cunho realista, tornando mais difícil de vislumbrar e/ou representar uma visão de mundo ou organizar uma leitura sobre a complexidade da vida social.

Etnicamente, não aparecem personagens indígenas nos *Contos gauchescos* – o que irá acontecer em *Lendas do Sul*. Há a presença de negros, notoriamente Bonifácio, livre e republicano, representado como sujeito orgulhoso e atrevido. Em termos de gênero, as personagens mulheres de JSLN fazem parte da vida social. Considerando-se a sintomática ausência feminina em obras clássicas da gauchesca, é característica distintiva da narração de Simões trazer as mulheres à presença, seja em "Os cabelos da china" (objeto de disputa), "No manatial" (Maria Altina, um "elemento ativo de paixão"), em "Melancia – Coco verde" (amor), ou como movidas a atos de ciúme apaixonado, e sintomaticamente simbólico, como em "Negro Bonifácio".

A violência, bastante gráfica em boa parte do conjunto de contos, é atrelada a excessos das paixões, não a uma psicologia social e um meio opressivo, cuja sociedade induzia à delinquência ou à violência. Nesse sentido, há uma diferença muito grande para a leitura feita por Alcides Maya, para quem a psicologia social rebelde está atrelada a um meio opressivo, marginalizante,

e às hierarquias sociais rígidas e injustas. Lopes Neto também retrata o lado noturno, sombrio da alma humana, mas tende a uma investigação particular; seus dramas são mais modernos no sentido de estarem focalizados em indivíduos.

Não há atribuição de comportamentos criminosos aos gaúchos, representados como os humanos típicos da sociedade formada naquele espaço. Em muitos contos os adjetivos utilizados indicam quais gaúchos eram os exemplos a serem seguidos, históricos ou literários: o "guasca de lei" Bento Gonçalves, o "touro cupinudo" velho Lessa. Um "gaúcho de alma" é Juca Guerra, personagem principal do conto, aquele que não recebeu nenhuma medalha por distinção de bravura porque seus feitos de salvamento ocorreram no campo, sem a presença de autoridades. Para Blau, aquele sim era um gaúcho honrado, hábil, belo e valente. Justamente por conta disso deveria ter sucumbido em uma morte heroica, em combate no campo. Os ideais de bravura e valentia também incluem os modos de morrer mais ou menos dignos: morrer em uma cama, atendido por médicos era o equivalente a morrer como um "pisa-flores da cidade" ou a um "bicho de galinheiro" (Lopes Neto, 2013, p. 204). Em "Artigos de Fé do Gaúcho" temos a síntese ética eivada de astúcia, virilidade, machismo e valentia.

Essas particularidades do regionalismo de Simões também o afastam do descritivismo característico da tradição literária. Em poucos momentos a descrição simples da paisagem natural acontece, com descrições do espaço geográfico, como em "Trezentas onças":

A estrada estendia-se deserta; à esquerda os campos desdobravam-se a perde de vista, serenos, verdes, clareados pela luz macia do sol morrente, manchados de pontas de gado que iam se arrolhando nos paradores da noite; à direita, o sol, muito baixo, vermelho-dourado, entrando em massa de nuvens de beiradas luminosas." (LOPES NETO, 2013, p. 86)

A natureza aparece metaforicamente em determinados trechos, quando o narrador busca auxílio no ambiente familiar para descrever algo, como em "O 'menininho' do presépio", onde a diferença de idade de um casal é comparada a uma árvore velha enfeitada por um cacho de flor novo: "Assim era aquele casal: ele como o jerivá velho, ela como um cacho de flor" (Lopes Neto, 2013,

p. 219). Ou quando se tenta encontrar meios para definir a inefável Tudinha, de "Negro Bonifácio" – segundo Flávio Loureiro Chaves a verdadeira protagonista do conto – com elementos da natureza: "um jerivá ainda novinho, quando balança a copa verde tocada de leve por um vento pouco, da tarde"; "face cor de pêssago maduro [...] lábios macios como treval, doces como mirim, frescos como polpa de guabiju"; "olhos de veado-virá assustado [...] pareciam olhos que estavam sempre ouvindo... ouvindo mais que vendo..." (p. 91) – um par de olhos de fazer inveja a outra clássica personagem feminina da literatura brasileira, que os tinha 'de ressaca'.

Ultrapassando a mera descrição da natureza pitoresca, e com significativa presença de metáforas utilizando árvores típicas, o próprio narrador-personagem é descrito pelo 'patrãozinho' como um "perene tarumã verdejante, rijo para o machado e para o raio, e abrigando dentro do tronco cernoso enxames de abelhas, nos galhos ninhos de pombas..." (Lopes Neto, 2013, p. 82).

Ainda, no conto "Trezentas onças", a decisão de suicidar-se por motivos de desonra é demovida a partir do contato com elementos da natureza que compunham o entorno e a comitiva do protagonista: "O cachorrinho fiel lembrou-se a amizade da minha gente; o meu cavalo lembrou-se a liberdade, o trabalho, e aquele grilo cantador trouxe esperança..." (Lopes Neto, 2013, p. 88).

Em *Contos gauchescos* a localização temporal coincide com a própria vida do personagem-narrador, ao longo do século XIX, anteriormente ao processo de cercamento dos campos, quando "tudo era aberto; as estâncias pegavam umas nas outras sem cercas nem tapumes; as divisas de cada uma estavam escritas nos papéis das sesmarias; e lá um que outro estancieiro é que metia marcos de pedra nas linhas" (Lopes Neto, 2013, p. 125).

Traduzindo os interesses de pesquisa na cultura popular do autor, em alguns contos o trabalho campeiro de manejo dos animais é uma parte da ação, como a captura do gado criado solto em "Juca Guerra": "Dessa feita

houve rodeio na estância do Pavão [...] A gritos, tiro e a cachorro tinha-se conseguido tocar como umas pra mais de três mil reses" (p. 205); em outros é o centro da narrativa, com a descrição de técnicas para captura e marcação do gado e de cavalos chucros, em "Correr eguada": quando era feita por divertimento, para compor tropas ou para limpeza dos campos – "Barbaridade! Nem há nada como tomar mate e correr eguada!" (p. 130).

Em vários contos há menções a episódios históricos, como a Batalha do Passo do Rosário (1827), a Guerra Farroupilha (1835-45), a Guerra contra Rosas e Oribe (1851-52) e menções a acontecimentos posteriores, o mais recente historicamente sendo a Guerra do Paraguai.

Nos contos de maior fundo histórico, como "Duelo de Farrapos", sobre o duelo histórico entre Onofre Pires e Bento Gonçalves (motivado por uma mulher), "Anjo da Vitória" e "Chasque do imperador" o narrador aponta intenções documentais a partir de informações sobre o contexto histórico, trazendo detalhes a partir de episódios envolvendo um elemento central da sociedade e da cultura: os combates.

Para os propósitos da pesquisa, também é importante destacarmos determinadas particularidades sobre a trajetória e a personalidade do personagem-narrador. Pelo que se infere das referências em suas próprias palavras, Blau Nunes nasceu em torno da década de 1820. Parte de sua origem étnica é indicada em *Lendas do Sul*, como neto de avó indígena (charrua), justamente de quem ouviu a lenda da Salamanca do Jarau, no conto de mesmo nome em que é personagem e não narrador.

Blau foi soldado sob as ordens de Bento Gonçalves, fato que lhe traz muito orgulho: "meu general" (Lopes Neto, 2013, p. 189); "- Ué! Seu general!... Meu pai e minha mãe hoje, é esta! E beijei a minha divisa de cabo" (p. 135); auxiliar próximo de Pedro II durante a Guerra do Paraguai: "como vaqueano, como chasque, como confiança dele; era eu que encilhava-lhe o cavalo, que dormia atravessado na porta do quarto dele, que carregava os papeis e as armas dele" (p. 132). As passagens históricas servem para guiar o leitor no enredo, situá-lo historicamente, mas, dentro da lógica narrativa, funcionam como um argumento do personagem-narrador para estabelecer

verossimilhança a seus causos e histórias. Com sua biografia entramada, não há distinção entre o indivíduo que narra e a sociedade narrada.

É citado que Blau tem filhos. É um gaúcho pobre, sem propriedades, que ocupou funções típicas de sua classe social para o período: posteiro, soldado de baixa patente, vaqueano. JSLN o representa como um sujeito astuto, mas com visão de mundo restrita, porque prática e concreta, atrelando seu modo de pensar às experiências vividas – a sabedoria trazida pela longa idade – e temperada pelos adágios de "Artigos de fé do gaúcho", conjunto de ensinamento que nenhum dos "doutores" poderia ensinar, por mais que "queimem as pestanas" estudando em grandes livros.

O tempo anterior ao período histórico dos *Contos gauchescos* é abordado nas *Lendas do Sul*: "temos uma narrativa que se passa em tempo profundamente mítico, pré-histórico no rigor do termo". "A Mboitatá" mantém a estrutura das lendas indígenas e situa-se em um período mitológico, onde ocorreu um dilúvio. "A Salamanca do Jarau" localiza-se historicamente em dois momentos, em torno de 1650 e 1850. "O negrinho do pastoreio" está na passagem do século XVIII e XIX. (Fischer, 2013, p. 230). Assim, a mesma inventividade de ceder a fala do narrador de *Contos gauchescos* a um dos últimos guascas é sentida temporalmente nas *Lendas do Sul*, para referir-se ao tempo histórico anterior ao que Simões define como momento fundacional da sociedade sul-rio-grandense. Para o tempo antes da história, uma estrutura narrativa mágica, mitológica.

Outros indícios sobre a leitura do tempo histórico podem ser percebidos nos diálogos entre as apresentações de *Cancioneiro guasca* e dos *Contos gauchescos*, quando neste o "patrãozinho", narrador-outro, solicita que se escute a voz de Blau Nunes, como um legítimo campeiro:

Como uma velha jóia, pesada e tosca, que a moda repulsa e entende arcaica, assim a antiga estirpe camponesa que libertou o território e fundou o trabalho social no Rio Grande do Sul, assim, essa – velha jóia pesada e tosca – acadinhada pelo progresso, transmutou-se.

Usos e costumes, asperezas, impulsos, e logo, aspirações, tão outras que as primevas e impassíveis formam, agora, diferente maneira de ser dos descendentes dos continentistas.

Nada impede, porém, que carinhosa, a filial piedade procure construir um escrínio onde fulgir possa o metal - duro e puro - que é herança sua.

Seja este livrinho o escrínio pobre; mas, que dentro dele resplandeça a ingênua alma forte dos guerrilheiros, camponos, amantes, lavradores; dos mortos e, para sempre, abençoados Guascas! (LOPES NETO, 1999, p. 6)

Há elementos importantes sobre a leitura do tempo histórico nesta passagem. Nitidamente, a atuação para que uma memória envolvendo o passado popular não fosse perdida no processo de modernização – o título da apresentação, inclusive, é "Pró Memória". Esse trabalho de memória justifica-se moral e historicamente pelo trabalho fundacional empreendido pela "antiga estirpe camponesa", de camponos, guerrilheiros, lavradores e amantes, que construíram o território e fundaram a sociedade que hoje é o Rio Grande do Sul. Uma cultura anterior, desenvolvida naquele território, o princípio. Se as pessoas/sociedade eram transformadas pela marcha do progresso, o marco fundacional da sociedade sul-rio-grandense não deveria ser apagado por isso.

A cultura ali compilada era uma "pesada e tosca", ingênua, muito distinta nos descendentes (presente) que acabavam recusando-a como arcaica. Mas era uma velha joia. Tal recusa fundamenta-se na moda, na configuração de um tempo moderno que ditava o interesse apenas no horizonte de expectativa, no futuro. A negação da herança, a atração pela novidade. O objetivo da obra parece ser o de criar um abrigo, mesmo que singelo, para a riqueza dos abençoados guascas em processo de desaparecimento. Inventar literariamente uma tradição.

Os impactos da modernização, com um novo conjunto de valores, encontram uma descrição tocante e dolorida no conto "Boi velho". Ao mudar uma geração da família que era dona da junta de bois, Dourado e Cabiúna, com um dos animais envelhecido, decidem por matá-lo para não haver prejuízo no couro que se perderia – mesmo não havendo nenhuma necessidade financeira para fazê-lo. A ligação afetiva infantil não fora suficiente para barrar uma iniquidade com o animal, que, mesmo já ferido no coração, vê naquela ação um indicativo de que deveria assumir seu lugar à canga e esperar o peão conduzi-lo para cumprir sua função de levar as crianças. "Cuê-pucha!... é bicho mau, o homem!". A mudança de valores entre uma geração e outra, destruindo parte da infância por um materialismo vulgar, por uma simples operação de

compra e venda, tomava forma na lâmina que mata o animal, o passado presente, formatado na estância já conectada ao mundo da cidade, do dinheiro.

Segundo Augusto Meyer, esse conto reflete certo fatalismo contido na própria cultura pampeana: "Trata-se de um conto impregnado de pessimismo filosófico, e parece à primeira vista bastante singular atribuir-lhe a narração a uma guasca já calejado nas duras lides campeiras" (Meyer, 2002, p. 150)

Em vários contos além de "Boi velho" é possível perceber um certo senso moral na escrita de Simões Lopes Neto. A crítica ao tempo mercantilizado, ao esquecimento de valores e traços de sabedoria contidos naquela cultura desenvolvida no pampa é bastante nítida. O mundo da cidade, aliás, não aparece em nenhum dos contos da obra, talvez visto como um espaço que reproduz e recria instâncias mercantis como as narradas no conto.

Em outra obra de caráter didático, redescoberta somente no século XXI, o autor deixa escapar sua leitura sobre o presente ao discutir o emprego e as questões envolvendo diferenciações entre letras maiúsculas e minúsculas na alfabetização: a propensão que se impõe ao século XX era "a da solução prática de todas as coisas e repousa neste axioma o maior proveito sob o menor esforço de tempo. Procura-se tudo simplificar [...]" (Lopes Neto, 2013b, p. 152). A vida contemporânea era "eminentemente prática" (p. 150). Haveria espaço para as riquezas do passado?

Percebe-se, então, que a nostalgia de Simões Lopes Neto é encerrada em um mundo que estava, em sua visão, desaparecendo, esquecido por aqueles que deveriam atentar para a importância do passado para o presente. Seu objetivo era narrar a Terra Gaúcha, mas não para retornar à idade de ouro. Homem urbano que era, de sólida cultura cosmopolita, lamentava a perda ao olhar para o passado, mas indicava, ao mesmo tempo, as potencialidades que esse passado trazia para o horizonte de expectativas do Rio Grande presente, optando por considerar presenças diversas no processo formador do pago.

Em sua nostalgia reflexiva, o passado não é feito à imagem do presente, mas abre possibilidades a partir das mudanças/perdas sentidas:

A nostalgia reflexiva tem elementos de luto e melancolia. Embora sua perda nunca seja completamente lembrada, ela tem alguma conexão com a perda de estruturas coletivas de memória. A nostalgia reflexiva

é uma forma de luto profundo que realiza um trabalho de luto tanto por meio da ponderação da dor quanto por meio de brincadeiras que apontam para o futuro. (BOYM, 2001, p. 56. Tradução nossa)

Há um desejo de reorganizar o espaço, ligando os indivíduos à memória coletiva. O Rio Grande do Sul é representado com um mundo particular, com os códigos sociais correspondentes daquele meio. JSLN realiza a fixação, na cultura escrita, de uma representação a respeito da realidade vivida. É a sua versão para um contexto social comum, mas não homogêneo e, principalmente, não uma idade de ouro, uma verdade áurea do passado que deveria ser restaurada para redimir os desencantos do presente. É a criação de símbolos representativos de um meio próprio, uma compreensão daquele ambiente rural como o antecessor do mundo urbano em que seus leitores viviam e não deveriam esquecer porque eram descendentes daqueles "abençoados guascas".

Para o autor, a História não poderia ser mais uma "exposição comentada de sucessos políticos de aventuras guerreiras", em que intervieram 'grandes homens', mas enquanto reflexão sobre 'um conjunto orgânico de atividades de toda espécie, que contribuíram para modificar as condições de vida de um país ou região, através do tempo' (Lopes Neto, 1955 [Terra gaúcha]: 17-18)".

Para ler JSLN mantém-se a ideia de que as obras classificadas como regionalistas são a expressão de um luto, de um desaparecimento e, justamente por isso, são expressões de consciência histórica. Há uma tentativa de organizar o tempo diante da finitude. Some-se, então, mais um significado simbólico à invenção de Blau Nunes: é o vaqueano temporal, indicando os caminhos mais apropriados para o contato com aquela cultura humana. Os contos são tragédias narradas em caráter testemunhal, vividos pelo narrador-protagonista.

O estilo de Simões é uma forma de moldar a temporalidade, é um encaminhamento de sua nostalgia. O trabalho estético do autor busca manter, preservar, projetar ao futuro a forma das narrativas populares, os temas e a forma dos causos e narrativas que plasmaram a tradição oral daquele espaço, dialeto gauchesco, um repertório das vivências acumuladas, social e historicamente condenada à redução gradual e ao desaparecimento – aos olhos do autor.

Dois procedimentos formais do autor – um original e outro uma escolha muito bem-sucedida – também podem ser lidos neste diapasão: o enfoque narrativo (um personagem-narrador popular, Blau Nunes) e a "representação realista não caricatural da fala, quer dizer, sem arremedos da dicção 'caipira' na sintaxe, na gramática e na grafia" (Zalla, 2018, p. 176). Este segundo aspecto já estava presente nos diálogos de outros autores interessados na temática regionalista, como Afonso Arinos (*Pelo Sertão*, de 1898), mas não na voz do narrador.

Em *Contos gauchescos* há dois personagens-narradores, mostrados na apresentação da obra. A primeira voz diz a primeira frase e é quem encerra o espaço da apresentação, conversando com o leitor, chamando-o de "patrício" e pedindo para que escute o segundo e principal narrador, Blau Nunes. Blau é o vaqueano, o tapejara, o guasca, o "genuíno tipo – crioulo – riograndense" (Lopes Neto, 2013, p. 82). Até o final da apresentação

[...] o mesmo sujeito dá a entender que esteve com Blau por algum tempo, numa viagem; menciona que Blau é, agora, "saudoso", e portanto seu apresentador cumpre ali um dever de memória, como testemunha do que Blau lhe contou; ao final, retoma o pedido de atenção para Blau: "Patrício, escuta-o". (FISCHER, 2013, p. 59).

Em alguns contos Blau fala com um interlocutor – que não é o leitor –, como em "Artigos de fé do gaúcho", mas o primeiro narrador-personagem, mais jovem, o "patrãozinho" que viajou acompanhado do velho gaúcho e anotou suas máximas, suas histórias. Assim, a apresentação do livro é importante porque "se trata de apresentar dois mundos um ao outro, o de Blau Nunes, semiletrado e rude, ao mundo letrado e refinado do leitor, mundo este que é também o do patrãozinho, este funcionando como intermediário." (Fischer, 2013, p. 63).

Nos momentos em que aparece, suas posições são explicativas, no sentido de atestar quem é e quais são as credenciais de Blau, passando a palavra da narração. Também é importante estabelecer que o "patrãozinho" é um personagem ficcional, não o próprio João Simões Lopes Neto, como defende Fischer (2013). Contudo, acredita-se não ser exagero inferir que, como mencionado anteriormente, exista uma ligação entre a apresentação ficcional de *Contos gauchescos* e a apresentação documentária do *Cancioneiro guasca*: Blau merecia ser ouvido em primeira pessoa, assim como aquele conjunto de fragmentos da cultura gauchesca mereciam ser salvos do esquecimento – espécimes exemplares das "pessoas obsoletas" varridas pela força mefistofélica da modernização no Fausto de Goethe.

A invenção do velho Blau também tenta dar conta de um desconforto expresso pelo autor em *Casos do Romualdo*, a falta de sabor que a palavra escrita tem diante da vivacidade dos causos transmitidos oralmente:

Contados os seus casos na prosa chata que se vai ler, muito perdem do sabor e da graça originais; guarde porém o leitor a essência da historietta e repita-a por sua vez; recorte-a e enfeite-a com o brilho do gesto e da dicção, acrescente um ponto a cada conto... e terá presente, imaginoso, criador, inesgotável... serás tu mesmo, leitor, o Romualdo redivivo... (LOPES NETO, 1997, p. 27).

É uma mensagem que convoca o leitor-futuro para que mantenha aquelas narrativas vivas na forma em que são mais saborosas. Os causos (ou casos) são compostos não por mentiras que enganam os ouvintes, mas por falsidades conscientes, deliberadas, que divertem os ouvintes ao criar um efeito de verdade "maior do que o real". Em outros termos, sua ficção pode ser vista como um estudo sobre as narrativas tradicionais que podem passar de um tempo para outro, transformando-se ou não.

Desde a primeira recolha das histórias e demais elementos transmitidos pela tradição oral da cultura pampeana, em *Cancioneiro guasca*, o autor aclara as intenções de seu projeto intelectual. Mesmo não sendo o primeiro no Rio Grande do Sul – pensemos em Carl von Koseritz, Apolinário Porto Alegre e o santa-mariense Cezimbra Jacques, dentre outros – ou no Brasil – Silvio Romero, Coelho Neto e Olavo Bilac –, suas soluções literárias posteriores serão significativamente originais. Originais porque JSLN tomou do acervo

cultural/coletivo elementos narrativos e transportou-os para a linguagem literária, ultrapassando o registro factual ou documentário, incorporando à literatura culta os iletrados do mundo rural e, no limite, do mundo bárbaro longe das cidades e dos centros. O idioma falado, inclusive, era outro. São falas em forma de tentativa, de abrir a sensibilidade "civilizada" ao público leitor e à cultura letrado do período, reduzida, se pensarmos em termos de Rio Grande do Sul.

A maior conquista literária da mistura realizada por JSLN, trazendo cultura oral, folclore e literatura foi:

Estruturalmente, podemos dizer que a linguagem que conseguiu organizar é, ao mesmo tempo, (1) suficientemente próxima da fala, no léxico e na pontuação expressiva usada com abundância, tanto quanto na arquitetura narrativa (o que dá ao conjunto narrado uma extraordinária semelhança com a fala popular do mundo enfocado), e (2) suficientemente próxima da escrita culta, na sintaxe e na ortografia (o que, de sua parte, confere ao texto uma especialíssima mas sólida filiação à literatura culta). Daí a fluência e a força de seu texto. (FISCHER, 2013, p. 53).

O registro da oralidade é parte estruturante de suas narrativas. É uma preocupação clara, demonstrada na apresentação de seus livros. Note-se também que esta preocupação está em *Lendas do Sul*. Em "A Mboitatá" ocorre o uso da primeira pessoa ("Foi assim", "Minto", "Mas, como dizia", "E vai...") e "A Salamanka do Jarau" ("Era um dia...", "É certo..."), visando transmitir uma ambiência e uma atmosfera que sensibiliza o leitor para a presença de um guia naquela narrativa, um contador de causos, um *payador*.

Na ordem do tempo criada por sua narrativa, o próprio narrador-personagem dos *Contos gauchescos* fala para o futuro:

[...] estes olhos, pobres olhos condenados à morte, ao desaparecimento, guardarão na retina, até o último milésimo da luz, a impressão da visão sublimada e consoladora: e o coração, quando faltar ao ritmo, arfará num último esto para que a raça que se está formando aquilate, ame e glorifique os lugares e os homens dos nossos tempos heroicos, pela integração da Pátria comum, agora abençoada na paz (LOPES NETO, 2013, p. 81-82)

A preservação da memória popular também participa dos ideais patrióticos do autor, demonstrado na atuação em instituições culturais e empreendimentos editoriais, como o livro didático para formação de leitores e

alfabetização *Artinha de leitura*.²⁵ A preocupação com a pedagogia cívica, sintomática do ambiente de ideias no Brasil da década de 1910, gerou ainda duas obras de igual nome: *Terra gaúcha – história elementar do Rio Grande do Sul*, e *Terra gaúcha – Histórias de infância*. O primeiro poderia ser chamado de livro didático de história, estabelecendo um enredo para a formação do Rio Grande do Sul. O segundo um livro de leitura escolar escrito, provavelmente, entre 1904 e 1906, e publicado somente em 2013.

Na conferência realizada na Biblioteca Pública de Pelotas, intitulada "Educação cívica", realizada em 1905 e publicada em 1905, JSLN aclara suas intenções na escritura de livros voltados à pedagogia cívica:

Era um livro assim, em que se concretisasse a tradição, a história, o ensinamento cívico e as aspirações pátrias, que eu dedicaria, mais vibrante hausto da minha pobre vida, á terra riograndense, mãe de raça forte, tumulto de ossadas venerandas, berço de incomedido patriotismo.

Um livro que vivesse no rancho das margens do Uruguay e no palácio das plagas do Oceano; e que das suas páginas simples e sinceras, fulgisse nítida e vivaz, amorosa, exemplificadora e saudosa, a plaga dos pampas, o berços dos Farrapos, a "Terra Gáucha!!!" LOPES NETO, 1904 apud TÂMBARA; ARRIADA, 2009, p. 325).

Dessa forma, a fonte de sua nação é o "populário", a tradição oral local. Os elementos recolhidos em suas pesquisas folcloristas não são apenas no sentido instrumental, museológico tendendo ao pitoresco/ exótico. Não são escombros da modernidade. Do contrário, são reelaborados enquanto espécie de conhecimento empírico acumulado sobre o mundo, mentalidade popular – não romantizada, é importante que se diga.

²⁵ As concepções pedagógicas desta obra, em especial, são bastante interessantes e avançadas, próximas à Escola Nova, apontando a atualização de Simões Lopes Neto nos debates do período, tal era a preocupação com a educação em seu projeto cívico. "[...] de modo muito claro e eficiente, buscando trazer para um mercado em que havia pouca oferta de material didático o que de mais atual e progressista havia em termos de pedagogia da leitura e ainda antecipando em muito o pensamento educacional no que diz respeito às funções da educação escolar e às práticas sociais que se dão em torno da escrita." (Garcez, Pedro de Moraes, Da Artinha de leitura de Simões Lopes Neto In: Lopes Neto, J. Simões. Artinha de leitura. Caxias do Sul: Belas-Letras Projetos, 2013b, p. 172). Há uma parte da obra dedicado "aos mestres", contendo prescrições sobre a melhor postura a ser adotada em sala de aula, como ameaças vãs, evitar castigos (humilhação, injúria, censuras imerecidas etc.) e não despertar medo, compreendendo a criança como um ser diferente do adulto. Há também o apontamento de uma educação moral (as crianças devem acostumar-se a obedecer e impedir maus atos) e patriótica, incentivando o amor e orgulho à pátria para formação de "cidadãos úteis".

Nesses termos vê-se que o nacionalismo de JSLN não é xenófobo ou lusitanófilo – embora se veja elogios à colonização portuguesa. Em sua visão histórica há clara simpatia pela civilização missioneira e pela posição dos jesuítas em questões como a escravidão (definida como uma iniquidade), em sua simplicidade e originalidade, como parte da formação do Rio Grande do Sul. No contexto de sua produção, este aspecto é muito importante e define lados em debates intelectuais de longa duração. A "Nota" de abertura nas *Lendas do Sul* estabelece com clareza: o primeiro povoamento branco do Rio Grande do Sul foi espanhol, estendendo-se até depois da Guerra Guaranítica (1753-1756) e, por conta disso, influenciando as lendas rio-grandenses "tramadas no acervo platino de antanho" (Lopes Neto, 2013, p. 241).

Na mesma nota de abertura, a formação do conjunto de lendas que se apresentava no livro era capaz de indicar suas interpretações sobre a sociedade e a história. Aspectos da cultura demonstram, na transmissão de narrativas, a ordem das etapas de ocupação do território que hoje compreende o Rio Grande do Sul. Há um choque inicial entre os colonizadores ibéricos (seduzidos pela febre de riqueza, do ouro) e indígenas; os mamelucos paulistas vindos do centro e do norte do Brasil; por fim, a formação original nascida dos lusitanos radicados e dos nativos sul-rio-grandenses. Há uma lenda significativa de cada etapa histórica em *Lendas do Sul*: A Mboitatá, A Salamanca do Jarau e o Negrinho do Pastoreio, respectivamente.

Simões Lopes Neto pode não ter tido a consciência do alcance do que fazia, mas é realmente espantoso observar em conjunto sua obra e constatar que ela esboça uma equação histórica que vem dos tempos pré-históricos, passa pelas Missões, pela estância, depois por todo o século 19 – como se estivesse a escrever um proto-romance histórico globalizante, um *O tempo e o vento* em potencial. O que ele deixou de fora? [...] justamente a Revolução de 93 (FISCHER, 2004, p. 64)

Assim, nas narrativas de JSLN também se percebe a presença dos mitos como parte do projeto intelectual simoniano, como forma de compreensão dos povos que, no passado, habitaram o território do Rio Grande do Sul, que compuseram o(s) gaúcho(s) presente. Destaca-se novamente que embora o panorama intelectual do estado e do país sofresse grande influência das correntes de pensamento naturalista, cientificista e positivista, pode-se perceber a presença romântica em boa parte dos autores regionalistas. No

caso de JSLN, um certo telurismo e o ouvido atento às narrativas da tradição oral, sejam causos, sejam mitos, matérias que escapavam aos critérios do naturalismo.

Sua visão evolucionista é percebida ao distinguir e classificar os povos entre aqueles que estariam na infância da humanidade e os que compunham uma civilização complexa. No primeiro grupo estariam localizados os indígenas da "ingênua e confusa tradição guaranítica", ou os primeiros nativos sul-rio-grandenses, que inventaram "idealizações novas e típicas, adaptadas ou decorrentes do meio físico e das gentes inda na crassa infância das concepções." (Lopes Neto, 2013, p. 241). Neste estágio, a humanidade seria incapaz de concepções sofisticadas. Estas concepções, possivelmente, também explicam a simpatia pela experiência missioneira, um estágio mais avançado na marcha da civilização e um assentamento regular distinto das razias predatórias, o "trabalho social".

Em *Terra gaúcha – Histórias de infância*, lemos um homem de seu tempo a defender a mestiçagem como horizonte virtuoso para a população brasileira, a ser composta quando, no Brasil, "as gentes se ligarem internamente pelo sangue, como já está acontecendo, quando os descendentes de diversas raças formarem uma nova raça uniforme". JSLN não usa o termo 'brasileiro', mas sim 'brasilês', que "há de ser o primeiro povo da terra porque será no seu corpo, na inteligência e no sangue as melhores qualidades de cada um dos outros povos", portugueses, espanhóis, franceses, italianos, ingleses, alemães, africanos e indígenas (Lopes Neto, 2013c, p. 182). Um só povo com as melhores características. Da mesma forma, em outras passagens de seus escritos vemos o uso da expressão "raça em formação" para designar os sul-rio-grandenses, por exemplo.

Dessa forma, a "hipótese de mundo", a explicação histórica perceptível na narrativa simoneana busca identificar as características particulares daqueles objetos que o interessam. O sentido desta descrição encontra sustentação no desejo de perceber nas entidades individuais descritas – as diferentes culturas que compuseram a terra gaúcha – a agregação em uma entidade maior e qualitativamente diferente do que aquelas partes. O sentido do processo histórico como um todo é a natureza integrativa deste processo, o

caldeamento. A narrativa é estruturada de modo a desenhar a consolidação, a partir de "de um conjunto de eventos evidentemente dispersos, de alguma entidade integrada cuja importância é maior do que a de qualquer das entidades individuais analisadas ou descritas no curso da narrativa." (White, 2019, p. 30).

A história, para intelectuais interessados nesta argumentação formal organicista, orienta-se para um fim ou uma meta. Em Simões Lopes Neto não percebemos um *telos* de todo processo histórico, mas os objetos abordados em suas obras que permitem descortinar estes aspectos – sobretudo as voltadas à pedagogia cívica – conduzem para um organismo integrativo fundamental ao "povo", à "nação": a cultura gestada ao longo da formação da sociedade sul-rio-grandense, composta no processo histórico como um todo – composta de distintas fontes, é importante que se ressalte. Há a descrição e compreensão dos elementos, das histórias dos povos que chegaram ao espaço do estado, mas a coerência formal, a explicação, recorre ao modelo organicista.

O organicista não busca leis do processo histórico (leis = relações causais universais e invariantes), mas fala em "princípios" ou em "ideias" que informam os processos individuais percebido no campo histórico e tomados globalmente. Esses princípios ou ideias são vistos como "formadores de imagens ou prefiguradores do fim para que tende o processo como um todo. Não funcionam como agentes ou agências causais" (White, 2019, p. 31). A *cultura gaúcha* não é uma agente histórica, mas a organicidade gerada pela natureza integrativa do processo histórico ocorrido no Rio Grande do Sul. Do "paraíso original" no Pampa narrado em "A Salamanka do Jarau" à Terra Gaúcha.

Outro aspecto fundamental que liga JSLN à explicação por argumentação formal organicista é que, ao contrário de um Alcides Maya onde as leis da natureza limitam/restringem a ação humana, os princípios e ideias funcionam como fiadores de uma liberdade humana essencial, como capacidade humana de realizar uma meta propriamente humana na história.

Em termos de implicação ideológica, ou seja, o elemento ético sobre as implicações inferidas a partir dos acontecimentos passados para o presente,

JSLN não é conservador, muito longe disso. Lembremos que a forma do relato tem implicações ideológicas: "Assim como toda ideologia é acompanhada por uma ideia específica da história e seus processos, toda ideia da história é, também, afirmo, acompanhada por implicações ideológicas especificamente determináveis" (White, 2019, p. 38).

O presente não é o ponto mais alto, ou a decadência do processo histórico. O futuro, caso os ideais de pátria se realizem, é otimista. As mudanças sociais não são negadas, vistas como inevitáveis, mas precisam ser ajustadas, principalmente através do processo educacional; não há o desejo expresso por uma mudança estrutural na sociedade em sua ficção, mas uma aceitação de que as hierarquias existem e há diferentes camadas sociais.

A sociedade presente não é vista como a melhor forma possível, mas como podendo ser melhorada no futuro – e nenhuma ruptura radical é defendida para tal. O "progresso" e a modernidade não são negados e o paradigma da sociedade ideal não está no passado, o que permite encontrar uma implicação ético-ideológica liberal na atuação de Simões Lopes Neto.

Simões Lopes Neto não foi um outsider, esteve no centro de outro eixo. Tanto do ponto de vista de sua trajetória social, quanto de sua produção intelectual explorou as possibilidades ao seu alcance. Através de situações, casos e tipos de uma tradição literária, preocupou-se com a matéria local de modo original e avançado.

O regionalismo, no século XX, é sintoma de um sentimento de identidade, não apenas interno. A região de Simões Lopes Neto não é refratária a qualquer abertura para o exterior, "desconhece o progresso ou qualquer mudança acentuada nos antigos padrões de conduta, tornando-se conservador e reacionário", fechando-se em si mesma "ao procurar manter intacto o próprio código ético" (Chaves, 2001, p. 16). Do contrário, ao compor

um espaço a partir de outras histórias, seu Rio Grande-fronteira é um limite em contato, tornando mais porosa a geografia imaginária do Estado-nação a partir das trocas e composições diversas. É um Rio Grande contíguo, não contínuo à expansão da América portuguesa.

O conjunto de seu estilo, se pudermos qualificar desta forma, implica a região moldada pelo autor, sobretudo uma tentativa de escrever a fala, de transmitir à palavra escrita o sabor das narrativas orais, justamente a forma de transmissão das narrativas tradicionais. "Não é exagero dizer que ele foi [...] o mais bem-sucedido escritor brasileiro a fixar por escrito a fala regional rural de sua terra" (Fischer, 2013, p. 49-50). Abriu novas veredas de riqueza nos escombros da modernidade, como o vaqueano que foi sua criação máxima, Blau Nunes.

Pode-se afirmar que esse foi o encaminhamento encontrado para sua nostalgia. Na nuvem de poeira criada pela destruição daquilo que se desmanchava no ar durante a modernização, JSLN buscou reforjar joias. Contudo, a fonte que fez brotar as velhas joias pesadas e toscas também confeccionou o molde onde seus homens faziam-se veículos de massacres.

A crítica social, não mostrada na superfície do texto como em Alcides Maya, pode ser lida na representação da violência presente na maioria dos contos. Goteja sangue das páginas de *Contos gauchescos*. Está presente a violência histórica, como em "Duelo de Farrapos", ou uma violência individual, como em "Negro Bonifácio", um conto sobre uma castração – imaginemos o impacto que uma ficção com este caráter teve no cenário socio-intelectual pelotense dos anos 1910.

Gaúchos valentes são moralmente virtuosos para Blau Nunes.²⁶ Subliminarmente, assistimos a estes mesmo gaúchos altivos estraçalharem-se, exterminados por forças geradas a partir dos próprios ideais e valores daquela

²⁶ Realizando um cruzamento entre os textos de JSLN e *Recordações gaúchas* de Luís Araújo Filho, notamos outros valores importantes. A narrativa de LAF é ambientada em torno de 1860, período em que a palavra empenhada pelos tropeiros era seu mais precioso bem, tendo "uma certa aura de probidade ilibada e confiança quase sem limites", pois valores em ouro eram confiados àqueles homens. Eram raros os casos de estelionato ou de abuso de confiança. Este traço explica o grande temor de Blau Nunes no conto "Trezentas onças". Ver: Araújo Filho, Luís. *Recordações gaúchas*. Porto Alegre: APLUB, Centro de Pesquisas Literárias, PUC/IEL, 1987.

cultura. A disputa por poder, por uma mulher. Percebe-se claramente no trágico banho de sangue final de "O Anjo da Vitória" a autodestruição provocada pela guerra, a todos os lados do combate. Escolher onde colocar a luz da narrativa também é sintomático. O conto cujo enredo é a primeira aventura do pequeno Blau, ainda guri, termina vendo-o profundamente sozinho. É uma forma dolorida de ser apresentado àquela sociedade.

Possivelmente, na articulação entre estilo e crítica à violência, o autor estivesse em busca de uma visão unitarista naquele Brasil republicano que, de certa forma, trouxesse à cidadania as regiões e populações afastadas dos centros, tendo como veículo a literatura – o que elimina a associação entre regionalismo e separatismo no século XX. Não é pouco o que Simões Lopes Neto alcançou ao entamar em sua ficção não apenas a parte visível, descritiva, da cultura pampeana, mas realizando um mergulho na própria estrutura das narrativas orais, enxergando dignidade numa visão de mundo vista por muitos como atrasada e bárbara, ouvindo o sentido e forçando os limites daquilo que era considerado como literatura no início do século XX. Não há como ser conservador e antimoderno realizando tais feitos.

Como nos diz Benedict Anderson, a imprensa escrita e a literatura foram veículos responsáveis pela criação da "comunidade imaginada" que o nacionalismo precisou para crescer. A cidadania é possível somente entre os que são considerados, primeiramente no plano das ideias, enquanto iguais. Defender a cidadania e um conjunto de direitos trazidos pela república apela à dimensão cognitiva das pessoas. A literatura, contudo, tem o poder de mobilizar, de despertar empatia e identificação.

Ao contrário da imagem que podemos fazer atualmente sobre a noção de tradição em um estado que convive com a existência de um Movimento Tradicionalista, a tradição inventada por Simões Lopes Neto não tem tintas arrogantes ou autoritárias. Em seu contexto, este organismo cultural legitimado serviria como esteio para aqueles homens e mulheres que experienciavam uma sensação de desorientação de um mundo em mudança, cada vez mais incerto, no qual as normas tradicionais de escolha e julgamento não serviam mais. Um mundo onde os papéis sociais eram transformados e o indivíduo (ou indivíduos) ganhavam espaço. A versão da tradição estabelecida pelo autor

não parece ser uma restrição aos indivíduos, mas uma percepção do caldo cultural (passado) de onde as consciências individuais emergiam naquele espaço, formando um vínculo orgânico (presente).

A leitura da história nas obras regionalistas pode trazer caminhos de interpretação bastante interessantes, se as pensarmos como buscando representar as rupturas e a permanências. Em muitas versões literárias posteriores sobre o Brasil e suas partes constitutivas ignorou-se a violência estrutural da sociedade, por exemplo – o que não acontece aqui. Muitos autores regionalistas afiaram seu olhar para as permanências, muito mais do que as rupturas.

Um dos objetivos de sua ficção é criar signos culturais para dar sentido à compreensão e à ação dos compatriotas do futuro. Muitos dos personagens mais emblemáticos de *Contos gauchescos* têm particularidade e autonomia dentro daquela cultura. Um quadro pintado onde personagens agem. Talvez este seja mais um desejo do civismo simoniano: que os sul-rio-grandenses do futuro, assim como ele, criassem algo novo a partir do passado, embebidos numa memória cultural que serviria como um barco nas águas cada vez mais agitadas da modernização.

. CAPÍTULO 6 .

ROQUE CALLAGE: TERRA GAÚCHA (1914)

Roque Callage nasceu em Santa Maria (RS), em dezembro de 1886; faleceu a 23 de maio de 1931, em Porto Alegre (RS). Viveu 45 anos. Foi cronista, contista, jornalista, professor, funcionário público. Sócio fundador do IHGRGS e da Academia Sul-rio-grandense de letras.

Além de jornalista, sua principal atividade profissional, foi caixeiro da cooperativa da Viação Férrea do Rio Grande do Sul em Santa Maria, entre 1902-07, e professor particular a partir de 1907 no Ginásio Ítalo-Brasileiro. Também desempenhou cargos públicos em São Gabriel e no Rio de Janeiro nos períodos em que residiu nessas cidades.

Na imprensa, atuou em Santa Maria como redator em *O Combatente*, *O Estado* – de Andrade Neves Neto – e foi fundador e diretor das revistas *O Boêmio* (1911) e *O Estudante*. Em São Gabriel, foi diretor do *Diário da Tarde* (1914-16) e *A Tribuna* (1918); redator de *O Bico da Chaleira* e *O Comércio*. Em Porto Alegre, foi redator do *Correio do Povo* (1925) e do *Diário de Notícias* (1925-31). (MARTINS, 1978, p. 116)

O casal Luis Callage e Maria Cândida Leal de Oliveira teve sete filhos. O pai, imigrante italiano do sul, chegou ao Brasil em 1876 e se fez proprietário de uma barbearia na principal rua da cidade. Em 1900, Luis fundou uma sociedade italiana de mútuo socorro, "Cristóforo Colombo". A mãe era de tradicional família em Santa Maria.

Em termos de educação formal, estudou apenas as letras primárias em escola pública na cidade natal, não realizando estudos acadêmicos.

Sua estreia literária aconteceu com um livro de crônicas, *Prosas de ontem*, publicado em 1908, aos 22 anos de idade, pela Livraria do Globo. O livro foi mal acolhido pela crítica e renegado pelo próprio autor. Novos livros de crônicas seguiram-se: *Terra Natal: aspectos e impressões do Rio Grande do Sul*. (Porto Alegre, Globo), em 1920; *Crônicas e Contos*, no mesmo ano; *O Drama das Coxilhas: episódio da Revolução de 1923* (São Paulo, Editora

Monteiro Lobato), 1923, onde relata o acompanhamento que realizou das batalhas durante a revolta assisista; e *Episódios da Revolução* (Porto Alegre, Globo), em 1930.²⁷

Próximo ao período de publicação de *Terra Gaúcha*, a Revista Fon Fon (Rio de Janeiro), na edição de 1º de maio de 1915, menciona o livro como tendo "aspectos de uma descrição perfeita, pequenas manchas lindas". O autor é definido como "um dos mais admiráveis artistas da geração nova do Brasil", a ver e a sentir "a terra, a escutar a memória da raça, a altivez de um passado ainda vibrando na voz dos antigos..."(Livros, 1915, p. 40).

A mesma Fon Fon cita, na edição de novembro de 1946, a opinião do crítico Osorio Duque-Estrada sobre Callage: "Sobram ao sr. Roque Callage o brilho e a intensidade de tintas, que fazem desse escritor um paisagista de raro merecimento" (Roque Callage, 1946, p. XX).

O jornal Correio da Noite (Rio de Janeiro), edição de 12 de abril de 1915, em coluna assinada por Xavier Pinheiro, resenha *Terra Gaúcha* como uma coletânea de exemplos da vida rio-grandense, "cenas de um meio que não têm sido divulgadas, talvez pela dificuldade do vocabulário próprio que usa o povo". O autor menciona que, antes, *Tapera* e *Ruínas Vivas* deram a conhecer "alguma coisa da vida gaúcha". Um interessante critério mencionado, também utilizado em críticas encontradas sobre Alcides Maya, é de que o autor conhece seu meio, sua gente, tornando a narrativa viva por isso. Callage "tem talento, é um observador criterioso, maneja a língua com elegância e mostra conhecer, como bom gaúcho, o vocabulário curioso usado pelo povo e que tanto o caracteriza" (Pinheiro, 1915, p. 3)

Em A Notícia (Rio de Janeiro), na edição de 17-18 de setembro de 1915, resenha-se o mesmo livro como "um magnífico livro de flagrantes pampeanos, paisagens, costumes e almas do grande Estado meridional do Brasil". Um jovem e brilhante escritor com "estilo vivo", por vezes "animado daquela enternecedora melancolia da Natureza rio-grandense". A obra é

²⁷ Propício Machado (1975, p. 62) foi informado pelo irmão de Roque Callage, Fernando Callage, sobre a existência de uma série de estudos regionais não publicados, além de um romance, "Fronteira".

"profundamente regionalista", um livro "panteísta", que equilibra os excessos de cor local com "uma grande e generosa emoção" (Livros Novos, 1915, p. 14)

No Correio Paulistano (São Paulo), na edição de 10 maio de 1915, diz-se que a linguagem de Callage não impressiona. Há descrições pitorescas de costumes e paisagens. Fraco na forma (vista como velha) e no estilo, o mesmo dos velhos cronistas, "é um livro onde há alguma cor, alguma emoção, alguma vida. É uma boa promessa." (Terra, 1915, p. 3). Com mais algum esforço o autor conquistará admiração do público.

Na edição do dia 25 de maio de 1931 de *A Federação*, dois dias após sua morte, três artigos são publicados, apontando indícios sobre o lugar dedicado a Callage no contexto literário do período. Aurelio Porto destaca que o amor pelo Rio Grande guiava a produção artística do autor: "Depois de Alcides Maya, primeiro entre todos nós, foi Roque Callage o maior de todos os regionalistas. Preside a sua obra uma sinceridade e uma beleza incomparáveis." De estilo modesto e simples, em suas páginas escritas transparece um apaixonamento pelas tradições e episódios do estado: "Temos [...] as vividas sensações de um mundo maravilhoso que vai surgindo, nítido e preciso, dos esboroamentos de um passado distante, revivescência de dias gloriosos na moldura verde." (Porto, 1931, p. 3).

Pedro Vergara vê Callage como uma inteligência "social", porque "produto modelar do seu ambiente". Os contos do autor são atravessados pelas paixões, tendências e tradições do Rio Grande do Sul. Sobretudo, o que transparece é um otimismo, uma vontade de louvar e mostrar o que é propriamente rio-grandense, "pelo prisma da vaidade patriótica, do prazer cívico".

Vergara traz uma interessante colocação, designando o tipo de regionalismo que Callage pratica como "regionalismo camponês", vinculando-o a uma sobrevivência do romantismo, justificada enquanto reação à dissolução de costumes, "contra a fraqueza e a covardia, morais e físicas, - contra o utilitarismo, contra a penetração subterrânea do elemento alienígena, contra a corrupção dos governos...", ou seja, o conflito entre elementos socioculturais daquele espaço e a massificação da economia de mercado.

Através dele, como dos nossos grandes regionalistas do seu quilate – quero dizer – com intuítos patrióticos, com objetivos sociais (o que não se deve confundir com os "folcloristas"), nós sentimos um grande, um indizível orgulho pela nossa terra, pelo nosso passado; Roque Callage, como Alcides Maya (e como João Simões Lopes, algumas vezes) possui o sentido da nossa tradição, que é baseada no orgulho, no amor próprio individual, que passou do homem para o cidadão – e de egoístico se fez altruístico, de particular se fez geral. (VERGARA, 1931, p. 3)

Esse movimento vinculado ao orgulho patriótico era indistinguível de uma preocupação para compreender o homem e a terra, presente nos contos e nos ensaios de crítica social do autor: "Roque teria sido um excelente sociólogo se a brutalidade da vida lhe tivesse permitido maiores lazeres e se a conquista do pão não tivesse sido para ele um doloroso esforço de todas as horas." (Vergara, 1931, p. 3).

O terceiro artigo é de Vargas Netto, poeticamente vendo o autor como um "caudilho literário", com a pena de tinta calçada no estribo da inteligência, como se fosse uma lança de tinta e sangue: "tudo era sangue de tinta, que também podia ser tinta de sangue, porque o Callage, quando pintava as paisagens da nossa terra, botava tanto amor no colorido, como se molhasse a pena no sangue do seu coração" (Vargas Netto, 1931, p. 3).

Em comum entre os três artigos está a posição de que Callage extraiu a inspiração para suas obras do amor "ao rincão", de um senso patriótico conduzido à literatura e ao ensaio social.

Para Walter Spalding (1969), o grande grupo de contistas da vida campeira do Rio Grande do Sul é formado por Callage, Alcides Maya – "mais profundo e literato" –, J. Simões Lopes Neto – "mais arguto e impressionista" – e Manoel Acauã – "com sua linguagem de fronteirista". Em uma visão laudatória, Roque Callage é descrito como um intelectual que viveu uma vida de muita luta pela sobrevivência material, o que não ofuscou o seu talento narrativo. Iniciou romântico e sem profundidade, alcançando um estilo simples e eloquente, "popular por assim dizer" (p. 252), na interpretação da natureza e no estudo dos tipos humanos do RS. Foi "uma das mais completas personalidades da literatura do moderno Rio Grande do Sul tradicionalista" (p. 247).

A prosa de inspiração regionalista começa a desenhar-se no segundo livro, quando temas vinculados aos aspectos da história e da cultura gaúchas passam a aparecer, também em paralelo a relatos urbanos sobre o Rio Grande do Sul. *Escombros* (Porto Alegre, Livraria Americana), lançado em 1910, recebe críticas positivas, demonstrando uma modificação no estilo anteriormente declaradamente influenciado por Eça de Queirós.

A obra é dividida em duas partes, "Alma gaúcha" compõe-se por quatro contos. No primeiro, "Através do pampa", o narrador fala sobre Izidro, um "velho gaúcho invencível" (p. 66), cavalgando pelos caminhos do pampa um cavalo doente, tendo como destino "uma nova fazenda, de um novo patrão" (Callage, 2004, p. 68). Ao longo do caminho lembra-se de episódios do passado, encontra um local onde, há tempos, ocorreu uma batalha. Conforme segue o caminho e nota a natureza se refazendo após a seca, iniciando-se a primavera, o gaúcho começa a alegrar-se. Segue o caminho "onde vivem recordações eternas de epopeias gloriosas à alma dos guascas, que, na hora do ocaso, vibra com dolente poesia das violas" (p. 72-73).

Em "Duas existências", uma casa vazia, que "outrora fora estância povoada", aos poucos envelhecia e arruinava-se sua estrutura física, solitária, "muda e soturna na plena mudez do campo". Nesta casa vive uma velha mulher de oitenta anos – a outra existência –, "pedaço vivo de uma ruína" (p. 76), que recebe a notícia da morte de uma filha.

A segunda parte, "Sombras", traz temáticas diversas. Em ambas as partes da obra há um narrador que descreve cenas vistas como emblemáticas sobre a vida naquele espaço, buscando explicações. Por exemplo, em "A china Domingas" a genealogia de uma prostituta é buscada na "tradição dionisíaca", era uma Bacante livre que iniciou sexualmente a maior parte dos meninos da cidade e morreu solitária, como um baluarte de desafio às convenções e regras sociais. Percebe-se um tom geral de solidão, tristeza e abandono que percorre as páginas, que mais parecem experimentos retóricos.

Os exercícios de observação são conduzidos nos anos vividos em São Gabriel para a observação direta sobre a cultura do Rio Grande profundo, quando Callage conviveu com tropeiros e peões de estância. Essa convivência foi facilitada por amigos, oportunizando o estudo sobre "os usos e costumes

peculiares àquela vida rude de trabalho, [tornando-se] também devotado estudioso da linguagem gauchesca" (Machado, 1975, p. 36).

Entretanto, o mais decisivo contato deu-se ao conhecer Alcides Maya, com quem estabeleceu grande amizade e ampliou interesses em comum. Um de seus filhos, inclusive, foi batizado em homenagem ao amigo. (Marchiori, 2002, p. 12).

Em 1916, transfere-se com a família para Porto Alegre e, no ano seguinte, segue o caminho de muitos outros intelectuais da província, para o Rio de Janeiro. A mudança deu-se sob o amparo e incentivo de Maya, que planejava inseri-lo no jornalismo carioca (Spalding, 1969, p. 250). Na capital federal trabalhou na redação de jornais como *A Notícia*, *A Tribuna*, *A Noite* e *Gazeta de Notícias*, além de novamente ocupar, ao mesmo tempo, um cargo na biblioteca Nacional, o que demonstra uma rede de contatos nos poderes públicos das cidades em que viveu – exceto em Santa Maria e Porto Alegre.

Sobre o retorno a Porto Alegre há divergência de datas. Segundo Spalding (1969), o luto pela perda de um filho precipita o retorno, no mesmo ano. Para Marchiori (2002), o autor retorna dois anos depois ao Rio Grande do Sul, fixando residência na capital, onde viveria até o final da vida. Neste período desenvolve a carreira literária e consolida-se como jornalista e cronista de destaque no *Correio do Povo*. No *Diário de Notícias*, criado por dissidentes do *Correio*, alcançou reconhecimento e popularidade com a coluna "A Cidade", obtendo prestígio no meio social da capital (Murari, 2013).

O retorno ao estado é acompanhado de viagens de estudo, como jornalista correspondente e conferencista – atividade muito desenvolvida pelos intelectuais no período –, "preenchendo o anseio de desvendar profundamente a terra e o homem gaúchos, tarefa indispensável a seus objetivos literários" (Callage, 2000, p. 14). Destas viagens resultariam, em 1920, dois livros de crônicas.²⁸

²⁸ Entre os anos 1917-20 foram encontradas várias menções em *A Federação* sobre suas conferências nas cidades de Carazinho, São Sepé, Santa Maria, Cruz Alta e Porto Alegre. O tema abordado foi, majoritariamente, a poesia popular e a literatura regional. Segundo Propício Machado (1975), Callage o local das falas foram os Clubes Gaúchos destas cidades. Em obras publicadas no mesmo período aparecem artigos como "Aspectos de nossa poesia popular", em *Terra natal* (1920), "As nossas lendas" e "Cancioneiro amoroso", em *No fogão gaúcho* (1929).

Entre o final de 1923 e início de 1924 reside por curto período em São Paulo, a fim de acompanhar a edição de *Drama das coxilhas* pela editora de Monteiro Lobato, paralelamente proferindo muitas conferências, na capital e no interior (Machado, 1975). A obra é um compilado de textos publicados no jornal *Correio do Povo*, escritos durante o episódio da Revolução de 1923, da qual participou como opositor do regime borgista.

Retorna à ficção em 1921, lançando *Rincão: cenas de campo* (Porto Alegre, Livraria Brasil); e em 1927, com o volume intitulado *Quero-Quero* (Porto Alegre, Globo). A pesquisa sobre a linguagem popular rendeu, em 1926, o *Vocabulário Gaúcho* (Porto Alegre, Globo), segundo A. Meyer, sua obra "mais útil"; e *No Fogão do Gaúcho*, coletânea de pequenos ensaios (Porto Alegre, Globo), em 1929.

Politicamente, envolveu-se diretamente na oposição a Borges de Medeiros durante a Revolução de 1923, após ser preso injustamente na capital, episódio testemunhado por Walter Spalding (1969, p. 251), alistando-se nas tropas rebeldes e participando da frente de batalha como correspondente do jornal *Correio do Povo* (Marchiori, 2002). O afastamento das atividades jornalísticas deu-se no final de 1930, quando é nomeado inspetor federal de ensino, em Rio Grande (RS). Mesmo doente, envolveu-se nos movimentos contestatórios que culminaram com o golpe em 1930 – publicando um livro para celebrar e divulgar a missão e os valores do movimento. No ano seguinte retorna à capital, às atividades na imprensa escrita, falecendo em maio de 1931, vítima da tuberculose (Machado, 1975).

Segundo Augusto Meyer, Roque Callage:

produziu muito, porém a produção reunida em volume ressentiu-se da absorvente atividade jornalística em que sempre andou empenhado, com dedicação e probidade. Mas seria injusto não reconhecer que, nos seus momentos melhores, foi um honesto narrador de cenas e costumes crioulos. Discípulo de Alcides Maya, na arte da ficção, estreou-se naquele mesmo ano de 1910 [...]. Com o seu grande conhecimento das cousas do pago, é de lamentar não desse o melhor do esforço à pesquisa folclórica, a exemplo de Cezimbra Jacques (MEYER, 2004, p. 305).

A produção jornalística de Callage realmente impressiona. Perin (2017, p. 50) estabelece que apenas em sua coluna *A Cidade*, abordando temas do

cotidiano em transformação da capital gaúcha, entre março de 1925 e dezembro de 1930, há 1800 publicações. Ao todo, publicou onze livros, em gêneros como crônica, conto, lexicografia, história, folclore e sociologia, no sentido dos intelectuais polígrafos do período.

O primeiro aspecto para situá-lo nos debates intelectuais das primeiras décadas republicanas é a utilização do método de Hippolyte Taine (1828-1893) para compreender a sociedade. Analisando a poesia popular, diz: "sob os seus três aspectos principais [lírico-amoroso, humorístico e patriótico] está caracterizada a formação étnica do território – meio, costumes e raças que definem o Rio Grande de hoje" (Callage, 1920, p. 108). Os elementos se influenciam reciprocamente.

O uso do conceito de raça em uma região do Brasil traz à tona a ideia de miscigenação. Embora a miscigenação seja vista como algo negativo: "A mescla de sangue infundiu no tipo nacional uma amálgama complicada [...] Pesa, desgraçadamente, sobre nós, uma confusão de mesclas inferiores" (Callage, 1920, p. 12-13), o autor mobiliza menos o elemento biológico e destaca o meio como fator preponderante de explicação. As "mesclas inferiores" originaram-se através da colonização violenta realizada por criminosos e degredados. Um de seus artigos é dedicado justamente à comparação entre o caboclo e o "chirú" sulista, resultados distintos de mesclas raciais semelhantes. O primeiro é uma figura degradada, indolente, de um habitat demasiadamente favorável, fértil, oferecendo sem esforço as bases para a existência, moldando uma natureza indolente e mórbida transmitida de geração em geração. É representativo, por excelência, do Brasil. O segundo, encontrou as lhanuras, as guerras e o cavalo que impuseram lutas e o moldaram ágil, hábil e decidido.

As teorias raciológicas são mobilizadas, não há dúvidas, mas nas relações entre meio, o homem e a sociedade há a predominância do meio como "meio de vida" em um ponto geográfico. Nesse ponto, Callage parece endossar as ideias neolamarckianas sobre o conceito, uma definição que utiliza a capacidade de adaptação dos seres humanos às distintas situações ambientais como argumento para enfatizar "acima de tudo a sua capacidade de incorporar, transmitir e herdar as características adquiridas na sua –

variada, discreta e localizada – interação com o meio físico", gerando as "raças artificiais ou históricas", cuja formação ocorre em um mesmo espaço a partir das dinâmicas entre o ambiente e uma população heterogênea, mas com um fundo comum de crenças, ideias, sentimentos e interesses. A raça, nesse sentido, é muito mais um efeito do que uma causa, garantindo perenidade à cultura. (Araújo, 1994, p. 37).

Em sua coluna chamada "A Cidade", no Diário de Notícias de Porto Alegre, entre 1925 e 1930, Callage ilumina posições e estabelece compreensões sobre o processo de modernização que a cidade vivia. Em uma série de crônicas, a partir da visita do poeta modernista Guilherme de Almeida à capital (setembro de 1925), assume uma postura sistematicamente contrária ao movimento. Luciana Murari (2013) buscou acompanhar a argumentação, as motivações e as avaliações realizadas sobre as propostas estéticas do grupo paulista. A primeira leitura associa as críticas à sua produção como escritor regionalista e estudioso de assuntos gauchescos, preso, portanto, ao mundo tradicional/passado. Tal leitura não é totalmente equivocada, mas reduz a posição do autor. Callage teria efetivamente buscado um "diálogo consciente com o modernismo, tanto no nível da linguagem, quanto da temática e da ideologia" (Murari, 2013, p. 117)

Nas crônicas, o autor expõe dois significados de "modernismo": "um verdadeiro, que definia a experiência da modernidade como uma força arrebatadora e destruidora, e um errôneo, meramente um rótulo eufemístico para definir o 'futurismo', uma moda superada como outras tantas modas modernas, segundo ele" (Murari, 2013, p. 121). Naquele contexto, a distinção que o autor faz entre modernismo geral, de cada época, e futurismo, é indicativa de um debate em aberto, que nas décadas seguintes será homogeneizado com a canonização do modernismo paulista como única força estética modernizadora e originalíssima.

Para ele, o modernismo paulista ainda não teria força suficiente para destruir as outras escolas. Percebendo as mudanças históricas que ocorriam, afirma que a "ridícula corrente literária" não fora agente de transformação da cultura. A força que alterava significativamente, naquele presente, era a própria intensidade das transformações na vida moderna, destruindo tradições, hábitos

e costumes do passado, como a Festa do Divino e as festas juninas (Murari, 2013, p. 20). Ou seja, o modernismo paulista ainda não teria sido capaz de apreender esteticamente a modernização. Para ilustrar o que estava em jogo nas disputas em torno de qual passado seria legítimo na trama da temporalidade é interessante notar como boa parte dos intelectuais modernistas passaram a posições "passadistas" ao longo das décadas de 1920 e 1930.

Dessa forma, mesmo com a intensificação do processo de urbanização, a presença maior da tecnologia e a transformação do espaço público em Porto Alegre, a modernização não é rechaçada, mas questionada em seus caminhos. Em suas crônicas ele reivindica uma posição para debater a experiência da modernização, consciente da demanda de atualização que as transformações histórico-sociais traziam (Murari, 2013, p. 136-37).

Os questionamentos ao modernismo literário paulista não foram uma simples campanha reacionária. O autor, inclusive, incorpora elementos de linguagem e temáticas modernistas, propondo renovações e questionamentos. O "antimodernismo de Callage, provocativo exercício de resistência e de autonomia, era, assim, uma das melhores demonstrações de sua condição de cronista moderno" (Murari, 2013, p. 137).

Assim, Callage não realiza uma oposição sistemática baseada simplesmente em reacionarismo e conservadorismo estético. Ao longo dos anos, não mostrou uma postura obscurantista, mas optou por ler a produção modernista/futurista com cautela, posicionando-se contra a adoção automática de modismos estéticos – majoritariamente irrelevantes, segundo ele. Para ilustrar os argumentos, cria nas páginas da coluna um personagem nascido da ironia direcionada à falta de sentido e à superficialidade: o poeta Paulo Plácido Pitanga.

Essa oposição ao modernismo paulista levou o autor a ser visto como um dos maiores reacionários no estado. Outra vez, Luciana Murari propõe novas interpretações a partir de uma das principais críticas: a leitura sobre a nação empreendida pelo movimento.

A brasilidade, o tipo de nacionalismo literário difundido e a própria liderança dos paulistas foram temas caros ao autor. Debate central naquele período, o alvo principal foi o nacionalismo dos intelectuais identificados ao grupo de São Paulo, entendido como uma futilidade estética deslocada da realidade, fundamentado em uma visão eufórica do país. O verdadeiro Brasil não seria descoberto enquanto se olhava no espelho das cidades, do asfalto, dos automóveis e dos arranha-céus. Não haveria nação enquanto a maior parte do país estava mergulhada em analfabetismo e vida insalubre, física e moralmente. Aquilo era um "futurismo que falhou" (Murari, 2013, p. 130).

O debate sobre a "brasilidade" trazida pelo modernismo é conduzida pelo autor às discussões sobre os problemas nacionais. Para ele, a temática da identidade cultural (eufórica e laudatória) não deveria ser o principal debate, mas sim "a realidade concreta do processo de incorporação do povo pobre à sociedade política brasileira" (Murari, 2013, p. 131).

As posições estéticas de Callage originam-se das concepções literárias realistas, a partir da crença de que era possível, por meio da observação direta e análise científica, preferencialmente, adequar texto e realidade. Em *No Fogão do Gaúcho* a obra de José de Alencar é criticada exatamente por isso: "Toda a sua obra é assim, mais um produto do improvisado que da observação. [...] O mal do romantismo foi esse exatamente – a fuga à realidade das coisas, o desvirtuamento da verdade sobrepondo a tudo o poder de fantasia" (Callage, 1929, p. 128).

Este aspecto é acrescido com partes de uma visão de nacionalismo literário próxima à de Monteiro Lobato. São indissociáveis nas críticas ao nacionalismo difundido pelos paulistas as dimensões estéticas e ideológicas.

Outros indícios são encontrados nas posições defendidas sobre o tipo particular de literatura que praticou, justificando suas próprias escolhas. No artigo "Literatura regional", Callage entende que esta escola literária teria um destino menos efêmero do que se julgava, principalmente em "países novos", por intencionalmente ampliar o espectro da nacionalidade: "é da expansão literária regionalista (sic) deste ou daquele povo que a unidade da raça, mostrando os fatores étnicos, cimenta a unidade da nação" (Callage, 1920, p. 29).

No Brasil, José de Alencar, Euclides da Cunha, Alberto Rangel e Alcides Maya são citados como exemplos de ampliação do horizonte literário, "reproduzindo a vida anônima da nacionalidade em determinados pontos do território" (p. 29). A partir de uma correspondência entre realidade social e criação artística, percebe-se que o regionalismo tinha, acima de tudo, uma função patriótica ao localizar sentimentos estéticos em termos de diversidade interna, de tipos humanos e da natureza, que engrandeceriam a nação.

Callage distingue a literatura local (regionalista) da literatura de ficção. Na segunda, há mais liberdade criativa; na primeira, a ação é mais limitada, porém mais duradoura, pois as criações são atreladas a um tipo humano e a um cenário. O rigor estético é ditado por 'elementos externos', as normas das próprias tradições locais. A qualidade do artista mede-se ao agir como um fotógrafo, registrando o que deseja sem alterar a "verdade do alvo". Percebe-se explicitamente que em seu artigo está presente o projeto dos regionalistas no que diz respeito à fidelidade ao meio narrado, o projeto da prosa mimética, o que aprofundava "a linha realista estendendo-a para a compreensão de ambientes rurais ainda virgens para a nossa ficção" (Bosi, 2006, p. 207).

O autor estabelece que as qualidades e os limites da literatura regional advêm dessa ligação com o local, pois é de onde retira sua força estética e ideológica:

É verdade que seu horizonte não é amplo. Mas a sua documentação, o seu fundo característico, os seus processos técnicos, são sugestivos capítulos às pesquisas históricas todas. O ambiente americano tem dado às letras essa página surpreendente de beleza nativa, trescalante de aroma agreste, onde ressaltam observações reais sobre costumes, aspectos e paisagens, do homem, do meio e da natureza. Negar a sua atuação direta no domínio do mundo real seria desconhecer a existência das pátrias que se engrandecem pela pena dos seus escritores e pela lira de seus poetas que aprofundaram e cantaram suas origens" (CALLAGE, 1920, p. 27-28)

O regionalismo, assim, é entendido "como expressão latente de força em movimento aplicada ao senso estético e definindo todos os surtos do meio onde essa mesma força opera" (p. 27). Acrescenta, em *Terra natal*, que a "nossa literatura regional, com todo esse conjunto de efeitos, desde as paisagens que nos elevam, aos costumes que ainda perpetuamos no pedaço

do rincão natal, reafirme, para o futuro, as singelezas imperecíveis da nossa tradição" (Callage, 1920, p. 34).

Inescapável aos principais debates de seu contexto, Callage localiza o seu regionalismo na conjunção entre o aproveitamento literário e o ideal patriótico. Ambos se conjugam na grande missão, no grande objetivo de sensibilizar os brasileiros sobre as realidades do país, registrando, da mesma forma, aquelas culturas, aquelas sociedades e a natureza por meio de uma pesquisa sobre a linguagem e o folclore (cultura popular) da região, voltados para "a verdade humana da província" (Bosi, 2006, p. 208).

Ao mostrar a "unidade da raça" no presente, o passado ao mesmo tempo era salvo do esquecimento na voragem da modernidade. O passado tem um papel central nesta construção, porque nele também era possível encontrar os traços socioculturais escolhidos como típicos, determinados pelo caráter da formação histórica regional. Encontramos, por exemplo, o grande traço fundador do Rio Grande nos séculos iniciais: os conflitos armados. O começo da sociedade sul-rio-grandense é estabelecido a partir desse parâmetro. Em Rincão (1921), no conto "A primeira escaramuça" Callage estabelece que o evento fundador do ciclo de conflitos que envolveram habitantes da região foi a Guerra Guaranítica: "era o início, era o começo, era o *fiat*". O episódio foi caracterizado pela atuação da "primeira expressão típica do gaúcho", o cavaleiro rebelde contra os arbítrios do poder, encarnado em Sepé Tiaraju, "herói índio das primeiras gauchadas patricias", responsável por criar manobras de ataque e defesa com as célebres cargas de cavalaria, posteriormente vistos como táticas típicas dos gaúchos. O "sangue de herói" iria "caldear e retemperar a energia dos futuros fronteiros das campinas rio-grandenses".

Percebe-se que na leitura histórica do autor as revoltas nutrem-se de um telurismo, de um instinto de defesa do torrão natal contra arbítrios estrangeiros e/ou externos – por isso a incorporação da experiência missioneira. Os episódios históricos são escolhidos e enaltecidos à medida em que apontam as expressões vistas como típicas do tipo gaúcho, como a rebeldia, a coragem, a perícia e uma maneira particular de fazer a guerra valendo-se da cavalaria: "Para o gaúcho, acima de tudo está a Liberdade, no amplo, magnífico e

humano sentido da palavra. É um velho culto que toca as raias de um verdadeiro fetichismo" (Callage, 1920, p. 123).

Sujeito aos imprevistos da vida incerta na Campanha, formou-se "essa alma sempre pronta a nobres desprendimentos que descambam até ao sacrifício da própria vida instável, volúvel, audaciosa" (p. 56), um tipo "desprendido e nobre, ativo e audacioso" (Callage, 2000, p. 65)

Nos séculos iniciais de ocupação foram contínuas as mudanças sociais. O gaúcho buscava alcançar nos entreveros e nas aventuras uma vida emancipada, mas de ideais ainda imprecisos, um "despotismo da liberdade". Fora um período de protestos e revoltas em lombo de cavalo, quando a vida era difícil.

Outro posicionamento diz respeito ao caráter do gaúcho. Com argumento novamente retirados da história e de suas pesquisas sobre o cancionista popular, para o autor, o tipo sul-rio-grandense é distinto: não é ou foi o *gaucho malo*, vago; é um trabalhador incansável e orgulhoso em todas as atividades campeiras; estreitamente vinculado com a terra; produtor de raro sentimento de beleza em todas as criações de sua "inteligência inculta"; corajoso nos atos de bravura ou valentia. (Callage, 1929, p. 84-84).

Dessa forma, o Rio Grande do Sul teve uma história bélica e trágica, com destino determinado desde a primeira bandeira paulista, até a última tentativa de invasão espanhola pelo Prata. Sendo o "quartel ambulante da Colônia" e, posteriormente, o arauto da integridade política do Império manteve-se em luta constante – mesmo na Farroupilha, uma revolta contra o abandono do poder central, as contingências políticas devido à posição de fronteira determinaram que o RS fosse a "defesa do Brasil inteiro" (Callage, 1929, p. 96), obrigando os habitantes a adaptarem-se ao conflito, fazendo do perigo um romance e da guerra uma diversão.

Todavia, é interessante notar que esta leitura sobre o passado não cria apenas virtudes sobre o gaúcho ou sobre o próprio RS. Há também consequências negativas desta "alma gaúcha [com] instinto belicoso das pelepas" (Callage, 1920, p. 75). A primeira delas foi obstruir o desenvolvimento de uma vida intelectual, com reduzido volume de produções, poucos jornais,

revistas e demais publicações. O argumento é de que as energias do trabalho produtivo e da expansão econômica foram conduzidas a atuar na garantia da integridade das fronteiras nacionais/defesa do território, além do analfabetismo e da falta de estímulo a estas atividades.

Outro passado presente negativo é a tradição política do caudilhismo. Fenômeno não exclusivo do RS, derivado das revoltas no continente sul-americano, o caudilho nasceu da anarquia durante os processos de independência na América Latina. Foi uma liderança política oscilando entre o heroísmo e o banditismo. Callage posiciona-se em outra das discussões perenes da intelectualidade local, aproximando a história e a política do RS à da Argentina e do Uruguai no mundo político americano: Facundo e Martin Fierro podem ser utilizado para entender o gaúcho sul-rio-grandense (Callage, 1929, p. 79). Como consequência, vê-se uma política de caráter pessoal e arbitrária, incorporando vícios aos costumes e tendências de dirigentes e dirigidos (Callage, 1920, p. 20).

Da mesma forma, a aproximação com os países do pampa vale-se como fonte dos elementos e índices da cultura oral: o Cancioneiro e o vocabulário campeiro. As terminologias, as lendas, os hábitos e costumes em comum apontam vínculos culturais com os países vizinhos, principalmente a Argentina.

No texto de Callage, mesmo que exista um senso de continuidade na estratégia de narração da cultura da nação – uma das estratégias centrais deste discurso, como diz Stuart Hall (2003) – há diferenciação de épocas, com distintos ritmos e formas. O passado é e não é vivenciado no presente. Na ótica do regionalista Roque Callage, a leitura do passado é fundamental pois as obras literárias retiram sua 'força' da própria região à qual representam. Sua/nossa missão patriótica é: "guardar e zelar um formidável acervo de tradições imperecíveis, de exemplos admiráveis de bravura, do brio e do heroísmo gauchescos tantas vezes postas à mais dura prova" (Callage, 1929, p. 101).

Reconhecida como sua maior realização literária, fruto do redirecionamento de seus motivos ficcionais e da pesquisa folclórica realizada, em 1914 é publicada *Terra Gaúcha: cenas da vida rio-grandense* (Porto Alegre, tipografia da Escola de Engenharia; 2ª edição, Pelotas, Livraria Universal, 1921; 3ª edição, Santa Maria, Editora UFSM, 2000), no mesmo período em que atuava como funcionário municipal em São Gabriel.

Com a obra, Callage mostrou-se um pintor de imagens, compondo painéis sobre a vida gaúcha no período. Para Augusto Meyer, o estilo do autor é definido como "mais cronista do que *conteur*" (Meyer, 2002, p. 305). José Marchiori indica que não prioriza o enredo, conflitos de emoções e interesses ou traça perfis psicológicos: "não se deve buscar em Callage um romancista, nem mesmo um autêntico conto em sua produção literária." (Marchiori, 2000, p. 12).

Terra gaúcha traz como tema central as transformações históricas que aconteciam na "terra nativa", as mudanças que chegavam ao campo e o reflexo nos pequenos e grandes dramas de seus habitantes. O uso do contraste entre elementos trazidos pela modernização e pessoas e/ou atividades tradicionais está presente na maioria dos contos. Encontramos figuras e tipos humanos característicos daquele espaço que, aos poucos, tornaram-se preteridos, evanescendo conjuntamente a funções sociais e atividades.

O narrador emprega uma linguagem distinta das personagens, mesmo utilizando algumas expressões e palavras típicas em determinadas passagens: "a glorificação do seu caálos marchador e espantadiço que ali estava" (Callage, 2000, p. 37). O principal registro do vocabulário, das pronúncias dialetais ou de traços culturais plasmados no uso da linguagem daquela cultura acontece pela voz dos personagens, sem nenhuma sinalização da distinção, como aspas ou itálico: "- É um ganha na certa... Inté nem é jogo... – Tá bom; não se fie muito, primo Zeca... Olhe que o outro pingo não é tão maula como vancê pensa... – Qual se fiá, qual nada! Ganha o Zaino de rebenquito erguido! Espere um tento [...]" (Callage, 2000, p. 63). Em termos de estilo, o descompasso entre a linguagem do narrador e as falas da personagem também é notável.

Em muitos contos, como em "Alma de cego", há referências objetivas ao espaço geográfico: "parava o trem no entroncamento de Cacequi"; "uma sineta espancou, monotonamente, o rumor da estação, anunciando os quinze minutos que faltavam para a partida do trem de Santa Maria" (Callage, 2000, p. 37).

A natureza daquele espaço é referenciada a partir da vegetação característica, ilustrando as narrativas com árvores, plantas e a sempre presente paisagem das coxilhas do pampa, merecedoras de adjetivos que as traduzem em solidão, no infinito, no mar verde ondulante. Traço comum também a outros autores regionalistas, percebe-se uma espécie de animismo em determinadas passagens, nos momentos em que algum evento natural impacta a vida dos habitantes, como durante a seca: "Ardendo, impotente, às vibrações de açodas soalheiras, a terra adusta tem estremeções selvagens, sentindo-se mortalmente asfixiada" (Callage, 2000, p. 41).

Percebe-se também o entendimento de que existe uma estreita relação entre as atividades humanas desenvolvidas e o tempo cíclico da natureza. No conto "Seca" a destruição causada pelo fenômeno natural. Em "Na estância" vê-se que a festa de marcação de gado e cavalos coincidia com a primavera, quando escorria "de tudo a seiva perpétua da vida" (Callage, 2000, p. 68), ampliando as vastas sesmarias.

Dentre os animais há protagonismo para as companhias típicas dos gaúchos, os cavalos e o gado vacum. Contudo, destaca-se a presença lúgubre de corvos, responsáveis pelos "banquete sinistro" do pampa, como o final do tenente Januário Pedrozo em "Herói" ou, especialmente, o caso descrito no conto "Carniça". A presença dos corvos e a lúgubre ação de seus hábitos alimentares parece uma metáfora sobre o ocaso de todas as coisas pela ação da Natureza e do Tempo, um túmulo no céu aberto do pampa.

Quinze contos compõem o conjunto da obra. Podemos dividi-los tematicamente em três conjuntos. No primeiro, há registros sobre a vida cotidiana típica e/ou atividades principais. São os contos: Divertidos, A vítima, Na estância, Carneador.

No segundo, representações sobre transformações históricas de elementos típicos da região. São meditações a respeito das mudanças trazidas

pela modernização do espaço e o impacto gerado na vida dos indivíduos. Os contos: Pessimismo do gaúcho, Civilização, Carreteiro.

O terceiro grupo concentra-se em meditações sobre a mudança, não necessariamente atrelada à modernização, mas à passagem do tempo. São os contos: Alma de cego, Herói, Contrabandista, Carniça, Memória, Saudade, Resto de outra raça.

O conto "Seca" trata sobre o impacto do fenômeno natural no meio – e em todo o Brasil –, ou seja, é uma reflexão sobre a relação estreita entre a vida humana naquele espaço e os fenômenos naturais. Será entendido como um conto à parte na tipologia temática proposta.

No primeiro conjunto de contos, vemos representações situadas entre uma linguagem descritiva e ficcional sobre eventos sociais relevantes da região: o baile em uma pulperia do pampa (Divertidos), as carreiras de cavalos (A vítima). Há também atividades típicas como a marcação de gado e cavalos (Na estância) e o trabalho nas charqueadas (Carneador).

Em cada um dos contos há descrições e passagens com reflexões sobre a sociedade. Ao longo do "fandango" no texto de "Divertidos", Callage compõe um desfile de elementos típicos da região. Há tipos sociais a partir de personagens: o valentão inábil com as mulheres, a dona da pulperia, os músicos, as chinas. Há registros linguísticos por meio de expressões, quadrinhas e versos: "A rapsódia gauchesca encerra toda a história aventureira da raça." (p. 56). Aparecem descrições das roupas, de danças. Era um espaço de lazer e alegria que congregava "todos [numa] mescla compacta de brancos, caboclos e chinas, enlaçados na violência lasciva das habaneras e polcas" (Callage, 2000, p. 54)

As grandes festas de marcação são o Carnaval dos gaúchos, descritas aos pormenores em "Na estância", quando somam-se liberdade, trabalho e alegria. Ao desempenhar as mesmas atividades que moldaram o tipo no passado, os peões reencontram a condição originária dos antigos gaúchos rudes.

A voz do narrador expressa posições já enunciadas pelo autor em seus textos ensaísticos. O conto "Carneador" é exemplar neste sentido. Xirú Silveira,

o protagonista, traz uma perversidade moldada pelo meio no qual crescera e desenvolvera as atividades de carneador. Famoso nos saladeiros, desde criança acompanhou a rotina "brutal e incerta": "Dessa influência do meio, dessa lei fisiológica do homem, o altaneiro perverso formou-se, integrando-se, definitivamente, numa página de crueldade" (Callage, 2000, p. 46).

A influência do meio de vida o fez indiferente à morte, presença diária nos tempos de safra. Embrutecido pelo cotidiano, não lhe importava a carnificina, pois a via como inevitável: "'O gado que se aguentasse', dizia, 'prá isso era gado!'". (p. 46). Também desenvolveu uma personalidade impulsiva, explosiva e "tendente ao crime". A mesma personalidade que irá levá-lo a ser demitido da charqueada e, sem ocupação, tornar-se criminoso, utilizando a destreza com a faca para assaltar e matar.

Em nenhum outro conto as teorias taineanas são expressas de maneira tão clara. Nas relações estabelecidas entre o protagonista e o meio de vida afloraram tendências de matador devido à própria necessidade das atividades: "Era positivamente mau" (p. 47). As mesmas habilidades que o fizeram carneador célebre passaram a ser utilizadas para o crime. Existindo outra possibilidade, outra vida e outro meio, não haveria a confluência que gerou aquele matador.

Se para os pressupostos da escola regionalista a fidelidade ao meio era fundamental, muitas das narrativas desenham traços da violência necessária às atividades e as consequências para os envolvidos em determinadas situações. Além dos contos que tematizam conflitos armados e a carnificina das charqueadas com seu banho de sangue, cheiros e morte, por óbvio, o conto "A vítima" mostra outro tipo de agressão. Vemos todo o cenário de uma carreira, centrando-se nas apostas e na empáfia de dois estancieiros proprietários dos animais. O cavalo perdedor, ao final, é morto para que seu proprietário honrasse a promessa/aposta feita no início da disputa. A propalada sustentação da palavra empenhada, centro dos valores atribuídos aos gaúchos, também traz consequências trágicas.

O segundo conjunto de contos traz o sentimento de deslocamento e desorientação gerados pelas perdas que a modernização acarretou. O problema principal neste conjunto é o drama de indivíduos obsoletos. São

forças em choque entre a vida da província e o processo de modernização, ilustrados a partir de dramas individuais. São saberes, experiências e matérias que vão ficando para trás, largadas pelo caminho, como a diligência do protagonista de "Civilização" ou a ode aos carreteiros de "Carreteiro", ambos tornados dispensáveis pela modernização dos transportes realizada com locomotivas e estradas de ferro, grandes símbolos do progresso e do desenvolvimento.

Desaparecendo carreteiros e tropeiros, perdia-se além de uma atividade representativa outros fenômenos que aconteciam durante o cotidiano das atividades, como os causos e as trovas feitas nas pousadas e horas de sesta, ou seja, a transmissão da cultura popular: "Vive em ti, velho rebelde da civilização, o sopro heroico da raça, a legenda da luta, do amor, da bravura." (Callage, 2000, p. 73).

"Civilização" traz as ambiguidades das transformações nos meios de transporte. Vê-se um olhar melancólico sobre as mudanças no espaço social da Campanha. O resultado é uma espécie de desencantamento do mundo, quando a instalação de uma via férrea anula a atividade de um cocheiro de diligência, que mirava com olhos de ódio e inveja a chegada da locomotiva na estação. Perdida a profissão, destruídos os sonhos, compara-se o protagonista ao seu carro inerte, abandonado, "sem nunca matar, sem nunca destruir como os trens homicidas daquela via férrea estrangeira que chegara até ali, num instinto de civilização e ambição", com locomotivas que andavam em ânsia ofegante "espantando, matando, triturando gado, à beira aberta da linha..." (Callage, 2000, p. 50). Evoca-se um passado local de relações mais harmoniosas e integradas ao meio.

O protagonista assiste seu ofício ser substituído por um meio mais eficiente, tornando um trabalho e um ser humano obsoletos – caso não se adequassem às mudanças. Se o trem possuía superioridade técnica e velocidade, também ameaçava a vida das pessoas e dos animais. Nos irretocáveis apontamentos de Luciana Murari: "o destino patético daqueles que sobreviveram a seu tempo e acabaram por perder seu lugar, soterrados por mudanças inevitáveis e, apesar de trágicas em termos individuais, socialmente positivas" (Murari, 2017, p. 216).

Em "Pessimismo de guasca", o velho tropeiro Quincas Pedrozo representa um melancólico vestígio de uma tradição, que assiste ao progresso da Colônia Nova – sintomaticamente em oposição à Estância Velha –, povoada por estrangeiros germânicos, e a decadência do modo de vida que sabia viver. Aquela vida nova, aos poucos, reduzia seu espaço: "transformando em grandes ruínas silenciosas a estância patriarcal que lá adiante se erguia". Assim como em "Civilização", o protagonista sente-se preterido naquele espaço.

O narrador emula, outra vez, as posições expressas por Callage em ensaios e crônicas. Os arranjos explicam o porquê de os olhos verem a ruína de uma grandeza passada, naquele solo que era seu pelo amor e pela bravura – além de afastar a voz narrativa do narrado:

Modificava-se, aos seus olhos, a figura espartana da raça heróica, produto dum atrito violento nas lutas da conquista. Já não via mais diante si aquele tipo puro do guasca reabilitado acima de todas as falsidades etnográficas, o legítimo crioulo do campo, nascido no dorso do cavalo, à beira do galpão; aquele velho tipo sem modificações e sem mescla, emendando o dia e a noite, a aurora e os crepúsculos, sempre pronto, com riso de infinita bondade, para o trabalho e o sacrifício de todos os momentos. (CALLAGE, 2000, p. 22).

A imagem e os adjetivos utilizados para caracterizar o velho capataz são os mesmos que se estendem à compreensão do tipo gaúcho, campeiro sul-riograndense, como mencionado anteriormente. A explicação histórico-antropológica que embasa a criação literária é encontrada em ensaios de outras obras publicadas pelo autor, principalmente *Terra Natal* (1920) e *No Fogão do Gaúcho* (1929). Inclusive, um dos artigos deste é intitulado "A bravura da raça", abordando as lições da história sobre a formação do Rio Grande do Sul.

Através desses entrecruzamentos de textos podemos aproximar (ou diferenciar) as reflexões do autor das reflexões dos personagens. Como Quincas Pedrozo saberia que é uma "figura espartana de raça heroica"? Percebe-se que Callage utiliza notas e observações colhidas em suas pesquisas folclóricas diretas sobre o modo de vida da Campanha para elaborar sua ficção, almejando uma verossimilhança que aproxime sua narrativa da

realidade social, conforme os preceitos da escola regionalista, mas a voz narrativa mantém o distanciamento entre o narrador e o narrado.

No conto, o pessimismo do protagonista, que em momento de tristeza julgava-se o "último vestígio de uma tradição, a derradeira sombra de uma raça apagada..." (Callage, 2000, p. 23), sentindo que a presença e o avanço da Colônia Nova sinalizavam o "prenúncio de civilização complicada". Este avanço da colonização sobre a estância patriarcal, sinônimo de transformação social, mudanças no modo de produzir no campo, pode ser lida como reacionarismo ou pode repercutir a marginalização da população que já habitava o território – os gaúchos, descendentes de europeus e indígenas, ou dos próprios indígenas – ocorrida em paralelo ao processo de colonização subsidiado pelo Estado no Rio Grande do Sul, que impactou profundamente as bases produtivas e tecnológicas locais, como indica Murari (2017, p. 214).

Interessante notar que o próprio campo, aos poucos, modifica-se, transforma-se no fluxo da modernização, ou seja, o próprio espaço pastoril que deu origem ao imaginário do regionalismo tem história. Tal mudança não é de menor relevância de acordo com os pressupostos teórico-metodológicos esposados por Callage. Mudando o meio, mudam-se os humanos que o habitam. Sendo etnicamente uma mistura surgida durante o período colonial entre indígenas nativos e colonizadores paulistas em direção ao Prata, um "senhor do meio" (Callage, 1929, p. 97), as consequências são drásticas.

Ao contrário do que defende Marchiori (2000), pode-se afirmar que há um choque principal na maior parte da ficção de Callage: entre passado e presente, gerando os pequenos dramas sentidos e estabelecidos com as transformações no Rio Grande rural. Outros contrapontos são constantes em seu estilo, como será mostrado posteriormente, mas este é central na própria composição estrutural dos contos. As narrativas do autor são aquarelas, com suaves pinceladas descritivas sobre a instauração de mudanças históricas e um foco em como indivíduos, a representação do social a partir de seus protagonistas, gaúchos pobres:

[...] gaiteros, tropeiros, carroceiros, posseiros e peões de estância, extraviados no espaço urbano, personificam uma mudança cultural que assume as formas variáveis da negação, da resistência, da adaptação, do inconformismo e da assimilação, conforme as

possibilidades distintas de convivência entre modos de vida consagrados pelo costume e os novos horizontes abertos à experiência à medida da expansão do processo modernizador (MURARI, 2017, p. 234).

As opções para retratar o conflito social, as hierarquias, são focar os sujeitos que não possuem escolha no processo de modernização, que sofrem suas consequências de acordo com as possibilidades restritas advindas de sua posição social.

Um fio de enredo que costura todas as narrativas do segundo e terceiro conjuntos é o tema do desaparecimento. Em muitos contos, a parte final da trama carrega-se de uma presença do término de existências, trágicos finais. O terceiro grupo de contos traz uma espécie de manifestação da consciência histórica moderna, representando a passagem do tempo.

"Alma de cego", "Contrabandista" e "Resto de outra raça" empregam uma linguagem ficcional mais realista, abordando um gaiteiro cego, um contrabandista e uma africana escravizada, respectivamente. "Carniça", "Memória" e "Saudade utilizam estilo mais alegórico.

Em "Alma de cego", repetem-se imagens em contraste passado-presente como em outros contos. O narrador fala sobre um "cego rapsodo crioulo" (p. 39) em uma estação ferroviária. Aqui, a justaposição entre a figura de um gaiteiro pobre e cego e o cenário representa, à primeira vista, apenas decadência e esquecimento. Contudo, se ampliarmos a lente podemos considerar que o contato entre outros personagens-viajantes à espera do trem e o músico abre uma nova perspectiva de interpretação: ao ouvir a Chimarrita, a Tirana, o Boi-barroso, o Quero-mana e as quadras anônimas, sorriem, pedem músicas e, mais importante, lembram de momentos em suas vidas. O gaiteiro aparece como um lugar de memória da cultura popular que integrava o passado dos viandantes ao presente, um passado que havia sido esquecido. Lembravam de si mesmos a partir daquele depositário humano do cancionário que integrava vida particular e passado coletivo da querência. São "mitologias do campo", a cada dia mais distantes da experiência provinciana, que "ganhava força no imaginário social, como fonte das energias vitais que permitiriam a ancoragem da modernidade no universo simbólico de uma

tradição segura e revigorante" (Murari, 2017, p. 234). É uma presença cultural que remete à tradição popular exatamente em um templo da modernidade, máquina símbolo do progresso e da velocidade, unindo a memória individual a outro tempo e outro lugar.

"Herói" também entrelaça-se com a memória cultural da região. Mantendo alguma aproximação com a invenção de Blau Nunes, a narrativa inicia-se a partir da fala de um personagem – Amancio – que evoca a história de outro personagem, um relato sobre aquele episódio contado na Campanha, um caso. Trata-se da história de Januário Pedroso, pequeno proprietário rural que abandona a estância em Bagé para unir-se à Farroupilha, tocado pelos ideais de "liberdade absoluta" contra a "vontade prepotente do Império" (p. 26).

O narrador enaltece a bravura do "herói anônimo" que, mesmo diante da morte iminente após a vitória na batalha de Ponche Verde, mantém-se aguerrido enfrentando os inimigos legalistas. Em seus últimos suspiros, mantém firme o "sonho de liberdade": "ainda balbuciou um viva à liberdade gaúcha, [...] saindo das profundidades dilaceradas de sua alma de patriota, levada até as raias dos heróis idealistas e medievos, pela alucinação de uma crença impotente" (Callage, 2000, p. 28).

Neste terceiro conjunto de contos, "Contrabandista" é o que mais ilustra a passagem do tempo no próprio meio de vida e as conseqüentes mudanças sociais de elementos históricos típicos, reforçando a centralidade deste conceito no pensamento do autor. O meio que moldara o aventureiro caudilhesco – 'caudilho' não é utilizado apenas enquanto sinônimo de liderança, mas de gaúcho rebelde – não existiria mais. Nos campos, presente nos mesmos caminhos e nas mesmas ações dos antigos caudilhos, hoje, aparecem "contrabandistas, assassinos a golpes frios, filhos do latrocínio e do abigeato, predispostos ao crime, delinquentes por ofício ou por uma imprescindível condição de meio" (Callage, 2000, p. 29). O enfrentamento do perigo, das autoridades, das incertezas do destino, se dá para realização de contrabando.

O protagonista, Amancio Silva, acompanhou o pai contrabandista desde menino – à semelhança do Xirú Silva de "Carneador" –, assistindo à sua morte e jurando vingança: "A ocasião o fez delinquente, e o assassino surgiu num

atávico e estranho conjunto de elementos [...] Assim, Amancio Silva se fez bandido, ora por necessidade, ora por profissão, mas sempre fiel ao cumprimento dos contratos". Novamente, é o banditismo por uma questão de meio, a força social sobre os indivíduos. Ao matar, o contrabandista inicia uma "sombria carreira" que lhe rouba do "trabalho honesto, sadio, sem violência, sem temor, sem desfalecimento" (Callage, 2000, p. 30).

Callage utiliza outra vez a justaposição de imagens decadentes e trágicas, laivos de um passado atreladas a elementos típicos da região: mesmo naquele ambiente, o protagonista era reconhecido por manter a palavra empenhada, com honra. Matar sim, roubar carregamentos sob seus cuidados, não. Ao final, trágico como na maioria do conjunto, Amancio é emboscado e morto justamente porque fora leal. Um elemento típico do tipo regional, decaído, causou a tragédia.

O último conto da obra é o que mais explicita traços de violência presentes nas relações sociais do Rio Grande do Sul e a dependência da escravidão para a geração da riqueza que caracterizou a região: "A estância, então, como todas as estâncias, só prosperava pelo braço submisso do cativo." (Callage, 2000, p. 76). "Resto de outra raça" aborda a trajetória de uma africana escravizada, desde o passado na captura em "sua pátria", de onde parte com a imagem de que iria para uma terra nova encontrar felicidade – o que pode ser um traço de racismo evolucionista do autor, importante destacar. Aqui, castigada, é vendida a uma estância, vivendo um acumulado de misérias, dores e sacrifícios, sem descanso, "dócil e tímida".

O narrador encontra a velha Tia Florinda na tapera da mesma estância, ambas em ruínas. Ela conta aos passantes as histórias do passado, chorando muitas vezes, com saudade daquilo que a passagem do tempo levou. "São coisas sempre tristes onde vivem gritos desesperados de dor, lances de tragédias e angústias" (p. 77). É um passado de abusos: punições, hierarquia opressiva, a exploração e violência forçada entre os próprios escravizados.

A narração esboça uma análise psicológica do efeito que o cativo teve naquela mulher. Ao ser liberta, com 70 anos, a protagonista não compreendia a liberdade após uma vida de exploração, não havia perspectiva de outra vida, mantendo-se sob a posse do mesmo senhor "rígido e bárbaro", "mais escrava

ainda" (p. 76). O passado da região também fora composto por miséria e opressão.

"Memória", "Carniça" e "Saudade" abordam a trágica passagem destruidora do tempo e o esquecimento. "Memória" é o conto mais alegórico da obra. A protagonista é uma cruz erguida na pampa durante a Revolução de 1893, estabelecida para lembrar um grupo de combatentes mortos naquele ponto. O narrador descreve como toda a vida típica daquele espaço passa em frente à cruz: tropeiros, viajantes, animais, tudo e todos são tocados por aquele símbolo de saudade e veneração.

Ao final do pequeno conto, a própria cruz deixa de existir, vencida pela ação do tempo e da natureza, desaparecendo com ela "a memória dos mortos que por tanto tempo velou no seu silêncio tocante." Era um túmulo anônimo das coxilhas apagado, sem história. Os assuntos humanos esquecidos diante da marcha do tempo.

Ao cotejar o texto ficcional com a produção ensaística/sociológica de Callage vemos que há uma preocupação em lembrar das muitas histórias de habitantes daquele espaço mortos nos combates realizados. Para ele, não havia um pequeno lugar que não houvesse sido tocado pelas tragédias e heroísmos das lutas constantes em defesa do território: uma promessa de lealdade ou um grito de desespero, um movimento de coragem ou um sacrifício, o túmulo de um bravo, "que não rememore, enfim, a fúria de um 'entrevero' impetuoso a terminar na sangueira das carnificinas em massa" (Callage, 1929, p. 92). Percebe-se o esforço de, através da imagem evocada ficcionalmente, interligar a identidade individual dos sul-rio-grandenses com as muitas pessoas anônimas que "construíram o Rio Grande", gerando empatia diante do passado. Em "Herói" há uma evocação semelhante, exatamente por tratar-se de um ato de bravura cujo cena final, no último parágrafo do conto, é um corpo consumido pelas forças superiores aos humanos e eternos, a natureza, o tempo.

O protagonista do conto "Carniça" é o cadáver de um "boi mocho, um boi manso, um boi sinueleiro" que, percebendo-se adoentado e sabendo do destino que os animais nesta condição têm nas mãos dos peões em dias de "veterinária rude", desgarrou-se do rebanho na hora dos curativos e fugiu, sem

rumo certo, para morrer à beira de uma restinga, "fulminada pelas bicheiras e contágio de epizootias daninhas" (Callage, 2000, p. 37).

Este conto traz o estilo e a temática naturalistas presentes em outras passagens de *Terra Gaúcha*, e em outras obras do autor, como em *Rincão*, publicado em 1924, desenvolvendo as mesmas temáticas, reutilizando alguns títulos, inclusive, como no conto "A vítima". O enredo descreve uma cena bastante semelhante ao cortejo fúnebre da novilha morta em *Ruínas vivas*, de Alcides Maya: os animais, sentindo a morte de uma companheira, dirigiam-se em grupos, ao local, farejando o sangue, "girando, em círculo, cabeça baixa, a cheirar a relva, olhos lacrimejantes, carpia a morte, dolorosamente, mugindo". (Callage, 1997, p. 97-98)

Conforme mencionado anteriormente, há dois aspectos comuns em vários contos da obra. Em termos de estilo, Callage usa a contraposição, entre o velho e o novo: "o velho sinueleiro" repousa, morto, sob o olhar dos corvos que cobrem os novos brotos de uma timbaúva. Outro aspecto é a presença dos corvos e abutres, constante ao final de vários contos da obra. Suas "vítimas sem cova", consumidas, acabam reduzidas a ossos, desfeitas. Aqueles despojos mortais na solidão pampeana compõem outra ruína, restos presentes de um passado destruído pela ação cíclica da natureza, inescapável a tudo o que é vivo, sejam heróis humanos, combatentes anônimos ou animais. A escritura é uma forma de sobrepor a morte e o esquecimento.

Último conto deste conjunto analítico, "Saudade" acompanha o tropeiro Isidro durante um pernoite na tapera da estância onde nasceu. Os olhos do personagem enchem-se de lágrimas diante da "ressurreição do passado" arrebatada pela saudade: "Diante do passado a surgir, em farrapos, o presente era como uma densa sombra repercutindo o eco da existência de antanho" (CALLAGE, 2000, p. 70). Toda uma série de momentos, experiências, sentimentos, belezas, sonhos são evocados pela memória e reintegrados ao presente através de fragmentos naquele espaço que se esboroava pelo abandono e, fisicamente, pela passagem do tempo. São vidas humanas em todas as suas minúsculas grandezas vividas naquele local, falando à memória.

Em *Terra Gaúcha* são mencionados episódios sobre a Guerra dos Farrapos (1835-1845) e a "revolução de 93" (Callage, 2000, p. 53) e alguns personagens mais idosos são veteranos de conflitos anteriores, como "a figura bárbara de Chico, veterano da sangrenta campanha paraguaia" (p. 58). À exceção de um conto, nos demais os próprios episódios históricos são utilizados como referências, cenário das ações, não sendo o centro da ficção ou interpretadas pelo narrador.

O conto destacado nesse sentido é "Herói". Há um personagem (Amancio) que abre o enredo enunciando ter ouvido sobre a história de Januario Pedrozo, o adjetivado pelo título. O tema é um relato de bravura que circulava na Campanha. Tenente de coluna da cavalaria de Canabarro durante a Revolução Farroupilha, Pedrozo se sacrifica para conter os avanços legalistas após o combate de Ponche Verde. Antes, a adesão aos ideais farrapos ocorreu quando abandonou sua pequena estância em Bagé e uniu-se aos revolucionários, tocado pelo "ideal de uma liberdade absoluta, anunciada pelos arautos gauchescos, de pago em pago", contra a "vontade prepotente" do Império (Callage, 2000, p. 26).

Além da leitura sobre os ideais do grande episódio histórico para a formação da identidade sul-rio-grandense, Januario, ao perceber que não possuía mais alternativas diante do avanço dos inimigos, decide "morrer como homem". Mais um traço sintomático dos valores

A leitura que o autor faz do tempo, especialmente do ritmo de transformações, precisa ser buscada também em sua produção jornalística. Em uma analogia irônica utilizada em sua ficção e adaptada ao contexto jornalístico, Callage utiliza a imagem de um automóvel atolado em uma estrada não pavimentada que precisaria de socorro para desatolar, socorro trazido por uma carroça tracionada por animais. Em ambos os exemplos, o carreteiro ri da situação e nega ajuda ao motorista soberbo: "A ironia está na reversão das expectativas de que o processo de modernização dar-se-ia através de uma transição linear das velhas tecnologias e processos produtivos para métodos

atualizados e bem mais eficientes" (Murari, 2017, p. 232). Rural e urbano não são vistos como condições opostas, duais, mas como uma mescla dentro do mesmo cenário. Não são espaços sociais contraditórios, mas complementares – no caso, unidas pelas péssimas condições de tráfego das estradas, por descaso do poder público.

Na leitura do presente histórico, o tipo adaptado àquele espaço originário da interação entre meio-homem-sociedade estava em modificação. As atividades econômicas já não eram mais as mesmas e muitas ocupações e conhecimentos dos campeiros tornaram-se obsoletos: "o 'monarca' passa a ser um elemento de ação secundária; é um colaborador dispensável na rude faina que ele próprio criou e elevou e para a qual ele deu a melhor parte da sua admirável energia de 'guasca'." (Callage, 1929, p. 73).

A presença dos imigrantes, vista com pessimismo pelos personagens de *Terra Gaúcha*, é apontada nos ensaios como uma das razões para o gaúcho ter novos estímulos em seu meio, modificando-se, longe das guerras e convulsões que o Rio Grande do Sul foi cenário, "preparando ao homem um destino melhor" (Callage, 1920, p. 15). Naquele presente, a área de colonização era "a grande força econômica do Estado. Ampla na sua intensidade, os multiformes aspectos da sua cultura garantem ao Rio Grande a independência da sua riqueza" (Callage, 1920, p. 65). O que importa é a querência evoluir, melhorar – desde que não esqueça suas origens. É possível que isso seja reflexo de um racismo subliminar? Talvez, mas destaca-se que o português não é visto como um elemento civilizador em seus ensaios.

A presença do caudilhismo, especificamente, implica em outro ponto sobre a leitura do passado regional empreendida pelo autor. Até mesmo a liberdade originária do gaúcho não é vista de maneira ideal, pois responsável pelo desenvolvimento de um "despotismo da liberdade" no passado: embora houvesse razões e coragem nas revoltas, eram anárquicas. Podemos ler nesta posição do autor uma confluência entre os ideais patrióticos e o evolucionismo, porque a anarquia deu-se justamente pela ausência do grande ideal do autor, a pátria comum. A teleologia seria o estabelecimento de uma civilização.

Se concordarmos com a posição de Svetlana Boym (2001) de que a condição moderna é atravessada pela nostalgia, o sentimento de Callage deve ser compreendido no conjunto de sua produção intelectual.

A leitura de seu principal livro de ficção transmite, logo no conto de abertura, espalhando-se em outros, como mencionado anteriormente, uma resistência daquela 'raça' – e do próprio autor – à modernização. Sendo um sentimento histórico, esse primeiro nível de leitura deve ser cotejado com outras obras e outros textos.

Nas crônicas e contos a nostalgia que emerge não atrela passado e presente como idênticos. Em suas crônicas, por exemplo, os processos de modernização são recebidos "ora com excitação, ora como um movimento destrutivo, mas inevitável, que tinha como contrapartidas a 'reminiscência e a saudade', ou seja, o 'passadismo', percebido como condição inerente à devastadora experiência moderna" (Murari, 2017, p. 217).

Embora vejamos tintas de nostalgia restaurativa em Callage, tanto em seus ensaios como na ficção, embora o passado adquira sentido através do que resta no presente, este mesmo presente não poderia ser refém do passado. A diferenciação entre a nostalgia reflexiva e a nostalgia restaurativa de Boym não são tipo ideais, ou seja, podem existir traços restaurativos de um passado heroico a ser revivido quando o presente é lido sob o signo da decadência moral, como nesta passagem: "Invoquemos agora, neste triste momento de subserviência passiva, neste doloroso momento de comodismo moral, a ação dos grandes heróis que nos libertaram" (Callage, 1920, p. 104). O passado, aqui, mostra-se como espelho de virtudes perdidas com consequências negativas à contemporaneidade. O heroísmo e os sacrifícios dos antepassados criam um dever de memória, pois permitiu que o Rio Grande presente fosse uma cultura e um território possíveis. É a reminiscência de uma História *Magistra Vitae* em inícios do século XX.

Em paralelo, dois dos conjuntos de contos em Terra Gaúcha são tentativas de reflexão sobre a modernização e seus impactos na região e a própria passagem dinâmica do tempo humano, justamente o critério central para a caracterização de uma compreensão nostálgica sobre a condição

moderna. São uma busca de sentido no movimento constante, a partir de tradições comuns da nação.

Na ficção, o conto "Maldade" do livro *Quero-quero*, o narrador relembra o passado de batalhas do estado, em suas tintas simultaneamente heroicas e trágicas: "Todo o mundo montava a cavalo e já saía peleando pelo seu ideal. Era lindo se ver aquilo. Lindo, mas triste, caramba! Pai contra filho, irmão contra irmão, velhos contra moços" (Callage, 1927, p. 77).

A mais clara demonstração de que o passado não deveria ser restaurado ou idolatrado aparece no ensaio "A bravura da raça", de *No Fogão do Gaúcho*. A citação é longa, mas elucidativa:

Passada, porém, a crise, o Rio Grande retomará a mesma trilha gloriosa que sempre palmilhou na história. Temos que guardar e zelar por um formidável acervo de tradições imperecíveis, de exemplos admiráveis de bravura, do brio e do heroísmo gauchescos tantas vezes postas a mais dura prova.

Mal de nós, entretanto, se ficarmos impassíveis, debruçados na história, teatralmente romanceada, do nosso povo, embevecidos na contemplação fetichista dos seus acontecimentos ou ainda entregues à adoração inerte dos ídolos nativos; mal de nós se não colocarmos acima das paixões tumultuárias, acima das ambições pessoais, acima do utilitarismo avassalador, os grandes ideais coletivos, as grandes aspirações liberais de justiça e de progresso, que sempre animaram o espírito da nossa gente. Não é só para essa espécie de preito funerário, de quem vive a carpir heróis e guerreiros desaparecidos, que devemos preparar o nosso amor e o nosso orgulho. Acima de tudo isso está um outro culto, que é o culto das almas purificadas no verdadeiro sentimento patriótico, culto de nós mesmos, mas culto elevado, culto superior, de filtração de erros, de falhas e defeitos, culto de elevada dignidade pessoal, que nos capacite das responsabilidades que nos pesam ao transmitirmos ao Rio Grande de amanhã o que ainda chegou até nós do Rio Grande de ontem...

Será esse, e não outro, o caminho a seguir. [...] Confiemos com segurança. Confiemos trabalhando e lutando, para que a nossa história se projete futuro adentro, tal como nasceu: numa intensa vibração harmoniosa de atitudes." (CALLAGE, 1929, p. 101-102)

Apesar de ser visto como um reacionário antimoderno, Callage mostra-se contrário à restauração de um passado ideal/idealizado ou, como ilustrado acima, posicionava-se contrário ao culto oculto de um passado heroico.

Tratando-se do processo de modernização, encontramos o autor "bastante consciente da necessidade de desenvolvimento de novas mentalidades e comportamentos, coerentes com os modos de vida urbanos", o que implicava excluir determinados comportamentos "sombriamente bárbaros"

do cotidiano de Porto Alegre, traços culturais incompatíveis com uma cidade civilizada, como por exemplo, a censura que realiza em suas crônicas sobre o uso generalizado de armas de fogo pela população, na cidade de Porto Alegre, um indicativo de tendências belicosas ainda presentes no cotidiano, típicas "do nosso instinto", indicado pelos altos índices de violência, assassinatos e suicídios (Murari, 2017, p. 226).

A vocação nostálgica de sua literatura e a produção de uma coluna jornalística (muito popular) não são contraditórios, mas sim complementares em sua trajetória intelectual. Inseridas no cotidiano da cidade, as crônicas tematizavam "o choque entre os valores da tradicional cultura estancieira do pampa gaúcho – núcleo formador da identidade regional – e aquilo que compunha o universo mental e comportamental desejável em uma capital como Porto Alegre" (Murari, 2017, p. 210).

Assim, o que era visto como traço permanente do passado para manutenção do laço social, unindo não apenas indivíduos mas criando uma identidade comum para a região, não significava repetir no presente o passado daquele espaço. Os traços partilhados poderiam – e deveriam – manter-se presentes, mas não idênticos. A tradição é uma experiência comum, mas não a repetição retrógrada.

No livro de contos *Quero-quero* (Callage, 1927) encontramos outros vestígios. A maioria das narrativas mantém-se em torno das temáticas regionalistas desenvolvidas nas obras anteriores. O conto "Lida nova", contudo, traz como protagonista João Amâncio, um peão de estância que, devido à crise nas estâncias de criação tradicional, acaba por trabalhar em uma atividade atípica, a lavoura de arroz. O protagonista adapta-se às mudanças e acaba por aceitar as novas atividades, garantidoras do "futuro do pago", que se pareciam inglórias para o conjunto de valores daquele meio, acabavam ganhando valor por proporcionar prosperidade no período da safra. Ele encontrou espaço adaptando-se às novas lidas, enquanto outros "viviam gaudérios" no ócio de galpão em galpão.

O narrador explica os pensamentos de João Amâncio, deixando ver que a adaptação era uma inescapável condição daquela situação histórica, as exigências das mudanças históricas e do progresso. Dentro de alguns anos as

atividades pastoris estariam transformadas, e o "rijo braço do peão sacudido acabaria por traste inútil no afã das marcações, das domas, dos rodeios e de tudo o mais que com o tempo havia de desaparecer ou de se fazer por outros meios" (Callage, 1927, p. 120). Naquelas lavouras: "como se fosse uma estrada larga, havia de cruzar uma grande parte do futuro do pago" (p. 120). E seria menos gaúcho por isso? Não, porque "gaúcho não é só quem vive no campo com a gadaria ou quem anda a cavalo tropeando... É algo mais do que isso: é a coragem decidida para tudo, é a confiança no braço forte e na energia de aço com que a natureza o dotou" (p. 121)

No estilo do autor, a violência não é tão explícita e presente, como em Alcides Maya e J. Simões Lopes Neto. Embora existam episódios narrando atividades pastoris, como a carnação e as mortes durante batalhas no pampa, o tipo gaúcho já encontra-se em processo de internalização enquanto mito – remitificação, nos termos de H. White – e modelo moral. Metonimicamente, nos ensaios de No Fogão do Gaúcho, no artigo "A evolução das estâncias e o espírito gauchesco", Callage reforça a mesma posição expressada em sua ficção:

Os velhos hábitos e os antigos processos de trabalho cedem lugar a novas influências de vida. Conforma-se com a ideia de que é em nome do próprio passado que aceita as imperiosas exigências do presente. Basta que não se modifiquem as suas altas qualidades morais, que a sua alma, o seu sentimento, o verdadeiro espírito e essência da raça permaneçam integrais no cenário que se vai alterando aos seus olhos. E isso, por certo, é o bastante para mostrar que o gaúcho não morreu (CALLAGE, 1929, p. 76-77).

Vemos que a nostalgia do passado rural não significa, obrigatoriamente, uma posição reacionária. Sugere-se que pode apontar para as ambiguidades fruto do processo de modernização e da condição de vida moderna, por um lado, e uma reflexão sobre a busca do ser em meio ao turbilhão de devir que avançava em saltos, seja no espaço urbano de Porto Alegre, seu laboratório de observação, a "aldeia que se transformava em metrópole" diante dos olhos do cronista, seja no espaço rural, o próprio campo no presente que já não era mais o local idílico cantado pela literatura romântica décadas atrás.

A explicação histórica perceptível em Roque Callage tende a combinar-se com seu estilo de cronista, descritivo. A descrição da variedade, do colorido

e das particularidades são tomadas como objeto central, no sentido de descrever o entrelaçamento da cultura tradicional do Rio Grande do Sul com a cultura, objetos e práticas modernas. "A teoria formista da verdade tem em mira a identificação das características ímpares dos objetos que povoam o campo histórico" (WHITE, 2019, p. 29).

As dimensões ideológicas de sua produção intelectual, as implicações inferidas do passado para a compreensão do presente, como vimos, não negam a mudança social, vista como inevitável. Embora tenha desconfianças e críticas em relação ao processo de mudanças, as quais precisam de ajustes, Callage não preconiza uma mudança radical ou defende que o presente é o melhor dos tempos. Sua leitura da história acredita que "a própria mudança é mais eficaz quando se modificam determinadas partes da totalidade, ao invés de se alterarem as relações estruturais" (White, 2019, p. 39). O autor utiliza a função pedagógica que o passado pode ter para mostrar ao presente como o mundo e os humanos devem ler o próprio mundo e a si mesmos, enunciando uma posição ideologicamente liberal, nos termos de H. White.

Callage teve na literatura uma das vertentes para seus interesses intelectuais, como a grande maioria de sua geração. Atuou principalmente na imprensa escrita, também atividade inescapável para intelectuais que não possuíam recursos financeiros suficientes para viver apenas de atividades culturais. Particularidade interessante sobre sua origem social é a descendência italiana e o não recebimento de herança, o que permite: a) tornar seu perfil social atípico entre os intelectuais atrelados ao regionalismo literário; b) o regionalismo literário não foi adotado apenas pela elite tradicional sul-riograndense decante, transferindo às disputas simbólicas da perda de poder econômico. Callage era um santa-mariense sem posses ou propriedades, filho de pai imigrante italiano urbano, barbeiro, e de mãe oriunda da classe média local. A dificuldade financeira é um elemento destacado por muitas das crônicas e biografias a respeito do autor.

Na maioria de seus escritos percebe-se uma relação conflituosa entre o rural e o urbano (Murari, 2017). A cultura pampeana, que observou e estudou, era também um espaço de privação e brutalidade, não um mundo de leitores de livros.

Ideologicamente, a produção literária do autor busca estabelecer as "virtudes autênticas" da cultura e do povo sul-rio-grandense, "virtudes atávicas identificáveis através da exemplaridade de relatos ficcionais sobre os eventos próprios à vida campesina – suas práticas, comportamentos, valores, sociabilidades." (Murari, 2017, p. 213). Assim como outros regionalistas, assume como função da escritura a transmissão daquela cultura popular típica, escolhida e criada, em processo de esquecimento pelas ações modernizadoras que, além de reduzirem o espaço da vida provinciana, instalavam a hierarquização entre os polos centro-periferia, urbano-rural, metropolitano-provinciano – sempre favorecendo os primeiros. É um campo de tensões e disputas de força perenes, parte da condição moderna. É uma literatura como espaço de memória, simbolização e compreensão da região.

A fixação de uma cultura popular era o cerne para consolidar a região como um ente de permanência histórica. Mesmo com as mudanças e transformações, com a impossibilidade no presente do modo de vida que inaugurou a ocupação e a formação do Rio Grande do Sul, a pedagogia cívica que também deu sentido à sua produção intelectual, por meio do culto à tradição, apresenta-se como uma busca pelo ser em meio à inevitável nostalgia que a modernidade carrega com sua constante impermanência.

O regionalista Roque Callage fez-se observador e analista da realidade histórico-social para produzir sua ficção e seus ensaios. O interesse era atrelado a um sentido patriótico, o propósito de "salvar do esquecimento" determinadas tradições, esculpindo a moldura do culto ao passado gaúcho do estado. Um Rio Grande do Sul que tem uma história dramática de conflitos. Unindo estilo e meio de vida, *Terra Gaúcha* é uma obra com muitas histórias trágicas e de decadência, uma tentativa de processamento das perdas que a modernização acarretou, com o horizonte no telurismo, do passado e do presente. Esse propósito emerge das profundas transformações sociais sentidas pelo avanço do processo de modernização que, irremediavelmente,

muito destrói em seu caminho, com ritmos distintos, ora mais acelerado, ora mais lento.

O discurso elaborado localizava-se no centro de atividades intelectuais cuja própria historicidade precisa ser repensada, não apenas por meio da história literária, mas do impacto que a compreensão elaborada por uma sociedade sobre si mesma tem em seus membros, no passado e no presente. Repensar a historicidade pois acredita-se que aquele regionalismo praticado em inícios do século XX, ao contrário dos cultos contemporâneos "às coisas do Rio Grande", não obrigou seus autores a uma devoção acrítica. Nas crônicas de Callage, por exemplo, há críticas a determinados hábitos e valores vistos como empecilhos para a civilização e o desenvolvimento local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há alguns anos, quando comecei a tentar dar forma aos questionamentos envolvendo o regionalismo, busquei ajuda entre professores conhecidos que trabalhavam com literatura e história. Lembro que ouvi como resposta de um deles, entre o espanto e a compaixão: "mas vais te meter neste lamaçal?". Nunca mais esqueci a frase. Ainda hoje vejo nascida da espontaneidade daquele querido professor uma das melhores definições para as delicadezas envolvendo o conceito de regionalismo e suas discussões. Se aquelas palavras foram a fagulha para minha curiosidade, a trajetória de pesquisa realmente demonstrou que estive caminhando por um atoleiro em muitos momentos.

Esta tese toma forma enquanto tentativa e desejo. Este, de ver a história intelectual como um estímulo à compreensão da vida mental no Rio Grande do Sul, ampliando a nossa capacidade de reflexão sobre as questões contemporâneas, incorporando perspectivas, abordagens e propostas construídas em outro início de século, cujas problemáticas parecem manter-se vivas. Nas rupturas e recorrências do tempo histórico, buscou-se uma possibilidade de diálogo levando-se em consideração o pensamento e a experiência histórica daqueles autores, logo, a compreensão de nossa experiência contemporânea, ao Sul.

Procurou-se realizar uma interpretação dos textos em relação às finalidades da pesquisa: é possível criar uma compreensão sobre o passado por meio de textos literários? Acredita-se que, especialmente para a história intelectual, sim, principalmente pela natureza das fontes primárias utilizadas. Os textos são manifestações linguísticas de um emissor (ator/a), ambos marcados historicamente pelo espaço e pelo tempo em que habitam. São marcados pela complexidade do momento o qual foram produzidos, sob a ótica particular do escritor, de sua perspectiva como narrador e intelectual do século XX. Ao fim, utilizou-se o texto literário para pensar a história.

Toda representação literária, por mais "realista" que pretenda ser, é uma representação, uma alegoria. Um dos principais objetivos foi entender a ficção

criada pelos autores não simplesmente em comparação com a história social do estado pesquisada atualmente, a historiografia como critério de valor para compreender as obras, seus enredos e personagens, para atestar uma maior ou menor verossimilhança a partir deste parâmetro do "real histórico". O objetivo foi o de relacionar a ideia de história defendida pelos autores com seus constructos ficcionais, as imagens, símbolos e metáforas que são transformadas e transformam a realidade, além de suas narrativas sobre o passado, o presente e o futuro, que buscam organizar a experiência histórica.

A pesquisa desenvolvida passou por recomposições e ajustes significativos ao longo de seu desenvolvimento. Sem perder de vista a proposta inicial e as perguntas suscitadas desde o início do doutoramento, as modificações justificam-se no sentido de tornar a escritura da tese exequível. Manteve-se o método proposto, levando-se em consideração contextualizações no âmbito literário, histórico-social, biográfico e discursivo, principalmente. Também foi mantida a discussão sobre o regionalismo a partir da obra dos autores, que ganhou maior adensamento analítico sincrônico justamente pela redução da escala temporal escolhida. A pretendida interpretação de conjunto quando da elaboração do projeto e qualificação da tese, feliz ou infelizmente, não foi possível, o que, acredita-se não diminuiu as contribuições sobre o tema.

Algumas hipóteses de pesquisa inicial foram confirmadas, outras foram descartadas e novos arranjos fizeram-se. Confirmou-se que os debates entre as obras do regionalismo e seus críticos também carregavam uma disputa pela definição do espaço de experiência e do horizonte de expectativa. Entre as divergências envolvendo o passado, o presente e o futuro, o regime de historicidade predominante na modernidade é o da aceleração, temperado pelo discurso do novo, da novidade. Essa compreensão relegou às regiões afastadas dos grandes centros a espacialização do tempo, ou seja, um afastar-se do futuro, da inevitável modernidade que trazia avanços indiscutíveis.

A hipótese sobre a existência de uma relação entre a aceleração do processo de modernização e a emergência de obras regionalistas confirmou-se. O regionalismo é fruto da modernização. A vertigem da condição moderna, da aceleração do tempo histórico, do esfacelamento do horizonte de sentidos compartilhados coletivamente, das identidades enfim, materializa-se em uma

maior investigação sobre o Brasil profundo. Além do período histórico analisado na tese, pensemos nos "ares regionalistas" do romance de 30, ou da própria obra de Guimarães Rosa atingindo a maturidade nos anos 1950: ambos são períodos de intensa aceleração modernizadora no país.

Possivelmente, este retorno diga respeito aos pressupostos românticos de valorização da cultura popular, uma poética da oralidade. Um dos pressupostos da tradição regionalista dizia (diz) respeito à incorporação do folclore à literatura e, em última instância, a elevação ao status de conhecimento válido aos saberes populares – de quem for definido como *folk*. Não são apenas histórias, mas valores, ideias, linguagem, práticas. Os regionalistas viram no conhecimento comum criado a partir da experiência uma fonte possível de saber. O bom senso da experiência.

No contexto do Rio Grande do Sul da Primeira República, a doutrina positivista influenciou profundamente o ambiente político-cultural, O *progresso* positivista era definido como a ciência europeia, para quem a ignorância é a causa de todos os males, vencidos somente pelo progresso do conhecimento/instrução, com olhar prescritivo sobre a sociedade e suas questões. Da mesma forma, muitos intelectuais inspirados no evolucionismo social reforçavam preconceitos com aspectos raciais em relação às classes populares.

Em muitas áreas, seguimos desprezando a opinião do senso comum, as compreensões de quem vive e sofre a realidade social do país. Acabou por instalar-se um modo de pensar no qual preferimos os especialistas, os 'cientistas do social' como quis Auguste Comte. Talvez a tradição regionalista tenha algo a nos dizer sobre o necessário diálogo entre nós, especialistas, e as compreensões dos excluídos – necessário e frutífero para todos.

Diante desta afirmação, as obras do regionalismo, de fato, indicam respostas a problemas de longa duração no debate intelectual nacional. Aliás, destaca-se também que existem regionalismos, muito mais do que um regionalismo. Não faz sentido falar em apenas uma linhagem regionalista, mas sim em múltiplas tradições. Podem existir afinidades – e então falamos de uma tradição literária. Embora existam linhas de contato muito claras entre si, Alcides Maya, Simões Lopes Neto e Roque Callage estabeleceram versões

próprios para o regionalismo, com particularidades. Por mais que pareça pequena, a não percepção das variações internas à escola é, possivelmente, um dos maiores equívocos críticos, somando-se à não percepção das mudanças ocorridas desde a emergência de "preocupações regionalistas" ainda no século XIX com José de Alencar, na literatura. O regionalismo no século XX, além de ser distinto do regionalismo do século XIX, carrega diferenças internas. As mudanças sociais reivindicadas são um *renascimento* ou uma *reforma*. Isso pode servir para enfrentar as privações do presente ou inspirar revoltas em vistas a um futuro melhor. São distintos padrões de compreensão, de imagens e imaginação, de entendimento sobre o país, enfim.

Se relacionarmos esta compreensão à noção de sujeito moderno trazida por M. Berman, qual seja daquele que ao mesmo tempo conhece, entende e atua na transformação de si mesmo e do mundo, e pode ser transformado em objeto por este mesmo mundo, abre-se uma possibilidade analítica frutífera. E se os nostálgicos reflexivos, ao lançar seu olhar ao passado, reivindicam uma posição de protagonismo diante de um processo de modernização que avançava com rapidez naquele período histórico, inevitável e externo, transformando os espaços e as consciências, objetificando as pessoas? E se buscavam justamente reconectar suas experiências enquanto sujeitos que tentavam articular e ter ingerência, de algum modo, sobre o devir? Respondendo afirmativamente a esta pergunta fortalecemos ainda mais a posição de que os autores regionalistas, dos mais distintos territórios, não são intrinsecamente antimodernos e reacionários. Pode ser uma história de possibilidades irrealizadas e encruzilhadas, uma reivindicação de não ser sujeitado pela experiência moderna.

Entre os regionalismos existe sim uma nostalgia restauradora, normalmente idealizando a nação e o passado. Tentou-se demonstrar com a tese que também há um espírito realista de observação atrelado ao naturalismo/realismo, uma nostalgia reflexiva da qual participam Maya, Lopes Neto e Callage. Para tanto, houve uma adaptação do método ao longo do percurso, pois não se mostrou possível estabelecer o sentido da nostalgia e da leitura sobre a modernidade apenas nas produções literárias dos autores. Foi necessário considerar as demais produções intelectuais.

A nostalgia é um afeto relativo ao passado, um retorno devido a desconfortos em relação ao presente. Instala-se um mal-estar. O deslocamento gerado pode levar à autodestruição ou também pode ser um momento de reflexão, o deslocamento que permite rever aquilo que era tomado como sempre o mesmo, imutável. Como nos diz Svetlana Boym, é um sentimento histórico, uma emoção, gerada por um mundo imaginariamente vivido, a presentificação de algum passado. A nostalgia é um afeto que nos aproxima da morte, da experiência da finitude, da consciência daquilo que não é recuperável. Lembrança positiva de algo que já não existe ou está em vias de desaparecimento.

A comparação na construção dos narradores pode ilustrar diferentes perspectivas. Quis o autor que o vaqueano Blau Nunes encontrasse um sujeito, o "patrãozinho", interessado em suas reminiscências, nos causos do passado que narrava. Como tantos outros, era um velho gaúcho que deu sentido a suas experiências a partir de certo conhecimento empírico. E o patrãozinho reivindica ao leitor a mesma reverência: escute, torne digna esta voz das narrativas tradicionais que permearam a cultura pampeana que formou o Rio Grande do Sul no passado.

Em comparação, poucos contos de Maya e Callage cedem a voz narrativa a um personagem-narrador em primeira pessoa. Mas a ausência de escuta e dignidade também está presente. Chico Santos, personagem de *Ruínas Vivas*, talvez seja o melhor exemplo de um contador de causos que não encontrava mais respaldo social. Muitos personagens de Callage estão deslocados no presente, obsoletos.

No mundo social representado pelos três autores, há especial interesse pelos códigos de convivência social que perdem eficácia em um mundo em modernização. Se buscarmos renunciar a uma filosofia da história evolucionista, veremos que muito do que os autores trazem diz respeito justamente à negação de que todo avanço no processo de modernização traria, fundamentalmente, um aprimoramento ético ou uma conseqüente evolução moral. Esta filosofia da história era comum à marcha da civilização, no século XIX e inícios do XX, e à marcha do progresso. Ambas herdaram a mesma filosofia da história. Uma questão comum que os autores levantam,

principalmente Lopes Neto e Maya, é a de que esses códigos, oriundos de uma cultura pampeana, não eram inferiores por serem passados presentes, mas deveriam ser percebidos como o mundo em desaparecimento que gestou o mundo presente. Este é um ponto de inflexão para uma nostalgia reflexiva. As tradições que reivindicavam eram uma forma de valorizar e registrar a experiência daquela sociedade – ou ao menos dos setores escolhidos para serem narrados. É um passado daquilo que foi e ainda vigora no presente, sem nos abandonar.

É um discurso de criação, não a recuperação do passado. "Nós sempre fomos gaúchos/um povo" é um apelo para esta criação. São tentativas de criar um passado comum. Até meados da década de 1920, havia disputas em torno da palavra gaúcho e de sua significação, historicamente, no próprio IHGRGS e nos debates públicos em órgãos de imprensa, mas no sentido de incorporação ou não como herança social por sinédoque, ou seja, se todo o Rio Grande do Sul poderia ser definido a partir da figura do gaúcho e suas representações na cultura popular e na cultura letrada.

Se, novamente, trouxermos como variável de análise os momentos de aceleração dos processos de transformação/modernização social no Brasil (e no Rio Grande do Sul) perceberemos manifestações de cultura que expressam as diferentes maneiras de se relacionar com o tempo. Algumas, voltam-se para o passado em busca de segurança e estabilidade, outras, abrem-se para a projeção de um futuro.

É nessa discussão de sentido para a nação que emerge o debate entre tradição e modernidade. Na modernidade (período histórico), é impossível que tradição e modernidade não existam conjuntamente, pois a própria definição de ambas é inseparável, ou melhor, uma precisa da outra para se definir. Logo, a invenção de tradições não é uma aberração ou um estágio na modernidade, do contrário, é um fenômeno inevitável sem a qual a modernidade não tem parâmetros para se definir. Ambas, simultaneamente, afirmam-se e negam-se. Existe uma simbiose e uma organicidade, na qual o moderno se alimenta e explora o "atraso".

Nesse aspecto cultural, os debates em torno do regionalismo são atravessados por questões perenes para compreender o que ocorreu na

formação das sociedades americanas, como a questão de se no Novo Continente foi gestada uma "humanidade nova" ou haveria uma continuação sociocultural com a "humanidade antiga", principalmente no contexto pré e pós-Primeira Guerra Mundial. Tal debate é central por atrelar-se a outro debate fundamental para compreendermos os regionalismos e seus autores: a nação durante a República.

Na "redescoberta" do Brasil – que já acontecia desde, pelo menos, os anos 1870 –, ao compararmos a interpretação de Brasil dos escritores regionalistas com os principais nomes da Semana de Arte Moderna, notamos diferenças. Especificamente tratando-se dos escritores aqui analisados, a corrente expõe os dramas da terra muito além das obras dos Andrades, por exemplo: para Oswald o Brasil é antropófago; para Mário, o Brasil ainda teria sua síntese no futuro, estava "sem caráter". A modernidade que emerge não parece interessada na grande chaga nacional mantida até hoje, a desigualdade social. O centro do nacionalismo dos Andrades acaba contornando os abismos sociais, suavizando ironicamente as carências do país. O sonho de Brasil permanece estranhamente ufanista, assemelhado ao que fizeram os românticos no século anterior, adicionando-se pitadas de ironia e duas colheres de elementos pitorescos na panela. Parece um olhar sobre a ideia de Brasil centrada no dever ser futuro, um telos da nação.

Esta posição encontra suporte na temporalidade. Os modernistas vão a um tempo visto como anterior à história, em busca do selvagem – os primitivismos europeus; os regionalistas concentram-se no rural histórico – se podemos defini-lo assim. Os modernistas encontram na cultura pré-Brasil a solução, o esteio, para as questões daquele presente – não o "bom selvagem" dos românticos, mas o "mau selvagem" insubmisso. Os regionalistas encontram nos tipos humanos e suas culturas constituídas após o início da colonização, no momento histórico em que cada um estabelece como marco para a sociedade daquela região. Tais diferenças denotam a divergência sobre a concepção de tempo histórico de cada tradição de pensamento.

A partir de meados do século XX, a crítica estabeleceu consenso em torno das obras regionalistas, como representações dos padrões conservadores, atrasados da cultura brasileira, esteticamente e ideologicamente. Aquilo que os pensadores do Brasil moderno não queriam mais ver. A crítica não é descabida, mas propõe-se relativizá-la para buscarmos compreender as contradições e distintas experiências históricas representadas na vida intelectual no início da República.

Todos os autores analisados eram nacionalistas, como não poderiam deixar de sê-lo naquele momento histórico, deixando explícita a "missão" de suas ficções. O que parece profícuo ao lê-los, hoje, é justamente a escolha de alguns por mostrar aspectos, no mínimo, indesejáveis da região. A nação que se inventa é atravessada pela violência, pelas contradições, mas continua sendo o país. Heranças culturais perniciosas, uma desigualdade tremenda, estão presentes nas obras. O conflito social não é externalizado, principalmente se pensarmos na áspera crítica social contida em *Ruínas Vivas*, por exemplo.

Nesse sentido, a trajetória crítica do modernismo e sua presença nas instituições de cultura estatais após 1930 pode explicar também o lugar do regionalismo. Venceu uma ideia de Brasil moderno, desenvolvido/desenvolvimentista e, sobretudo unificado e centralizado. O tempo do progresso. O que está implicado nisso? A matéria não-urbana foi desautorizada como sinônimo de atraso, provincianismo, mandonismo, ausência de Estado e predomínio do arbítrio. É um jogo de exclusão para escolher o que mostrar e o que esconder nas versões de Brasil feitas a partir de então. Não é demais frisar que há uma íntima relação entre crítica literária e crítica social, ambas bebendo das mesmas fontes, formando uma tradição muito influente, vinculando seus próprios passos adiante às posições e compreensões elaboradas pelos modernistas de São Paulo e seus colaboradores.

Para muitos intelectuais, ao se compreender traços marcantes da sociedade sul-rio-grandense, deve-se superá-los, eliminá-los para poder alcançar uma nova sociedade (moderna?). Contudo, há questões que não se superam, não se encerram, sempre estarão abertas. Caminhar rumo à mudança dificilmente significa suprimir. Para outros, era (e é) possível viver o

que foi entendido/perdido de outro modo, permitindo que o passado nos habite em sua vitalidade no presente, não através do que poderia ter sido e não é, ou do que foi e é indesejado, mas pelo que segue sendo e demanda novas respostas. Talvez qualquer intervenção ou desejo de mudança dos mesmos padrões ganhe muito mais eficácia ao se ouvir a ideia de Rio Grande/Brasil contida nessas obras regionalistas, para pensarmos aquilo que segue em perigo de acabar – e o que perdemos com isso –, o que acabou – e o vazio deixado – e o que pensávamos haver acabado – mas mantém-se vivo.

Assim, as obras regionalistas podem indicar os ritmos de mudança e permanência a partir das representações dos autores preocupados com as matérias rurais do país. A própria estética da tradição regionalista parte de uma percepção sobre a pressão das forças sociais – cultura, hierarquização – sobre os indivíduos, variando conforme a utilização particular do escritor, em alguns casos com maior margem de ação individual, em outros maior conformação, ainda o significado de eventos coletivos na vida de indivíduos ordinários.

Dessa forma, talvez as obras do regionalismo possam também ser base para uma proposta de renovação litero-cultural, oxigenando ideias e tradições de pensamento hegemônicas para se pensar o Brasil na modernidade, a nação hoje. Sem dúvida, a leitura proposta pelos autores abordados na pesquisa não exclui o desagradável do campo de visão, do contrário, aproxima-o, incorporando naquilo que constitui o país. O traço marcante são as tintas trágicas e violentas presentes, principalmente, em Alcides Maya e J. Simões Lopes Neto. Esta percepção abre, justamente, possibilidades de interpretação sobre os ritmos de mudança e permanência em traços socioculturais da formação nacional que ainda encontram expressão atualmente. Em outras palavras: ao olhar para a experiência da região, o que foi visto unicamente como 'louvor ao atraso', pode ter compreendido e mostrado por meio da representação literária, traços nevrálgicos da formação nacional que a modernização não apagou, mas manteve com outras roupas, talvez menos coloridas. São os passados que não passam. Ao valorizar a experiência social daquele espaço, ao inventar "tradições", de alguma forma, os textos e seus autores lecionam o enquadramento no qual as mudanças podem ocorrer – mesmo se recusemos as suas consequências.

Uma descoberta inesperada ao longo da pesquisa foi a centralidade da violência nas narrativas. Propõe-se que naquele passado, os autores estavam buscando decifrar o significado social da violência, o que era visto como violência legítima e seu transbordamento em distintas dimensões sociais. A Primeira República foi um período fundamental na definição dos limites, institucionais e sociais, para os conflitos e disputas de poder entre os grupos de pressão na sociedade. Em distintos momentos, muitos deles envolvendo a participação de sul-rio-grandenses, foram grandes as pressões político-sociais. O recado parece ser: onde não há ordem republicana prevalece a imposição da força pelos mais fortes.

Nas narrativas regionalistas, esse traço se espalha para a representação da experiência social de pessoas comuns. Aparecem formas populares de sociabilidade, de organização social, práticas cotidianas, visões de mundo e valores, a perspectiva histórica da gente desvalida. São versões distintas, reelaborações da experiência, sobre pontos temáticos em comum envolvendo a cultura do pampa, sua sociedade e habitantes.

Assim, há aspectos significativos ao percebermos a presença da violência em autores vinculados ao regionalismo literário no Rio Grande do Sul. Ser definido como um corpo estranho ao conjunto nacional, desde os tempos imperiais, justificava-se por um conjunto de elementos atribuídos à formação social sulina. Durante a Primeira República, o espectro das brutais guerras civis endossou tais argumentos, dificultando posições revisionistas por parte dos intelectuais e políticos engajados na incumbência de mostrar um RS além dos traços bélicos já celebrizados.

Um elemento contextual também pode ter colaborado à essa tematização sobre a violência: a influência das profundas marcas geradas pelo alcance que a Revolução de 1893 teve no território sul-rio-grandense. Se na historiografia fez-se silêncio sobre o evento, a literatura parecer ter seguido outras pistas, trazendo a barbárie à tona para que fosse trabalhada de alguma forma, questionando-se sobre qual a significação em termos de dimensão individual e social. O silêncio sempre tem historicidade, carregando nos subliminares ruídos do passado o que se mostra e o que se esconde.

Sugere-se, então, que muitas obras dos regionalismos podem ser vistas em suas temáticas e sua estética como uma espécie de reserva imagética sobre as violências da civilização, os efeitos de exclusão da ordem homogeneizadora, principalmente em inícios da República quando o paradigma modernizador começa a ganhar força.

Outro ponto que endossa esta posição são os sujeitos das narrativas regionalistas. A Primeira República foi o início desta forma de governo em nosso país. Talvez um dos pontos cruciais de uma república sejam as disputas em torno das definições de cidadania – cidadania enquanto direitos civis, políticos e sociais (T. Marshall); cidadania enquanto direito a ter direitos (H. Arendt). Bem ou mal, com muitos tropeços – autoritarismo, patrimonialismo e corrupção, desigualdades sociais e regionais – foi expresso que todos eram cidadãos e cidadãs em igualdade. O Estado não poderia e nem deveria discriminar: cidadãos são distintos de súditos. Sabemos que foi – e em muitos aspectos ainda é – uma igualdade apenas formal.

Da longa lista de atrocidades cometidas por seres humanos contra outros seres humanos ocorridas no século XX, o cenário precisou ser o território europeu para que se começasse, enfim, a defender que existe um mínimo de dignidade a ser respeitada para qualquer representante da espécie gozar uma vida digna. A relação entre os Direitos Humanos e a cidadania, para Hannah Arendt (1998, p. 330-393), é a de que a universalidade daqueles só é possível ao pertencermos a uma comunidade política organizada na forma estatal, ou seja, apátridas são destituídos de garantias que cidadãos de um Estado possuem.

Uma das mais desafiadoras barreiras para a afirmação de uma democracia, da cidadania como expressa anteriormente, talvez seja o reconhecimento do outro como igual. Uma comunidade onde nenhum membro seja excluído por qualquer critério. As justificativas para massacres sempre são plausivelmente racionais quando destituo e não reconheço a humanidade de outro ser humano. Eliminar fisicamente é consequência da eliminação moral.

Muitos defenderam que a nação, não no sentido exclusivista e algo agressivo que certo nacionalismo defende, mas enquanto compartilhamento de um espaço comum por indivíduos diferentes que, por conta disso, e apesar das

relações de conflito e contradição, têm traços histórico-culturais comuns (moral, ideias, arte etc.), pode cumprir esse papel. É razoável, desde que a ampliação de quem sejam "os iguais" mantenha-se permanentemente, lutando por reconhecimento sem descuidar desse sentimento de pertencimento comum fundamental para o sucesso de uma democracia, para o sucesso de uma república.

Por esse motivo, sugere-se que a temática dos desvalidos, com maior ou menor sucesso, dos excluídos daquela República – com maior sucesso em alguns autores e menor em outros – cumpre o propósito de fazer ver as partes humanas esquecidas das regiões e do Brasil, mostrando aos sobrecidadãos privilegiados, alfabetizados e consumidores de livros e da imprensa, boa parte com acesso a todos os direitos, os deveres de cidadania para com os subcidadãos, à margem da história, "os outros".

A arte é um instrumento privilegiado – e a literatura, especialmente naquele contexto – capaz de eliminar a cegueira cívica ao ampliar o sentimento de empatia, possibilitando a consideração de quem não é movido pelos mesmos princípios, desejos e razões que eu, com quem nunca tomamos contato pessoal, como um igual. Levando-se em conta que naquele momento havia menos de cinquenta anos o Estado brasileiro ainda autorizava a compra e venda de seres humanos como propriedade, não é pouco.²⁹

A cidadania e a democracia precisam de uma comunidade política legitimada. Esta comunidade pode ser imaginada excluindo-se os antagonismos, negando-os, ou aceitando-os e mesmo assim buscando o comum. Nenhuma cidadania, nenhuma democracia são possíveis sem um sentimento prévio de pertencimento à comunidade e vinculação a seu território. Se desejamos avançar na perspectiva da cidadania, incorporar cada vez mais pessoas a ela, é fundamental conhecermos as permanências, as recorrências

²⁹ "O cidadão-modelo votante da Primeira República, refém do conservadorismo das suas elites políticas, acabava sendo o homem branco, alfabetizado, funcionário público ou profissional liberal, pautado por uma visão de Brasil que oscilava entre o pessimismo diante das mazelas nacionais e o nacionalismo ufanista. O operário era visto como parte da 'malta' a ser controlada e disciplinada para o trabalho, e o homem do campo era tido como um semibárbaro, supersticioso, preguiçoso e doente. Se fosse negro, mulato ou índio, tanto pior. Essa condição discriminatória era mais grave entre as mulheres desses grupos sociais, vítimas não apenas do preconceito social e racial, mas também do machismo de uma sociedade preconceituosa e patriarcal" (Napolitano, 2016, p. 56).

que teremos de enfrentar. As narrativas literárias são uma das portas de entrada para a empatia, para o imperativo da integração.

Acredita-se que para os autores regionalistas um dos objetivos seja o de encontrar no "cultural" o papel fundador da unidade política, como uma unidade anterior à sociedade política, antes do Estado nacional, ou seja, tudo aquilo que compõe os "costumes" demonstra muito melhor o processo de criação dos laços sociais ocultos no "caráter nacional". Assim, a identidade cultural enraizada nesse caráter nacional – investigada nas expressões artísticas escolhidas como típicas, nos modos de ser e fazer, nas ideias – fundamentaria a identidade nacional. Como nos diz Souza, refletindo sobre o poder social das ideias: "a identidade nacional não é definida pelo seu valor de verdade e sim por sua eficácia na produção de uma comunidade imaginária que se percebe como singular" (Souza, 2017, p. 29)

Dessa forma, é lícito afirmar que os autores regionalistas participam das disputas pelos significados e imagens da nação e sobre seu passado, bem como as variações estéticas. Há uma clara disputa entre o espaço de experiências e o horizonte de expectativa da nação, pois uma nação sempre é feita assentada em um acordo de memória.

Se o nacionalismo dos autores regionalistas partia das diferenças para compor a unidade nacional, o que pode ser chamado de diversidades complementares, acabaram opondo-se a outros grupos intelectuais/políticos que preconizavam o modelo que parte da unidade para criar um centro irradiador à toda nação. Neste modelo, especialmente, há um nível hierárquico excludente, percebido no que tange os valores atrelados aos espaços definidos como periferias. São divergências políticas, mas também epistemológicas: se o Brasil era a expansão da civilização e do Estado português na América, a missão histórica seria continuar a civilização europeia nos trópicos. A história é a expansão de um Estado civilizador e uma herança que não poderia ser perdida. O centro é a Europa.

Outra ideia de Brasil seria aquela que encontra um centro na América: o que de novo, de original, de distinto da civilização portuguesa/europeia acabou nascendo da forja americana. Qual foi a cultura particular de uma sociedade que se forma a partir dos encontros e desencontros da colonização. Podemos

afirmar que uma boa parcela dos regionalistas se afiliava a esta posição, na qual a construção histórica da região precisava considerar outras dimensões desse espaço, além da político-administrativa. Qual era a expressão particular da nação na matéria local, e como poderia/deveria ser traduzida esteticamente pela literatura? Como uma maior "consciência da nacionalidade" seria expressa em linguagens narrativas mais próximas às regiões?

A fortuna crítica do regionalismo demonstra este argumento, especialmente no Rio Grande do Sul, demonstrando que a história da literatura – ou a história na literatura – pode ensinar muito mais do que apenas a literatura em si. No lento processo de fabricação das nacionalidades, surgiram patrulhas responsáveis por esquadrihar os elementos impuros a fim de expulsá-los do corpo nacional. O sertão, aqui, é o pampa.

Como nos sugere Marisa Lajolo (2007), toda crítica pauta-se em determinadas valorações. O regionalismo, em suas diferentes nomenclaturas (americanismo, sertanismo, caipirismo etc), desde o *Florilégio* de Varnhagen, tocando Machado de Assis, passando às primeiras sistematizações de Sílvio Romero e José Veríssimo, adentra a tradição crítica e as histórias literárias do século XX, em Lúcia Miguel Pereira, Antonio Candido e mais controversamente em Alfredo Bosi, mantendo-se como "o outro" na produção literária brasileira, utilizado na tradição crítica, e em histórias literárias, como marco entre boa e má literatura. A crítica não conseguiu dar conta do regionalismo por ter olhos excessivamente europeus, brancos e urbanos.

Acredita-se que o resultado no jogo de forças para estabelecimento da nacionalidade literária é, sempre, instável. Outras imagens, outros sujeitos, outros temas a depender do momento histórico colocam em questão os próprios modelos de nação vitoriosos nas disputas de legitimidade intelectual.

"Modernizar o passado é uma evolução musical. Cadê as notas que estavam aqui? Não preciso delas! Basta deixar tudo soando bem aos ouvidos". Essas frases do poeta Francisco de Assis França ressoaram em mim por muito

tempo. O impacto de Chico Science e sua Nação Zumbi acompanharam meus passos e rimaram com inquietudes instantaneamente. A grandeza dos poetas está em traduzir os sentimentos de seres humanos, em determinado tempo, em determinado lugar.

Não cresci alimentado pela lama do mangue no meu quintal. Para mim, era a terra vermelha do pátio que manchava roupas, entrava nos olhos, girava nos redemoinhos de outono. Andava pelas ruas, nas diferentes cidades do Noroeste sul-rio-grandense. O mal-estar, contudo, parecia semelhante: éramos de espaços afastados dos centros, de onde não era possível se produzir alguma arte de qualidade. Não estavam ali os motivos, o valor, muito menos a possibilidade. Nós seríamos reprodutores dos modelos estabelecidos em outro lugar, este era nosso papel. Éramos de lugares do passado.

Alquimia de ritmos e de temporalidades, o manguebeat buscou a contemporaneidade e encontrou um som que dobrou o Brasil em torno de si mesmo novamente. Ouvidos abertos ao mundo, ouviram o Brasil profundo. A base da evolução musical foram colagens de maracatu, um dos ritmos musicais mais antigos do país: os sons do futuro saíam dos tambores de couro.

A mim soou como pensar o Brasil com as ferramentas disponíveis no Brasil, a partir da nossa história, da nossa formação e cultura, numa versão em que se faça ressonância na alma das pessoas, algo muito particular. Colagens, miragens, overdrives. Por que no regionalismo de lá isso foi possível e aqui acabou por ser reduzido aos postulados do Movimento Tradicionalista Gaúcho? Acredito que a resposta seja justamente o olhar para o passado, se olhamos com reverência, aceitando-o como motivo de culto, aceitando tradições passivamente. Nossos mitos, nossas fantasias, nossas tradições não são menos eficazes porque inventadas, mas perdem força ao não encontrarem sustentação quando desafiadas criticamente, incapazes de fornecer instrumentos para compreensão da complexidade do presente.

Os caranguejos com cérebro do Manguebeat ainda eram homens-caranguejo. Talvez não quisessem ser, mas só haviam de sê-lo. Não podia ser diferente. Quando entenderam isso, a flor que nasceu do mangue brotou forte e bela, eletrificada. Amarrando-nos à terra onde nascemos, parece possível não sentir amor e orgulho fundamentados em enganos, motivados por submissão ou tolice.

Arrisco, desde então, elaborações, tentativas de alguma compreensão sobre esta terra para a qual meus antepassados migraram, por escolha ou imposição das contingências. Soma-se um desejo de ver o Rio Grande do Sul indo além. Podemos nos permitir ser uma terra de muitos rios-grandes, expressos em belezas como a literatura, esta forma de narrativa que junto da história é das mais esplêndidas inventadas para escapar à consciência da finitude. A Arte e a História são formas de conversar com os mortos. Espero estar à altura.

REFERÊNCIAS

- Fontes primárias

CALLAGE, Roque. **Terra gaúcha**: cenas da vida rio-grandense. Santa Maria: Editora da UFSM, 2000.

CALLAGE, Roque. **Prosas de ontem; Escombros**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2004.

LOPES NETO, João Simões. **Contos gauchescos e Lendas do Sul**. Ed. anotada por Luís Augusto Fischer. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2013.

MAYA, Alcides. **Ruínas vivas**: romance gaúcho. 2. ed. Porto Alegre: Movimento, Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, [1910] 2002.

MAYA, Alcides. **Alma bárbara**. 2. ed. Porto Alegre: Movimento, 1991.

MAYA, Alcides. **Tapera**: cenários gaúchos. 3. ed. Porto Alegre: Movimento/Ed. UFSM, 2003.

- Fontes jornalísticas

LIVROS. **Fon Fon**, Rio de Janeiro, 1 mai. 1915, p. 40.

LIVROS NOVOS. **A Notícia**. Rio de Janeiro, 17/18 set. 1915, p. 14.

MAYA, Alcides. O sr. José Veríssimo-clássico. **A Época**. Rio de Janeiro, 13 out. 1912, p. 5. Seção "Crítica Literária". Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720100&pasta=ano%20191&pesq=alcides%20maya&pagfis=613>>.

PINHEIRO, Xavier. Roque Callage – Terra Gaúcha. **Correio da Noite**. Rio de Janeiro, 12 abril. 1915, p. 3.

PORTO, Aurelio. CALLAGE. **A Federação**, 25 de maio de 1931, p. 3.

RODRIGUES, Alfredo Ferreira. **Almanak litterario e estatístico do Rio Grande do Sul para 1912**. Pelotas e Rio Grande: Livraria Americana/Editores-Pintos & Cia, 1912. Disponível em <http://memoria.bn.br/pdf/829447/per829447_1912_00024.pdf>

ROQUE CALLAGE. **Fon Fon**, Rio de Janeiro, nov. 1946, p. XX.

TERRA Gaúcha, de Roque Callage. **Correio Paulistano**. São Paulo, 10 mai. 1915, p. 3.

VARGAS NETO, Roque Callage. **A Federação**, 25 de maio de 1931, p. 3.

VERGARA, Pedro. Roque Callage. **A Federação**, 25 de maio de 1931, p. 3.

- Referências bibliográficas

ABREU, Luciano Arrone de. **Rio Grande do Sul ontem e hoje: uma visão histórica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, Marlene Medaglia. **Na trilha do andarengo: Alcides Maya**. Porto Alegre: EDIPUCRS: IEL, 1994.

ALMEIDA, José Maurício Gomes de. **A tradição regionalista no romance brasileiro (1857-1945)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

ALMEIDA, Leandro Thomaz. Há verdade na ficção? – uma discussão com Coelho em crise de John Updike. **Intellèctus**. Ano XVIII, n. 1, 2019. Acesso em: 02 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/43924/30147>>

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 145-52.

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma**, o herói sem nenhum caráter. Estabelecimento do texto Telê Ancona Lopez, Tatiana Longo Figueiredo, ilustrações Luiz Zerbini. 1 ed. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

ANKERSMIT, Franklin Rudolf. **A escrita da história: a natureza da representação histórica**. Londrina: Eduel, 2012.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e paz: Casa-grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30**. São Paulo: Editora 34, 1994.

ARAÚJO, Adriana de Fátima. O regionalismo como outro. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. São Paulo, n. 28, 2006.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. A experiência do tempo na formação do império do Brasil: autoconsciência moderna e historicização. **Revista de História (USP)**, São Paulo, n. 159: Dossiê - "1808", dez. 2008.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. 3. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ARENDT, João Cláudio. Contribuições alemãs para o estudo das literaturas regionais. **Pandaemonium**. São Paulo, n. 17, jul. 2011.

AXT, Gunter. Coronelismo indomável: o sistema de relações de poder. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (coord.); RECKZIEGEL, Ana; AXT, Gunter (dir.). **República Velha (1889-1930)** – Tomo I. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2007.

BAUMER, Franklin. **O pensamento europeu moderno**. Vol I, séculos XVII e XVIII. Lisboa: Edições 70, 1977a.

BAUMER, Franklin. **O pensamento europeu moderno**. Vol II, séculos XIX e XX. Lisboa: Edições 70, 1977b.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BERNARDI, Rosse Marye. Os motivos: suportes estruturais em Ruínas Vivas, romance gaúcho. **Letras**, Curitiba, n. 23, p. 191-198, jun. 1975.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2006.

BOSI, A. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOYM, Svetlana. Mal-estar na nostalgia. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 23, p. 153-165, abril de 2017. Disponível em <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1236/678>> Acesso em 27/09/2017.

BOYM, Svetlana. **The future of nostalgia**. New York, EUA: Basic Books, 2001.

CALDEIRA, Jorge. **História da riqueza no Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

CALLAGE, Roque. **Terra natal**. Aspectos e impressões do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Barcellos, Bertaso & C. 1920.

CALLAGE, Roque. **Quero-quero**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1927.

CALLAGE, Roque. **No Fogão do Gaúcho**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1929.

CALLAGE, Roque. **Roque Callage, Uma época do Rio Grande (1886-1931)**. Porto Alegre: Callage & Filhos, 1997.

CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite & outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Nacional, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 19ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CHAVES, Flávio Loureiro. **Simões Lopes Neto**. 2 ed. rev. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro: Ed. da Universidade, 2001.

COUTINHO, Afrânio. O regionalismo na ficção. In: COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Global, 2004.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2010.

FISCHER, Luís Augusto. **Literatura gaúcha**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

FISCHER, Luís Augusto. Conversa urgente sobre uma velharia – uns palpites sobre vigência do regionalismo. **Cultura e pensamento**. Brasília, n.3, dez. 2007.

FISCHER, Luís Augusto. Uma introdução (p. 49-76). In: LOPES NETO, João Simões. **Contos gauchescos e Lendas do Sul**. Ed. anotada por Luís Augusto Fischer. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2013.

FISCHER, Luís Augusto. Ao. Simões Lopes Neto e Guimarães Rosa: a literatura e o luto no sertão. **Teresa**, [S. l.], n. 14, p. 175-190, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/99463>. Acesso em: 01 ago. 2021.

FISCHER, Luís Augusto. **Duas formações, uma história**: das ideias fora do lugar ao perspectivismo ameríndio. Porto Alegre: Arquipélago, 2021.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na cultura**. Trad. Renato Zwick. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2017.

FREYRE, Gilberto. **Região e Tradição**. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.

FREYRE, Gilberto. **Manifesto Regionalista**. 6. ed. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1976.

GOMES, Tania Cristina. **Feições eólicas quaternárias e vulnerabilidades agrícolas em áreas de arenização no pampa brasileiro**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2019.

GONZAGA, Sergius. As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (orgs). **RS: cultura & ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

GULDI, Jo; ARMITAGE, David. **Manifesto pela história**. Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2018.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HARDMAN, Francisco Foot. Antigos Modernistas. In: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura, 1992, pp. 289-305.

HARDMAN, Francisco Foot. Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 26, 1996, pp. 293-310.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 200.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. 4. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.

LACAPRA, Dominick. **Rethinking intellectual history**. Ithaca: Cornell University, 1983.

LAJOLO, Marisa. Regionalismo e história da literatura: quem é o vilão da história? In: FREITAS, Marcos Cezar de. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2007.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. **Regionalismo e modernismo**: o caso gaúcho. São Paulo: Ática, 1978.

LEITE, Lígia Chiappini Moraes, "Velha praga? Regionalismo literário brasileiro". In PIZARRO, Ana (org.). **América Latina** - Palavra, literatura e cultura. Vol. 2. Campinas: Memorial/UNICAMP, 1994.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. Regionalismo(s) e regionalidade(s): trajetória de uma pesquisadora brasileira no diálogo com pesquisadores europeus e novas aventuras. In: ARENDT, João Cláudio; NEUMANN, Gerson. **Regionalismus – regionalismos**: subsídios para um novo debate. Caxias do Sul: Educus, 2013.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. Do beco ao belo: dez teses sobre o regionalismo na literatura. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 153 – 159. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1989/1128>>. Acesso em: 13/07/2017.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

LOPES NETO, J. Simões. **Casos do Romualdo**: contos gauchescos. 9 ed. Prefácio de Carlos Reverbel. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

LOPES NETO, J. Simões. **Cancioneiro guasca**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

LOPES NETO, J. Simões. **Artinha de leitura**. Caxias do Sul: Belas Letras Projetos Especiais, 2013b.

LOPES NETO, J. Simões. **Terra gaúcha**: histórias de infância. Caxias do Sul: Belas Letras Projetos Especiais, 2013c.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**. Trad. Lúcia Haddad. São Paulo, n. 17, p. 63-201, nov. 1998.

LYNCH, Christian E. C. Saquaremas & Luzias: a sociologia do desgosto com o Brasil. **Insight Inteligência**. Rio de Janeiro, v. 55, p. 21-37, 2011.

MACHADO, Propício da Silveira. **Roque Callage**: vida, obra e antologia. Porto Alegre: Ed da UFRGS, 1975.

MAIA, João. Thinking from the South: Brazilian social thought and the case of Euclides da Cunha. **Global South Sephis e-magazine**, v. 6, n. 1, jan. 2010, pp. 24-34.

MAYA, Alcides. **Pelo futuro**. Porto Alegre: Tipografia Franco & Irmão, 1897.

MAYA, Alcides. **O Rio Grande independente**. Porto Alegre: Tipografia da Agência Literária, 1898.

MAYA, Alcides. **Alcides Maya**: textos críticos (seleção, organização e notas Léa Masina). Porto Alegre: Movimento/Santa Maria: EDUFMS, 2004.

MARCHIORI, José Newton Cardoso. Introdução. In: **Terra Gaúcha**: cenas da vida rio-grandense. Santa Maria: Editora UFSM, 2000.

MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ Instituto Estadual do Livro, 1978.

MARTINS, Estevão de Rezende. **Cultura e poder**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, Cyro. Prefácio. In: MAYA, Alcides. **Ruínas vivas**: romance gaúcho. 2. ed. Porto Alegre: Movimento, Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, [1910] 2002.

MARTINS, Jefferson Teles. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais**: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956). Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: PUCRS, 2015.

MASINA, Léa. **Alcides Maya**: um sátiro na terra do Currupira. Porto Alegre: IEL/Ed. UNISINOS, 1998.

MASINA, Léa. O pampa revisitado: em dia com Alcides Maya. *Organon*: Revista do Instituto de Letras da UFRGS. V. 18, n. 37, 2004, s.p.

MATTOS, Olgária. **A História**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

MENDONÇA, Sônia Regina. Estado e sociedade: a consolidação da república oligárquica. IN: In: LINHARES, Maria Yedda. **História geral do Brasil**. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

MEYER, Augusto Cesar. **Prosa dos pagos**, 1941-1959. 4.ed. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Corag, 2002.

MEYER, Augusto Cesar. Ciclo gaúcho. In: COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Global, 2004.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Da República Velha ao Estado Novo. In: LINHARES, Maria Yedda. **História geral do Brasil**. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. **Prosa de ficção: 1870-1920**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1973.

MURARI, Luciana. "Água parada": o olhar da modernidade na ficção de Alcides Maya. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 150-167, dez. 2008.

MURARI, Luciana. "O 'passadismo' triunfante contra o 'futurismo' que falhou": a crítica antimoderna na crônica urbana de Roque Callage. **Organon**, Porto Alegre, v. 28, n. 55, p. 115-139, jul./dez. 2013.

MURARI, Luciana. "Conversa com gente lá de fora": conto rural e crônica urbana na obra de Roque Callage. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 24, n. 45, p. 209-240, jul. 2017.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1955

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil república: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo**. São Paulo: Contexto, 2016.

NEDEL, Letícia Borges. Saber-se local: configurações do regionalismo no campo intelectual. In: GERTZ, René (org.). **História Geral do Rio Grande do Sul**, v. 4, República – da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985). Passo Fundo: Méritos, 2007, pp. 399-426.

NEDEL, Letícia Borges; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Historiografia, crítica e autocrítica: itinerário da História no Rio Grande do Sul. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 161-186, jan./jun. 2005.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. V (suplemento), pp. 195-215, jul/1998.

OLIVEN, Ruben. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

LACAPRA, Dominick. **Rethinking intellectual history**. Ithaca: Cornell University, 1983.

LAJOLO, Marisa. Regionalismo e história da literatura: quem é o vilão da história? In: FREITAS, Marcos Cezar. **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2005, p. 297 – 328.

LOVEJOY, Arthur. **A grande cadeia do ser**. Tradução de Aldo Fernando Barbieri. São Paulo: Editora Palíndromo, 2005.

MARTINS, Estevão de Rezende. **Cultura e poder**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MASINA, Léa. O pampa revisitado: em dia com Alcides Maya. **Organon** (Revista do Instituto de Letras da UFRGS). Porto Alegre, v. 18, n. 37, 2004.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo, Ática, 1990.

PELINSER, André Tessaro. Olhares sobre o regionalismo literário brasileiro: uma perspectiva de estudo. **Antares**: Letras e Humanidades. Caxias do Sul, n. 4, jul.-dez. 2010, pp. 106-120.

PELINSER, André Tessaro; ALVES, Márcio Miranda. A permanência do Regionalismo na literatura brasileira contemporânea. **Estudos De Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 59, jan./abr. 2020, pp. 1-13.

PERIN, Henrique. **Roque Callage e os esquecidos d'A Cidade**: a exclusão social em Porto Alegre através do olhar de um cronista (1925-1930). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras e intertextualidade em O continente, de Érico Veríssimo. In: CHIAPPINI, Ligia; MARTINS, Maria Helena; PESAVENTO, Sandra Jatahy [et al.]. **Pampa e cultura**: de Fierro a Netto. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Instituto Estadual do Livro, 2004.

POLESSO, Natália Borges. Regionalismo: a zona crepuscular da literatura. **Anuário de Literatura**, vol. 15, n. 2, 2010, pp. 118-132.

RAMIL, Vitor. **A estética do frio**. Pelotas: Satolep Livros, 2004.

RECKZIEGEL, Ana Luiza; AXT, Gunter. Apresentação. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (coord.); RECKZIEGEL, Ana; AXT, Gunter (dir.). **República Velha (1889-1930)** – Tomo II. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2007.

REIS, José Carlos. O tempo histórico como "representação intelectual". **Fênix**: revista de História e Estudos Culturais. Uberlândia, v. 8, n. 2, maio/ago., 2011.

REVERBEL, Carlos. A volta de Alcides Maya. In: MAYA, Alcides. **Alma bárbara**. 2. ed. Porto Alegre: Movimento, 1991.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **Os africanos no Brasil**. Salvador: P55 Edições digitais, 2021.

SANTI, Álvaro. **Do Partenon à Califórnia**: o nativismo e suas origens. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SANTIAGO, Silviano. Cabo das tormentas. In: ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. 22 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHLEE, Aldyr Garcia. **Dicionário da Cultura Pampeana Sul-Rio-Grandense**. Pelotas: Fructos do Paiz, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARZ, Roberto. **Que horas são?**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. Modernidade e tradições intelectuais entre Porto Alegre e o Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. **Topoi**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 44, p. 454-474, maio/ago. 2020.

SOUZA, Candice Vidal e. Fronteira no pensamento social brasileiro: o sertão nacionalizado. **Sociedade e cultura**, n. 1, v. 1, jan./jun. 1998, p. 55-61.

SOUZA, Candice Vidal e. O Nordeste: algumas narrativas de lugares, gentes e modos de vida. **História da historiografia**. Ouro Preto, n. 6, mar. 2011, pp. 228-233. Resenha de: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional. Recife: Bagaço, 2008.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. Rio de Janeiro: LeYa, 2015.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

SPALGING, Walter. **Construtores do Rio Grande**. Vol 2. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1969.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. A República e o Sertão. Imaginação literária e republicanismo no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 82, set. 2008, p. 133-147.

TAMBARA, Elomar Antonio Callegado; ARRIADA, Eduardo. Civismo e educação na Primeira República – João Simões Lopes Neto. **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel. Pelotas, v. 13, n. 27 p. 279-292, jan/abr 2009.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. Negações da identidade do Rio Grande do Sul. **Ensaios FEE**. Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 299-322, 2003.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **Gaúchos e paulistas**: dez escritos de história regional comparada. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1996.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

VELLOSO, Mônica. O modernismo e questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. Tradução: Alípio Correia de França Neto. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

WHITE, Hayden. **Meta-História**: a Imaginação Histórica do Século XIX. Tradução: José Laurênio Melo. 2. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

ZALLA, Jocelito. O Rio Grande da Globo: temporalidades regionalistas e edição de livros (1924-1960). **História Unisinos**. São Leopoldo, n. 19(3), set./dez. 2015, p. 313-324.

ZALLA, Jocelito. **A invenção de Simões Lopes Neto**. Literatura e memória histórica no sul do Brasil. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Social. Instituto de História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.